

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO

RONALDO BERNARDINO COLVERO

**"...bajo su Real Protección":
as relações internacionais e a
geopolítica portuguesa na região
do Rio da Prata (1808-1812)**

Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira

Orientador

Porto Alegre,

2008.

RONALDO BERNARDINO COLVERO

"...bajo su Real Protección": as relações internacionais e a geopolítica portuguesa na região do Rio da Prata (1808-1812)

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira

Porto Alegre,
2008.

RONALDO BERNARDINO COLVERO

"...bajo su Real Protección": as relações internacionais e a geopolítica portuguesa na região do Rio da Prata (1808-1812)

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 15 de Janeiro de 2009.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu – PUCRS

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina dos Santos – PUCRS

Prof^a. Dr^a. Ana Luiza Setti Reckziegel – UPF

Prof. Dr. Fernando da Silva Camargo – UFPEL

Esta tese é dedicada ao eterno
Mestre e amigo Braz, não só pelo que fez e
representou para mim, mas para toda a
comunidade acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Impossível iniciar estes agradecimentos e quaisquer outros trabalhos que venha realizar daqui pra frente, sem lembrar e citar a imensa importância que teve, nos últimos cinco anos, o exímio historiador, excelente professor e grande amigo, Braz. Não tenho dúvida alguma que, apesar dele ter nos deixado pouco tempo antes desta tese ser finalizada, só consegui chegar até aqui porque tenho consciência da imensa dívida de gratidão com ele, que me mostrou a arte e a beleza do ofício de historiador sem nunca perder de vista o caráter humano que, às vezes, a academia suprime. Pelo contrário, agora, ao entrar nesta Universidade, me vem à lembrança a sempre simpática e sorridente saudação que recebia nas profícuas reuniões em seu gabinete: “como vai meu guri?”. Obrigado pelas inúmeras lições meu amigo, mas a saudade permanece.

Aos professores Earle Macarthy e Maria Cristina que, desde a qualificação, sem dúvida alguma contribuíram com este trabalho.

Ao professor Helder, por aceitar esse desafio junto comigo após um momento que foi tão difícil para todos nós.

Às professoras Sandra Brancato e Ana Luiza Reckziegel, a quem muito admiro, por terem acreditado em mim desde o início.

Aos colegas e sócios da RPS SISTEMAS, pelo apoio e compreensão que me deram em todos esses anos que não pude me fazer mais presente.

Aos amigos Haroldo Carvalho, Astor Diehl, Edison Brito, Elaine Sodré, Sabrina Steinke e Rodrigo Maurer por terem de alguma forma me compreendido e apoiado.

Ao ex-aluno da pós-graduação e amigo Alex Jacques, que esteve presente em todos os momentos da construção desta tese, nas viagens, nas discussões, nas críticas, que ficaram marcadas na construção dessa tese.

Aos amigos e colegas da URCAMP, Campus de São Borja.

À Pró-reitora da URCAMP, Campus de São Borja Prof^a. Msc. Luiza Maria Krieger Gattiboni.

Aos professores Jandira Lopes, Edison Paniágua e Rita Gattiboni .

Às “meninas” da biblioteca da URCAMP, Dilva, Jane e Edires, que sempre foram extremamente solícitas.

À minha família, que, apesar da distância, mantinha-se forte, me dando forças para prosseguir.

Aos meus alunos e ex-alunos dos cursos de graduação e pós-graduação, tanto da PUCRS, Campus Uruguaiana quanto da URCAMP, Campus de São Borja, que muito auxiliaram na discussão acerca dos temas analisados neste trabalho, além da descontração nos momentos oportunos.

Às funcionárias da Biblioteca Pública Municipal de São Borja, que me receberam com extrema atenção e me deixaram “fuçar” no grande, mas pouco conhecido acervo samborjense.

À Bailarina que, com uma simples apresentação no Prezedowsky, ajudou a mudar minha visão de mundo.

Aos funcionários da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, do Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, do Arquivo Histórico do Itamaraty (RJ), da Biblioteca Nacional, do Archivo General de la Nación, em Buenos Aires e do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, que muito auxiliaram a encontrar aquilo que forma o substrato deste trabalho: as fontes.

Ao professor Fernando Camargo que prontamente aceitou o desafio de dar continuidade ao trabalho após a partida do Prof. Braz. Meu eterno agradecimento.

Por fim, aos funcionários do PPG de História, Carla, David, e Fabrício, que estavam sempre a postos para qualquer dúvida, problema ou solicitação.

A todos estes, realmente, devo enorme consideração e muito obrigado!

RESUMO

Desde o início da colonização, ainda no século XVI, a região do Rio da Prata suscitava interesses da Coroa lusitana e a lenta caminhada para fixação de um enclave português naquela porção da América Meridional não foi um projeto fácil de se empreender. Muitas vezes foram malfadadas as tentativas da Coroa lusitana de se fixar naquela região, especialmente porque a defesa das fronteiras hispano-platinas era organizada em razão da proximidade com os portugueses. Porém, no início do século XIX, com as profundas alterações ocorridas não apenas na América, mas principalmente no contexto europeu, é que seriam percebidas claras possibilidades de estender os limites do Estado português até o Rio da Prata. O objetivo deste estudo, portanto, é desvelar as políticas implementadas por Portugal para fazer entrar tropas de seu exército, em 1811, na Banda Oriental do rio Uruguai, situada justamente numa região-chave para o controle do escoamento de toda produção espanhola do interior da América Meridional, ponto importante para as rotas comerciais que cruzariam o Atlântico Sul durante o século XVIII e início do XIX. Para isso, apoiamo-nos em alguns aspectos que podem ser importantes para a compreensão do período e, conseqüentemente, das políticas portuguesas, como a fuga da família real portuguesa para o Brasil, o aprisionamento da família real espanhola, a astúcia da princesa Carlota Joaquina, os projetos do conde de Linhares, as relações entre os súditos mais próximos do príncipe regente com a camada dirigente, as disputas de poder na bacia platina, as guerras empreendidas pela Junta de Buenos Aires no interior do continente e a falta de recursos espanhóis. A metodologia utilizada para tanto foi a análise pormenorizada de diversas fontes documentais, especialmente correspondências pessoais, ofícios e declarações da época, além de algumas referências de uma extensa historiografia produzida sobre o período. Podemos observar, neste sentido, que Portugal, à medida que foi consolidando as instituições do Estado em território colonial e sentindo cada vez mais necessidade de delimitar seu espaço de ação, não podia operar apenas segundo sua perspectiva. Assim, acreditamos que as possibilidades de se compreender melhor o período giram em torno das interdependências do complexo cenário político e econômico, tanto americano quanto europeu.

Palavras-chave: Política – Banda Oriental – Rio da Prata – Império

ABSTRACT

Since the beginning of colonization, on the 16th century, the Prata's River area raised interests from the Lusitanian Crown and the slow path to the establishment of a Portuguese enclave in that portion of Southern America wasn't an easy task to achieve. Many attempts of the Lusitanian Crown to get settle down in that area were unsuccessful especially because of the Latin-Hispanic defense borders that was organized due to the closeness to the Portuguese territory. However, in the beginning of the 19th century, with all the deep changes in America and the European context, the possibilities of expansion of the Portugal State to the Prata's River area were noticed. The purpose of this search is unveil the politic tactics adopted by Portugal to install its Army troops, on 1811, at Banda Oriental of Uruguay River, located at a key-zone to control the outflow of the Spanish production inside Southern America. Besides, it was an important place for commercial routes in South Atlantic during 18th century and beginning of 19th century. We based this search in some aspects that can be helpful for the understanding of this period and consequently of the Portuguese tactics, such as the Royal family's getaway to Brazil, the imprisonment of the Spanish Royal family, the astuteness of Carlota Joaquina princess, the projects of Count of Linhares, the relationship between the closest subordinates to the prince and the chief group, the contests for power at Bacia Platina, the wars started by Buenos Aires Junta inside the continent and the lack of economic sources of Spain. The methodology used was a resume of several documented sources, especially personal letters, statements and declarations and some topics of an extended historiography about the period. We can notice that Portugal as soon as it was establishing its state institutions at colonial territory and feeling the necessity of limiting its action space, couldn't only work through its perspective. Therefore, we believe that the possibilities to understand the period it is connected to the interdependency on the politic and economic scenery, not only the American but the European as well.

Word Keys: Politic – Banda Oriental – Prata's River – Empire

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Sistema de <i>flotas y galeones</i> utilizado por Espanha para o transporte de mercadorias (séc.XVI-XVIII).....	50
Figura 2 – Votação do Cabildo de Buenos Aires, em 23 de maio de 1810 para decidir o governo que permaneceria a frente do Vice-Reinado do Rio da Prata.....	228
Figura 3 – Votação do Cabildo de Buenos Aires, em 23 de maio de 1810 para escolher o substituto do vice-rei Baltasar Hidalgo de Cisneros.....	229

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGI – Archivo General de Índias.

AGN – Archivo General de la Nación – Buenos Aires.

AHI – Arquivo Histórico do Itamaraty – Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro.

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

AMI – Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis.

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

n. – número.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I:	
1 A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL LUSO-ESPAÑHOLA NA REGIÃO DO RIO DA PRATA	20
1.1 OS LIMITES ENTRE PORTUGAL E ESPANHA E O ATLÂNTICO SUL NO SÉCULO XVIII.....	40
2 A FAMÍLIA REAL PORTUGUESA NA AMÉRICA MERIDIONAL	53
3 A INFLUÊNCIA EXTERNA (BRITÂNICA E PENINSULAR) NAS RELAÇÕES ENTRE O RIO DA PRATA E A CORTE PORTUGUESA	70
CAPÍTULO II:	
1 DONA CARLOTA JOAQUINA E A CORTE PORTUGUESA: MAQUINAÇÕES E INTENÇÕES SOBRE O RIO DA PRATA	82
1.1 A MANUTENÇÃO DO IMPÉRIO ESPANHOL E AS IMPLICAÇÕES NO GOVERNO PORTUGUÊS.....	85
1.2 AS REDES DA INTRIGA NA POLÍTICA IBERO-AMERICANA	88
2 1809: O AGRAVAMENTO DA CRISE ENTRE BUENOS AIRES E MONTEVIDÉU	142
3 NOTÍCIAS NEM SEMPRE BEM-VINDAS: AS (IM)POSSIBILIDADES DA REGÊNCIA DE CARLOTA JOAQUINA SOB OS OLHARES DOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO	172
CAPÍTULO III:	
1 NO FINAL DE 1809, AS INCERTEZAS NO PRATA	201
2 O MOVIMENTO DE INDEPENDÊNCIA DO VICE-REINADO DO RIO DA PRATA E AS DETERMINAÇÕES POLÍTICAS E DIPLOMÁTICAS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS	211
2.1 O PERÍODO JUNTISTA NA AMÉRICA ESPANHOLA E A PREOCUPAÇÃO PORTUGUESA.....	225

3	A ENTRADA DAS TROPAS PORTUGUESAS NA BANDA ORIENTAL EM 1811	263
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	284
	REFERÊNCIAS	290

INTRODUÇÃO

Mesmo com toda a documentação que pudemos levantar ou da bibliografia revista, é difícil encontrar um marco que possa servir de referência que nos permita verificar quando Portugal passou a investir suas forças para conquistar a região do Rio da Prata. Desde o início da colonização, ainda no século XVI, a região suscitava interesses da Coroa lusitana, como meio de acesso ao “coração” da América, ainda pouco conhecida. A lenta caminhada para fixação de um enclave português no Prata não foi um projeto fácil de se empreender, visto os empecilhos de diversas ordens que colaboraram para que Portugal pudesse fincar sua bandeira decisivamente nas terras orientais apenas três séculos mais tarde.

A porção que se defronta em seu extremo meridional com o Rio da Prata é, justamente, um território contíguo às terras de Portugal que serviria como elo para a conquista de todo *hinterland* sul-americano e, conseqüentemente, das importantes regiões de mineração exploradas pela Espanha na América do Sul. Porém, muitas vezes foram malfadadas as tentativas da Coroa lusitana de se fixar naquela região, especialmente porque a defesa das fronteiras hispano-platinas era organizada em função da proximidade dos portugueses com as principais artérias fluviais do extremo sul do continente: os rios Paraná e Uruguai.

Por esse motivo, algumas incursões ao norte do Rio da Prata foram levadas a cabo por governadores e comandantes militares espanhóis enviados para a América, para manter a hegemonia da Espanha sobre todo o território limítrofe. Diante disso, a Colônia do Sacramento, fundada em 1680, foi o principal enclave português na região platina e, por mais de um século, ponto nevrálgico dos combates entre portugueses e espanhóis. As duas Coroas tentavam garantir o rico comércio que era desenvolvido na região e que teve incremento especialmente a partir do século XVIII.

Esse período foi marcado pelas reformas borbônicas, implantadas pela então família reinante de Espanha, a partir de 1700. Em 1776, foi criado o Vice-Reinado do Rio da Prata, porção que até aquele momento era marginal em relação às demais regiões coloniais espanholas. Anteriormente fazia parte do Vice-Reinado do Peru, com governo central localizado na cidade de Lima.

Com a alteração econômica que se processava no final do século XVIII, passando do capitalismo mercantil para o capitalismo industrial, foi necessário para Espanha se modernizar administrativamente e estender essa modernização às colônias americanas, já que não houve incentivo para que a industrialização fosse desenvolvida nestas últimas. Para isso, foram recrutados administradores peninsulares capazes de manter um forte aparato administrativo, visando controlar o comércio, cortando os laços de funcionários da Coroa com o contrabando praticado especialmente com a Grã-Bretanha. Por certo, não seria tão fácil de extirpar essa prática, que era realizada há mais de dois séculos.

Em 1724, havia sido criado, por ordem do rei Filipe V de Espanha, um novo forte para proteção da embocadura do Rio da Prata: o forte San José. Esta fortificação daria origem à cidade de Montevideu. Assim, depois de 1749, quando foi elevada à condição de *Gobernación Política y Militar*, Montevideu tornou-se importante centro de comunicação com a Espanha, além de ser responsável pelo controle das embarcações que entravam no Rio da Prata. Por outro lado, foi a partir dela (apesar de determinados períodos em que foi ofuscada por Maldonado, mais a leste) que se deu início ao povoamento do interior da Banda Oriental do rio Uruguai¹ por estrangeiros que chegavam por via marítima.

Após verificar tal panorama, cabe levantar alguns questionamentos que possam nos guiar na busca para desvelar uma possibilidade interpretativa dos fatos que fazem parte do nosso objeto de análise. Por isso, a tese aqui apresentada é, justamente, uma discussão a fim de compreender as políticas implementadas por Portugal para fazer entrar tropas de seu exército, em 1811, na Banda Oriental do rio Uruguai. Para tanto, levantamos as seguintes questões:

¹ Em razão de o território em questão ser balizado a oeste, em toda sua extensão norte-sul, pelo rio Uruguai, iremos tratá-lo por esta denominação. Essa explicação faz-se necessária, porque em algumas bibliografias a denominação utilizada é “Banda Oriental do Rio da Prata”.

1º - Para Portugal se lançar à conquista de territórios no Prata nas primeiras décadas do século XIX, influiriam ainda fatos ocorridos nos séculos XVII e XVIII, como a fundação da colônia do Sacramento e o incremento do contrabando na economia lusitana?

2º - Para que a Coroa portuguesa almejasse estender seus territórios até o Rio da Prata imperavam, naquele momento, os interesses econômicos, com vistas a controlar o comércio que se processava naquela região?

3º - Seria pela pressão da Inglaterra, na época a principal potência econômica e política do mundo, que Portugal se insinuou claramente em administrar os territórios espanhóis na América a partir da chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro?

4º - Teria sido ainda pela pressão inglesa que, entre 1810 e 1811, houve uma postura menos agressiva da diplomacia lusitana em relação ao Rio da Prata?

Para a análise dessas questões, foi preciso recorrer à bibliografia que discute o assunto, principalmente encontrada nos países platinos, mais que no Brasil, além de uma pesquisa em fontes documentais que pudessem auxiliar na compreensão do período compreendido entre 1807 e 1812. Com isso, queremos verificar as linhas diplomáticas e ações políticas adotadas por Portugal para a defesa/alargamento de seu território colonial na América do Sul e a primeira tentativa de controle do território da Banda Oriental do rio Uruguai.

Tais questões, sem dúvida, estavam intimamente ligadas às suas condicionantes européias e, ao mesmo tempo, regionais. Na Europa, Inglaterra e França caracterizavam-se pela sobrepujança nas questões de ordem política, econômica e diplomática, influenciando sobremaneira a relação das metrópoles com suas colônias e agindo, por vezes, diretamente no cenário colonial, por meio de legações e enviados especiais. Na América Meridional, os processos em prol da independência das colônias espanholas seria elemento que pesaria preponderantemente nas decisões lusitanas.

É preciso levar em consideração que, num curto período, de 1805 a 1808, tanto a América quanto a Europa foram “sacudidas” por revoltas e ataques diretos que envolviam França e Inglaterra: em Buenos Aires, duas invasões inglesas e o envio de emissários franceses para tecer acordos com o vice-rei do Prata; na região Ibérica, o domínio francês

sobre a Espanha e a invasão a Portugal, que acabou ficando por mais de uma década sob a proteção e “gerência” inglesa; e, em decorrência do que ocorria na Europa, a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808. Logo em seguida, observamos os movimentos em prol da independência dos territórios hispano-plateanos tomarem força, assim como as tentativas do príncipe regente português dom João ser reconhecido como defensor das colônias espanholas na América; ao mesmo tempo em que sua esposa, a princesa espanhola Carlota Joaquina, desejava o poder real que lhe “seria de direito”, tendo Buenos Aires como sede de governo.

Além disso, temos de levar em consideração o que, por vezes, pode representar papel relevante nesta tese: o desenvolvimento do comércio capitalista em benefício daqueles que melhor aproveitassem as oportunidades de se fazerem presentes em meio às disputas diplomáticas e políticas, ou que soubessem reverter para si os benefícios de um momento conturbado politicamente, mas que, economicamente, era proveitoso. Para isso, veremos até que ponto os acordos políticos e diplomáticos estavam entrelaçados às situações do meio econômico.

Portanto, o panorama existente na passagem entre as duas primeiras décadas do século XIX demonstra a complexidade de fatores que devem ser analisados. Assim, visualizamos algumas hipóteses que podem oferecer o fio condutor à análise desta tese:

1ª - As tentativas de Portugal de estender os domínios até o Rio da Prata podem ser percebidas desde o século XVII, especialmente a partir da fundação da colônia do Santíssimo Sacramento, pois a construção de um entreposto comercial que estivesse localizado estrategicamente em frente de Buenos Aires (único porto da região) beneficiaria imensamente a economia portuguesa e a fixação da população na região meridional do Brasil.

2ª - Alguns autores, tanto brasileiros quanto estrangeiros, apontam que, com base na análise documental, pode-se perceber um forte interesse de Portugal em participar ativamente do comércio realizado com o interior do continente, especialmente se verificando a possibilidade de chegar até as minas de Potosí e ao Alto Peru, visto que Espanha enriquecia rapidamente com a extração de metal precioso daquela região, ao passo que a Coroa portuguesa ainda não obtivera sucesso extrativo tão significativo com a cana-de-açúcar no Nordeste.

3ª - Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro dos Negócios Estrangeiros de dom João no período compreendido entre 1808 e 1812, era anglófilo e mantinha contato direto com Lord Strangford, ministro plenipotenciário da Inglaterra no Brasil. Somado a isso, verificamos que as primeiras correspondências que continham intenções taxativas de anexar o Vice-Reinado do Rio da Prata ao império português foram escritas justamente pelas mãos de dom Rodrigo, logo da chegada da família real ao Rio de Janeiro. Da mesma forma notamos, desde meados do século XVIII, a preponderância inglesa nos assuntos atlânticos em razão dos seus interesses econômicos na região.

4ª – Com as agitações que ocorriam no Rio da Prata, principalmente em razão do embate entre o vice-rei dom Santiago de Liniers e o governador de Montevideú, dom Francisco Javier de Elío, bem como do acordo firmado na Europa entre a Junta Central de Espanha e o governo britânico, houve uma modificação das intenções inglesas em relação às colônias americanas, especialmente a partir de 1810.

É preciso lembrar que, para proceder a um estudo analítico dessa natureza, os problemas gerados na Europa (que não eram poucos, visto o processo de ocupação napoleônica e conseqüentes revoluções liberais que os sucederam) possuíam agravantes quando transpostos para a realidade das colônias americanas, tanto portuguesas quanto espanholas, pois se diluíam em ofícios e determinações, dificilmente cumpridas nas terras d'além-mar. Era muito natural que isso acontecesse, visto que a realidade das colônias não se equiparava em nada à realidade das cortes européias, tanto em seus condicionantes econômicos, quanto políticos e sociais.

Assim, para organizar as informações e construir conhecimento acerca das ações portuguesas para conquistar a Banda Oriental do rio Uruguai, esta tese está dividida em três capítulos, os quais têm o intuito de levar o leitor, por meio de uma leitura minuciosa da documentação, aos motivos e meios pelos quais a Coroa portuguesa adentrou no território da Banda Oriental em 1811, inicialmente sendo contrária aos acordos de paz travados entre Buenos Aires e Montevideú, mas acabando por acatá-los a partir de maio de 1812.

O primeiro capítulo apresenta, inicialmente, informações sobre a formação do Vice-Reinado do Rio da Prata, da política ibérica e dos acontecimentos que foram levados a cabo entre os séculos XVIII e início do XIX, especialmente na Europa. Após uma breve exposição

acerca dos conceitos que servirão de suporte à discussão em torno das demarcações das fronteiras na América Meridional, iniciamos ainda nesta parte do trabalho a apresentar os fatos capitais para as ações e reações produzidas no Brasil e na região do Rio da Prata, como os tratados estabelecidos entre ambas as Coroas ibéricas anteriores à chegada da família real ao Brasil; a importância que a região do Atlântico Sul passou a ter no decorrer do século XVIII para as economias européias e, por fim, especialmente, a influência que a chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro, em março de 1808, fugindo da Europa consumida em guerra pelas invasões promovidas por Napoleão Bonaparte, iria exercer nas relações mantidas com as colônias espanholas da América.

No segundo capítulo, e o mais extenso deste trabalho, procuramos analisar a participação e, especificamente, as “intrigas” da princesa Carlota Joaquina e de seus auxiliares, bem como as ações dos ministros portugueses e dos enviados estrangeiros – dentre os quais se destacam os ingleses Lord Strangford e o almirante Sidney Smith –, espanhóis – especialmente o marquês de Casa-Irujo e o “secretário-guardião” da princesa, José Presas – e *criollos* – tais como os irmãos Peña, o secretário do consulado do Rio da Prata Manoel Belgrano e o comandante Martín de Pueyrredón –, direcionadas ao Rio da Prata. Neste capítulo também serão caracterizadas algumas categorias, como “carlotistas”, “patriotas” e “realistas”, fundamentais para a compreensão das disputas em tela. Contamos para isso com farta documentação primária, tomando como base para discussão os decretos, os tratados, os acordos e, especialmente, as correspondências trocadas pelos principais atores que estiveram, algum aspecto, envolvidos nas relações entre Portugal, Inglaterra, Espanha, e suas respectivas colônias na América Meridional, durante o período compreendido entre 1805 e 1809.

Com o perceptível aumento da pressão exercida por diversos personagens que desejavam uma atitude mais enérgica da política exterior portuguesa em relação ao Vice-Reinado do Rio da Prata, o terceiro e último capítulo desta tese de doutoramento versa, inicialmente, sobre as incertezas daqueles que desejavam o reinado da princesa Carlota na América espanhola. Analisando a vasta documentação espanhola, especialmente a pressão exercida por Carlota e outros tantos hispano-americanos sobre as Cortes espanholas, desejosos de uma solução para o governo, acéfalo após o aprisionamento da família real espanhol por Napoleão, demonstramos o alcance da rede de comunicação criada em prol da manutenção/dissolução do império hispano-americano. Com isso, analisamos um ponto nevrálgico dos acontecimentos ocorridos no período anterior à entrada das tropas portuguesas

na Banda Oriental e, podemos dizer, um de seus condicionantes: a formação da Junta Governativa Provisória de Buenos Aires com a extinção do cargo de vice-rei e o início das investidas militares ao interior do antigo território que compreendia o Vice-Reinado do Rio da Prata. Desse momento em diante, nossa preocupação será analisar as inúmeras fontes que, por diversos vieses e óticas, nos levassem a compreender os motivos e características da entrada das tropas portuguesas na Banda Oriental do rio Uruguai, em julho de 1811. Ao cabo deste capítulo, então, percorremos as discussões entre as esferas de poder envolvidas acerca da permanência ou não das tropas portuguesas naquela porção do território platino até sua evacuação, mesmo que parcial, no ano de 1812.

Vale ressaltar que a bibliografia utilizada para a realização desta tese foi composta principalmente por obras de autores brasileiros que se debruçaram sobre o tema da região do Rio da Prata, ainda no início do século XX. Deles extraímos importantes dados e linhas de orientação para a realização de uma revisão bibliográfica voltada para pontos que são inerentes a qualquer trabalho que se pretenda elucidativo sobre o assunto, como a crise do antigo sistema colonial, a economia mercantil, o processo de adoção do liberalismo de Estado, a diplomacia, além de obras que caracterizassem personagens importantes nessa trama histórica, como a princesa Carlota Joaquina, o príncipe regente dom João, os ministros dom Rodrigo de Sousa Coutinho e Lord Strangford, o rei dom Fernando VII, os vice-reis espanhóis, etc.

No ano de 2004, quando já possuíamos a base bibliográfica pontuada para a construção inicial da narrativa, fomos incansavelmente em busca das fontes documentais que nos oferecessem realmente o aporte sistemático e científico à pesquisa. Iniciamos nossa busca por Buenos Aires, onde, já na primeira visita, encontramos uma base documental bastante vasta, possibilitando-nos trazer na bagagem, ao final das pesquisas, mais de duzentas páginas fotografadas digitalmente, que foram logo transcritas a fim de que pudéssemos ter um banco de dados mais organizado e de fácil acesso quando fosse preciso inseri-las no *corpus* da tese.

Logo em seguida, partimos para o Rio de Janeiro, a fim de verificar as fontes documentais existentes no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, no Museu Imperial de Petrópolis e no Arquivo do Itamaraty. Em razão do tempo disponível, conseguimos angariar as fontes do Arquivo Nacional na primeira visita, juntando um montante considerável de fontes, que perfizeram aproximadamente 450 laudas digitalizadas. Em outra visita, realizada

em 2005, pudemos trazer mais fontes, estas provenientes tanto do Arquivo Nacional como do Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis, bem como da Biblioteca Nacional, que resultaram em mais de trezentas folhas digitalizadas.

Por fim, em janeiro de 2006, na última visita que realizamos à cidade do Rio de Janeiro, dedicamo-nos exclusivamente a pesquisar a documentação existente no Acervo do Arquivo Histórico do Itamaraty. Nele, encontramos um imenso manancial de materiais, dos quais tivemos de optar pelas fontes que mais contribuiriam para o trabalho que pretendíamos realizar e que constituíram uma base documental com mais de 2500 páginas fotografadas.

A partir daí, da heurística inicialmente implementada, foram meses a fio lendo, relendo, analisando, interpretando e anotando resultados colhidos nas fontes documentais que possuíamos. Nesse momento, a hermenêutica foi essencial para que pudéssemos verificar aquilo que poderia servir de suporte na construção da narrativa histórica e, conseqüentemente, para o encadeamento das diversas visões acerca da nossa problemática. Assim, guiado também – e não conseguiria chegar até aqui sem o imensurável auxílio dedicado até pouco tempo atrás – pela insubstituível maestria em concatenar a imensa gama de opções que se me apresentavam, o professor Braz Brancato, em diversas reuniões, ia-me indicando caminhos que eu poderia percorrer e que, sempre com total liberdade, poderiam me levar à construção daquilo que pretendia.

Dessa maneira, acredito que a tese que se apresenta a este PPG em História das Sociedades Ibero-Americanas é o resultado de um esforço em descortinar – para além da simples enunciação de fatos e, muito menos, de alcançar uma pretensa validade dos aportes suscitados – o relacionamento mantido pela corte de Portugal logo de sua chegada ao Brasil, em 1808, e os motivos que a levaram a colocar suas tropas em território pertencente à então chamada Banda Oriental do rio Uruguai, em 1811.

É importante frisar ao leitor que, para não alterar a idéia dos autores das fontes das quais nos servimos para elaborar o “enredo” que passamos a apresentar, foi mantida a grafia original. Além disso, as fontes transcritas em língua francesa ou inglesa utilizadas neste trabalho terão em nota sua livre tradução, procurando enunciar de forma clara aquilo que seus autores pretendiam no momento de sua redação.

CAPÍTULO I

1 A ORGANIZAÇÃO LUSO-ESPANHOLA NA REGIÃO DO RIO DA PRATA

O objetivo deste estudo é desvelar as políticas implementadas por Portugal para fazer entrar tropas de seu exército, em 1811, na Banda Oriental do rio Uruguai, situada justamente numa região chave para o controle do escoamento de toda produção espanhola do interior da América Meridional, ponto importante para as rotas comerciais que cruzariam o Atlântico Sul durante o século XVIII e início do XIX.

Para verificar como se deu o início efetivo dos entraves entre Portugal e Espanha na América do Sul durante o século XIX, cada qual buscando garantir para si o território da Banda Oriental do rio Uruguai, foi preciso recorrer às questões de ordem econômica e geopolítica anteriores, pois tais elementos iriam contribuir para a pressão exercida por ambas as Coroas ibéricas sobre o território disputado.

Com isso, urge esclarecer, de antemão, que não foi apenas a partir da vinda da família real portuguesa para o Brasil que os interesses da Coroa lusitana voltaram-se para os domínios espanhóis na América do Sul e, mais especificamente, na região da Banda Oriental. Esse interesse já vinha de há muito tempo, sendo discutido nos círculos de decisões da política portuguesa. Não temos dúvida disso quando nos reportamos aos tratados do final do século XVIII, como os de Madri e Santo Ildefonso². Como relata Tulio Donghi:

² Sobre tais tratados, verificar entre outros: QUEVEDO, Júlio. *Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata*. São Paulo: Edusc, 2000; CAMARGO, Fernando. *O malón de 1801: a guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Clio Livros, 2001; GOLIN, Tau. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002; VIANA, Hélio. *História das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1948 (cap.VIII). GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul*. 2.ed. Passo Fundo/Porto Alegre: Ediupf/Ufrgs, 1999.

En la segunda mitad del siglo XVIII las dos potencias ibéricas van a emprender – primero Portugal y más tarde España – una reordenación profunda de las relaciones administrativas, militares y mercantiles con sus posesiones americanas, que es sólo parte, aunque esencial, de una tentativa de más amplia por alcanzar una posición menos marginal en un sistema europeo que se está haciendo mundial.³

Espanha e Portugal encontravam-se, no final do século XVIII, em situação difícil. Em Portugal, com a morte do rei dom José I, a política do marquês de Pombal⁴ foi deixada de lado pela então rainha dona Maria I. Os comerciantes ingleses, que trabalhavam principalmente nos portos portugueses, através de companhias, exercendo grande influência econômica sobre a Metrópole e, conseqüentemente, sobre as colônias, beneficiavam-se cada vez mais com os acordos realizados entre Portugal e Grã-Bretanha.

A influência da Grã-Bretanha pode ser percebida nas medidas políticas adotadas pelo governo português a fim de garantir o comércio – mesmo o ilegal – e proteger sua economia. No Brasil, especialmente onde os reflexos das medidas adotadas pela Coroa chegavam mais depressa em razão da “intimidade” que havia dentro dos círculos políticos e intelectuais, os resultados da situação econômica portuguesa eram sentidos de maneira mais próxima, gerando crises bastante sérias na relação colônia-Metrópole⁵.

Aliás, observamos que, desde 1680, com a fundação da colônia do Sacramento pelos portugueses, do outro lado do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires, o comércio que os ingleses impulsionaram na região tinha o beneplácito dos acordos firmados entre Portugal e Grã-Bretanha, como o de Utrecht, em 1713. Assim, a Espanha percebia que suas terras estavam à mercê de elementos que poderiam implementar ações conjuntas para aumentar as

³ É importante salientar que será mantida a grafia original de todas as fontes utilizadas neste trabalho. DONGHI, Tulio Halperin. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos 1750-1850*. Madrid: Alianza Editorial, 1985. (História de América Latina, 3). p. 17.

⁴ Conhecido mais pelo seu título de marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo nasceu em 13 de maio de 1699, em Lisboa. Seus pais tinham, até certo ponto, uma vida modesta, devendo a seu tio Paulo de Carvalho os bens que veio a possuir a partir de 1737, e também a herança política. dom João da Mota, primeiro-ministro de Portugal, nomeou-o, em 1739, para o cargo de diplomata da corte portuguesa em Londres. Em 1745, foi responsável por uma mediação entre a imperatriz da Áustria Maria Tereza, e a Santa Sé, permanecendo em Viena até 1749. Em 3 de agosto de 1750, após a morte de dom João V, o qual não tinha a menor simpatia por Sebastião, foi chamado pelo príncipe dom José I para assumir a Secretaria de Estado do Reino, portanto, tornando-se primeiro-ministro de Portugal. Cf. AZEVEDO, João Lúcio de. *O marquês de Pombal e a sua época*. São Paulo: Alameda, 2004. Capítulos I a III.

⁵ Nas últimas décadas do século XVIII foram pontuais, mas importantes, as três conjurações que propunham uma revisão e o abandono do Pacto Colonial entre o Brasil e a Metrópole, em virtude da opressão metropolitana sobre a colônia, especialmente pela falta de recursos e pelos pesados impostos que deveriam ser pagos a Portugal: a Conjuração Mineira, em 1789, a Conjuração Carioca, em 1794, e a Conjuração Baiana, em 1798. Todas, porém, foram reprimidas duramente pelo governo, que temia, especialmente naqueles anos, a invasão de uma onda liberal de origem francesa.

regiões sob sua influência e, conseqüentemente, de lucratividade. A questão econômica era, sem dúvidas, um dos fatores primordiais das investidas estrangeiras sobre a região do Prata em princípios do século XVIII.

Do outro lado do Rio da Prata, o posicionamento estratégico de Buenos Aires pode ser considerado, do ponto de vista português e inglês, segundo três aspectos: 1º) a possibilidade de servir como um entreposto para as navegações feitas entre a Europa e a Ásia; 2º) a possibilidade de aumentar o contrabando da prata vinda de Potosí, desviando-a diretamente para os cofres britânicos e portugueses; 3º) a utilização dos produtos provenientes da própria região platina, essencialmente o gado, a fim de realizar um comércio bastante lucrativo dos subprodutos derivados do animal, largamente utilizados em toda América e na Europa.

A Espanha, por sua vez, passava no século XVIII por uma reorganização interna, fator que, desde a Guerra da Sucessão Espanhola, em 1701, mostrava-se cada vez mais presente. Fernando VI e Carlos III puseram em prática reformas nos mais diversos setores do governo espanhol a fim de promover a “ilustração” do Reino, levando ao poder um despotismo esclarecido que já havia sido utilizado em outras Casas reinantes da Europa⁶. Portanto, a Espanha tentava adequar-se ao ritmo imposto pelas duas principais potências da época: Inglaterra e França. Em virtude desse quadro, ressaltamos alguns dos principais problemas que podem ser visualizados e auxiliam na compreensão da perda de poder da Metrópole espanhola sobre as colônias americanas em finais do século XVIII:

1º a geografia, levando-se em consideração a extensão bastante dilatada dos territórios coloniais, que impulsionava a uma regionalização de interesses e peculiaridades sem tamanho; a existência de selvas, relevos e hidrografias que impediam a comunicação, muito difícil pelos meios que se dispunham à época, e a perda paulatina do controle das rotas comerciais oceânicas, principais ligações entre a Metrópole e seu império;

2º as reformas: ao mesmo tempo em que legavam maior autonomia político-administrativa para as colônias, não estavam de acordo com o modelo altamente burocrático utilizado na Metrópole;

⁶ Ver o texto de CARMARGO, *O malón de 1801...*, p. 67-68.

3º a imobilidade econômica, vinculada a um modelo mercantil já ultrapassado (basta ver a Revolução Industrial que se operava na Inglaterra), que na América não estava de acordo com os interesses já enraizados e as práticas econômicas (principalmente o contrabando), levadas a cabo especialmente por elementos estrangeiros e *criollos*, que desde cedo foram moldando a economia colonial.

Ao final do século XVIII, dois acontecimentos exteriores ao império espanhol também influenciariam a nova conjuntura que se verificaria logo em seguida, por meio de mais reformas concernentes especialmente à hispano-América: a independência norte-americana (1776) e a Revolução Francesa (1789). Esses dois acontecimentos, difusores de um novo *modus* social, mas principalmente político e econômico, geraram conseqüências também à Espanha.

Além da proximidade dos EUA com as colônias, assim como da França com a própria Metrópole, houve uma certa ameaça ideológica aos preceitos do Antigo Regime, levando a que o Império espanhol fosse impelido a realizar acordos principalmente com a última, e, por outro lado, tentando buscar auxílio junto à potência historicamente inimiga, a Grã-Bretanha. Assim, podemos dizer que no governo de Carlos IV, que assumiu o trono espanhol em 1788, iniciou-se uma nova fase da história peninsular espanhola. As estruturas do Antigo Regime, já desgastadas, iam gradualmente sendo substituídas pelas linhas liberais⁷, que se expandiam por todo Ocidente, determinando a mudança contínua dos aspectos sociopolíticos e, sobretudo, econômicos influenciados pela crescente industrialização. Tais mudanças, entretanto, só

⁷ Tomam-se aqui por “liberalismo”, as linhas professadas desde o século XVII por John Locke (1632-1704), tido por muitos como o pioneiro e principal desenvolvedor das teorias que serviriam, até nossos dias, como base dos Estados democráticos, tanto na economia como na política e nas relações sociais. Analisando a importância dos conceitos de Locke na transição do Antigo Regime (absolutismo) para o Estado liberal, entre os séculos XVIII e XIX, Braz Brancato afirma que “las influencias de sus ideas há traspasado los límites de su tiempo; y sus doctrinas sobre el Derecho Natural, el gobierno limitado y el derecho que tienen las gentes de rebelarse contra el gobierno que se hace tiránico, - aspecto por él defendido – fueron las bases sobre las que se fue construyendo el edificio del nuevo orden político, que se impondría a finales del siglo XVIII.” BRANCATO, Braz A. A. *Don Pedro I de Brasil, posible rey de España* (una conspiración liberal). Porto Alegre: Edipucrs, 1999. p. 35. Ainda em relação ao impacto do liberalismo no período analisado neste trabalho, vemos o que Dinarte Belato, citado por Argemiro Brum, afirma em relação à fase que denomina como “revolucionária” na evolução do liberalismo, que compreendia o período de 1600 a 1814, “em que a teoria e a prática avançaram lentamente, tendo como principais centros a Inglaterra e a França. Buscava-se afirmar a liberdade do indivíduo, do capital e do comércio frente aos empecilhos do Estado Absoluto [...]”. BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. 18.ed. Petrópolis; Ijuí: Vozes; Unijuí, 1998. p. 28. Dessa forma, aos poucos, especialmente com o suporte das idéias da ilustração, o desejo de ser livre, inerente ao homem, foi tomando caráter primordial na busca para dar vazão à expansão que se impunha com o avanço tecnológico e econômico. Tanto que a principal beneficiada pela implantação do liberalismo seria a burguesia, que tinha as condições necessárias para se manter no topo da cadeia produtiva.

viriam se concretizar de fato na península, apesar de ter pouca duração, praticamente vinte anos mais tarde, com a formação das Cortes de Cádiz e a primeira Constituição espanhola.

A proximidade da Espanha com a França, tanto pelos acordos assinados entre ambas, especialmente as malogradas ações de Manuel de Godoy⁸, quanto pela falta de condições para fazer frente aos maiores impérios da época, levaria o reino espanhol a perdas consideráveis no final do século XVIII e início do XIX. Esses fatores provocaram um período de profundas alterações e dominação do qual a Espanha não conseguiria se livrar tão facilmente, acarretando incomensuráveis privações à sua política e à economia. Dessa situação também não escapariam suas colônias ultramarinas.

Anteriormente, para tentar salvaguardar seus interesses na América, assim como para executar um plano baseado na economia metropolitana em voga, o rei espanhol Felipe V fundou, em 1717, o Vice-Reinado de Nueva Granada. Da mesma forma, Carlos III decidira fundar, em 1776, o Vice-Reinado do Rio da Prata (um dos maiores em extensão, onde hoje se encontram a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia)⁹.

Dessa maneira, tentava-se manter um controle maior sobre dois pontos importantes para o comércio realizado oficialmente pela Espanha na América do Sul: o estreito do Panamá, utilizado como via de comunicação e transporte de mercadorias desde o princípio da colonização e da extração de minérios no Alto Peru, e a embocadura do Rio da Prata, o que levou a que o vice-reinado platino crescesse de maneira impressionante em curto espaço de tempo. Esse crescimento estava relacionado à premissa de possuir o primeiro porto fundado no Atlântico Sul para, de fato, facilitar a ligação com a Metrópole espanhola e que possuiria,

⁸ Nas palavras de Túlio Halperin Donghi, Godoy era o “favorito del rey y la reina [...] no ha gozado de buena reputación entre sus contemporáneos y entre los historiadores, pero esta condena general no tiene quizá en cuenta la extrema dificultad de las situaciones que España iba a afrontar.” DONGHI, *Reforma y disolución de los imperios ibéricos*, p. 78. Assim, talvez imbuídos do mesmo espírito descrito por Donghi, Williman e Pons registram, após discorrer sobre a rápida ascensão de Manuel Godoy dentro do governo espanhol, que, como “amante público de la Reina, ésta había obtenido para él las más altas jerarquias em pocos meses, cuando [...] contaba solo veinticinco años.” WILLIMAN, Jose Cláudio do Amaral; PONS, Carlos Panizza. *La Banda Oriental em la lucha de los Impérios: 1503-1810*. Tomo I. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1977. (Historia Uruguay). p. 162. O fato é que, provavelmente insuflados pela história oficial espanhola ao tempo da restauração de Fernando VII, os historiadores tenham execrado Godoy, reservando-lhe a posição de principal responsável pela invasão francesa à Espanha, “autorizada” pela assinatura do Tratado de Fontainebleu com a França, em 1807, pelo qual se definiram as formas de invasão ao território português pelas tropas francesas e sua divisão em três reinos distintos. O “Príncipe da Paz”, como Godoy era chamado em função da sua ação para tecer os tratados que ficaram conhecidos como a “Paz de Basileia”, reconhecendo a França revolucionária, faleceu em Paris, em 4 de outubro de 1851.

⁹ GALLO, Klaus. *De la invasión al reconocimiento: Gran-Bretaña y el Río de la Plata 1806-1826*. Trad. César Aira. Buenos Aires: A-Z, 1994.

daquele momento em diante, uma estrutura capaz de prover as principais relações comerciais mantidas com Espanha.

Em virtude das sucessivas guerras em que os espanhóis estavam envolvidos no desabrochar do século XIX (primeiro com Inglaterra, depois com França e com Portugal), assim como das reformas borbônicas iniciadas nas últimas três décadas do século XVIII, as relações comerciais da América espanhola, antes mantidas apenas com a Metrópole, iriam sofrer alterações consideráveis, abrindo-se os portos às outras nações, incrementando a economia que se verificava tanto na costa quanto no interior do continente.¹⁰

Portugal, por sua vez, em virtude das concessões que fez em seu sistema econômico, justamente pelo fato de possuir colônias muito dispersas umas das outras e, na metade do século XVIII, ter pouco retorno financeiro como Metrópole, encontrava-se em situação muito difícil, precisando, assim, reorganizar suas colônias com uma maior determinação administrativa e, sobretudo, econômica. Houve, então, uma reorganização dos serviços públicos, incentivo das forças militares para inibir as tentativas de invasões de suas fronteiras, mantendo o domínio e soberania do território, além do aumento do sistema de exploração comercial sobre as colônias, especialmente no Brasil. Essas reformas visavam aumentar o poder econômico da Metrópole portuguesa para que pudesse sair de uma posição considerada inferior perante outros países da Europa, os quais, durante o século XVIII, foram conquistando uma posição consideravelmente vantajosa e cômoda, política e economicamente. Sebastião José de Carvalho e Mello, o marquês de Pombal, foi o responsável por essas sensíveis mudanças, na tentativa de “ilustrar” a corte portuguesa durante o reinado de José I. Entretanto, de acordo com João Lúcio Azevedo, as políticas econômicas de Pombal, na verdade, foram “quase sempre infeliz[es]”¹¹. Nota-se que o ministro, porém, parecia ser um homem imbuído dos preceitos e paradigmas do seu século, que tentava impor, em qualquer situação, “idéias que a persuasão, melhor que o constrangimento das leis, faria vingar”¹².

Com a morte do rei dom José I, em 1777, a política adotada por sua filha, a rainha Maria I, viria na contramão das reformas de Pombal, que foi processado e exilado de

¹⁰ Ver detalhes em GALLO, *De la invasión al reconocimiento...*, p. 12-17.

¹¹ AZEVEDO, *O marquês de Pombal e a sua época*, p. 338.

¹² *Ibid.*, p. 343.

Portugal. Assim, ao apresentar graves problemas neurológicos e entregar o poder à regência do filho dom João, a política de dona Maria I novamente ligou Portugal à dependência britânica.

Também, em virtude do exposto, as concessões de exploração das terras e dos portos na América, tanto por portugueses quanto por espanhóis, sempre motivaram discussões diplomáticas, não raramente com interferências de outros países, principalmente da Grã-Bretanha, no caso de Portugal, e da França, no caso da Espanha. Ambas desejavam usufruir algum tipo de lucratividade no comércio entre as metrópoles e suas respectivas colônias. Essas interferências externas e a necessidade de definição das fronteiras na América levaram Portugal e Espanha a firmarem alguns tratados que balizariam tais ações.

Os tratados caracterizaram-se como os principais meios utilizados para as tentativas de anexação de território e demarcação de limites no continente sul-americano desde a colonização; logo, Portugal e Espanha defenderam ferrenhamente seus pontos de vista em longas tratativas diplomáticas e durante um período, também bastante prolongado. Esse período, ainda, foi permeado por diversas ações bélicas de ambas as partes, a fim de reaver ou conquistar ao menos alguma parte do território da porção meridional da América do Sul. Por essas ações é que se pode verificar as atividades desenvolvidas pelas Coroas ibéricas em relação ao território conhecido na época como Banda Oriental do rio Uruguai¹³.

Verificamos, de antemão, que os tratados de limites, em sua maioria, reforçavam a visão atrofiada que os Estados monárquicos tinham de suas colônias, pois não demonstravam preocupação alguma com a população que porventura vivesse em determinada região, baseando-se especialmente em interesses econômicos para alterar, à revelia, a configuração territorial dessas colônias.

Entretanto, os problemas que “açoitavam” a Europa no início do século XIX (o início das invasões napoleônicas, a intensa busca por mercados para a produção industrial da Grã-Bretanha, as disputas territoriais entre os reinos) eram muito pungentes, conduzindo as Coroas ibéricas a se voltarem para questões mais delicadas naquele momento; desse modo, deixavam

¹³ Essa porção de terra, que hoje corresponde à atual República Oriental do Uruguai, na época estava limitada a leste pelo oceano Atlântico; ao sul, pelo Rio da Prata; a oeste, pelo rio Uruguai e, ao norte, pelo rio Ibicuí (limite que seria amplamente discutido a partir do tratado de Madri, em 1750, e perduraria até os tratados de Aliança entre Brasil e Uruguai, em 1851 e 1853).

de lado as questões de fronteiras, limites e demarcações¹⁴ que estavam por se realizar em suas colônias na América do Sul. Por isso, verificamos, justamente, que não há tratado algum assinado entre ambas as Coroas num período de quase trinta anos que se referisse especificamente às fronteiras na América do Sul. Na Europa estava em jogo a soberania dos reinos, visto que Napoleão, qual um novo César¹⁵, ditava aos europeus uma nova ordem.

As ações de Napoleão, a incipiente industrialização e a tentativa de garantir as riquezas coloniais ao final do século XVIII viriam pôr em dúvida a condição econômica das colônias na América, obrigando tanto Portugal como a Espanha a tomarem decisões administrativas e políticas de forma a olhar para estas não apenas como terras a serem exploradas, mas também como possibilidade de servirem como suportes para seus reinos em caso de invasão e conquista. Além disso, como assinala João Paulo Pimenta, referindo-se à alteração no plano das idéias que ocorreu durante o século XVIII, “a idéia de que a verdadeira riqueza provinha da terra, aliada ao desenvolvimento do comércio, conferiu às colônias de ambos os impérios o caráter de potencializadoras da almejada transformação.”¹⁶

Em razão do panorama visualizado na transição entre os séculos XVIII e XIX, podemos resgatar uma pergunta de autoria de Pandiá Calógeras em relação à administração Colonial: “Como atender à America, e aos conflictos locaes, e aos termos de tratados, caducos pela fôrça immanente das cousas e pelas impossibilidades materiaes?”¹⁷ Para responder a essa pergunta é preciso mergulhar na questão das disputas de territórios de 1801, quando um grupo de luso-brasileiros, composto principalmente por contrabandistas e desertores do exército imperial, dentre os quais Manoel dos Santos Pedroso, José Borges do Canto e Gabriel Ribeiro de Almeida, propôs que fosse retomada a posse dos Sete Povos das Missões do Uruguai para a Coroa portuguesa. Este ato foi citado na literatura da área como

¹⁴ Conforme Fernando Gil: “Entende-se por demarcação a fixação de domínios diferenciados do conhecimento [...] e a demarcação explicita-se através do que é o seu conteúdo, quer dizer pela identificação dos domínios do conhecimento.” apud MARTINS, Rui Cunha. “Fronteira, referencialidade e visibilidade” *Estudos Ibero-Americanos* – Revista do Departamento de História, Porto Alegre: Edipucrs, ed. esp., n. 1, 2000. p. 7.

¹⁵ Utiliza-se, nesse aspecto, uma figuração embasada no que diz Ricoeur, quando fala de um “acavalamento político”, significando que “cada poder imita e repete um poder anterior: todo Príncipe quer ser César, todo César quer ser Alexandre, todo Alexandre quer helenizar um déspota oriental.” RICOEUR, Paul. *O justo ou a essência da justiça*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. p. 27.

¹⁶ PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)*. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 66.

¹⁷ Aplicamos aqui o questionamento defendido por Calógeras durante o período da unificação da monarquia espanhola, quando as questões da América foram deixadas em segundo plano a fim de conseguir defender, também, a propagação e manutenção da Igreja Católica na Europa. CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império*. v. 1 – As origens. Brasília: Senado Federal, 1998. p. 99.

um levante de “maloqueiros, bandoleiros”, portanto, um *malón*¹⁸. Assim, percebemos o quanto as disputas de territórios ocorridas nesse episódio foram a demonstração da problemática defesa por parte de espanhóis e portugueses de seus territórios na América Meridional, tendo em vista que tinham de defender suas fronteiras na Europa.

No plano político, especialmente dos interesses econômicos, valendo-se da diplomacia, os tratados expressavam a definição dos limites entre os territórios reinóis, porém, como tais limites não possuíam linhas visíveis, avançavam ou retrocediam conforme as alterações dos interesses sobre o espaço. Assim, lançava-se mão de um variado aparato de proteção ou avanço para garantir e, ao mesmo tempo, angariar mais terras. Tanto espanhóis quanto portugueses, por exemplo, utilizavam-se das guardas, ainda que de maneira pouco planejada e eficiente, como postos avançados para preservar os limites territoriais das colônias na América Meridional.

É interessante salientar que, em 1801, no Tratado de Paz de Badajós não constaram, de forma explícita, as questões referentes à América Meridional, mas somente sobre as fronteiras luso-espanholas na Europa. As fronteiras luso-brasileiras e hispano-platinas, como a divisa com a Banda Oriental do rio Uruguai, só começariam a ser consolidadas quase meio século depois¹⁹.

Em relação a Portugal, a questão territorial não mudava de aspecto, pois era o iminente rival político e econômico da região ibérica, assim como acontecia na América do Sul. Os limites ao sul da colônia do Brasil estavam totalmente incertos havia muito tempo; as seguidas incursões espanholas na região das Missões e nos territórios a oeste de Santa Catarina e sul de Mato Grosso levaram o governo português a iniciar a doação de sesmarias²⁰

¹⁸ Para uma compreensão mais abrangente do que foi o *Malón* de 1801, bem como sobre a Guerra das Laranjas na Europa, deve-se consultar CAMARGO, *O malón de 1801...*

¹⁹ Vale ressaltar que nos artigos III e IV do Tratado de Badajós foram enumerados todas as praças e territórios que deveriam ser devolvidos reciprocamente a Portugal e Espanha e em nenhum momento registra-se qualquer relação direta sobre a América Meridional, onde os portugueses haviam tomado as Missões do Uruguai. O termo que se utiliza correntemente em termos generalizantes é o de “domínio”, cabendo aí, porém, mais de uma interpretação. Podemos afirmar, então, que o olhar lançado pelos litigantes ao negociarem tal acordo não ultrapassava o Atlântico. A íntegra do Tratado de Badajós de 1801 está disponível em: <http://www.arqnet.pt/exercito/tratado_badajoz.html>. Acesso em: 18 jan. 2007. Pode-se verificar sobre o mesmo assunto, tratado em seus pormenores, no livro de CAMARGO, *O malón de 1801...*, p. 142-146.

²⁰ Em Portugal, as sesmarias eram os “terrenos inclusos ou abandonados, entregues pela monarquia portuguesa, desde o século XIII, às pessoas que se comprometiam a colonizá-los [...] Uma sesmaria média, em regra, cerca de 6.500m². Instituídas no período medieval, as sesmarias projetaram-se para o período moderno, sendo transplantadas para as terras portuguesas de ultramar, inclusive o Brasil. Aqui elas assumiram feição peculiar,

nessas regiões. Não obstante, a militarização também foi fortemente desenvolvida. O intuito português, ao longo dos anos foi se tornando cada vez mais visível, pois a política emanada da Metrópole e, mais tarde, praticamente dentro do cenário em questão, já demonstrava a vontade de tomar para si os territórios espanhóis adjacentes à região sulina, incluindo o Paraguai, e, principalmente, monopolizar o comércio na região do Prata, até mesmo porque

a Banda Oriental do Uruguai, desdenhada pela Coroa espanhola nas primeiras etapas de colonização do Prata, endereçadas aos caminhos do Alto Peru e das minas de Potosí, ganhou especial realce com a instalação da Colônia do Sacramento, post-chave de acesso ao interior do Brasil [...] ²¹

Notamos, portanto, que os interesses de Portugal estavam direcionados, desde antes da transladação da corte para o Brasil, para a anexação dos territórios ao sul, como relata Oliveira Lima: “A corte do Rio de Janeiro não perdia, pelo que se vê, tempo em ajustar suas relações com as possessões que tocavam a fronteira meridional do Brasil”²².

As negociações que se realizavam entre os Estados interessados eram grandes jogos diplomáticos, tecidos de maneira gradativa, porque cada lado deveria ser ouvido, ter seu parecer debatido e, mais tarde, emitindo-se uma nota, concorda ou recusava tal assertiva, o que, por vezes, demorava anos. Nesse sentido, os interesses de cada uma das partes mostravam-se muitas vezes tão divergentes entre si que desencadeavam conflitos armados, como foi o caso das disputas pela região da Banda Oriental, das quais a Espanha e, mais tarde, as Províncias Unidas do Rio da Prata não abriram mão como continuação de seu território em detrimento da ocupação luso-brasileira, que durou cerca de oito anos.

Como descreve Oliveira Lima, as diferenças entre o Império brasileiro e a República Argentina, além das características políticas, eram mantidas, sobretudo, em razão de suas políticas de alargamento de território, não deixando de lado as intenções de anexar a Banda Oriental, mesmo que política e economicamente esta fosse plenamente discordante, na tentativa de livrar-se da secular dependência. Assim:

transformando-se em grandes latifúndios, reflexo de doações generosas da monarquia portuguesa.” Ver AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. São Paulo: Nova Fronteira, 1990. p. 358.

²¹ MOREIRA, Earle Macarthy. Construindo espaços, demarcando fronteiras. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero. *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo: Ediupf, 2002. p. 25.

²² LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p. 196.

Entre o Império e a República Argentina, além do regime político diverso que cada um destes países entrou a simbolizar, existiria todavia então o óbice da Cisplatina que sempre acirrava as duas Metrôpoles e continuaria a dividir as duas novas nações – porquanto, dos arrazoados de Garcia e da marcha de Lecor, o que ia resultar era a anexação portuguesa da Banda Oriental sem o restabelecimento da ordem e segurança na margem ocidental do Prata.²³

Assim, podemos dizer que os tratados de limites efetuados entre os Estados apresentavam algumas falhas legais, que, ao menor descuido, eram utilizadas como garantia de revisão e, portanto, possibilitavam o alargamento das fronteiras ou, até mesmo, a invalidação completa dessas, levando as partes interessadas a se envolverem novamente em longos “jogos diplomáticos”. Tanto Portugal quanto a Espanha se aproveitavam, pode-se dizer, freqüentemente, dessas falhas nos tratados para revitalizar suas tentativas de aumentar seus territórios, tanto na América como na Europa. Dessa forma – e não poderia ser diferente – é que ocorreu entre as Coroas de Portugal e Espanha uma série de “atritos e de tensão diplomática, gerador no Novo Mundo, de um ambiente de guerras e de luctas, a sabor das quaes se limitariam as possessões definitivas pela ocupação effectiva dos povoadores.”²⁴

Na segunda década do século XIX, Buenos Aires, tentando organizar-se para a independência, e o interior da Banda Oriental não aceitaram mais a submissão aos vice-reis²⁵, bem como as ordens que vinham da Metrópole espanhola. Enquanto isso, a Metrópole portuguesa, com sua diplomacia bastante cautelosa em relação ao Prata, organizava-se e fomentava uma invasão à Banda Oriental, até porque lhe convinha a divisão platina, pois “o fato é que nesse malfadado *imbróglio* platino cada qual procurava enganar o outro, adversário ou amigo, todos afinal se enganando a si mesmos”²⁶.

A demarcação da fronteira com a Banda Oriental era geopoliticamente importante tanto para Portugal quanto para a Espanha, pois a partir dela teriam condições de controlar a navegabilidade dos rios no interior do continente, essencial para a comunicação com zonas de

²³ LIMA, D. *João VI no Brasil*, p. 378.

²⁴ CALÓGERAS, *A política exterior do Império*, p. 48.

²⁵ O vice-rei espanhol era o mais alto funcionário político-administrativo da Coroa espanhola nas Índias, nomeado diretamente pelo rei. Tinha a decisão plena sobre matérias civis e criminais, além de receber honras de monarca. Na América, teria função de reger os assuntos políticos, administrativos, financeiros e militares, constituindo, juntamente com a Audiência, certa unidade institucional administrativa. No século XVIII, com a criação das intendências locais, as atribuições do vice-rei foram reduzidas. Verificar mais detalhes acerca das instituições políticas coloniais espanholas em WILLIMAN; PONS, *La Banda Oriental em la lucha de los Impérios...*, p. 58-59.

²⁶ LIMA, op. cit., p. 209-210.

produção localizadas longe dos centros de poder, como o Rio de Janeiro. Rogério Haesbaert da Costa assinala que na

disputa pela apropriação do espaço Extremo-Sul entre portugueses e espanhóis, ao longo dos séc. XVII e XVIII, é bem evidente no avanço e recuo das missões jesuíticas na alta bacia do rio Uruguai, onde estas se implantaram como verdadeiro “quisto” entre os territórios controlados pelas duas coroas. Aos poucos, a luta se expandiu para as áreas do Pampa, “terras de ninguém”, rumo ao estratégico estuário do Rio da Prata, verdadeira sentinela geopolítica onde, ainda em 1680, fora estabelecida pelos portugueses a Colônia do Sacramento, palco de acirradas lutas com os espanhóis²⁷.

Com a discussão sobre os aspectos de espaço, limites e fronteiras utilizados para caracterizar a disputa da região da Banda Oriental com o território luso-brasileiro, constatamos a utilização de conceitos ainda mais circunscritos a tal processo de consolidação. Julgamos ser interessante suscitar aqui questionamentos teóricos sobre fronteiras, em especial, o conceito de “fronteira natural” a partir da ocupação da Banda Oriental, que o historiador Fernando Camargo desenvolve ao afirmar:

A idéia de fronteiras naturais, no sentido de serem baluartes da manutenção territorial e da conformação territorial e física de um território, possuído ou ambicionado, assume proporções de primeira grandeza. Os elementos que, conforme essa lógica, prevaleciam nas questões, envolvendo o território da margem esquerda dos rios Uruguai e Pelotas (atuais Estado do Rio Grande do Sul e República Oriental do Uruguai), eram as estratégicas de defesa e administração do território, com uma tônica fortemente militarista e imperialista.²⁸

As fronteiras das quais tratamos neste ponto era muito instáveis durante o período colonial, o que facilitava geralmente, as tentativas de alargamento dos limites territoriais dos Estados em litígio. Entretanto, havia as delimitações resolvidas por meio de tratados, sobre os quais já discorremos anteriormente. Assim, entendemos a relação das metrópoles com suas fronteiras na América da mesma forma que Pimenta, que afirma:

A espacialidade das áreas coloniais era, e sempre foi, imprecisa, já que os Estados monárquicos nunca tiveram exato conhecimento de seus limites, marcos, jurisdições ou utilização social. Tinham, isto sim, idéias gerais e globalizantes que, do ponto de vista da administração colonial, homogeneizavam áreas bastante heterogêneas²⁹.

²⁷ COSTA, Rogério Haesbaert da. *RS: latifúndio e identidade regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 31.

²⁸ CAMARGO, *O malón de 1801...*, p. 51.

²⁹ PIMENTA, *Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata*, p. 50.

Em sua obra *A política exterior do Império*, Calógeras utiliza-se da conceituação de “fronteira natural” para suscitar uma discussão acerca da divisão das terras portuguesas e espanholas do estuário do Prata até o Paraguai. No texto, também percebemos como se dava a política levada a efeito por Portugal para a demarcação dos limites entre as duas Coroas na América:

Parece claro o intuito de Lisboa em fixar o limite entre as duas nacionalidades ibéricas pelo estuário do Prata e pelo valle do Paraguay acima. Fronteira natural, traçada grosseiramente de Sul a Norte, era facil de assignalar, respeitar e defender. Não a podendo basear nos tratados, cuidava de sophisma-los, recuando para Oeste o meridiano lindeiro³⁰.

Se analisado de uma ótica estritamente política, percebemos que muitas vezes, o planejamento para fixação das fronteiras já estava definido antes mesmo das convenções preliminares dos tratados; assim, a prevalência de um ou de outro objetivo devia-se muito mais à relação de poder que determinado Estado tinha sobre a outra parte na contenda que à discussão do tratado em si. Entretanto, sublinhamos que a condição de fronteira natural vista pela população ou pelos indivíduos que transitam por uma determinada zona processa-se num campo muito mais subjetivo, como o do sentimento de pertencimento, que ultrapassa a esfera de decisão governamental ou de superioridade política.

Segundo Heinsfeld³¹, com base em Carlos de Meira Matos³², ao fazer uma análise sobre a história da formação das fronteiras, podemos identificar três tendências básicas: as fronteiras naturais³², a fronteira faixa³³ e a fronteira linha³⁴. Cada um desses conceitos possui suas especificidades, que possibilitaram a formação das doutrinas geopolíticas utilizadas pela

³⁰ CALÓGERAS, *A política exterior do Império*, p. 159.

³¹ MATOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e teoria de fronteiras*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1990. p. 16 in: HEINSFELD, Adelar. *A geopolítica de Rio Branco: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino*. Joaçaba: Unoesc, 2003. p. 28-29.

³² Como o próprio termo denota, a “fronteira natural” caracteriza-se essencialmente pela separação, distinção de dois espaços politicamente independentes, por acidentes geográficos separadores, como rios, lagos, montanhas, floresta fechada... Essas fronteiras naturais seriam utilizadas em regiões onde houvesse uma área de povoamento mais acentuada.

³³ A “fronteira faixa” caracteriza-se pela maleabilidade de transição que há em determinado território onde existem níveis diferenciados de interesses, principalmente onde a posse da terra acentua-se mais que a própria povoação.

³⁴ No caso da “fronteira linha”, seu papel apresenta-se de maneira muito mais simbólica que os demais em relação a um espaço propriamente delimitado. Serviria para marcar um território, ainda despovoado, através de linhas imaginárias, apenas para tentar manter o direito de posse do Estado. Entretanto, a partir da pressão ocasionada pelo povoamento de uma área limítrofe, busca-se a fronteira natural para, então, delimitar concretamente o espaço.

diplomacia brasileira para, não só garantir seus territórios, mas também fazer prevalecer seus interesses políticos na consolidação do Estado.

A geopolítica, como pano de fundo para entendermos as delimitações de territórios é um fator a ser discutido posteriormente para a interpretação das políticas adotadas por Portugal e Espanha a fim de garantir seus limites na América, bem como por Brasil, Argentina e Uruguai, que dela se utilizariam mais tarde para demarcar as fronteiras meridionais, num projeto de “longa duração.”³⁵

Nesse sentido, Braudel³⁶ afirma que as fronteiras agem dentro de um dado espaço de duas formas: a primeira seria uma “disjunção espacial”; a segunda, uma “disjunção temporal”. A primeira ocorre, logicamente, pela quebra ou descontinuidade do espaço, a partir do momento em que é dividido em duas ou mais partes, que passam a ter condicionantes sociais, políticos e econômicos distintos. A segunda proposição eleva-se mais ao nível da relação temporal que há entre os espaços, podendo ter sido determinada pelo fator anterior, apresentando-se como uma evolução descontínua³⁷ dos mesmos condicionantes mencionados.

Entretanto, a questão suscitada em relação à longa duração das fronteiras históricas, para Rui Cunha Martins, remete a uma ambivalência, a um conceito contraditório, na medida em que ocorrem duas situações: a fronteira como resultado de um tratado de limites ou como uma construção político-identitária em virtude da miscigenação. Martins afirma que, mesmo no âmbito dos materiais aparentemente mais sólidos como constituintes da construção fronteiriça, de fenômenos aparentemente mais lineares, como os tratados, a arrumação empreendida é obrigada a conviver com o lastro de ambigüidade inerente à própria idéia de fronteira³⁸.

Referindo-se a uma idéia da sociedade que se encontra numa zona de fronteira, Elsa Laurelli³⁹ a percebe da seguinte forma: a *fronteira comum*, onde a identidade étnica e a

³⁵ Verificar a explanação sobre esse conceito em BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença. 1982.

³⁶ *Ibid.*, p. 9.

³⁷ HEINSFELD, *A geopolítica de Rio Branco: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino*, p. 28.

³⁸ MARTINS, Rui Cunha. Portugal e Brasil: modernidade e fronteiras. In: KERN, Arno Alvarez (Org.). *Sociedades ibero-americanas*. Reflexões e pesquisas recentes. Porto Alegre: Edipucrs, 2000. p. 141-142.

³⁹ LAURELLI Elsa. Reestruturação econômica em América Latina: ¿integración o fractura de los territorios fronterizos? In: CASTELLO, Iara et al. (Org.). *Fronteira na América Latina: espaços em transformação*. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 180.

economia encontradas nos dois lados da fronteira são comuns; a *fronteira ativa*, onde se encontram as “cidades-pares”, que se complementam por meio de atividades diferenciadas nos núcleos urbanos ali encontrados; a *fronteira de trânsito*, onde apenas se encontram ligações por meio de transportes entre os dois lados, mas não há intercâmbio.

Pela aproximação entre esses conceitos de fronteira, podemos constatar que em Meira Matos⁴⁰ a fronteira natural poderia se assemelhar, no tocante ao entrelaçamento social, ao que diz Laurelli sobre as fronteiras comuns, assim como a fronteira faixa se assemelha à noção de fronteira ativa, em menor ou maior grau de dependência. Partindo dessas proposições, é possível notar que a complementaridade de alguns conceitos é aproveitada em casos que se apresentam como *sui generis* dentro da teorização tradicional do elemento focalizado.

Para Rui Cunha Martins⁴¹, por exemplo (é importante salientar aqui que estão sendo deixadas de lado as suas discussões acerca da fronteira histórica e da fronteira metafórica), não se deve pensar na idéia de que a finalidade máxima da fronteira é a transgressão, pois, “de toda a evidência, as fronteiras que importa ultrapassar não se configuram sempre sob a forma de limite; persistem justamente no interior daquilo que é demarcado, muito embora a sua percepção enquanto limites efectivos nem sempre seja óbvia”⁴².

Comentamos, nesse ponto, a assertiva de Martins porque esse é o cerne da questão com que se depara o historiador ao analisar a configuração das fronteiras da região Sul do Brasil, as quais não tinham uma definição absoluta em relação aos aspectos que comportavam, tais como a sociedade, a cultura, a etnicidade, a economia ou a política. Acontece que

o desaparecimento [...] de uma fronteira, em dado local, acontecimentos que nos habituamos, instintiva e mediaticamente, a festejar, são por norma acompanhados da sua reificação ou reinvenção, em novo local, sob nova forma, e, muito provavelmente, com fraca visibilidade. É crível que um dos desafios mais interpelantes que se coloca ao conceito de fronteira, senão à própria História, decorra de uma particular sensibilidade para com esta linha de reflexão⁴³.

⁴⁰ MATOS, Geopolítica e teoria de fronteiras. In: HEINSFELD, *A geopolítica de Rio Branco...*, p. 28-29.

⁴¹ MARTINS, Rui Cunha. Fronteira, referenciabilidade e visibilidade. In: CASTELLO, op. cit., p. 17-18.

⁴² *Ibid.*, p. 18.

⁴³ MARTINS, Rui Cunha. Fronteira, referenciabilidade e visibilidade. In: CASTELLO, *Fronteira na América Latina ...*, p. 18.

Denota-se aí que a fronteira, como uma construção, é passível de transgressão, ou, em termos mais brandos, de transposição, em virtude das trocas desenvolvidas pelas sociedades, ou seja, a real fronteira depende daquilo que se depreende das interações que nela acontecem, bem como dos meios pelos quais dela se utiliza o Estado. No Rio da Prata, essas transposições ocorreram diversas vezes em toda a fronteira com o território lusitano desde o início do povoamento na região. Calógeras, num trecho de sua obra, registra que no Prata “a fronteira representava, pois, a linha contacto dos dous movimentos expansionistas convergentes dos aggrupamentos tradicionalmente rivaes na península ibérica. Quasi não a modificou a evolução posterior. Alterou-lhe, apenas, detalhes insignificantes”⁴⁴.

Portanto, a mobilidade que a fronteira apresenta, ora abrindo-se para o exterior, ora fechando-se, depende realmente das necessidades político-econômicas que determinada sociedade envolvida por essa fronteira tem. Tais necessidades, no caso da região Sul, especialmente no período em que as fronteiras não estavam definidas, podiam ser forjadas pelo Estado para alcançar uma legitimidade sobre o espaço que desejava alargar. Vale afirmar que, no momento em que a fronteira se abre ao Estado limítrofe, a possibilidade de que não consiga mais se fechar pode ser grande, visto que o espaço abarcado pela fronteira – ainda mais tendo ela uma característica viva, em razão da mobilidade de interpenetrações – pode já ter sido ocupado por elementos alheios ao seu território, forçando, de alguma forma, a sua limitação.

A fronteira do Império português com a Banda Oriental, apesar de apresentar um povoamento mais denso que em outras áreas, como no Mato Grosso, no extremo norte e na região Amazônica, era de difícil manutenção, especialmente pela vastidão de campos e pela facilidade de sua transposição. Os cuidados em relação a uma possível invasão do vizinho deveriam, portanto, ser primordialmente observados, uma vez que as forças militares luso-brasileiras não se concentravam em grande número nessa região, ao menos até a segunda metade do século XVIII⁴⁵.

⁴⁴ CALÓGERAS, *A política exterior do Império*, p. 281.

⁴⁵ Podemos observar que os objetivos econômicos serviram ao império português durante a segunda metade do Setecentos para que expandisse seu território sobre terras espanholas na porção meridional, incentivando a fundação de estâncias nas regiões de Viamão e Vacaria, como objetivo de abastecer de carne a região central do Brasil. Ver em ABADIE AICARDI, Aníbal. *Portugueses y brasileños hacia el Río de la Plata*. Recife: Pool Editorial, 1977, p. 12.

Entretanto, o que chamava atenção, tanto dos governos quanto dos pequenos changadores, comerciantes e *maloqueros* do pampa, era a rica gadaria que havia se reproduzido livremente nesses campos e, conseqüentemente, o lucro que poderia gerar com a comercialização dos produtos extraídos desse gado⁴⁶. A mobilidade, portanto, nesta porção do território sulino foi incentivada pelas levas de contrabandistas e comerciantes que se aventuravam nas planuras em litígio, onde o “benefício” da falta de controle colonial deixava abertos os flancos para a livre iniciativa. Não podemos esquecer, porém, que, mesmo os governos constituídos nas regiões mais afastadas dos centros de decisões para se manterem, tendo em vista a falta de amparo da Coroa, muitas vezes incentivaram o contrabando pastoril.

A presença do elemento estrangeiro dentro do território, dependendo da força que a fronteira tem como mantenedora de uma identidade e de um território, pode ser fator preponderante para que seja “rompida”, pois a pressão convergente, tanto a que é exercida de dentro para fora quanto a que ocorre de fora para dentro, pode ocasionar um desaparecimento dessa definição. Como afirma Heinsfeld, “uma vez traçadas as fronteiras, elas podem não ficar para sempre definidas, principalmente quando surge entre dois Estados um núcleo cujos interesses afetam a ambos”⁴⁷.

Nas questões anteriormente comentadas acerca das interpretações relacionadas às fronteiras, verificamos que a conceituação ou a tentativa de divisão dos tipos de fronteiras não se restringe a uma visão técnica, mesmo porque a fronteira não se define de uma forma única. Assim como o espaço que ocupa, a fronteira é apenas uma “referência facilitadora”⁴⁸ que age em duas frentes, tendo o mesmo papel: auxiliar na definição subjetiva de um limite de fronteira em ambos os seus lados.

Para compreender como se apresentam a fronteira e o limite na configuração de uma dada área limítrofe faz-se necessário realizar um esforço de interpretação. Aquela pode ser comparada a uma cerca, cuja transposição é feita por vários elementos que conseguem ultrapassá-la; já, em relação ao limite, pode-se equipará-lo a um muro muito alto, mas que

⁴⁶ Ainda em relação ao comentado anteriormente, Túlio Halperín Donghi registra que “tanto la caza Del cimarrón como la expansion de la estancia se vem favorecidas por la presencia de un mercado ilegal [...] que abre al cuero rioplatense una vía de acceso [tanto] al mercado británico [quanto] a la Colônia del Sacramento [...] desde el comienzos del setecientos trafica intensamente em cueros, se agrega desde la década de 1740 la via del Río Grande de San Pedro, [...] cuyas relaciones con las tierras españolas dejan amplio espacio al tráfico mercantil.” DONGHI, *Reforma y disolución de los imperios ibéricos*, p. 48.

⁴⁷ HEINSFELD, *A geopolítica de Rio Branco...*, p. 31.

⁴⁸ GOLIN, *A fronteira...*, p. 14.

possui uma porta. Apenas por essa porta podem passar os elementos que interagem entre um espaço e outro, o que barra a transposição de diversos elementos sem condições necessárias – impostas pelo próprio Estado – para transitar em dado território.

Em relação a essa analogia, é importante salientar que não é o objetivo reduzir a história a um elemento explicativo de categorias subjetivas, mas utilizar uma metodologia comparativa, pela qual os elementos sejam palpáveis, para tentar compreender de forma mais concreta a representatividade dos dados subjetivos analisados. A interdisciplinaridade ou a transdisciplinaridade, da qual se pode lançar mão hoje em dia, contribui para que possamos realizar isso, sendo de fundamental importância a sua ocorrência em termos que urgem ser mais bem descritos para se compreenderem seus aspectos mais intrínsecos.

Assim, como já vimos sobre o que pode ser entendido como “fronteira” e, ainda, as variadas concepções que deste termo foram se desenvolvendo, especialmente na historiografia, é imprescindível analisar o que se entende por “limite”⁴⁹. Sobre os conceitos utilizados modernamente sobre limites, observamos que se trata de uma questão muito mais política que ideológica. Essa questão pode ser conferida a partir do momento em que as políticas desenvolvidas pelo Estado não ultrapassem as linhas limítrofes de seu próprio espaço de atuação; tais políticas só ultrapassarão esse limite, quando a tentativa for de alargamento dessa linha ou de sua quebra total. O caso da Banda Oriental é um exemplo, pois os limites espanhóis foram, inicialmente, quebrados a fim de que fosse dada uma continuidade ao território luso-brasileiro.

Com relação à soberania do Estado, no que respeita ao limite, Moodie explica:

O seu território precisa ser claramente limitado, não por áreas fronteiriças, mas por linhas inconfundíveis. Essas linhas são os limites interestatais. Sem elas, o presente sistema de Estado ficaria reduzido ao caos, pois seria impossível saber-se onde terminaria a soberania de um Estado e onde começaria a do outro⁵⁰.

Na América do Sul em geral, como é sabido, os Estados só iriam iniciar as tentativas de organizar-se a partir do início do processo das independências das colônias espanholas, ou

⁴⁹ Segundo Tau Golin, “o conceito de limite é utilizado como linha divisória entre Estados limítrofes. De certa forma, é o centro da fronteira, entendida como uma região, zona ou faixa transfronteiriça. Na geografia política, o Estado moderno necessita do estabelecimento de limites bem definidos para sua área de soberania e organização.” GOLIN, *A fronteira...*, p. 10.

⁵⁰ MOODIE, A. E. *Geografia e política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965. p. 83.

seja, a partir de 1810. No entanto, a questão da disputa pela soberania entre as Coroas de Portugal e Espanha já era motivo de discussões nas possessões americanas desde o início da povoação pelo elemento ibérico e, sobretudo, desde o incremento da mercantilização das economias metropolitanas. Por meio de várias disputas territoriais, de guerras, confrontos, discussões e tratados de limites, procurou-se alargar os territórios para conseguir abranger dentro deles a riqueza econômica que se encontraria pelo caminho.

A Coroa lusitana, em relação ao território sulino, iria terminar mais tardiamente a tarefa de mantê-lo e controlá-lo, pois as atenções ficaram por muito tempo voltadas para além daquilo que fora proposto nos tratados ratificados. Percebemos, portanto, que o interesse da política lusitana sobre a Banda Oriental do rio Uruguai era muito mais que uma forma de garantir suas fronteiras; apresentava-se como uma idéia sólida de conquista, desejando realmente unir aquele espaço ao Brasil, a fim de conseguir um “dote platino” de muita valia para seus negócios.

Para que a anexação da Banda Oriental se concretizasse era preciso, na visão da Coroa portuguesa, um momento certo, e a espera era a melhor política. Assim, como registra Calógeras, “dom João vigiava de longe o momento propício de realizar seu anelo imperialista, e já dispuzera suas forças á proximidade do Prata.”⁵¹ Por essa razão é que os limites existentes na região sulina foram deliberadamente criados e extintos em pontos diferentes do território, como uma estratégia para conseguir tempo suficiente para reunir forças e apresentar-se, de fato, como interessado na Banda Oriental. Desse modo, Eduardo Pérez está correto ao atestar que “toda frontera es un producto de la historia, y los límites existentes entre los Estados que dan con la cuenca del Plata, tienen una historia secular desde el punto de vista económico y social, como desde el político y diplomático”⁵².

A fronteira do Rio Grande de São Pedro com a Banda Oriental tinha um grande significado para Portugal em virtude das possibilidades de acesso ao Rio da Prata; portanto, sua importância abrangia a economia e o povoamento da região. Essas duas questões e outros assuntos pertinentes a essa fronteira ainda por delimitar seriam tratados posteriormente, com determinada audácia política e perspicácia diplomática, tanto pelos luso-brasileiros quanto

⁵¹ CALÓGERAS, *A política exterior do Império*, v. I, p. 425.

⁵² PÉREZ O., Eduardo. *Guerra Irregular en la América Meridional (Siglos XVIII-XIX)*: ensayo de historia social comparada con España y la Nueva Granada. Tunja (Colombia): UPTC, 1994. p. 119.

pelos hispano-platinos. Assim, durante boa parte do início do século XIX, o espaço existente entre as duas grandes potências na América do Sul não tinha sido ainda caracterizado como pertencente a uma ou a outra Coroa ibérica, até mesmo porque não se tinha, dentro desse espaço completamente aberto e abrangente, uma população com o sentimento de pertencimento. Essa situação é descrita por Bordieu como sendo um dos fatores subjetivos da questão demarcatória fronteiriça⁵³.

Com base em Milton Santos, verificamos que o espaço é um fato social, produto da ação humana, uma natureza socializada, que, por sua vez, interfere no processo social não apenas pela carga de historicidade passada, mas também pela carga inerente de historicidade possível de ser construída⁵⁴. Assim, não é necessário pensar na formalização de uma conduta previamente determinada que visa a uma inserção no espaço, mas, sim, a uma nova fonte de estudo dentro da espacialidade até então discutida. Entretanto, o espaço sobre o qual estamos refletindo no momento faz emergir essa socialização e caracteriza-se mais pelo vazio social, pela falta de elementos povoadores previamente fixados que tivessem determinado grau de historicidade dentro de um mesmo espaço.

Em Lipietz, o “espaço social” é o fundamento do espaço empírico, com o qual se mistura o socioeconômico, que pode ser analisado em

termos da articulação de espacialidades próprias às relações definidas nas diferentes instâncias de diferentes modos de produção existentes numa formação social. Tais espacialidades consistem na correspondência entre presença/distância (no espaço) e participação/exclusão (na estrutura da relação considerada), o que pode ser mais bem entendido pela distribuição de lugares no espaço e na relação⁵⁵.

É inevitável, ao falar de espaço, não levar em consideração que ele é parte de um todo que o produz, englobando nesse aspecto os elementos fundadores, as economias, as políticas, as perspectivas e as ideologias que perpassam sua existência como elemento subjetivamente construído. Por isso, deve ser entendido em sua totalidade. No entanto, esse espaço é partido em diversos “pedaços”, que podem ser estudados de diversas formas, utilizando-se de diversos métodos, em elementos que interagem e o fazem interagir, a fim de que se

⁵³ Citado por BARCELLOS, Tanya M. de; OLIVEIRA, Naia. As áreas de fronteira na perspectiva da globalização: reflexões a partir do caso do Rio Grande do Sul/Corrientes. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, 1998. p. 226.

⁵⁴ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e história: questão de método. In: SILVA, Marcos A. da (Coord.). *República em migalhas*. História regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 28.

⁵⁵ LIPIETZ, Alain. Le capital et son espace. In: SILVA, *República em migalhas...*, p. 29.

complementarize e seja complementado e modificado a partir das ações externas e internas, supondo uma “interdependência funcional”, como conclui Milton Santos⁵⁶.

É preciso levar em consideração, para a análise *a posteriori*, os elementos do espaço, sua diferenciação em razão de dado sistema temporal em que ocorrem, bem como espacial, modificando seu papel. Assim, o espaço que compreende a Banda Oriental do rio Uruguai deve ser tratado considerando-se suas interdependências e sua relação com o todo. Não se trata o espaço na história como sendo absoluto e evidente por si mesmo, pois contém dentro de si não só o espaço físico, mas o cultural, o social, o político e o ideológico.

Por sua vez, num sentido mais restrito, tem-se a região como particularização do espaço. Milton Santos, utilizando-se de toda uma ótica marxista sobre o tema, afirma que região

se definiria, [...] como o resultado das possibilidades ligadas a uma certa presença, nela, de capitais fixos exercendo determinado papel ou determinadas funções técnicas e das condições do seu funcionamento econômico, dadas pela rede de relações acima indicadas. Pode-se dizer que há uma verdadeira dialética entre ambos esses fatores concretos, um influenciando e modificando o outro⁵⁷.

Segundo Ana Luiza Setti Reckziegel, há uma tendência entre os historiadores de assimilarem e utilizarem os conceitos produzidos pelos geógrafos, porém entre as muitas vertentes explicativas para o termo “região” há um ponto consensual, que seria a particularização dos lugares, a sua individualização. Portanto, pode ser aceita como válida a definição de região “como um espaço de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em torno de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco regional de classe que nele reconhece sua base territorial”⁵⁸.

É importante ressaltar, neste ponto, que a região de que falamos não está sendo concebida como “a outra face da globalização”⁵⁹, como ressalta Rogério Haesbaert da Costa, mas funcionando como uma forma de recorte de uma espacialidade muito maior. Sobre ela

⁵⁶ SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997. p. 7.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 67.

⁵⁸ RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)*. Passo Fundo: Ediupf, 1999. p. 20.

⁵⁹ HAESBAERT, Rogério. Região e redes transfronteiriças em áreas de imigração brasileira nos vizinhos do Mercosul. In: STROHAECKER, Tânia Marques et al. *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998. p. 62.

pretendemos desenvolver uma análise mais particular na tentativa de perceber como os fatores incidentes nessa região se apresentam em maior ou menor grau de confluência em relação aos interesses da representatividade do poder que ali existem, ou, mesmo, dos países vizinhos que desse espaço tentam se apoderar.

Como já se fala em poder, política, geografia, território, fronteira, temos um elemento que absorve em si as diferentes concepções que estão implícitas ou explícitas nos termos referenciados: a geopolítica. A geopolítica cumpriu papel de suma importância no cenário luso-platino, principalmente durante as tentativas de anexar a Banda Oriental ao território brasileiro. Vale salientar que a ação geopolítica caracteriza-se por uma determinada ação política com a finalidade de expansão, defesa e manutenção. Como assinala Heinsfeld, seguindo o que foi desenvolvido por Rudof Kjellén⁶⁰,

a Geopolítica esteve vinculada ao poder e seu uso pelos Estados, primordialmente, ligada ao solo, ao território e ao espaço vital. [...] o solo fornece a matéria-prima, a vitalidade, o espírito nacional, o sentimento de valorização e a capacidade de organização de um povo; dessa forma, ao Estado é indispensável o território, entendido como palco, local de trabalho ou cemitério de um povo.⁶¹

Segundo Helder Gordim da Silveira⁶², a geopolítica, pelo dinamismo que apresenta em sua metodologia, diferencia-se das demais geografias. No campo geopolítico, é possível utilizar os dados geográficos e a ação política do Estado, que poderão ser cruzados de maneira interna e externa, sem, entretanto, terem como finalidade buscar idéias abstratas e universais sobre diversos aspectos, mas encontrar elementos para suscitar discussões acerca da atuação política do Estado tanto no âmbito local, ou nacional, quanto em nível internacional.

Assim como Heinsfeld, que diz ser Friederich Ratzel “o pensador em cuja obra se encontram as bases intelectuais da Geopolítica”⁶³, Helder comenta que foi este o grande precursor e inspirador das geopolíticas desenvolvidas por muitos Estados na busca de uma hegemonia capitalista, muitas vezes comparando o Estado a um organismo vivo, sujeito às leis naturais.

⁶⁰ Político sueco, foi o primeiro a utilizar o termo “geopolítica” num artigo na revista *Ymer*, Upsala, v. 19, 1989, p. 283-331 apud HEINSFELD, *A geopolítica de Rio Branco...*, p. 17.

⁶¹ HEINSFELD, *A geopolítica de Rio Branco...*, p. 17.

⁶² Ver mais em SILVEIRA, Helder Gordim da. *Argentina x Brasil: a questão do Chaco Boreal*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

⁶³ HEINSFELD, *A geopolítica de Rio Branco...*, p. 19.

A fim de observar algumas nuances que permeiam os fatos históricos em sua intrínseca relação com o tempo em que sucedem, bem como o espaço onde se originaram e se desenvolveram, descrevemos aqui alguns posicionamentos sobre o espaço, as fronteiras e a geopolítica que servem para orientar o trabalho do historiador, que, à medida que desenvolve sua pesquisa sobre determinado tema, vê-se em meio a um emaranhado de fontes, documentos, bibliografias, todos pertinentes ao assunto, mas que, corriqueiramente, não denotam sentido em sua totalidade, necessitando de uma metodologia coerente para serem tangíveis e passíveis de verificação e análise.

Com a análise desenvolvida acerca das possibilidades de interpretação de temas pertinentes ao objeto de estudo – a Banda Oriental do rio Uruguai –, pretendemos embasar este trabalho de forma a entender os fatos que antecederam e levaram à invasão daquele território em 1811. Dessa forma, queremos analisar os fatores que levaram à penetração das tropas portuguesas na Banda Oriental, especialmente no tocante à ação diplomática implementada pelo governo português, tanto com o Vice-Reinado do Rio da Prata quanto com a Junta Governativa e, depois, governo das Províncias Unidas do Rio da Prata, além da relação mantida com a Espanha.

1.1 OS LIMITES ENTRE PORTUGAL E ESPANHA E O ATLÂNTICO SUL NO SÉCULO XVIII

Para que possamos montar um panorama do que ocorrera com a Banda Oriental antes das operações promovidas pela Coroa portuguesa, direcionadas à Banda Oriental, retomamos alguns fatos anteriores ao período de 1808 a 1812, no qual se situam as principais providências tomadas pela política joanina para a penetração no espaço da Banda Oriental.

Por isso, é de fundamental interesse expor, *a priori* – e sucintamente –, sobre o Tratado de Tordesilhas, o primeiro contrato efetuado entre as Coroas de Portugal e Espanha e que teria relação direta com os territórios da América. Na época de sua definição, muitas das terras que seriam ocupadas por ambas as Coroas ainda não haviam sido sequer encontradas. Por isso, o Tratado de Tordesilhas não trazia certeza quanto a sua eficácia na demarcação dos limites.

Durante o século XV, período do grande impulso às navegações marítimas, quando Portugal se lançou com toda a força possível para aumentar suas riquezas e manter seu território, os papas Nicolau V, Xisto IV e Inocêncio VII, por meio de *bulas* que definiam as possessões dos Estados em qualquer parte do mundo, cederam “aos reis de Portugal e à ordem de Cristo, tôdas as terras conquistadas e a conquistar, ao sul do Cabo Bojador e da Grande Canária”⁶⁴.

Com a chegada de Colombo à América e a ascensão de um pontífice espanhol, Alexandre Borgia, esse direito foi dado também aos reis espanhóis. Assim, em 1493 foi emitida uma *Bula pontifícia*, definindo que as terras de Portugal e Castela deveriam ser separadas por um meridiano que passaria a cem léguas a oeste das ilhas dos Açores e do Cabo Verde. Entretanto, dom João II, que acreditava já ter direitos sobre as terras, protestou diante da Santa Sé, exigindo uma nova discussão sobre a maneira de se demarcar as possessões no além-mar⁶⁵.

Em 7 de junho de 1494, em Tordesilhas, foi emitida, então, a resolução que colocaria fim à dissensão entre as Coroas ibéricas. Todavia, no que concerne a sua praticidade, a maioria dos historiadores acredita ter sido apenas uma forma simbólica de dissipar as divergências entre portugueses e castelhanos, já tendo em vista, também, a união ibérica que poderia nascer de um acordo entre ambos os Estados. Delgado de Carvalho, por exemplo, explica que este tratado

de fato, trazia alguma precisão fixar o meridiano não mais a cem léguas, mas a 370 léguas das ilhas de Cabo Verde; mas persistiam as dificuldades de execução desta *Linha de Demarcação* obtida pela diplomacia portuguesa vitoriosa. Foi dito que os espanhóis cederam porque visavam *por meio de matrimônios* estabelecer algum dia a *unidade ibérica, incorporando Portugal*⁶⁶.

Como destaca o autor no trecho grifado, a união ibérica era um desejo que permeava o pensamento das Casas reinantes de Espanha e Portugal. Tal sonho se prolongaria por longos anos, séculos até, visto que é possível perceber, como diria Oliveira Lima, a centelha da união ibérica presente nas disposições dos reis, especialmente quando casavam seus herdeiros, mantendo uma unidade, ao menos, genealógica.

⁶⁴ CARVALHO, Carlos Delgado. *História diplomática do Brasil*. Brasília: fac-similar, 1998. p. 2.

⁶⁵ Supõe-se que Portugal, nesse período, desconhecia a existência das terras de Santa Cruz, ou seja, do Brasil. A chegada de Cabral a essas terras ocorreria apenas em 21 de abril de 1500.

⁶⁶ CARVALHO, *História diplomática do Brasil*, p. 3.

Em 1713, foi assinado o primeiro Tratado de Utrecht, entre Portugal e França, sob os auspícios da Inglaterra, o qual garantia as duas margens do rio Amazonas como partes da Coroa portuguesa. Em 1715, o segundo tratado assinado entre Portugal e Espanha levou a Coroa portuguesa a ter um motivo para se regozijar, pois ficou acertado que a colônia do Sacramento passaria novamente a lhe pertencer. Este tratado marcou uma nova fase nas definições de limites, principalmente na América, porque “vingava assim o princípio da ocupação efetiva nas margens do Prata e do Amazonas. O *interesse nacional* dos povos tendia, aos poucos, a substituir o *interêsse dinástico* entre países da Europa e, na América, emanava de Utrecht o conceito do *uti possidetis*”⁶⁷.

O *uti possidetis*, como explica Azevedo, é uma terminologia latina que significa, literalmente, “tal como possuíis”⁶⁸. Este princípio foi amplamente utilizado para a formação das fronteiras na região sul do Brasil, bem como da região platina. Tau Golin, mais incisivo na sua apresentação de fronteira demarcada pelo *uti possidetis*, comenta que esse

foi sempre o recurso jurídico-político mediador de incorporação de territórios na construção dos espaços colonial e nacional. A idéia de fronteira natural, em um primeiro momento, e, depois, de fronteira nacional, [...] era o estimulante das ações de expansão e, inclusive, um energético ideológico. [...] princípio que incorpora as ações concretas da história na ocupação real dos territórios, criando direitos⁶⁹.

Destarte, esse “meio” de que se utilizaram Portugal e Espanha para definir suas fronteiras na parte meridional do território americano pautava-se em outros conceitos, como de fronteira natural, ocupação de espaço e ideologia político-econômica. Os demais tratados efetuados entre as duas Coroas se valeriam ainda em maior escala dessa ótica de ocupação do espaço, importante para a economia e a política.

No ano de 1750 encontra-se um “divisor de águas” dos tratados entre Portugal e Espanha em detrimento de suas terras na América do Sul, o Tratado de Madri, que veio consolidar a cordialidade que imperava na Europa entre as Casas reinantes das duas potências ibéricas. Por meio deste, tentou-se delimitar efetivamente os territórios ocupados por uma e outra Coroa, principalmente na região sulina. Para isso, abandonou-se completamente a

⁶⁷ CARVALHO, *História diplomática do Brasil*, p. 10.

⁶⁸ AZEVEDO, *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*, p. 392.

⁶⁹ GOLIN, *A fronteira...*, p. 50.

demarcação por meridianos e passou-se a utilizar única e exclusivamente elementos palpáveis como delimitadores.

O Tratado de Madri, em seu preâmbulo, contém uma enorme discussão sobre os motivos que levaram à sua assinatura, comentando as dificuldades havidas para se chegar a uma delimitação correta em razão dos escassos meios de que se dispunha na época da firmação do Tratado de Tordesilhas, bem como dos problemas que houvera entre a Coroa de Portugal e da Espanha em relação às possessões na região do Prata. Assim, como pode ser visto em seu art. I, o Tratado de Madri foi elaborado com o objetivo primordial de selar a paz nas fronteiras e consolidar uma posição firmemente demarcada.

Art. I

O presente Tratado será o único fundamento, e regra, que adiante se deverá seguir para a divisão, e Limites dos dois Domínios, em toda a América e na Ásia; e, em virtude disto, ficará abolido qualquer direito e ação que possam alegar as duas Coroas, por motivo da Bula do papa Alexandre VI, de feliz memória, e dos Tratados de Tordesilhas, de Lisboa, e Utrecht, da Escritura de venda, outorgada em Saragoça, e de outros quaisquer Tratados, convenções, e promessas; o que tudo, enquanto trata da Linha da demarcação, será de nenhum valor e efeito, como se não houvera sido determinado, ficando em tudo o mais na sua força e vigor; e para o futuro não se tratará mais da dita Linha, nem se poderá usar deste meio para a decisão de qualquer dificuldade que ocorra sobre Limites, senão unicamente da fronteira, que se prescreve nos presentes Artigos, como regra invariável, e muito menos sujeita à controvérsia⁷⁰.

No artigo supracitado, observamos que a finalidade do Tratado de Madri era dissipar completamente quaisquer dúvidas que, porventura, ainda restassem a enuviar as mentes, tanto americanas quanto européias, daqueles interessados na definição dos limites entre as possessões ibéricas na América. Dessa forma, também se anulavam, um a um, os tratados anteriores sobre a definição de limites e tentava-se, destarte, garantir a definição proposta para o futuro – não muito distante, como se verá, pois o Tratado de El-Pardo, em 1761, foi assinado na tentativa de anular o de Madri, ao menos em parte.

No mesmo ano de 1750, com o falecimento de dom João V, subiu ao trono dom José I, bem como se deu início ao Ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro marquês de Pombal, que tantas políticas implantou na Metrópole para garantir o poder absoluto da

⁷⁰ GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica...*, p. 548-549. Nesta obra é possível verificar como se procedeu à demarcação dos limites empreendida por José Custódio de Sá e Faria, enviado do governo português, bem como as ações belicosas ocorridas durante a demarcação e propagadas à história atual como a Guerra Guaranítica, quando ocorreu a união de forças das Coroas ibéricas no sul do Brasil com a finalidade de expulsar os jesuítas juntamente com os índios reduzidos nas Missões.

monarquia. Em 1759, na Espanha, chegou ao poder Carlos III. Em 1761, os trabalhos de demarcação dos limites estipulados pelo Tratado de Madri já haviam sido suspensos e a colônia do Sacramento não havia ainda sido entregue à Espanha. Isso gerou muitas desconfianças entre ambas as Coroas, sendo exigido novo tratado. Foi assinado, então, o Tratado de El-Pardo, invalidando o de Madri.

Na evolução da fronteira, o tratado de 1761 não exerceu influxo proprio de grande alcance. Exacto, que restabeleceu a confusão anterior; mas esta, com elle ou sem elle, teria de voltar, pois a guerra em que Portugal entrou contra Castella, em 1762, suspenderia, si não annullasse, o de 1750, ainda não cumprido⁷¹.

Ainda em 1761, Carlos III firmou um pacto de família com os Bourbon espanhóis e franceses na tentativa de barrar a expansão inglesa na Europa, principalmente pelos portos de Portugal. dom José I, por sua vez, não aderiu ao pacto, o que gerou revolta por parte da Espanha. Nesse contexto, em consequência da não-participação portuguesa no Pacto de Família, na América, o espanhol dom Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires, tomou a colônia do Sacramento e invadiu o território do atual Rio Grande do Sul, tomando os fortes de Santa Teresa e São Miguel e, logo em seguida, a cidade de Rio Grande.

Com a tomada desses postos avançados da região portuguesa, as disputas pela posse desses territórios tornaram-se ainda maiores, abrindo caminho para a invasão do mexicano dom Vértiz y Salcedo, então governador⁷² de Buenos Aires, à região de Rio Pardo, onde foi detido pelos milicianos do major Rafael Pinto Bandeira e Patrício Corrêa da Câmara, em 1776.⁷³ Como aludido anteriormente, nesse mesmo ano foi criado o Vice-Reinado do Rio da Prata, do qual Cevallos era vice-rei. Cevallos levou a efeito uma nova invasão do sul do Brasil, até a ilha de Santa Catarina, que ficou sob domínio espanhol, mas sem nenhum representante direto da Coroa.

Com a morte do rei dom José I, sua filha dona Maria I “A Louca” passou a reinar em Portugal, a partir de 1777, enfrentando fortes pressões de todos os lados, tanto internas, decorrentes das políticas pombalinas durante o governo anterior, quanto externas,

⁷¹ CALÓGERAS, *A política exterior do Império*, p. 224.

⁷² Os governadores, nas Índias espanholas, eram os representantes do poder metropolitano que estavam à frente de jurisdições políticas menores, submetidos ao poder dos vice-reis ou dos capitães gerais. Eram nomeados pelo rei ou pelos vice-reis. Por fim, o termo “governadores” estendeu-se a todos que tinham o maior cargo político da jurisdição, inclusive o vice-rei. Conforme WILLIMAN; PONS, *La Banda Oriental en la lucha de los Impérios...*, p. 61.

⁷³ Ver em CALÓGERAS, *A política exterior do Império*, p. 229.

provenientes da América convulsionada pelas disputas territoriais e, também, pelas políticas implementadas na colônia. O período que se inicia em 1777 passou a ser conhecido como a “viradeira”, que teve como culminância a queda do marquês de Pombal. A partir daí,

morto el-rei, cahia Pombal, o maior adversario da paz com Castella. Subiam á tona todos os perseguidos e inimigos do despota; em primeira linha, dona Maria I e seu marido D. Pedro, a rainha-viúva dona Marianna Victoria, contrarios todos elles aos rumos pombalinos⁷⁴.

Nesse contexto, a Espanha aproveitou-se do momento propício para a execução dos seus planos de obter total controle da região do Prata. Para esse feito, foi primordial a participação da rainha-viúva dona Marianna Victoria, irmã de Carlos III, que foi a Madri tentar a reconciliação entre os reinos na tentativa de livrar-se de vez das políticas anticastelhanas de Pombal⁷⁵. Então, Portugal concordou com a assinatura de um novo tratado com a Espanha. Em 1º de outubro de 1777, foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso, o qual devolvia a Ilha de Santa Catarina aos portugueses em troca da colônia do Sacramento e das Missões, garantindo totais poderes espanhóis sobre as duas margens do Prata, desde aquela colônia até o rio Uruguai, onde a navegação seria de exclusividade da Coroa espanhola. O Rio Grande de São Pedro ficava, então, dividido em dois, novamente.

Por esse tratado, ainda foi criada na região do Chuí uma zona neutra, mais especificamente entre a lagoa Mirim, lagoa Mangueira e a costa atlântica, que ficou conhecida como “Campos Neutrais”, não pertencentes a nenhuma das Coroas. No entanto, tais terras serviram como uma das principais rotas de contrabando entre o Rio Grande do Sul e a Banda Oriental durante longos anos, pois que o seu completo despovoamento favorecia a travessia de mercadorias e animais provenientes da Banda Oriental que tinham como destino a região central do Império ou as próprias estâncias de produção do charque na província de São Pedro.

Em 1799, ascendeu na França um novo personagem na história, que acabou por desestruturar todos os projetos que porventura houvessem sido criados pelas potências européias: Napoleão Bonaparte. As medidas adotadas pelo ditador dos franceses com a finalidade de subjugar todos os Estados europeus tiveram repercussão desastrosa na maioria deles. A Espanha, por exemplo, sob o comando de Carlos IV, teve de aceitar uma aliança com

⁷⁴ CALÓGERAS, *A política exterior do Império*, p. 231.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 230-231.

os franceses, comprometendo-se a conseguir também uma aliança com Portugal para, assim, fechar os portos aos ingleses.

Disso decorreu a Guerra das Laranjas, em 1801, quando as forças espanholas invadiram as fronteiras portuguesas e tomaram a cidade de Olivença, cerne de disputas posteriores entre as diplomacias portuguesa e espanhola na Europa. Da mesma forma, na América houve a tomada das Missões pelas partidas de José Borges do Canto e Manuel dos Santos Pedroso, para “livrá-las” do controle espanhol. Em 6 de junho de 1801, a assinatura do Tratado de Badajós pôs fim à guerra na Europa. Contudo, a informação sobre a assinatura deste tratado só chegou à América em dezembro do mesmo ano, quando cessaram os embates e as fronteiras ficaram delimitadas conforme o tratado de 1777.

Todas as disputas de territórios, de interesse tanto de portugueses quanto de espanhóis, podem ser entendidas com a afirmação de Moreira, de que fica comprovada a

indispensabilidade não só do acesso como do controle do estuário platino, que abria as portas para as imensas riquezas do *hinterland* sul-americano. Pode-se dizer que, desde então, a Bacia do Prata assumiu um papel fundamental, tanto na política americana de Portugal como na do Brasil independente, e assim se vem mantendo até nossos dias. Não há como negar que o Brasil não seria o gigante territorial que é se, desde cedo, a Metrópole não se tivesse agarrado com unhas e dentes à Bacia Platina, disputando palmo a palmo com os espanhóis seu acesso, seu uso e, mesmo, seu controle⁷⁶.

Dessa disputa “palmo a palmo” é que foi tomando forma, por exemplo, a província do Rio Grande de São Pedro e se tentaram formalizar as fronteiras sulinas para facilitar a defesa do território lusitano na América. Não podemos esquecer, evidentemente, a importância econômica e política que a anexação ou aumento do território trouxe ao Império, pois, num período bastante conturbado, “à medida que surge uma idéia de organização política das sociedades, surge outra de territorialidade, cuja própria formulação aprofunda o movimento geral ao se chocar com outros espaços políticos em definição”⁷⁷.

Nessa questão de territorialidade os tratados de fronteiras viriam formalizar, ao menos teoricamente, os limites entre as colônias ibéricas na América Meridional. A partir da metade do século XVIII ocorreram importantes alterações na economia, especialmente hispano-

⁷⁶ MOREIRA, Construindo o espaço, demarcando fronteiras. In: RECKZIEGEL; FÉLIX, RS: 200 anos definindo espaços na história nacional, p. 25.

⁷⁷ PIMENTA, *Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata*, p. 61.

americana, em relação às rotas para o transporte de mercadorias entre a Metrópole espanhola e suas colônias e, conseqüentemente, das relações internacionais que seriam desenvolvidas a partir de então. Mais explicitamente, verificamos como a utilização da rota do Atlântico Sul para a ligação entre as economias metropolitanas e coloniais influenciou no desenvolvimento do comércio realizado através dos portos de Buenos Aires e Montevideú, chamando atenção das principais empresas mercantis em finais do século XVIII. Em conseqüência, incentivou-se, por outra via, o desenvolvimento do povoamento da região do Rio da Prata e o contato entre portugueses, ingleses, franceses, espanhóis e *criollos* em razão de um mesmo objeto, a economia mercantil⁷⁸.

Para compreender melhor esse comércio que envolvia o Rio da Prata, reportemo-nos a meados do século XVII, quando alcançava seu ápice o sistema monopolista de *flotas y galeones*, instituído pela Espanha desde o século XVI como meio para realizar e controlar o comércio marítimo entre a península e a América. Assim, torna-se possível verificar os motivos pelos quais as atenções se voltariam para a rota comercial do Atlântico Sul, em detrimento da ligação feita através do oceano Pacífico.

Por essa via, durante os primeiros cinquenta anos da colonização, foi realizado um intenso transporte de mercadorias e, principalmente, de metais preciosos entre o vice-reinado do Peru, a Nova Espanha e a Espanha peninsular, por meio de embarcações “soltas”. Entretanto, em razão das constantes ameaças sofridas pelas naus espanholas que atravessavam o Atlântico, especialmente pela pirataria francesa e inglesa, foi instituído em 1561 o sistema de *flotas y galeones*, que se baseava no envio de frotas mercantes pela da Coroa espanhola, circundada por galeões de guerra, a fim de que protegê-las contra os ataques de corsários⁷⁹.

Tais embarcações deveriam seguir uma rota determinada desde o início das operações monopolistas, pela qual fosse possível à Espanha estar ligada aos principais pontos de seu

⁷⁸ Observando algumas obras da nova safra de obras que vêm surgindo nos últimos anos, especialmente na Argentina, em torno das questões que envolvem a quebra do Pacto Colonial com Espanha, vemos a obra de Marcela Tejerina, na qual a autora aborda pormenorizadamente a presença lusitana em Buenos Aires entre o fim do século XVIII e a primeira década do século XIX. Em seu texto, portanto, verificamos que o número de luso-brasileiros naquela cidade portuária aumentara gradativamente, chegando a um número bastante significativo durante o período das invasões inglesas, em 1806. Para quem deseja analisar esta obra, onde abundam dados quantitativos, verificar: TEJERINA, Marcela. *Luso-brasileños en el Buenos Aires Virreinal: trabajo, negocios e intereses en la Plaza Naviera y comercial*. Bahía Blanca: EdisUNS (Universidad Nacional del Sur), 2004.

⁷⁹ ROSS, Augustin. *Reseña histórica del comercio de Chile durante la era colonial*. Santiago do Chile: Imprenta Cervantes, 1891.

império colonial americano. Assim, as frotas eram coordenadas pela Casa de Contratação de Sevilha (depois substituída pela delegação de Cádiz)⁸⁰; passavam pelas ilhas Canárias, onde se abasteciam de víveres para a viagem, e dali rumavam para a ilha Dominicana⁸¹, ou para a Martinica⁸², onde se dividiam as frotas: a de Nueva España, seguindo em direção à Veracruz, a de Tierra Firme, indo para Cartagena, Nombre de Diós e Portobello, na embocadura do istmo do Panamá. Uma boa parte das mercadorias, neste último caso, seguia até *puerto Callao*, no Peru.

Após o desembarque, as mercadorias eram comercializadas em grandes feiras ao ar-livre ou seguiam viagem para o interior do continente. Para voltar à Espanha, no mês de março saíam ambas as *flotas* para se unirem em La Habana (Havana, atual capital de Cuba) em princípios de abril, a fim de seguir para a ilha dos Açores, onde recebiam informações sobre a ocorrência de pirataria, para que não fossem atacados durante a viagem de volta aos portos espanhóis.

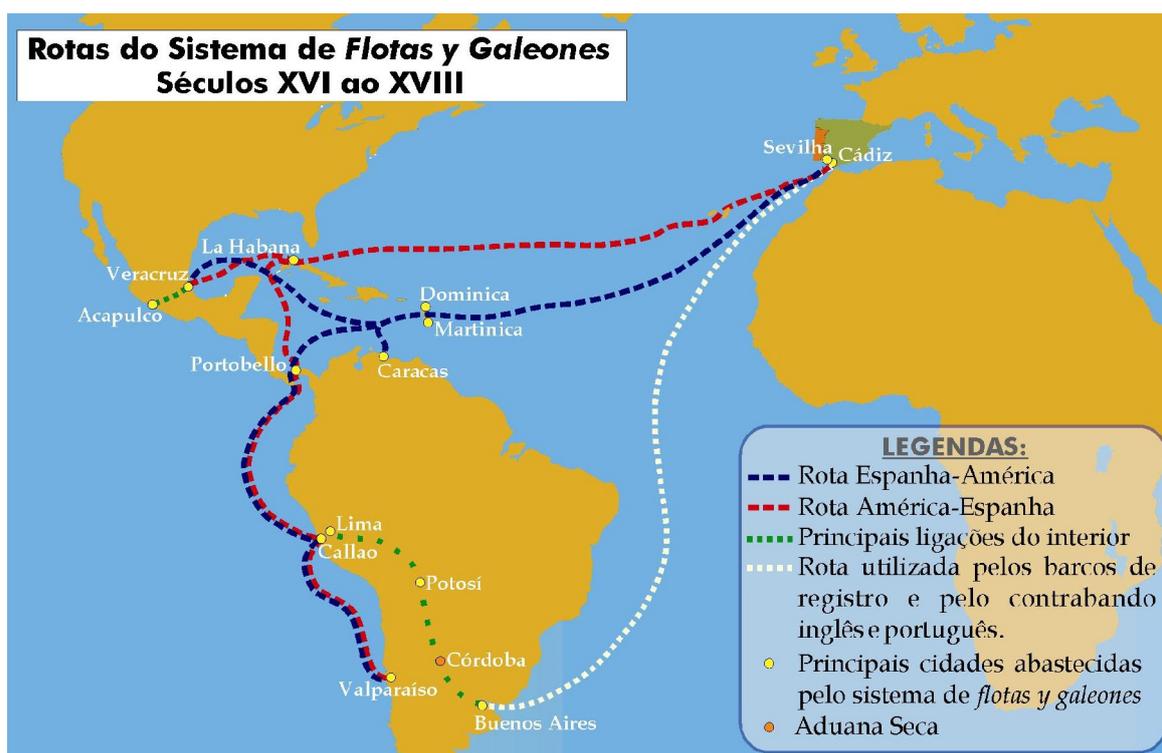


Figura 1 – Sistema de *flotas y galeones* utilizado por Espanha para o transporte de mercadorias (séc.XVI-XVIII)

⁸⁰ Ross traça os vaivéns da política espanhola em relação a estes dois portos em sua obra, na qual podemos notar que Cádiz, como o próprio autor afirma, tornar-se-á o “empório das Américas espanholas”. Ver em *Ibid.*, p. 3.

⁸¹ Esta ilha está localizada no mar do Caribe ou das Antilhas. Atualmente é um Estado, que se tornou independente da Inglaterra em 1978. Ao sul faz divisa com a ilha da Martinica.

⁸² A ilha da Martinica também está localizada no mar do Caribe, fazendo fronteira, a noroeste, com a ilha da Dominica e, ao sul, com a ilha Santa Lucía. Entretanto, não é um Estado independente, pois faz parte das possessões francesas desde 1635. Assim como as ilhas de Guadeloupe, Reunião e a Guiana, tem categoria de departamento ultramarino.

Fonte: Realizado a partir das descrições das rotas marítimas e terrestres do sistema mercantil adotado por Espanha.

Na América, as mercadorias, a partir dos portos de desembarque, eram enviadas para as regiões periféricas do império colonial espanhol, como era o caso de Buenos Aires. Esta cidade era considerada de segunda ordem, visto que seu porto era mais utilizado por contrabandistas portugueses e ingleses que pela Coroa espanhola. Entretanto, os produtos que chegavam até ali, vindos do Peru, eram muito caros, ao contrário dos produtos que faziam o percurso inverso, ou seja, que eram levados para o Alto Peru por contrabando.

Assim, com a necessidade de controlar o mercado interno da colônia foi fundada, em 1622, a aduana seca de Córdoba, por onde deveriam passar os produtos vindos de uma e outra parte (do Peru em direção a Buenos Aires e de Buenos Aires em direção às regiões até então mais favorecidas pelo monopólio comercial espanhol), na tentativa de coibir o contrabando. As autoridades do vice-reinado do Peru perceberam, portanto, que as perdas ocasionadas pelo comércio espúrio eram muito maiores do que se pensava.

Além disso, a Inglaterra utilizava-se cada vez mais da rota do Atlântico Sul para comercializar os produtos de suas indústrias em franca expansão, tendo em vista também o interesse gerado pela descoberta de ouro nas Minas Gerais. Então, os ingleses aproveitaram-se da falta de controle espanhol e fundaram um entreposto comercial entre a Europa e a Ásia nas ilhas Malvinas (ou Falklands), aproximando-se de Buenos Aires, no século XVIII.

Aos poucos, a rota dos navios de registro, como eram chamadas as embarcações que pediam permissão à Coroa espanhola para realizar o comércio com outros portos coloniais, diferentes do regime das *flotas*, e que acabaram sendo regulamentados em 1740, foi sendo inundada por embarcações inglesas que tinham como destino final as Índias Orientais. Na tentativa de garantir o monopólio do comércio oficial, o grupo monopolista pressionou a Coroa espanhola a restabelecer as *flotas* em 1754⁸³. Contudo, a liberalização do comércio de

⁸³ MACHADO, Carlos. *Historia de los orientales*. 3. ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1973. p. 80.

ultramar estava em plena expansão e não havia mais como manter as mesmas estruturas do século anterior⁸⁴. Como enfatiza Carlos Machado,

la expansión anglo-portuguesa em el Atlántico sur convierte al Río de la Plata en una región de valor estratégico más acusadamente desde 1765-1771, cuando los ingleses ocupan las islas Malvinas con la intención de convertirlas en estación de aprovisionamiento de agua a la navegación británica hacia China y las Yndias Orientales⁸⁵

Aos poucos, a atenção das autoridades espanholas voltava-se para o Atlântico, não só em razão das perdas comerciais, mas, sobretudo, pela necessidade de guarnecer a mais fácil passagem para interior do continente americano. Isso tinha caráter importante, porque, conseqüentemente, poderia ocasionar a ruína do império hispano-americano, tendo em vista, principalmente, que seria possível obter fácil acesso às minas de Potosí e aos grupos *criollos* mais isolados, insatisfeitos com o tratamento que recebiam da Coroa espanhola. Dessa forma, como chegou a comentar Pedro de Cevallos, “el Plata es el único y verdadero antemural de esta América, a cuyo fomento se ha de propender con todo el empeño [...] porque es el único punto en que ha de subsistir o por donde ha de perderse la América meridional.”⁸⁶

Destacamos que Cevallos foi o responsável pela primeira atitude liberalizante em relação ao comércio de Buenos Aires, pois em 1777 autorizou o livre-comércio entre todas as províncias do Vice-Reinado do Rio da Prata e conseguiu que o mercúrio, material necessário para a extração da prata, fosse trazido via porto de Buenos Aires, não mais pelo porto de Lima⁸⁷. Essas medidas iriam alterar substancialmente as relações entre Lima e Buenos Aires, ainda mais que desde 1756 a Espanha já vinha tomando providências para liberar a comercialização entre alguns portos antilhanos com os portos espanhóis, como ocorreu a partir de 1768 com os portos do Peru, Chile e Rio da Prata⁸⁸.

⁸⁴ Segundo Ross, utilizando-se de vários elementos quantitativos, em razão das adversidades geradas pelas guerras e problemas na própria península ibérica, o sistema de *flotas y galeones* não supria as necessidades dos súditos americanos da Coroa espanhola, pois “la España, que en los primeros años del establecimiento de este régimen, era una nación rica é industriosa, comenzó luego a decaer de sua antigua prosperidad. [...] y antes del meidado del siglo XVII su postración industrial era [...] desastrosa. [...] mientras el aumento de la población en América exigía cada año un número mayor de mercaderías, la metrópoli no podía suministrar mas que una porción reducida de las que se necesitaban.” *Historia general del Chile* apud ROSS, *Reseña del Comercio de Chile...* p. 5-7.

⁸⁵ MACHADO, op. cit., p. 69.

⁸⁶ CEVALLOS, dom Pedro de apud MACHADO, op. cit., p. 70.

⁸⁷ MACHADO, *Historia de los orientales*, p. 68.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 80.

Em 12 de outubro de 1778, foi assinado o *Reglamento y Aranceles Reales para el Comercio Libre de España e Indias*, pelo qual se iniciava uma nova fase nas relações comerciais hispano-americanas, visto que ficavam estabelecidos benefícios na cobrança dos impostos sobre o transporte de diversos itens, tais como os metais preciosos, e garantia-se de fato o que pode ser admitido como uma zona de livre-comércio. Alguns fatores posteriores dificultaram a verificação de resultados a curto prazo, mas foi notório o desenvolvimento alcançado pelos portos do Rio da Prata na exportação e importação de bens e matérias-primas a partir de 1784, quando a Espanha não estava envolvida em nenhuma guerra na Europa, o que fez decair os lucros dos contrabandistas, já que os preços baixaram sensivelmente em razão da grande oferta e da pouca demanda⁸⁹.

Depois de um período conturbado, entre 1793 e 1795, no qual se aliou à Inglaterra contra a França e permitiu aos portos coloniais que comercializassem com outras colônias estrangeiras produtos que não poderiam enviar à Metrópole, a Espanha assinou uma aliança ofensiva e defensiva perpétua com a França, em 1796, o que fortaleceria esta última, que poderia comercializar suas manufaturas nas Índias, coibindo o crescimento da Inglaterra⁹⁰. Portanto, as relações externas da Espanha, especialmente com Inglaterra e França, assim como as medidas impulsionadas pelas reformas borbônicas, foram responsáveis, em grande parte, pelo quadro que se desenharia logo no início do século XIX, quando seria definitivamente quebrada a tênue linha que ainda ligava o imenso império hispano-americano à Metrópole ibérica.

Dessa forma, as malfadadas concessões feitas pelos governantes espanhóis auxiliaram a determinar a convulsão interna que iria enfrentar a Espanha, assim como aticaria o desejo expansionista anglo-português na América, especialmente nas duas primeiras décadas do século XIX. Por outro lado, agudizar-se-ia no seio das camadas dominantes das colônias hispano-americanas o desejo de igualdade entre *criollos* e peninsulares.

2 A FAMÍLIA REAL PORTUGUESA NA AMÉRICA MERIDIONAL

Com os problemas verificados na Europa (a Revolução Francesa e as disputas territoriais com a Espanha), em Portugal, durante o período de 1801 a 1807, a política de dom

⁸⁹ MACHADO, *Historia de los orientales*, p. 82.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 83-84.

João, então príncipe regente da Casa de Bragança, sofreria transformações, principalmente com a transladação de toda a família real e do Estado português para a colônia do Brasil. Assim, dar-se-ia início às idéias de sustentação das fronteiras do império luso-brasileiro a partir do ultramar e, principalmente, a possibilidade do alargamento de limites portugueses na região do Rio da Prata.

Alguns pesquisadores propõem que o projeto de mudar a sede e a estrutura do governo português para a colônia já existia mesmo antes da vinda da família real ao Brasil em 1808. Esse projeto também já contava com o apoio inglês, mas foi a invasão de Portugal por tropas francesas sob o comando de Napoleão, representado, à frente das tropas, pelo general Junot, que acelerou os planos da mudança. Esse fato teria importância capital para, mais tarde, serem deflagrados os processos de abertura econômica da colônia e da independência do Brasil. De acordo com Sheila de Castro Faria⁹¹,

independente das intenções iniciais, o fato mostrou-se relevante para o entendimento do processo de independência e, mais ainda, para as transformações que marcaram a sociedade brasileira, em níveis culturais, políticos e econômicos. Pela primeira vez na história, um Rei colocou os pés em sua colônia

Em 29 de novembro de 1807, as embarcações ocupadas pela família real e toda a “camarilha” que se beneficiava da máquina governamental, mais criados, toda a receita que fora possível carregar, obras das mais variadas, uma tipografia e tudo mais que era necessário ao traslado da corte saíram de Portugal em direção ao Brasil. Entretanto, aqui, o vice-rei dom Marcos de Noronha e Britto desconhecia completamente o fato da viagem, somente tomando ciência disso em janeiro de 1808, quando toda a família já estava prestes a aportar em terras coloniais e, mais precisamente, no Rio de Janeiro.

O vice-rei, então, tomou medidas de urgentíssima efetividade, incluindo o despejo sumário de diversas famílias que residiam em prédios próximos à sede do governo e de parte do palácio em que ele próprio residia. Além das medidas adotadas na cidade, foram expedidas correspondências às autoridades e aos governadores de Minas Gerais e São Paulo, para que providenciassem o envio de todos os víveres que pudessem conseguir à sede do governo. Entretanto, o príncipe regente, em virtude da separação das naus durante uma tempestade,

⁹¹ FARIA, Sheila de Castro. *A colônia Brasileira: economia e diversidade*. São Paulo: Moderna, s.d. p. 107.

aportou primeiramente em Salvador, demorando mais de trinta dias para então dirigir-se à capital⁹².

As medidas adotadas por dom João logo de sua chegada ao Brasil, em 1808, principalmente a de abolir as restrições comerciais da colônia abrindo seus portos, possibilitaram a ampla liberdade de comercialização com outros países⁹³. Esse fato “é considerado por muitos analistas o verdadeiro fim do período colonial brasileiro, já que teria rompido a premissa básica do sistema: a de que a colônia só poderia comercializar com sua Metrópole”⁹⁴. Segundo Oliveira Lima,

a abertura dos portos nacionais constitui em verdade uma medida altamente simpática e liberal, mas não se pode dizer que representasse uma desinteressada e intencional cortesia do príncipe regente aos seus súditos ultramarinos. Era antes uma precaução econômica necessária e inadiável⁹⁵.

Os comerciantes portugueses da Metrópole ficaram bastante desgostosos com as medidas adotadas por dom João. Mesmo que as tarifas fossem mais baixas para estes que para os comerciantes de outras nacionalidades, a questão era que a abertura comercial da colônia para outras nações tirava uma grande fatia do mercado exportador de Portugal. É simples de ser entendida a indignação dos portugueses, apoiando-se estritamente no plano econômico, pois, antes da abertura dos portos, eles tinham todas as vantagens em comercializar com a colônia brasileira, visto que era a própria colônia que arcava com todas as despesas, já que

os impostos diretos pagos pelo comércio brasileiro, ou melhor, o comércio estabelecido no Brasil, e que indiretamente recaíam sobre os consumidores nacionais, como não podia deixar de acontecer pela falta de concorrentes nas transações coloniais, subiam a 150% no cálculo feito por Luccock, que foi negociante da praça do Rio depois da franquia dos portos. Quer isto simplesmente dizer que Portugal recebia 250 libras por cada 100 libras mandadas sob forma de material de escambo ou antes de venda e de trabalho, além dos ganhos apurados nos fretes, juros do capital empregado, monopólios e estancos etc.”⁹⁶

⁹² Conforme NORTON, Luís. *A corte de Portugal no Brasil: notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da imperatriz Leopoldina*. 2.ed. São Paulo; Brasília: Ed. Nacional; INL, 1979. É possível se ter uma idéia da chegada da família real com detalhes pormenorizados e em tom romanesco, através dessa bela narrativa de Norton que pode servir de base para verificar, de maneira sucinta, as alterações políticas, econômicas, administrativas e culturais no Brasil após a chegada da família real.

⁹³ É importante frisar que os países dos quais trata a Lei responsável pela abertura dos portos do Brasil são somente aqueles que colaboravam com a corte portuguesa, principalmente, naquela ocasião, a Inglaterra.

⁹⁴ FARIA, *A colônia brasileira*, p. 107.

⁹⁵ LIMA, *D. João VI no Brasil*, p. 136.

⁹⁶ LIMA, *D. João VI no Brasil*, p. 240.

Podemos, no entanto, perceber que esse comércio, mesmo após a abertura dos portos, continuou sendo muito lucrativo para Portugal, que acumulava altíssimos valores provenientes das importações e exportações. Isso foi possível porque o Brasil produzia exclusivamente para exportar e devia vender para poder comprar o que não era produzido na colônia. Essa situação dava a Portugal a possibilidade de cobrar o que lhe fosse conveniente, ou seja, explorar a colônia ao máximo e enquanto fosse possível.

A abertura dos portos possibilitou o aumento do comércio legal por toda a costa do Brasil, de norte a sul, chegando até Montevideu e, mais tarde, até os rios Paraná e Uruguai. Isso levou a que a colônia brasileira se tornasse um grande baluarte do comércio na América do Sul, conseguindo crescer por meio do comércio local, que se dava inicialmente pela costa, desenvolvendo cidades, povoados, vilas, tanto no litoral do oceano Atlântico quanto nas margens dos rios e afluentes, proporcionando a distribuição de produtos dentro do continente.

As relações comerciais entre as cidades ribeirinhas e litorâneas brasileiras foram consolidadas pela abertura dos portos, mas isso não significa que tais relações não existissem antes da decisão real. O que corriqueiramente acontecia era o contrabando, prática comum, que fora determinante para o crescimento econômico do Brasil nos primeiros dois séculos de colonização e que continuou sendo amplamente realizado de norte a sul do país. Na porção meridional, o contrabando colaborou especialmente para os contatos entre luso-brasileiros e hispano-pletinos. Este problema, aos olhos do governo, era motivo de constante discussão entre os representantes das Coroas portuguesa e espanhola, pois constituía-se num problema à arrecadação de tributos para o Estado, além de ser um entrave à formalização dos limites territoriais na América Meridional.

Da mesma forma, os privilégios que foram sendo concedidos por dom João aos ingleses que viviam no Brasil eram estratégicos para mantê-los como eminentes protetores, pois a Grã-Bretanha era o único país da Europa que tinha condições de manter e proteger a Marinha mercante portuguesa, principalmente pelo estado de coisas em que se encontrava o continente europeu, praticamente todo sob a bandeira do Estado francês. Segundo Oliveira Lima, “uma nação fraca e dependente como Portugal, negociando com a poderosa Inglaterra,

sua protetora pela força das circunstâncias, não lograria escapar ao jugo pelo subterfúgio da suspeição indefinida da cláusula posta em debate”⁹⁷.

Os ingleses, por sua vez, ficaram desgostosos pelo fato de que iriam participar da abertura dos portos em condição de igualdade com os outros países. Eles acreditavam não ser “justo” partilhar de tarifas iguais para a entrada de seus produtos nos portos coloniais brasileiros em razão, principalmente, da dívida de “gratidão” que o monarca português tinha com a Grã-Bretanha, já que fora escoltado por força armada inglesa em sua vinda para o Brasil e, além disso, assinara tratados de auxílio perpétuo com aquele país. Alan Manchester, em seu livro *Preeminência Inglesa no Brasil*, no qual aborda as relações entre Inglaterra e Portugal desde os primeiros tratados entre as duas nações, comenta, baseado no relatório do Foreign Office⁹⁸ de 03 de março de 1808, que dom João, após chegar ao Rio de Janeiro, perguntou ao Sr. Hill se a Inglaterra estava satisfeita com a abertura dos portos proporcionada pelo decreto de 28 de janeiro de 1808, recebendo a resposta de que

só poderia causar um bom efeito na Inglaterra, mas, se tivesse autorizado a entrada de navios britânicos e de manufaturas inglesas em termos mais vantajosos do que os concedidos aos navios e mercadorias das outras nações estrangeiras, causaria maior satisfação⁹⁹.

Destarte, vemos o quanto a “cobrança do apoio inglês à mudança da corte para o Brasil foi virulenta e se apresentou na forma de tratados: Aliança e Amizade; Comércio e Navegação, concluídos em 1810 entre os governos português e inglês”¹⁰⁰.

Somente em 1816 as tarifas alfandegárias de portugueses e ingleses se equipararam, mas, mesmo assim, ambos possuíam privilégios por terem valores menores a pagar na comercialização de produtos. A eles se soma também a França, mesmo que tardiamente. Com isso, os ingleses se estabeleceram nos principais portos do Brasil para atuarem como compradores e vendedores de produtos tanto para o mercado interno brasileiro como para as exportações.

⁹⁷ LIMA, D. *João VI no Brasil*, p. 258.

⁹⁸ O Foreign Office, ou “Gabinete Estrangeiro”, era a ligação direta dos ministros e embaixadores ingleses nos países ao redor do mundo. Portanto, os relatórios enviados e recebidos pelas legações estrangeiras inglesas constituem o arquivo “FO”, da base de dados da *The National Archives*, em Kew, Inglaterra.

⁹⁹ Foreign Office, 63/63, Hill a Canning, nº3. Datada de 30 de março de 1808, apud MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. Trad. Janaína Amado. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 74-75.

¹⁰⁰ FARIA, A *colônia brasileira*, p. 107.

É importante ressaltar que, mesmo tendo obtido diversos privilégios com os tratados de 1810¹⁰¹, os ingleses seguiram fazendo uma série de reivindicações, tanto relacionadas às questões econômicas como às culturais. Assim é que “pela primeira vez na história do Brasil foi possível criar legalmente templos não católicos em território colonial dominado pelos portugueses. É bom lembrar que os ingleses eram protestantes e exigiram que houvesse liberdade para exercerem seu culto”¹⁰².

A influência inglesa foi sentida em diversos setores da sociedade luso-brasileira do século XIX, principalmente no comércio, mas também no modo de vestir, na culinária e na arquitetura, com a utilização de novos materiais para construção inseridos mais fortemente a partir de então. Traço interessante é que, numa proporção considerável, os ingleses gostavam de construir suas casas distantes do perímetro urbano, utilizando-se abundantemente do vidro e do ferro. As roupas coloridas, muito utilizadas no período colonial, em geral, pelos habitantes brasileiros, foram substituídas por trajes sóbrios, chapéu redondo ou cartola, além das imitações, como o uso das suíças¹⁰³, gestos e modos de falar.

Mesmo com a chegada da corte, a liberação dos portos para comercialização com outras nações e o crescimento da administração local, intensificando os serviços burocráticos que se faziam necessários à administração da colônia, não houve mudança na posição da elite econômica existente. O que se alterou foi a ampliação do volume de negociações entre a colônia – agora com novas perspectivas de crescimento – e outros países de todas as partes do mundo. Assim, podemos verificar que a estrutura anterior não mudou; apenas se ampliou de forma considerável¹⁰⁴.

¹⁰¹ Esses tratados de 1810 foram abordados exclusivamente no capítulo IX da obra de Oliveira Lima, de onde se extrai o seguinte trecho para se entender melhor as conseqüências desses acordos: “Assim se foi acentuando, exceção feita do lampejo pombalino, a decadência econômica do Reino, simultânea com a sua decadência política e mesmo intelectual, e se convertendo a Inglaterra na caixa e depois praticamente na suserana de Portugal. Nunca todavia ficou tão marcada esta relação de dependência como no tratado de 1810, negociado no Rio de Janeiro e do qual escreveu Palmela ter sido ‘na forma e na substância o mais lesivo e o mais desigual que jamais se contraiu entre duas nações independentes’, a começar pelos motivos que imediatamente o determinaram e a findar nas conseqüências que nele se originaram.” LIMA, D. *João VI no Brasil*, p. 249.

¹⁰² FARIA, A *colônia brasileira*, p. 108.

¹⁰³ SUÍÇAS: é a barba que se deixa crescer nos lados da face, comuns na Inglaterra e nos Estados Unidos, principalmente nos séculos XVIII e XIX, e que veio a ser moda no Brasil a partir da grande massa de ingleses que vinha negociar suas mercadorias em terras coloniais nos princípios do século XIX.

¹⁰⁴ FRAGOSO, João. A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do Império português: 1790-1820. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 319-338.

Com essa liberdade de comercialização, o Brasil iniciava uma nova fase, um período de crescimento econômico voltado ao mercado internacional. Isso durou até o início do ano de 1816, quando a elevação do Brasil a Reino Unido, nas mesmas condições de Portugal e Algarves, possibilitou que os comerciantes disponibilizassem à população variados produtos vindos de outros países, posto que também puderam lucrar mais. Assim, é possível dizer que o Brasil obteve certa autonomia administrativa local, que resultou, posteriormente, na autonomia política.

Como resultado das medidas burocráticas iniciadas com o estabelecimento da corte portuguesa no Brasil foi constituído o novo ministério, porém com peças já antigas no cenário português: o Ministério dos Negócios do Reino foi composto por dom Fernando José de Portugal e Castro, 2º marquês de Aguiar; o ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra passou a ser comandado por dom Rodrigo de Sousa Coutinho¹⁰⁵, futuro conde de Linhares; por último, o ministério dos Negócios da Marinha e do Ultramar que foi chefiado por João Rodrigues de Sá e Melo, o visconde de Anadia.

Nessa nova formação ministerial destacamos a personalidade e as realizações do conde de Linhares perante o governo de dom João. A política implementada por dom Rodrigo foi considerada uma continuidade dos desejos e das políticas do marquês de Pombal, como pode ser verificado quando vemos algumas medidas protecionistas e a adesão à liberdade econômica demonstradas por este ministro, sem contar sua formação prática e inclinação ideológica voltadas ao modelo pombalino e anglófilo¹⁰⁶. Norton, corroborando com essa visão, garante que o conde de Linhares chegou a ser chamado, sem falsa ironia, de “o Novo Pombal”¹⁰⁷.

Como exemplo das idéias que defendia em relação à administração, podemos ver as anotações escritas antes da partida para a América, nas quais já idealizava a constituição de um Estado nos moldes absolutistas. A colônia americana, dizia dom Rodrigo:

¹⁰⁵ Seu nome completo era Rodrigo Domingos Antônio de Sousa Coutinho, que recebera o título de conde de Linhares. Nasceu em 1745, em Portugal, e faleceu em 1812, no Brasil. Foi por duas vezes ministro da pasta de Estrangeiros e da Guerra, tendo assumido em 1801 e em 1808. Vários foram os escritores que sobre ele dissertaram ou escreveram algumas linhas, em função de sua preponderância nas decisões que eram emitidas pela regência do príncipe dom João durante o período de 1808 a 1812. A princesa Carlota, por sua vez, sempre o detestara, chamando-os, dentre outras coisas, de “Torvelinho”, ou seja, que vivia em constante agitação.

¹⁰⁶ Tanto o marquês de Pombal quanto o conde de Linhares partilhavam de uma forte admiração e simpatia pelos ingleses.

¹⁰⁷ NORTON, *A corte de Portugal no Brasil*, p. 32.

A feliz posição do Brasil [...] dá aos seus possuidores uma tal superioridade de forças pelo aumento de povoação, que se alimenta dos seus produtos, e facilidade do comércio, que, sem grandes erros políticos jamais os vizinhos do norte e do sul lhes poderão ser fatais, e pelo mar só pelo comércio interlopo e fraudulento é que necessariamente devem inquietar-nos logo que a nossa taxação se afastar dos princípios que unicamente podem suspender e contrariar este cruel flagelo. Para segurar os meios da nossa superior força, é que com olhos políticos se deve estabelecer a divisão das nossas capitanias, e aí salta aos olhos a necessidade que há de formar dois grandes centros de força, um ao norte, e o outro ao sul, debaixo dos quais se reúnam os territórios, que a natureza dividiu tão providamente por grandes rios, ao ponto de fazer ver que esta concepção política é ainda mais natural do que artificial.

Os dois grandes centros são, sem contradição o Pará e o Rio de Janeiro¹⁰⁸

Sua máxima política era “Agir. Chorar em lugar de obrar quando o perigo é manifesto, é prova d’imbecilidade”¹⁰⁹. Dessa forma, acreditava ser a melhor arma “reformular de cima, transformar sem substituir, melhorar sem revolucionar”¹¹⁰, tanto para manter intacta a empresa absolutista quanto para prover o desejado progresso. dom Rodrigo de Sousa Coutinho faleceu por causas não suficientemente elucidadas, em 1812, aos 56 anos de idade, deixando um legado bastante considerável para administrações futuras, principalmente novos hábitos na corte e estreitas relações comerciais e políticas com representantes estrangeiros.

Durante todo o período em que esteve à frente dos negócios exteriores do Império, nunca deixou de tentar, se não anular, ao menos controlar muito de perto as intenções da esposa do príncipe regente, dona Carlota Joaquina. Os embates entre ambos girariam principalmente em torno da questão platina, a partir de 1808, sobre a qual Carlota mantinha o foco de seus desejos e dom Rodrigo, por sua vez, também tentava impor, com a devida anuência de dom João, a sua visão colonialista, expansionista e de controle econômico.

Podemos afirmar que as investidas do príncipe regente, alimentadas pelas assertivas do conde de Linhares, caracterizaram uma nova etapa das relações mantidas entre a Coroa portuguesa e os vice-reinados espanhóis na América. As correspondências trocadas desde o

¹⁰⁸ Exposição transcrita na obra do marquês de Funchal “O conde Linhares”, p. 44 et seq. apud NORTON, *A corte de Portugal no Brasil*, p. 33.

¹⁰⁹ Trecho de carta enviada a D. Fernando Portugal, no ano de 1809, em função das reclamações advindas do Reino apud LIMA, D. João VI no Brasil, p. 139. A menção ao Pará, como um dos grandes centros, devia-se em razão de ter sido aquele, durante quase dois séculos, um Estado administrativamente independente do Estado do Brasil. Em 1772, por obra das reformas pombalinas, foi dividido em Estado do Grão-Pará e do Rio Negro, com capital em Belém, e o Estado do Maranhão e Piauí, cuja capital era São Luís. Ambos mantinham relações diretas com Lisboa até a chegada da família real ao Brasil, em 1808. A anexação ao Estado brasileiro de fato só ocorreu após a independência, em 1822, quando passou a ser a Província do Grão-Pará.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 140.

início de 1808 foram a “ponta do *iceberg*” que se pronunciava sobre o Vice-Reinado do Rio da Prata. A partir desse momento, e apesar de alguns reveses, Portugal se lançaria decididamente à conquista de novos territórios na América Meridional.

Destarte, à medida que a situação na região ibérica se agravava, o governo português estabelecido no Brasil dava início a um projeto de Estado que visava, ao menos como justificativa, manter a solidez da América colonial por meio de uma possível união ibero-americana, regida pela Coroa de Portugal. Para isso, suscitou alguns motivos que, *a priori*, não surtiram o efeito desejado na camada dirigente do Vice-Reinado do Rio da Prata.

Praticamente em todo o vice-reinado, antes mesmo do recebimento das correspondências enviadas pelas principais autoridades do governo português, já estava sendo posta em prática uma reorganização de tropas para evitar a possível invasão que a chegada do príncipe regente, no entendimento dos governantes platinos, anunciava. O tempo iria demonstrar que os dirigentes do vice-reinado não estariam equivocados. Deu-se início, portanto, a uma mobilização defensiva no Rio da Prata, que pode ser percebida pela correspondência reservada de 17 de março de 1808, entre o vice-rei interino¹¹¹ de Buenos Aires, Santiago de Liniers y Brémont¹¹², e o ministro da Guerra, dom Antonio Olaguer Feliu, na qual o primeiro pede que

¹¹¹ O título de vice-rei foi confirmado em finais de 1807, mas chegou ao conhecimento de Liniers somente em junho de 1808.

¹¹² Liniers era francês, nascido em Niort (Poitiers), no ano de 1753. Em 1775, iniciou sua escalada militar na Marinha espanhola, a qual lhe possibilitou assistir à conquista da Colônia do Sacramento. Retornando ao bloqueio de Gibraltar, onde já havia participado, assistiu ao combate de Espartel, em que, no comando de um bergantim, aprisionou uma fragata mercante inglesa de 22 canhões, o que lhe valeu a ascensão a capitão de fragata. Seu primeiro casamento, com Juana Ursula de Menbielle, ocorreu em 20 fevereiro de 1783, em Málaga de Andalúcia. Desse matrimônio teve um filho e uma filha, a qual faleceu com menos de um ano de idade. Sua esposa acabou falecendo logo de sua chegada em Montevidéu. No ano de 1791, casou-se novamente, com Maria Martina de Sarratea y Altolaquirre, com a qual teve nove filhos, em sua maioria homens. Em 1788, passou ao Rio da Prata, de onde, no comando das lanchas canhoneiras de Montevidéu, combateu os ingleses que atacavam o comércio espanhol (1796-1802). Tomada a cidade de Buenos Aires pelos britânicos comandados por Beresford (1806), Liniers, nessa época chefe da estação daquele porto, reconquistou-a e fez prisioneiro o general inglês e todas as suas tropas, pelo que recebeu o título de brigadeiro da Real Armada. A Inglaterra, inconformada com o duro golpe recebido em Buenos Aires, no final de 1806, destacou em frente a Montevidéu uma frota sob comando do Almirante Murray que conduzia 15.000 homens, conforme as ordens do general Whitelocke. As forças britânicas tomaram a praça, Liniers, que havia acudido em seu auxílio, retirou-se para Buenos Aires. Nesta cidade, rechaçou o ataque inglês, obrigando o inimigo a retirar-se e a devolver a praça de Montevidéu depois de tê-lo causado mais de 4.000 baixas (1807). Por isso, Liniers tornou-se chefe de esquadra e foi nomeado interinamente como vice-rei, governador e capitão-general das províncias do Rio da Prata. Em Papagayos (Argentina), no ano de 1810, por determinação da Junta Revolucionária de Buenos Aires, juntamente com Gutiérrez de la Concha e outros espanhóis, foi morto a tiros. Consultar: <http://cvc.cervantes.es/actcult/museo_naval/sala7/personajes/personajes_11.htm>, acessado em 19 dez./2005. Assim como, para ter conhecimento sobre a genealogia do vice-rei, deve-se consultar <http://ar.geocities.com/genealogia_fernandez/pafgl139.htm#32634>. Acesso em: 19 dez. 2005.

en el caso de peligrar la Paz entre nuestra Nacion y la Portuguesa se Sirva V.E. promover que se haga un extraordinario esfuerzo para surtir esta Provincia del competente numero de Tropa Armas, Municiones y demàs efectos de Guerra correspondientes â èl, â fin de asegurar estos interesantes Dominios [...] y evitar los incalculables quebrantos que nos ocasionaria la perdida de ellos¹¹³.

As ações levadas a cabo para proteger o vice-reinado estavam sendo arregimentadas, pois a sua extensão e a longa fronteira com o Estado português eram pontos de extrema preocupação. Por outro lado, a falta de tropas, dinheiro e armas para protegê-las preocupava os dirigentes do vice-reinado, como informava o governador do Paraguai, dom Manuel Gutierrez, ao vice-rei em 17 de março de 1808:

En el precente estado de indefencion en que me hallo, sin Dinero, sin Municiones, sin Armas, y hasta careciendo de un Maestro Armero [...] yo no puedo repsonder al REY de esta Provincia y mucho menos de la de Miciones comprometendome unicamente, como me comprometo, â tomar un Fucil, y de este modo, ó de otro qualquiera, derramar la ultima gota de mi sangre, por el REY, y por la Patria, pero sin ser responsable de lo que no puedo defender, ni conservar si los Enemigos me atacan¹¹⁴.

De fato, as notícias enviadas por Jose Lariz, comandante de fronteira em Santo Tomé, ao governador do Paraguai, no início do mês de março, davam conta de que o perigo de um ataque era iminente. Na correspondência, Lariz afirmava, “que aquel Gobierno [português], ha mandado reunir sus tropas; que las estan disciplinando diariamente en el manejo del Arma, y de el de cañon y que estan entricherandose, y haciendo Cuarteles en la Vanda Oriental de Uruguay”¹¹⁵.

Assim, ainda não estavam claras aos vizinhos platinos as reais intenções dos portugueses em relação às suas fronteiras. Por consequência, qualquer movimento era motivo para que houvesse uma intensa troca de correspondências reservadas entre os principais setores da camada dirigente platina.

No dia 13 de março de 1808, para levar adiante o projeto português de expansão até o Vice-Reinado do Rio da Prata, o ministro dom Rodrigo de Sousa Coutinho, assim que chegou

¹¹³ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 22.

¹¹⁴ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 27.

¹¹⁵ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 28-29.

ao Rio de Janeiro, enviou uma correspondência ao Cabildo¹¹⁶ de Buenos Aires. O ministro, possivelmente, tinha em mente as indicações do comandante Joaquim Xavier Curado¹¹⁷, passadas anteriormente à chegada da família real portuguesa ao Brasil, quando este ainda era governador de Santa Catarina. Essas notícias acerca do Rio da Prata eram resultado das incursões secretas que algumas vezes foram realizadas pelo comandante português em território platino para sondar a organização militar e política do vice-reinado.

Na missiva, o ministro português tentava convencer os cabildantes de Buenos Aires que os fatos ocorridos na Europa também levado à “total sujecion de la Monarquia Española em Europa a la Francia, y la casi entera aniquilacion de la misma por los perfidos consejos del maior enemigo [...] donde resulta el total abandono de los Pueblos Españoles que abitan la America”¹¹⁸. Dessa forma, após descrever a situação da Metrópole diante da invasão de Napoleão e, na tentativa de sensibilizar os governantes do Prata, dom Rodrigo revelava sutilmente o que podia ser um dos pontos-chaves para se compreenderem os motivos que impulsionavam o projeto de “proteção”: o comércio. Em suas palavras, a população do vice-reinado

¹¹⁶ O Cabildo, durante o período colonial, funcionava como um conselho municipal, onde o elemento *criollo* deveria estar representado. Nessa instituição havia um conjunto de cargos que, freqüentemente, eram vendidos pela administração espanhola quando houvesse necessidade de dinheiro. Por isso, a função dentro do Cabildo era por vezes tratada como propriedade privada, sendo negociada e, quase sempre, hereditária. Em situações graves, era organizado um *Cabildo Abierto*, onde todos os moradores da cidade reuniam-se para tomar as decisões. Ao final do século XVIII, a importância desta instituição estava abalada pelo poder conferido aos vice-reis e corregedores. Cf. AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. São Paulo: Nova Fronteira, 1990. p. 66-67. Conforme José Cláudio Williman e Carlos Pons, as funções do Cabildo seriam: a) legislativas, devendo redigir as “ordenanzas municipales”; b) eleitorais, tendo em vista a eleição de seus próprios membros; c) judiciais, sendo a segunda instância depois da decisão dos Alcaldes Ordinarios; d) administrativas, sendo responsáveis pelas necessidades urbanas do município. WILLIMAN; PONS, *La Banda Oriental em la lucha de los Impérios...*, p. 61-63.

¹¹⁷ Segundo nota de artigo de Francisca Nogueira de Azevedo, Joaquim Xavier Curado era filho de João Gomes Curado e de dona Maria Josefa Pinheiro. Nasceu no dia 1 de março de 1743, na Freguesia de Meia Ponte, Estado de Goiás. Ficando órfão de pai, partiu de sua cidade natal com destino ao Rio de Janeiro, onde pretendia habilitar-se para ingressar na Universidade de Coimbra. Com apenas 21 anos, ingressou no exército como soldado, embarcando com seu regimento, algum tempo depois, para a fronteira sul em virtude da invasão espanhola. No relatório que o vice-rei Luiz de Vasconcelos remeteu ao conde de Rezende, é feita uma relação dos numerosos serviços prestados por Xavier Curado, sendo ele recomendado para substituí-lo no cargo de Vice-rei. Em 1797, o conde de Rezende apresentou-o a dom Rodrigo de Sousa Coutinho com as melhores referências. No último período do governo do conde de Rezende foi nomeado governador de Campos. Deixando o cargo, seguiu para a Europa no desempenho de outra função, “por demais importante”, junto à corte de Lisboa. Regressou ao Rio de Janeiro em 1800. Ver: LAGO, Laurêncio. *Brigadeiros e generais de dom João VI e dom Pedro I no Brasil. Dados biográficos, 1800-1831*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, s.d., p. 83; SILVA, A. Pretextato Maciel da. *Os generais do exercito Brasileiro de 1822-1898*. Rio de Janeiro: T. I., 1906. p. 192. in: AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Dom Joaquim Xavier Curado e a política Bragantina para as províncias platinas (1800-1808)*. Disponível em <<http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi5a6.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2005.

¹¹⁸ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 13.

se hallan de nuevo grabados con nuevos y excesivos impuestos, despues de tantos servicios practicados en la ultima ebacuasion de los Ingleses, y Reconquista de la Ciudad de Buenos Ayres, y conosiendo Su Altesa Real [...] no podia dejar de ser agradable a Usia y de taerle a la memoria que por su medio podria **evitar la ruina de su Comercio**, y las fatales catastrofes a que se halla espuesto el Rio de la Plata¹¹⁹.

Notamos, pelo comentário exposto, o quanto os interesses comerciais eram essenciais para a manutenção do vice-reinado, apesar de não se ter a precisa idéia de qual tipo de comércio lhe aprazia mais: se o livrecambista ou o monopolista. Sabendo desse ponto nevrálgico e, também, muito interessado na participação que poderia alcançar em dito comércio com Buenos Aires, dom João, através de dom Rodrigo, decidiu “ofrecerle tomar al Cavildo y Pueblo de la Ciudad de Buenos Ayres y todo el Virrenato, vajo Su Real Proteccion”, garantindo que manteria “todas sus esenciones y jurisdicciones, y empeñandole Su [...] palabra, no solo de no grabarlos com nuevos impuestos, sino aun de asegurarle Su Comercio libre è integro”¹²⁰.

Lembramos que durante praticamente três séculos portugueses e espanhóis se digladiaram em solo americano, especialmente por territórios e por acusações mútuas de contrabando. Portanto, o governo português, ao enviar um *ultimatum* para os dirigentes de Buenos Aires, dava sinais de que acreditava que o Vice-Reinado do Rio da Prata, há pouco mais de trinta anos livre da dependência direta do vice-reinado do Peru, iria desligar-se tão facilmente de um sistema político e ideológico metropolitano espanhol relativamente bem arquitetado.

Diferentemente do que ocorria no Brasil, as colônias espanholas possuíam um sistema de ensino há muito tempo desenvolvido, a fim de inculcar nos *criollos* e indígenas o sentimento de pertencimento e de obediência ao rei. Assim, apesar das inúmeras diferenças étnicas e culturais existentes entre os povos que compunham o imenso império hispano-americano, a ligação com o rei e com as instituições espanholas sempre foram muito presentes.

Ressaltamos, então, mais dois pontos interessantes da correspondência enviada pelo ministro dom Rodrigo ao Cabildo de Buenos Aires: a relação com a Grã-Bretanha e a ameaça armada. Percebemos que, por vezes, o ministro português revela a estreita ligação de Portugal

¹¹⁹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 13.

[Grifo nosso]

¹²⁰ Ibid.

com os ingleses, afirmando, inicialmente, que não desejava “a un tiempo obrar con toda la fuerza de sus Armas y con la de sus Aliados”, sendo que poderia “ebitar que cualesquiera nacion aliada pueda conserbar contra los mismos havitantes alguna memoria de lo pasado y pueda querer cometer contra ellos cualesquiera / acto de hostilidad ó de venganza”¹²¹, contando como certa a participação inglesa para a submissão do vice-reinado ao trono português, ressaltando que contribuiriam para isso os ressentimentos de não terem conseguido manter a ocupação de Buenos Aires e Montevideu nos anos anteriores.

O último excerto da correspondência referia-se à expulsão dos ingleses, em 1807, após a malfadada tentativa das forças britânicas em invadir Buenos Aires pela segunda vez. Mas, apesar dessas assertivas, no caso de haver uma decisão negativa por parte do Cabildo de Buenos Aires, resolvendo não se submeter ao poder e “proteção” do príncipe regente de Portugal, o aliado (leia-se, a Grã-Bretanha) seria demovido de integrar as forças que submeteriam pelas armas o Vice-Reinado do Rio da Prata, pois

Su Alteza Real sera obligado à obrar en comunidad con su poderoso Aliado, y con los grandes y fuertes medios que la Probidencia deposito en Sus Reales manos, y tal bes a ver con dolor el glorioso y esperable suceso de sus armas, y a considerar con lastima que Pueblos unidos por Iso estrechos vinculos de la misma Sagrada Relijion, por las mismas costumbres y por el idioma que es casi el mismo, se buelban enemigos, y sacrifiquen sus mas Sagrados intereses¹²².

Sem perder tempo, em 15 de março de 1808 deu-se início ao que pode ser chamado de “missão Curado”, em território platino. dom Rodrigo destacou o comandante Joaquim Xavier Curado para que fosse até o Rio da Prata, pois esperava que o agente português desse continuidade ao que havia proposto na missiva ao Cabildo¹²³. Todavia, essa missão, que deveria ser rápida, acabou se arrastando por meses, levando a uma alteração crucial nos planos portugueses, tendo em vista não apenas o que Curado descreveria sobre a realidade no Prata, mas também as vicissitudes do cenário internacional.

¹²¹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 13-14.

¹²² *Ibid.*, p. 14.

¹²³ Conforme correspondência de Linhares a Curado, este último deveria “1- he conseguir ser admitido em Monte Video e Buenos Ayres, e este ponto q. he o mais essencial, poderá vencelo per si, e por via do governador do Rio Grande, propondo a negociação de q. vai encarregado para segurar a continuação do Comercio, na forma, que se esta praticando (...) 2- he tentar od governadores para o fim de unir aqueles países ao Real Dominio, o que seria muito feliz, pois evitaria toda outra ulterior contenda. O 3 he o exame e conhecimento verdadeiro do voto da Nação Hespanhola, e da Opinião Pública sobre entregarem-se ao Governo Português, e em qualquer cazo o conhecimento do estado da Força Pública em Soldado, Officiais, Munições, q. tem, e ocupa o Rio da Prata”. apud ACEVEDO, Walter Alexandre. A missão secreta do marechal Curado ao Rio da Prata (1808-1808). *REVISTA do IHGB*, Rio de Janeiro, jul./set. 1946, p. 175.

Além disso, a troca de correspondências era um problema para se entabularem negociações em curto espaço de tempo, pois não se dispunha de nenhum meio de transporte eficaz na época, a não ser de cavalos ou de embarcações que iam até o Prata. Assim, os ofícios do ministro Sousa Coutinho enviados no final de março chegaram a Buenos Aires somente por volta da metade do mês de abril. Dessa forma, nas noites de 27 e 28 de abril de 1808, o Cabildo, após analisar as missivas portuguesas em reunião e deliberação, juntamente com o vice-rei interino Santiago de Liniers, resolveu sobre o que deveria ser observado para garantir a “lealtad con que este Cavildo se há conducido y conducirá siempre en obsequio de su legitimo y mui amado Soverano y Señor natural”¹²⁴.

Os representantes do governo do Vice-Reinado do Rio da Prata resolveram que seriam enviadas correspondências para a Espanha, informando sobre tudo que estava ocorrendo na América, especialmente em relação ao vice-reinado. Logo em seguida, dispuseram que deveriam ser imediatamente informados, de forma reservadíssima, o Vice-Reinado de Lima (Peru), as presidências do Chile, Cuzco e Charcas, assim como todas as intendências do interior, para que enviassem dinheiro, armamento e soldados para a defesa do Prata¹²⁵.

Essas primeiras medidas estavam de acordo com o que rezava a “cartilha” do *Ancien Régime*, tendo em vista que qualquer relação direta do vice-rei ou do cabildo com representantes de outro governo que interferisse nas relações internacionais ou em setores cruciais da administração implicava uma transgressão do Pacto Colonial. De acordo com as normas vigentes durante o absolutismo, não era permitido que representantes da burocracia colonial tomassem decisões sem o consentimento do rei ou de seus órgãos deliberativos metropolitanos.

No terceiro ponto a ser observado, o Cabildo comentava sobre dois ofícios enviados pelo brigadeiro Joaquim Xavier Curado e pelo tenente-general João da Silva Gama (na época governador da província de São Pedro), nos quais havia pontos discordantes no discurso acerca da relação que declaravam desejar manter entre o vice-reinado e a colônia portuguesa. Entretanto, julgavam que em alguns aspectos havia demonstrações dos mesmos intuitos da missiva do ministro Sousa Coutinho: a dominação pelas armas.

¹²⁴ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 16.

¹²⁵ Verificar em *Ibid.*, p. 16.

Assim, decidiram que dom Joaquim Xavier Curado, que já se encontrava na qualidade de emissário do governo português em Montevideú desde o mês de abril, desejando passar a Buenos Aires para discutir acordos com o vice-rei, deveria ficar detido na Banda Oriental. Essa prisão teria o intuito de que o “Governador de aquella Plaza [...] contestase à los puntos de su comision, y hecho se regresase desde alli a sus Territorios.”¹²⁶ Entretanto, naquele momento, talvez na esperança de que o próprio Curado a motivasse, a ordem para aprisionar o comandante português não foi enviada por Liniers ao governador de Montevideú.

Por fim, o Cabildo de Buenos Aires concluía que, pelo teor das correspondências recebidas e pelas intenções do ministro dom Rodrigo, a nação portuguesa e seu governo eram declaradamente seus inimigos. Na visão dos ouvidores, o motivo que havia levado os portugueses a não terem promovido nenhuma invasão até aquele momento devia-se ao fato de não possuírem o número necessário de tropas, pois, se as tivessem, fossem nacionais ou inglesas, já teriam realizado “las hostilidades, que no dejará de poner en exercicio [...] resultando de aqui la inevitable perdida de toda la Campaña Oriental y ruina de sus habitantes y hacendados”¹²⁷.

Assim, ficava decidido que o único meio possível para barrar o ataque lusitano seria a tomada de Rio Grande, por onde os portugueses teriam fácil acesso à Banda Oriental. Além disso, foi ratificado que a expedição platina não deveria se limitar somente ao Rio Grande:

sino también à la del Rio Pardo, y que para llamar à un tiempo y á puntos distantes entre si las atenciones de los Portugueses y ebitar su reunion expediria las correspondientes Ordenes para que al mismo (tiempo) se les atacase por la Provincia de Misiones y á sus establecimientos de Coimbra (Miranda) y Matogroso.¹²⁸

Enquanto isso, em Montevideú, Joaquim Xavier Curado seguia as ordens que havia recebido do ministro Sousa Coutinho e aguardava permissão para passar a Buenos Aires. Até o mês de setembro, ao menos, encarregou-se de observar os pontos que interessavam à Coroa portuguesa em relação ao vice-reinado, especialmente na Banda Oriental. Curado enviou um ofício reservado ao ministro dom Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual fazia uma extensa e minuciosa descrição de todos os elementos que podiam ser importantes para levar adiante os

¹²⁶ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 17.

¹²⁷ *Ibid.*

¹²⁸ *Ibid.*, p. 19.

planos portugueses em relação do Vice-Reinado do Rio da Prata. Nessa epístola, é possível verificar como estava caracterizada, na visão de Curado, a sociedade platina daquele período:

Os Estancieros são os unicos, que acharião o seu interesse em hua união temporanea; porem como ao mesmo tempo são todos Comerciantes, e os beneficios que rezultão do Comercio são mais importantes, que o das Estancias, devem propender mais bem aos interesses daqueles, que d'estas. O interesse de todo o Povo portanto, he opposto á união¹²⁹.

Ao examinar este excerto, verificamos o quanto Xavier Curado estava sendo específico em relação aos planos portugueses na região do Rio da Prata. Portanto, demonstrava exatamente quais eram as intenções diplomáticas, políticas e militares de Portugal para a região. Além disso, fazia um minucioso relato de como estavam organizadas as principais nucleações populacionais da América Meridional.

A correspondência de Xavier Curado não é datada, mas podemos inferir, pelos comentários e dados que reproduziu, que deva ter sido escrita por volta de finais de abril de 1808, enquanto ele aguardava autorização do vice-rei Santiago de Liniers para passar a Buenos Aires e iniciar discussões sobre o plano de proteção do vice-reinado proposto pelo príncipe regente de Portugal. Assim relatava sobre a reação dos platinos ao receberem a notícia da vinda da família real portuguesa para a América:

Logo que os Hespanhoes tiverão noticia da vinda de S.A.R. para o Brazil, conceberão, que a da parte septentrional do Rio da Prata seria hua consequencia necessaria do estabelecimento deste novo Imperio. Se uniformavão em opinar, que não havia forças para rezistir aos Portuguezes; manifestavão hum grande e fundado receio de serem conquistados; porem nunca ouvi amais minima expreção, que podesse dar a entender que dezejavão unir-se ao Brazil.¹³⁰

Com isso, o comandante/espião do governo português declarava que não seria tão fácil a empresa que se pretendia no Prata, tendo em vista que a vontade do povo em unir-se a outra Coroa não tinha a mínima expressão. Entretanto, explicava que se podia tirar proveito da animosidade existente entre as duas principais cidades do Vice-Reinado do Rio da Prata, pois

Buenos Ayres considera Monte Video como hua Cidade Extrangeira cheia de traidores, e que offende aos moradores desta na honra, e nos interesses. Pode-se sacar hum grande partido desta antepatia, e agitar com expecialidade a plébe, que não poderia convencer-se por outros principios¹³¹.

¹²⁹ Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Lata 193, maço 6, pasta 1.

¹³⁰ AHI. Lata 193, maço 6, pasta 1.

¹³¹ AHI. Lata 193, maço 6, pasta 1.

A relação entre as duas cidades, desde a criação de Montevidéu, sempre estivera estremecida pela disputas econômicas e políticas, tendo em vista a proximidade entre as duas e, sobretudo, a concorrência mercantil pela principal via de ligação da América meridional com a Europa. Montevidéu tinha a primazia de estar mais bem situada para o comércio marítimo da época, ao passo que Buenos Aires tinha melhor estrutura portuária e as principais casas de comércio que efetuavam a ligação comercial com a Espanha.

Curado, ao permanecer durante alguns meses em solo hispano-americano notara as principais vicissitudes para que o plano da Coroa portuguesa em anexar o Vice-Reinado do Rio da Prata fosse posto em prática. Demonstrava, pelo que notamos inúmeras vezes nesta correspondência de quarenta e uma laudas, uma maior preocupação em evidenciar os detalhes da campanha da Banda Oriental do rio Uruguai, chamada por ele de “Banda Septentrional do Rio da Prata”. Ao final da correspondência, Xavier Curado elencava os principais pontos pelos quais se podiam efetuar as ações do plano supracitado:

1º Precindir de toda a especie de inteligencias secretas esperando metelas em uso ao tempo em que se possam apoiar com a força, condição sem a qual me parece que nada se pode concluir.

2º Publicar hum Manifesto em que S.A.R. se mostre informado dos progressos que tem feito alguns principios revolucionarios, principal cauza da anarquia actual, e precusores das desgraças que amiação as Provincias do Rio da Prata. Principios que poem ao mesmo Senhor na necessidade de fazer ocupar pelo seu Exercito huma pozição que asegure a obediencia das Provincias ás antigas leys estabelecidas, [...] prometendo no entanto protecção favo[ável].

3º Fazer marchar ao mesmo tempo seis mil homens para ocupar as cercanias de Monte Video em direitura.

Me atrevo a provar que estas forças são de sobejo para tomar Monte Video, e guardar todo o paiz comprehendido entre Maldonado, e Arroyo da China, até a Fronteira de Portugal. [...]

A Conquista de Buenos Ayres pode efectuar-se com quinze mil homens em poucos dias, e sem derrame de sangues¹³².

Em relação ao primeiro item, Curado apresenta uma idéia que, por um lado, já estava sendo posta em prática pelo ministro Sousa Coutinho, tendo em vista que ele próprio, Joaquim Xavier Curado, era um dos enviados ao Prata, mesmo que em caráter não oficial, para que fornecesse as devidas informações sobre a situação política, econômica e militar do vice-reinado, assim como para dar início às propostas que o príncipe regente de Portugal faria aos governantes platinos.

¹³² AHI. Lata 193, maço 6, pasta 1.

O desenrolar dos fatos, especialmente a partir do mês de agosto de 1808, faria com que se movimentasse uma verdadeira máquina de espionagem e ligações excusas entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, pela qual cada governo tentava adiantar-se aos acontecimentos, evitando ser pego desprevenido em caso de uma ação mais drástica do vizinho. A diplomacia, naquele período, parecia depender mais do serviço da espionagem “oficial” que da própria ação política dos representantes. Nenhum passo era dado sem antes dispor de informações, mesmo que não fossem seguras, das movimentações que ocorriam no lado que se pretendia convencer ou controlar. Neste caso, a região compreendida entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires tornou-se palco para os mais diversos tipos de pessoas que desejavam o reconhecimento do monarca português, ou dos governantes platinos, para participar dos círculos de beneficiamento pessoal, nos quais poderiam desfrutar da possibilidade de absorção de parte do dinheiro circulante nesses meios.

Em relação ao último item exposto no trecho supracitado da carta de Xavier Curado, quando afirmava que a dominação de Buenos Aires poderia ser realizada sem derramamento de sangue, não há como deixar de imaginar que uma ação dessa grandeza – tendo em vista as correspondências que desde finais de 1808 estavam sendo enviadas aos diversos pontos da América Espanhola, pendendo auxílio para a proteção de Buenos Aires, além do retrospecto das invasões inglesas – pudesse resultar numa tomada pacífica da capital platina pelos portugueses.

Notamos, portanto, o quanto a conjunção dos fatores externos ao Vice-Reinado do Rio da Prata, como a invasão e desorganização de Espanha pelos franceses e a pressão inglesa sobre as possessões espanholas, e internos, como a falta de unidade entre os diversos setores do governo, podia levar os portugueses a crer que uma ação diplomática, ou militar, se fosse o caso, bem planejada, renderia ótimos frutos à Coroa bragantina com a desejada anexação do Vice-Reinado do Rio da Prata ao Império português.

3 A INFLUÊNCIA EXTERNA (BRITÂNICA E PENINSULAR) NAS RELAÇÕES ENTRE O RIO DA PRATA E A CORTE PORTUGUESA

A instabilidade e a forma como os reinos europeus estavam sendo subjugados pelas hordas de Napoleão levavam à crença de que a situação não se estabilizaria tão cedo na Europa. O medo de que fossem enviadas tropas a mando do general francês para invadir a

América também existia, pois os povos eram bastante dispersos, o que facilitava a dominação. Sem contar que, ainda de acordo com Xavier Curado, “os habitantes de Monte Video propendem menos que os de Buenos Ayres, porem sempre propendem do lado das opinioes Francezas. He hua peste, que tem inficionado o Rio da Prata a hum ponto inconcebivel.”¹³³

Além do governo português, o governo britânico agia em sua política externa visando, de maneira mais velada, à oportunidade de expandir seus negócios em território americano. Para isso incentivou, a princípio, as ações portuguesas, tendo em vista que tanto o comércio luso-brasileiro quanto o hispano-americano poderiam ser duplamente “beneficiados” com o maior aporte de produtos ingleses, além de auxiliar militarmente a proteção das colônias espanholas na América Meridional se, porventura, houvesse uma invasão francesa na região.

Como registra Klaus Gallo, ao analisar o crescente interesse inglês na América espanhola a partir de 1780, podemos observar o quanto estava calcado em fundamentos econômicos e comerciais, pois

tanto el acuerdo franco-español de 1768 como el franco-portugués de 1783 habían puesto a los franceses en el mismo status legal en la Península que Gran Bretaña. Esto alimentaba temores ingleses sobre la actividad francesa [que] amenazaba inclinar la balanza comercial en una nueva dirección.¹³⁴

Exemplo da intrincada política externa britânica foi a relação mantida com os governos português e platino por Lord Strangford¹³⁵, como ministro plenipotenciário na corte do Rio de Janeiro, e por William Sidney Smith¹³⁶, almirante da esquadra inglesa na corte

¹³³ AHI. Lata 193, maço 6, pasta 1.

¹³⁴ GALLO, *De la invasión al reconocimiento...*, p. 21.

¹³⁵ O prefaciador e tradutor da obra de José Presas, Magalhães Junior, afirmava que Lord Strangford fora, “sem dúvida, o mais brilhante diplomata do período regencial.” Era natural de Londres, onde nasceu em 1778. In: PRESAS, *Memórias secretas de dona Carlota Joaquina*, p. 49. Em 1806, Percy Clinton Smythe (seu nome de batismo) fora enviado para Lisboa como secretário de embaixada, a fim de garantir as ligações entre Portugal e Inglaterra, servindo ao mesmo tempo que o general Junot, por parte da França. MANCHESTER, *Preeminência Inglesa no Brasil*, p. 63. Ao contrário do que afirma Magalhães Junior, Strangford não veio ao Brasil junto com a família real, pois antes voltou à Inglaterra para receber mais instruções, chegando ao Rio de Janeiro somente em 22 de julho de 1808. MANCHESTER, *Preeminência Inglesa no Brasil*, p. 110.

¹³⁶ Em seu texto *Sidney Smith – Um marinheiro herói*, Kenneth Ligh traça toda a trajetória da vida desse marinheiro inglês que se tornou, entre 1808 e 1810, um dos pivôs da tentativa de proclamar dona Carlota Joaquina como rainha da América Espanhola. Segundo o mesmo autor, Sidney Smith nasceu em Londres, em 1764, filho de Cornelius Smith, tido como “libertino” para os moldes da época, e da filha de um rico comerciante londrino. Com a união de seus pais, o avô deserdou a filha, mas, através dos apelos de uma tia materna, seus estudos foram custeados pelo mesmo. Aos 13 anos iniciou sua carreira naval, passando a tenente em 1780. Durante vários anos serviu à Marinha Inglesa, conquistando inúmeras vitórias em batalhas, principalmente travadas no mar Mediterrâneo contra esquadras francesas sob o comando de Napoleão. Em 1807, já como almirante, passou a ser responsável pela segurança da costa portuguesa. Com a vinda da família real para o

portuguesa e principal apoiador da causa “carlotista” na América. Ambos, ao mesmo tempo, seguiam orientações da Grã-Bretanha que agia, ao que tudo indica, duplamente para garantir de qualquer forma a participação nos benefícios comerciais que poderiam alcançar com o sucesso de suas ações.

Naquele momento, ainda estavam vivos na memória do governo britânico os insucessos ocorridos durante os últimos dois anos em relação ao Rio da Prata. Por isso, os planos que seriam postos em prática na América Meridional deveriam ter objetivos bem traçados, a fim de não incorrer nos mesmos erros do Ministério de Todos os Talentos¹³⁷, que não possuía uma visão homogênea sobre as ações implementadas. Dessa vez, portanto, as orientações britânicas dirigiam-se mais a insuflar a independência das colônias espanholas na América, especialmente no Rio da Prata, do que a ameaçá-las com uma intervenção direta. E a relação com a corte portuguesa instalada no Rio de Janeiro seria fundamental para essa empresa.

Por isso, uma das primeiras medidas de Lord Strangford foi acercar-se do ministro Sousa Coutinho, pois sabia de seu declarado anglofilismo, além da importância que tinha no governo do príncipe regente dom João. De fato, essa proximidade surtiria efeitos na medida em que, por simples sugestão ou até mesmo pela pressão declarada, de modo geral, o conde de Linhares respeitaria a opinião do representante inglês.

Entre março e abril de 1808, quando ainda não se tinham notícias dos fatos ocorridos na península, Strangford não interveio nas medidas adotadas pelo conde de Linhares com relação ao Vice-Reinado do Rio da Prata. Entretanto, com a tomada do poder espanhol por Napoleão, em maio, e a declaração da aliança defensiva entre a Inglaterra e a Espanha, a

Brasil, Smith ganhou terras e permaneceu no país, até sua saída forçada por Lord Strangford, sempre conspirando a favor da causa “carlotista”. Em 1838 foi condecorado pela rainha Victoria com a Ordem da Grã Cruz do Banho. Acabou falecendo em decorrência de um derrame em 1840, aos 76 anos. Para uma verificação mais detalhada sobre a vida e as batalhas comandadas por Sidney Smith, consultar <<http://www.ihp.org.br/docs/khl120030811.htm>>, acessado em 27 de abr./2005.

¹³⁷ O governo conhecido como “dos Talentos”, teve lugar na Grã-Bretanha em fevereiro de 1806, após a morte do primeiro-ministro William Pitt (O jovem) e do fracasso da terceira expedição contra Napoleão em Austerlitz. Ficou conhecido por este nome por ter sido formado pelos mais expoentes políticos britânicos do período, tais como: Lord Greenville (primeiro-ministro), Charles James Fox (ministro do Exterior), William Windham (secretário da Guerra), além de Henry Addington, Tom Greenville e Lord Holland. Com a morte de Fox, Lord Howick assumiu o ministério do Exterior em setembro de 1806. Assim, formavam um governo de coalizão, mas com maioria *whig* (liberal), que tinha como principal tarefa barrar o expansionismo francês. Este governo teve fim em março de 1807, quando o rei Jorge III decide formar um governo que fosse mais maleável, com maioria *tory* (conservador). Ver mais detalhes da formação e das campanhas durante o governo do Ministério de todos os Talentos no capítulo III de GALLO, *De la invasión al reconocimiento...*, p. 73-102.

política do Gabinete Britânico para a América Meridional e, conseqüentemente, a diplomacia do Gabinete Português em relação ao Rio da Prata tiveram de dar uma guinada para evitar o descumprimento de seus respectivos acordos com a Grã-Bretanha.

Praticamente ao mesmo tempo, as ações portuguesas no Prata ficariam estremeçadas pelas notícias que chegavam a Buenos Aires, provenientes da corte do Rio de Janeiro. Desconhecendo quase completamente os verdadeiros sentimentos políticos do Vice-Reinado do Rio da Prata, até mesmo porque a “Missão Curado” havia sido há pouco iniciada, o ministro Sousa Coutinho, no dia 18 de março, mandou prender o irmão do Vice-rei Santiago de Liniers, Louis-Henri, conde de Liniers, no Rio de Janeiro. Este antigo comerciante da praça de Montevideú e militar fora para a Europa pouco tempo antes da invasão francesa a Portugal, em 1807. Com o início dos ataques, embarcara de volta para a América e, no início de 1808, encontrava-se em contato com um grupo de refugiados portenhos que tinham auxiliado a fuga do general Beresford de Buenos Aires.¹³⁸

No Rio de Janeiro, Louis-Henri escondia-se sob o nome de Enrique Josef de Gorvera, tendo obtido, inclusive, passaportes com essa identidade para ir até Buenos Aires. Em 18 de março fora descoberto por alguns espanhóis, que informaram ao príncipe regente sobre a sua estada na capital, o qual prontamente informou o ministro Sousa Coutinho. Este logo tomou medidas para interpelá-lo, principalmente porque a empresa iniciada no Prata poderia precisar de alguns trunfos que fossem importantes para a aceitação das propostas do príncipe regente.¹³⁹

Assim, após o primeiro contato com o ministro Sousa Coutinho, quando foi informado das verdadeiras intenções portuguesas em relação ao Vice-Reinado do Rio da Prata por um “bemente discurso [...] Mescla de Amenazas, y pruebas de seduccion”, o conde de Liniers escreveu uma memória, entregue em 20 de março ao mesmo ministro, na qual garantia, entre outros pontos, que

si se entendiese, *por dar pruebas* alguna cesion, o abandono de territorio, obren un cambio de dominacion... V.E. debe persuadirse, que esto esta fuera de sus poderes, y

¹³⁸ AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Dom Joaquim Xavier Curado e a política Bragantina para as províncias platinas (1800-1808)*. Disponível em <<http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi5a6.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2005.

¹³⁹ Conforme cópia da carta do conde de Liniers ao vice-rei Liniers, seu irmão, em 26 de março de 1808. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 31.

muicho mas, lejos de sus prinsipios, y en este caso respondo firmemente en su nombre, y por un negatiba formal.¹⁴⁰

Além disso, após fazer uma extensa análise sobre as questões postas por Sousa Coutinho na primeira entrevista que tiveram, o conde de Liniers assegurava que “no probocaremos la guerra, pero que es evidente, que podemos sostenerla con bentaja.” Assim, talvez na tentativa de persuadir o ministro, questionava: “¿luego que guerra mas injusta que la que se haria a unos Gobiernos porque defendiesen com lealtad, Valor, y por grandes sacrificios la propiedad de su Soberano?”¹⁴¹.

Dom Rodrigo transmitiu as notícias ao príncipe regente dom João e informou ao conde de Liniers que “el Principe reconoce que V.Md. no busca à engañarlo”, desejando apenas tratar das relações amistosas entre as nações. Assim, provavelmente para garantir que as intenções transmitidas ao vice-rei Liniers pudessem exercer algum peso a favor do governo português, Sousa Coutinho asseverou que:

Todas nuestras proposiciones se reducen a asegurar de um modo estable las relaciones Comerciales, y a extender tanto quanto se pueda, a establecer la seguridad, tranquilidad e integridad de las poseciones é Individuos Portugueses en los dominios Españoles, y no mostrarnos ninguna señal de hostilidad a asegurarlo todo por un Combenio escrito en fin a vivir con nosotros como buenos Vecinos, y aliados; y por su parte el Principe interpondra su influencia para impedir que V.Ms. se sean inquietados por los Ingleses, pudiendo sus ataques ser dañosos para nuestro Comercio con V.Ms.¹⁴²

Entretanto, aproveitando o momento, o ministro português perguntava ao conde de Liniers: “¿no se nos concedería el recibir guarnicion Portuguesa en algunas Plazas?”. O conde deveria conhecer muito bem as leis do Antigo Regime, pelas quais só poderiam responder pelo governo aquelas pessoas devidamente creditadas pelo rei para esse fim, o que não era o caso naquele momento; além disso, sabia que poderia deixar seu irmão em situação complicada no Prata. Limitou-se, então, a responder que não se encontrava em situação de poder tratar sobre assuntos oficiais do governo platino, mas garantia, de antemão, que este ponto jamais seria concedido.¹⁴³

¹⁴⁰ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 34. [Grifos originais do autor]

¹⁴¹ *Ibid.*, p. 35.

¹⁴² *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 37.

¹⁴³ *Ibid.*

Na mesma correspondência, o conde de Liniers mostrava que sabia da “Missão Curado” ao registrar uma conversa com o ministro Sousa Coutinho, na qual afirmava que “con franquesa temo mucho que el Negociador, que se ha embiado al Sur (el Sr. Curado) no dañe mucho allá el trabajo pasifico que hasemos aqui.”¹⁴⁴ Demonstrava, assim, sua preocupação de que o comandante tivesse sido enviado para hostilizar o governo que o forçava a tomar medidas mais concretas em relação às ameaças perpetradas pela Coroa portuguesa.

Percebendo que o conde de Liniers não poderia auxiliá-lo, dom Rodrigo de Sousa Coutinho manteve-o preso no Rio de Janeiro, talvez para ter uma forma de barganhar algo em troca do irmão do principal governante do vice-reinado. Concentrava, então, seus esforços na “Missão Curado”, para que ao menos o comandante português obtivesse em Buenos Aires o sucesso que ele próprio não havia logrado na corte. Vale lembrar que em nenhuma missiva a Curado o ministro comentava sobre a prisão do irmão do vice-rei, talvez para não desviar o foco daquela missão ou ser descoberta caso a correspondência fosse interceptada – notícia que, mesmo assim, havia chegado ao conhecimento de Santiago Liniers ao final de maio¹⁴⁵.

A partir desse momento, em várias correspondências¹⁴⁶ entre o vice-rei e o governador interino de Montevidéu, dom Francisco Javier de Elío¹⁴⁷, é enfatizado que este deveria permanecer em constante contato com o comandante Curado, da mesma forma que deveria

¹⁴⁴ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 37.

¹⁴⁵ Em 31 de maio de 1808, o vice-rei Liniers enviou uma nota reservada ao governador interino de Montevidéu, Francisco Javier de Elío, informando: “Acavo de recibir cartas del conde de Liniers residente en el Rio Janeyro, en cuya consecuencia hé determinado que el Brigadier Portugués D. Joaquin Xavier Curado, Comisionado de S.A.R. el Principe Regente, venga declaradamente á esta Capital sin entrar en esa Plaza, á cuyo fin despacho hoy el Bergantin Belen al Puerto de Maldonado para que desde allí lo conduzca (- sin permitirle [entrar] pasar de modo alguno á esa Plaza -) en esta inteligencia prevendrá V.S. al Ayudante mayor D. Joaquin Alvarez Navià que desde el parage en que se encuentre, lo dirija al citado Puerto, haciendole entender á dicho Señor Brigadier, que para hacer mas pronto, y comodo su viage, hé tomado esta determinacion, que espero le sea grata.” Ibid., p. 46-47 (verifica que “rio” em castelhano é com acento “río”).

¹⁴⁶ Algumas dessas correspondências podem ser observadas, com seus conteúdos completos, em Ibid., p. 42-53.

¹⁴⁷ Elío nasceu em Pamplona, em 1767. Como militar da coroa espanhola, foi veterano das campanhas do norte da África e do Rosuillon (região ao sul da França). Como governador de Montevidéu, enfrentou os atos revolucionários que foram produzidos no Rio da Prata. Em 1809, foi substituído por Nieto no comando da Banda Oriental. Em 1811 retornou ao Prata como Vice-rei, mas não conseguiu reconhecimento por parte da Junta Revolucionária de Buenos Aires, contra a qual tentou lutar até que foi chamado pelas Cortes para regressar à Espanha, em 1812. Nesse período acentuou-se seu rechaço ao sistema constitucional e, em 1814, mostrou-se favorável a Fernando VII, a quem ofereceu seu apoio desde seu posto de Capitão-general de Valência para restituir-lhe o poder absoluto. Assim, entre 1814 e 1820, foi um dos pilares fundamentais do absolutismo e um zeloso perseguidor de liberais, aos quais combateu com firmeza. Ao produzir-se a Revolução de 1820, foi preso pelo Duque de Almodóvar para evitar que o povo fizesse justiça por si mesmo; entretanto, devido às suspeitas de sua participação, desde a prisão, em um motim popular, foi condenado a morrer no garrote. in: *Sítio Biografias y Vidas*. Disponível em <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/e/Elío.htm>>, acessado em 23 de set./2005.

interpelá-lo sobre os papéis a serem apresentados, que garantiriam a oficialidade da missão. Por fim, em 2 de julho, após se certificar de que Curado não estava de posse dos devidos papéis para tratar oficialmente dos assuntos que interessavam a ambos governos, Liniers enviou a ordem para que Elío o mantivesse como refém até que o conde de Liniers chegasse a Buenos Aires¹⁴⁸.

Elío, ao que parece, mantinha extrema discrição em relação à prisão, tanto que Curado teve liberdade para enviar outra correspondência ao ministro Sousa Coutinho para que estivesse inteirado do que acontecia no Prata desde 14 de maio até 16 de julho de 1808¹⁴⁹. Além disso, continuava recebendo correspondências do Rio de Janeiro, pelas quais ficou ciente do que estava realmente acontecendo em relação ao irmão de Liniers somente em 28 de junho.

Ainda em junho um fato interessante veio mostrar ao ministro Sousa Coutinho o quanto as notícias sobre o que ocorria entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires circulavam por toda parte. Fora avisado da prisão de um espanhol chamado Antonio Isla e, junto com ele, de vários papéis que, supostamente, eram dirigidos aos mais importantes dirigentes da Metrópole e das colônias espanholas.

Entretanto, o funcionário português que remeteu a correspondência afirmava que “entre os avulsos de seu uso que examinei, nada achei que possa verificar que ele espalhava vozes do nosso rompimento com a América Espanhola, ou que sobre isso fizesse avisos ou desse notícias”¹⁵⁰. Registrava ainda que a prisão de Isla, provavelmente pelo cargo que ocupava em Buenos Aires, “tem assas assustado os Espanhóis aqui residentes, e até os

¹⁴⁸ Em nova carta, que possuía a expressão “Mui reservado”, o Vice-rei dispunha o seguinte a Javier de Elío: “hé estimado del [a] mayor [consecu] [interés] mantener a este [indi] oficial en esa Plaza con la seguridad posible y en calidad de rehenes hasta la venida à esta capital del coronel conde de Liniers, y como èsta no será facil conseguirla, si se le permite salir à la campaña, de donde podrá facilmente hacer fuga, es encesario que permanezca en la havitación que tiene en ese fuerte, y à la inmediata vista de V.S.”. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 52.

¹⁴⁹ No início da carta, Xavier Curado afirmava que fazia 31 dias que havia chegado à Praça de Montevideú, entretanto não sabemos se a data está errada ou o comandante se referia à entrada em Montevideú, pois em junho já estava em contato com Elío e entablando negociações com o vice-rei Liniers. Na correspondência, entretanto, afirmava que, conforme o que tinha ouvido: “o Povo he total e declaradamente inclinado a Republica livre, para cujo fim ja se lembrão de planos em Buenos Aires”. Além disso, registrava que “só resto meyo da força a qual parece, que deve ser muito superior para dididir prontamente a favor das pertençoens de Sua Alteza Real, e conservar em respeito a Nação”. Desse excerto em diante, assim como já fizera em carta anterior, Xavier Curado informava sobre o estado das armas e as poucas esperanças dos portugueses terem uma recepção favorável no Prata. *Ibid.*, p. 75-79.

¹⁵⁰ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 59.

Portuguezes enlaçados em negociações do Rio da Prata, que recebem todos os dias novidades que os prejudique”¹⁵¹. Da mesma forma, que a prisão do conde de Liniers também causara certo furor entre os platinos e espanhóis presos no Rio de Janeiro.

Por sua vez, no dia 28 de maio de 1808, ainda sem saber do que acontecera com a família real espanhola durante os meses de março, abril e maio daquele ano, o Cabildo de Buenos Aires enviou correspondência para o rei de Espanha informando sobre as ameaças que sofriam dos portugueses, da chegada de tropas inglesas ao Rio de Janeiro e da necessidade de que se enviassem auxílios para a defesa dos seus domínios¹⁵². Provavelmente, foi somente no dia 10 de agosto de 1808, com a chegada de oficiais de Napoleão, após sessenta dias de viagem, que o vice-rei Liniers ficou sabendo dos fatos ocorridos na Europa com a família real espanhola. Conforme correspondência de Xavier Curado ao ministro Sousa Coutinho, alguns desses enviados teriam sido mortos por embarcações inglesas ao tentar atravessar o Rio da Prata para chegar a Buenos Aires¹⁵³. Contudo, em 9 de setembro, o almirante Smith informava ao ministro Sousa Coutinho sobre a chegada e recepção, por parte do vice-rei Liniers, do enviado francês Sassenay em Buenos Aires¹⁵⁴. Prontamente, o ministro informaria ao príncipe regente tais acontecimentos, o que fomentaria ainda mais a ânsia portuguesa em fazer-se presente nos domínios espanhóis do sul, na tentativa de evitar uma possível invasão francesa às colônias, bem como a péssima influência que os franceses poderiam exercer sobre os hispano-platinos.

As notícias da Metrópole surtiriam um efeito devastador nos governos hispano-americanos, pois denunciavam a anarquia em que se encontrava Espanha. Aumentou, então, o medo de uma conquista estrangeira, que seria fulminante ao imenso império ultramarino espanhol. Dava-se, com isso, uma base sólida ao governo português para que se pusesse em prática o plano de proteção e ocupação do Vice-Reinado do Rio da Prata. Por fim, em decisão firmada pelo vice-rei Santiago de Liniers, em 15 de agosto de 1808, foi proclamada fidelidade

¹⁵¹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 62.

¹⁵² Nessa correspondência, o Cabildo exaltava a figura de Liniers como defensor do vice-reinado, informava sobre a missão de Joaquim Xavier Curado em Montevideu, sobre as investidas do príncipe regente, que provavelmente eram movidas pelo “Gabinete de Sn. James” e, por fim, rogava que “se digne / facilitarnos del modo posible los auxilios que necesitamos, muy especialmente de Armas, ordenando se hagan las respectivas oportunas remesas, y se tomen las providencias mas prontas”. *Ibid.*, p. 58.

¹⁵³ Para verificar a correspondência completa, na qual Curado ainda afirmava que, caso não recebesse ordens contrárias do ministro Sousa Coutinho, iria retirar-se de Montevideu em razão das circunstâncias, consultar *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 98-99.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 152-153.

ao rei Fernando VII de Espanha¹⁵⁵. Dessa forma, após a chegada das proclamações de Carlota Joaquina e dom Pedro Carlos (que serão analisadas mais adiante), o governo do vice-reinado enviou prontamente ao Rio de Janeiro tais juramentos, reafirmando que não se submeteriam a nenhum governo estrangeiro.

Outro fator, que também só seria conhecido na América por volta do final de agosto de 1808, era que a Inglaterra, antes declarada inimiga da Espanha em função dos acordos franco-espanhóis, desde junho de 1808 havia entrado em acordo com esta, razão por que passara a enviar tropas para a península ibérica a fim de auxiliar os exércitos espanhóis na expulsão dos franceses¹⁵⁶. Assim, alteravam-se sensivelmente os interesses ingleses em relação à América Espanhola e, conseqüentemente, isso influía diretamente nos planos propostos pelos portugueses ao vice-rei Liniers e aos demais representantes da política metropolitana espanhola na América.

No Prata, com as notícias recém-chegadas da península, onde as tropas de Napoleão avançavam vorazmente sobre o território espanhol, incendiavam-se os principais pólos da política metropolitana. Em Buenos Aires vários personagens, antes firmes apoiadores do vice-rei Santiago de Liniers, converteriam-se rapidamente em opositores, tendo em vista a total instabilidade política na Espanha e a possibilidade de sujeitar-se ao jugo francês, que era uma

¹⁵⁵ Em correspondência desse dia que, pelo teor, foi endereçada aos habitantes de Buenos Aires em geral, Liniers expunha brevemente o que ocorrera na Espanha e explicava-se, porque “no hallandome con ordenes suficientemente autorisadas que contradigase las Reales Cedula del Supremo Consejo de Indias para la proclamacion y jura del S.º D.º Fernando 7º anunciada ya por el [?] de 31 de Julio he resuelto que se proceda a sua execucion con la pompa e solemnidad que está preparada”. AHI. Lata 172, maço 1, pasta 4.

¹⁵⁶ Por notícias vindas das principais gazetas da Europa, publicadas entre maio e junho de 1808, extrai-se o seguinte excerto, que confirmava a intenção da Inglaterra em cooperar para expulsar as tropas de Napoleão da Espanha: “Mr. Canning, es Secretario de Negocios Extranjeros, respondió [...] Declaro a esta Camera y al Pueblo Ingles, que los Ministrso de S.M. se interesan vivamente en la noble contienda que ha empezado una parte de la Nacion Española, para resistir la encorme atrocidad de la Francia, y para conservar la independencia de su Patria [...] desde ahora no podemos considerar que exista la Guerra entre la España, y la Gran Bretaña. [...] no caben otros intereses para los Ingleses que el Triunfo mismo de los Españoles, esta es la conquista ventajosa, este es el gran interes de la Gran Bretaña, pues que con el se asegura la integridad de los Dominios de España en todas las partes del Mundo, y reprime el insultante orgullo y ambiciosas miras de Francia, y de Napoleon”. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 134. Datada de 4 de julho de 1808, também podemos observar a resolução do rei Jorge, da Inglaterra, pela qual este ordenava que: “I. Que todas las Hostilidades contra la España de parte de Su Magestad cesen inmediatamente. II. Que el Bloqueo de los Puertos de España, exceptuando aquellos que esten todavia en poder de los Franceses, se levante inmediatamente. III. Que todos los Navios y Buques pertenecientes á la España tendrán admision libre en los Puertos de los Dominios de Su Magestad [...] IV. Que todos los Navios y Buques pertenecientes á la España que se encuentren en la Mar por los Navios y Corsarios de Su Magestad, se traten de la misma manera que se practica con los Navios de los Estados que estan en amistad con Su Magestad [...] V. Que todos los Buques y Generos pertenecientes á Personas residentes en las Colonias Españolas que fuesen detenidos [...] depues de la fecha de esta, se lleven a puerto y se conserven con todo cuidado baxo Custodia segura para esperar la futura resolucion de Su Magestad [...]” Ibid., p. 138.

ameaça constante. Desse modo, aumentavam as denúncias contra o vice-rei, propagadas pelos diversos cantos da América Meridional.

Alguns partidos¹⁵⁷ compostos por uma base *criolla* “ilustrada”¹⁵⁸, que se supunha estarem desarticulados após os sucessos das expulsões inglesas dos anos anteriores, tomavam novo fôlego e iniciavam uma nova etapa na política colonial, pois começavam a discutir formas alternativas para a organização do vice-reinado, que mesmo não tendo ainda um fim previsto (até mesmo porque havia inúmeras soluções sendo propostas), em sua maioria beneficiava a situação econômica dos comerciantes de Buenos Aires. Portanto, mesmo que se mantivessem os laços políticos com a Espanha, deu-se início a uma profunda alteração nos elementos que reforçavam a dominação própria do absolutismo.

Na Banda Oriental do rio Uruguai, Francisco Javier de Elío, que não aceitava a posição de Santiago de Liniers perante o governo do Rio da Prata, iniciava uma intensa campanha para demovê-lo do poder, a fim de extirpar os “afrancesados” do Vice-reinado e garantir a integridade dos territórios à Coroa espanhola.

No Rio de Janeiro, dom João e dom Rodrigo de Sousa Coutinho perceberam que a ameaça de invasão “conjunta” com a Inglaterra, proposta ao Cabildo de Buenos Aires em março de 1808, não seria benéfica às intenções da Coroa portuguesa na região do Rio da Prata, especialmente na Banda Oriental. Da mesma forma, avaliaram que a Inglaterra, tendo mudado sua perspectiva em relação à Espanha, não apoiaria mais qualquer ação bélica na

¹⁵⁷ É importante ressaltar em relação a este termo o quanto sua concepção foi, durante o início do século XIX, tratada como algo diferente do que é concebido atualmente, e até mesmo do que fora no século XVIII. Pelo que se pode notar na documentação do período, assim como em trabalhos específicos como de Ignacio Fernandez Sarasola, a idéia de *partido* baseada na política inglesa foi a base para a concepção constitucionalista da ilustração espanhola durante a segunda década do século XVIII. Entretanto, com a emergência do período de independência na Espanha (1808-1814), o termo passou a ser pejorativamente sinônimo de “facção”. Além disso, como destaca Sarasola: “La negación de los partidos políticos durante la Guerra de la Independencia no sólo se debió a motivos de oportunidad política (a saber, necesidad de aglutinar voluntades contra Napoleón y en favor de las reformas), sino a una profunda convicción teórica. Liberales y realistas negaron el partido porque no era compatible con su idea de libertad, de Constitución y de forma de gobierno.” Para verificar esta obra que analisa a concepção acerca dos partidos antes e durante a Constituição de Cádiz, de 1812, consulte: SARASOLA, Ignacio Fernández. *La idea de partido en España: de la Ilustración a las Cortes de Cádiz (1783-1814)*. in: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/c1812/00365085489969551867857/p0000001.htm#I_7_>. Acesso em 12 jan. 2006.

¹⁵⁸ Utilizamos esse termo porque aqueles que participariam dos movimentos pela independência nos anos posteriores a 1810, no Rio da Prata, mantinham estreito contato com as doutrinas políticas, econômicas e sociais que eram professadas na Europa, no alvorecer do século XIX, especialmente o conceito de liberalismo, inspirados, neste caso, em Rousseau.

região. Deu-se início, portanto, em meados de agosto de 1808, ao projeto indicado pelos representantes do governo britânico no Rio de Janeiro, especialmente Sidney Smith. Esse projeto tentaria levar à constituição de um Império hispano-americano dirigido pelos únicos herdeiros diretos da família Bourbon de Espanha que estavam livres e, além disso, encontravam-se na América: dona Carlota Joaquina e dom Pedro Carlos.

Dom Pedro Carlos, preferido do príncipe regente e do ministro Sousa Coutinho por diversos motivos – talvez dentre os quais se destacasse a passividade, como propõem alguns autores –, não tinha o apoio do almirante inglês Sidney Smith e, conseqüentemente, da força que poderia ser necessária para entroná-lo em Buenos Aires. Por sua vez, Smith preferia e defendia encarniçadamente, mesmo indo de encontro às ordens provenientes da Grã-Bretanha (defendidas por Lord Strangford), os interesses da princesa Carlota Joaquina, para que esta se tornasse a monarca representante da Coroa espanhola na América, garantindo a manutenção do sistema absolutista nos domínios espanhóis.

As juntas de governo que se constituíram na Espanha, em razão do vazio no poder espanhol criado pelas abdições dos reis, em 1808, sequer conseguiam, num primeiro momento, entrar em acordo sobre a formação de um único *corpus* responsável pela coordenação das investidas contra Napoleão, na tentativa de expulsar os franceses da península, resgatar a família real e restabelecer o rei no poder. E esses pontos pesavam muito sobre as decisões que deveriam ser tomadas pelas colônias.

As comunicações enviadas e recebidas pelos governantes dos vice-reinados às juntas, por sua vez, não deixavam de tocar nos assuntos da situação de Espanha, da tentativa de dom João estender seus domínios até o Rio da Prata e da participação da Inglaterra nos sucessos de ambas, tanto na península quanto na América.

No extremo oposto, totalmente relutante às políticas de dom João em relação às colônias espanholas da América Meridional, despontava no complexo cenário ibero-americano a princesa Carlota Joaquina. Ela começava a trilhar uma caminhada bastante tortuosa, pois, angariando um crescente partido em Buenos Aires, que tentava cercar-se de garantias para reconhecê-la; um apoio dúbio, mas importante do almirante Smith; funcionários bem dispostos a informá-la de tudo que ocorria no Prata e no governo do marido, teria fundamental importância, respectivamente, no seio dos planos portugueses, das

investidas inglesas e das predisposições dos súditos espanhóis e *criollos* durante o período que se estende de agosto de 1808 até 1816.

CAPÍTULO II

1 DONA CARLOTA JOAQUINA E A CORTE PORTUGUESA: MAQUINAÇÕES E INTENÇÕES SOBRE O RIO DA PRATA

Talvez, dentre os personagens mais controversos e – por consequência de seu espírito inquieto – mais interessantes do século XIX, no Brasil, esteja dona Carlota Joaquina de Bourbon e Bragança. Afirma-se isso, em razão da análise de sua destreza política e diplomática, apesar da altivez que lhe era imputada como característica primordial. Assim como tantas outras mulheres, a princesa fazia parte de um cenário social totalmente centralizado na figura masculina, que subjugava a uma esfera inferior qualquer participação feminina. Mesmo assim, conseguiu fazer valer suas vontades, que, por diversas vezes, se não sempre, mostravam-se contraditórias à política de seu marido, o príncipe regente dom João.

Em relação ao tratamento dado pela historiografia, tanto brasileira quanto portuguesa, que trabalha de certa forma, com a figura de dona Carlota, as impressões são as mais variadas. Ainda na introdução de sua obra *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, Francisca de Azevedo assevera que, para se perceber quanto os relatos sobre tal personagem devem ser cuidadosamente analisados, é preciso ter bastante claro que “o século XIX é considerado o ‘século da História’, devido ao grande surto historiográfico e reflexivo e ao correlato conhecimento da utilidade social e político-ideológica do saber histórico”¹⁵⁹.

Assim, é importante ressaltar a visão que temos de uma mulher que viveu os mais difíceis problemas para ajustar sua alma, notadamente revolucionária, a um ambiente sem condições estruturais para suportar atitudes tão viris advindas, sobretudo, de uma princesa

¹⁵⁹ AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Carlota Joaquina na corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 19-20.

consorte, título para o qual Carlota também não se adequava completamente, pois talvez desejasse mais: queria ser ela o rei¹⁶⁰.

Oliveira Lima que, assim como outros autores do século XX, não deixa de imputar adjetivos maldosos à princesa, aponta em sua obra sobre Carlota Joaquina:

Não lhe sendo possível governar como Rainha ou regente na Península, como imperatriz ou Rainha além-mar, contentava-se com a regência da América Espanhola, com a do Rio da Prata que fosse, contanto que numa dada extensão de território pudesse exercer autoridade própria, distinta, autônoma, sem contas a dar àquele estafermo odioso, cuja vista lhe era insuportável até na mesa, preferindo tomar as refeições na câmara, sozinha ou com a pequenina infanta Dona Ana de Jesus Maria.¹⁶¹

A trajetória de Carlota Joaquina iniciara-se na corte de seu avô Carlos III, rei da Espanha entre 1759 a 1788, onde fora criada em meio à pompa da sociedade espanhola daquela época, em que reinava “um tipo de sociabilidade comparável às monarquias mais importantes da Europa, como a da França, modelo para a aristocracia ocidental”¹⁶².

Na ocasião do casamento com o infante dom João de Portugal, em 1785, Carlota constataria o enorme confronto entre as duas sociedades ibéricas, visto que, com o reinado de dona Maria I várias medidas de cunho extremamente conservador foram tomadas para reorganizar o reino após longos anos sob a “chefia” de Pombal e resgatar o caráter autoritário e absoluto do soberano. Por outro lado, esse conservadorismo se relacionava também à educação que a rainha tivera e à estreita relação que mantinha com a Igreja. Assim, dona Maria I foi se deixando convencer pelos Bispos, que lhe extirpavam os bens em benefício da Santa Igreja. Aos poucos, a sanidade veio a faltar-lhe, abalada principalmente pelas sucessivas perdas que sofrera nos últimos trinta anos do século XVIII¹⁶³.

Com isso, oficialmente, em 1792, após sofrer um ataque esquizofrênico ao sair do teatro de Salvaterra, a rainha foi substituída no comando do governo. Assumiu, então, o trono

¹⁶⁰ O capítulo VI da obra de Oliveira Lima trata exclusivamente de Carlota Joaquina, apresentando uma interpretação peculiar de sua biografia. Ver mais em LIMA, D. *João VI no Brasil*, p. 177-189.

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 186.

¹⁶² AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 19.

¹⁶³ Em 24 de fevereiro de 1777, faleceu seu pai, rei de Portugal, dom José I. Em 1781, foi a vez de sua mãe, a rainha dona Mariana Vitória. Teve seis filhos, dos quais, entre 1763 e 1788, faleceram cinco, inclusive seu primogênito, herdeiro do trono português, dom José. Em 1786, talvez a perda que mais contribuiu para seu devaneio foi a morte de seu tio e marido dom Pedro. Seu terceiro filho, dom João, foi o único que sobreviveu e veio a substituí-la no trono português.

português, seu filho dom João, que somente em 1799 tornou-se oficialmente príncipe regente, permanecendo com esse título até 1816, quando faleceu dona Maria I. O príncipe tornar-se-ia naquela ocasião, portanto, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves¹⁶⁴, com o título de dom João VI.

Carlota Joaquina, em consequência do matrimônio, teria de se adequar aos moldes do novo lar, porém isso não ocorreu. Por diversas vezes, seu ímpeto em não se manter calada diante das agruras a fez quebrar as normas morais do reino português, deixando os súditos e, principalmente, o príncipe regente, estupefatos com suas atitudes, que denotavam sua inconformidade em estar ali, e vivendo como coadjuvante.

Oliveira Lima, em razão da personalidade de Carlota Joaquina, atribuiu extremada importância às características mais rudes e desconexas da princesa, chegando a chamá-la de “intrigante e ladina”¹⁶⁵, idéia que foi transmitida às gerações de historiadores do século XX que vieram a estudar essa verdadeira personalidade do “mundo ibérico”. Dessa forma, o autor destacava:

Os traços varonis e grosseiros do seu rosto, o seu gênero de preocupações, o seu próprio impudor, denotam que em Dona Carlota havia apenas de feminino o invólucro. A alma poderia chamar-se masculina, não tanto pelo desejo imoderado de poder e pelo cinismo, quanto pela pertinácia em alcançar seus fins e pela dureza. Os filhos herdaram-lhe a vida, o excesso de vigor animal, que ela nunca conseguiu, porém, inocular no marido, pacífico e comodista.¹⁶⁶

Notamos no trecho transcrito o quanto o julgamento do autor está impregnado das idéias produzidas pela mentalidade do século XIX e início do XX. Além disso, é visível o quanto sua obra foi baseada na visão de uma outra mulher totalmente diferente de Carlota, a esposa de um dos comandantes franceses que invadiu Portugal, Laura Permon Junot¹⁶⁷. Seus apontamentos sobre uma região exótica da Europa (região Ibérica), e sobre a altivez de uma mulher que não era passiva ao que lhe acontecia e, sim, como postula F. W. Kenyon, “uma

¹⁶⁴ A data de elevação oficial a Reino Unido é 16 de Dezembro de 1815, realizada por Carta de Lei assinada pelo príncipe regente dom João.

¹⁶⁵ LIMA, D. *João VI no Brasil*, p. 522.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 177.

¹⁶⁷ Esposa do Duque de Abrantes, Jean-Andoche Junot, embaixador francês na corte de dom João antes do início das invasões napoleônicas, quando então esteve à frente das tropas francesas que invadiram Portugal. Laura Pernot Junot, enquanto participou das ações do marido em Portugal e Espanha, registrou em suas memórias várias impressões que tinha daqueles dois países e, principalmente, do Império dos Bragança, sendo de interesse, aqui como ela retratou Carlota Joaquina. De acordo com Oliveira Lima e José Presas, para verificar maiores detalhes, deve-se ler ABRANTES, Duquesa de. *Mémoires de Madame La Duchesse D'Abrantes (sur Napoléon la Révolution, le Directoire, Le Consulat, l'Empire et la Restauration)*. Paris: Garnier Frères, s.d., 5 tomos.

mulher com desejos, vigor e ambição para viver de forma radical aquilo que queria e acreditava”¹⁶⁸, como Carlota, serviram como fonte para vários autores que trataram o tema posteriormente.

Da mesma forma vemos a descrição dessa personagem nas palavras de Calógeras, porém mais incisivo ainda em demonstrar as características da princesa:

Era ella verdadeiramente um cabo, um conductor de homens.
Sua falta de escrúpulos, sua ignorância dos sentimentos femininos de pudor e de recato, fosse ella homem, em nada se extranhariam, tão correntes eram naquella época, e mais ainda em testas coroadas, forçados a alianças dynasticas.
Mulher, a lógica do sexo a condemnava, a ella que de mulheril só tinha o amor ás joias e aos vestidos, e, em tudo o mais, sentia, pensava e agia como uma virilidade infinitamente maior do que a do principe-regente!¹⁶⁹

Com um casamento bastante conturbado, que deu origem às inúmeras histórias folclóricas das brigas proferidas por todos os cantos do reino e reconciliações forjadas, muitas vezes por mero interesse político, tanto por parte do marido quanto dela própria, Carlota Joaquina foi criando um “mundo” num país diferente do seu, onde não deixava de pensar em voltar para sua família e, ainda mais, em receber algum quinhão de terra onde pudesse exercer sua soberania.

1.1 A MANUTENÇÃO DO IMPÉRIO ESPANHOL E AS IMPLICAÇÕES NO GOVERNO PORTUGUÊS

Levamos em consideração que um dos pontos característicos da personalidade de dona Carlota Joaquina era sua vontade em estar à frente do poder, demonstrada em momentos pontuais, mas extremamente importantes na história portuguesa, num período em que toda Europa passava por uma profunda remodelação, vivendo no limiar entre um liberalismo, por vezes radical, e um absolutismo moribundo. Exemplos dos eventos que contaram com a participação da princesa foram a tentativa de golpe contra o marido em princípios do XIX, as investidas diplomáticas sobre as colônias espanholas durante os anos em que viveu no Brasil, ou após o retorno a Portugal, apoiando o filho Miguel na luta pelo trono.

¹⁶⁸ KENYON, F. W. *Nunca uma santa (a incrível Carlota Joaquina)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960 apud AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 22.

¹⁶⁹ CALÓGERAS, *A política exterior do Império*, p. 397.

Esse poder teria de ser emanado a qualquer custo de sua figura, austera com quem quer que fosse. Para isso, não media esforços nem palavras, e foram enormes e incansáveis as correspondências trocadas pela princesa com vários setores dos governos espanhol, português e brasileiro nos anos em que pôde realizar algum tipo de acordo para concorrer à vaga do trono vacante deixado forçosamente por seu irmão, Fernando VII, nas mãos de Napoleão Bonaparte, com a intenção declarada de garantir a integridade dos domínios espanhóis sob a Coroa borbônica.

Ainda na Europa, a princesa do Brasil já apresentava uma incrível destreza diplomática, apesar da forma como tratava criados, funcionários que lhe deviam favores e até mesmo dom João. Sua intenção foi, por vezes, contraditória, pois na mesma medida que desejava assegurar a união entre as famílias Bragança e Bourbon, incendiava, em contrapartida, golpes contra o príncipe regente visando destroná-lo.

Essa contradição pode ser verificada, por exemplo, quando ocorreu a Guerra das Laranjas, em 1801, na qual Carlota, “desde o início da crise entre as duas coroas [...], destaca-se como protagonista nas negociações de paz na península.”¹⁷⁰ Entretanto, cinco anos depois, aproveitando-se de uma depressão que acometera dom João, dona Carlota e alguns políticos da corte portuguesa decidiram aplicar um golpe para destituí-lo. Porém, as intrigas vazaram e o golpe acabou sendo impedido pelo próprio príncipe. Assim, “dona Carlota, acusada de conspiradora e traidora do marido, é colocada numa espécie de exílio doméstico”¹⁷¹.

Em 1806, dom João passou todo o ano recluso em Mafra e, assim, abriu brechas para que as conspirações e intrigas palacianas tomassem força. Por isso, correu por todos os cantos

¹⁷⁰ Os maiores exemplos dessa tentativa de salvar ambas as monarquias do sufrágio foram as cartas trocadas entre dona Carlota Joaquina e seu pai, Carlos IV. Antes mesmo da deflagração da guerra, em que a Espanha apoiava o governo francês na invasão do território português, podem ser vistos os pedidos de Carlota para que isso não ocorresse. Por exemplo: “não posso ocultar a V.M. a sensação, que me causaram as expressões das quais V.M. se serviu para persuadir meu marido do partido (francês) [...] e, o encontrando sempre com a maior amizade para com V.M. lhe achei com todas as disposições e desejos de concluir este grande negócio da Paz, e posso assegurar porque sei, que isto lhe merece o maior cuidado, porque seu espírito é naturalmente pacífico, porém igualmente honrado [...] – Vendo isto sinto vivamente as ameaças de V.A. contra seus próprios descendentes, e não posso acreditar que não haja meio de compor tudo de forma que o mundo não seja testemunho de um proceder por parte de V.M. contrário à natureza [...]”. Nessa carta de 1798, dona Carlota tentava convencer o pai a não apoiar a França, entretanto este se fez surdo aos apelos e acabou como Carlota já previa na mesma carta: “E para quê? Para contentar um governo coberto de sangue de nossa família? [...] quem assegura a V.M. que o dito Governo, estando oferecendo felicidades com uma mão, com a outra está armado, e em alguns anos seja forçoso cair?” Ver mais em AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 27.

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 36.

do reino a notícia de que o príncipe tinha os mesmos problemas mentais de sua mãe. Dona Carlota, por sua vez, agiu rapidamente buscando apoio de seu pai para que interviesse nos assuntos políticos de Portugal, coisa que não fora aprovada pelo gabinete francês, que já exercia forte predominância sobre as decisões espanholas.

É certo, portanto, que, a partir do golpe tentado pelos “carlotistas”, as relações políticas começaram a deteriorar-se, assim como o relacionamento entre a princesa e o príncipe regente também começou a ser mais distante do que já era. As intrigas palacianas passaram a ter vulto tão elevado quanto as próprias políticas do reino, pois os interesses emanados das facções que ali se achavam diretamente ligar-se-iam ao relacionamento Espanha-Portugal, plasmado no casal real português.

O trágico cenário político europeu da época favorece todas as espécies de tramas e conspirações. Unindo esse fato ao notório desejo da monarquia espanhola em influir nos destinos políticos de Portugal, não seria imponderável pensar em planos secretos envolvendo os monarcas espanhóis e a filha.¹⁷²

Entretanto, tais conjecturas não podem ser totalmente ratificadas, por não termos subsídios que denotem tal aliança estratégica, pois a única relação que é claramente percebida nas correspondências trocadas entre dona Carlota e seus pais é a de uma filha que se encontrava longe dos seus familiares e sentia necessidade de externar seus sentimentos, contudo tinha de suprimir, ao menos em parte, suas vontades para se manter presente nas negociações do governo português.

Aproximando-se o ano de 1807, a relação entre a princesa e o príncipe regente cada vez mais desgastava-se. Nesse ano, Napoleão não poupou esforços para dominar a Europa e a região Ibérica. Por isso, anunciou-se a invasão a Portugal com auxílio da Espanha, que daria passagem às tropas francesas. A necessidade de enviar a corte de Portugal para a América se fez mais presente e o gabinete inglês, maior interessado na ação, não descansou enquanto dom João se mostrava reticente em viajar para a colônia americana.

Dona Carlota, por sua vez, não desejava de forma alguma ir parar numa terra que acreditava nem ser “terra de gente”. Assim, enviou várias correspondências para seus pais, pedindo que tivessem compaixão dela e dos netos e os livrassem da “temível partida”. Os reis

¹⁷² AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 50.

espanhóis, entretanto, negaram apoio à filha em razão, nas palavras do rei Carlos IV, da “distância e as relações políticas [que] cortam as ações de nossos desejos”.¹⁷³ Atitude acertada do ponto de vista espanhol, pois, logo em seguida, toda a família seria presa e levada para um castelo em Bayona, onde amargaria longos anos vendo Napoleão dominar seu país e jogá-lo nas mãos de José Bonaparte, um de seus irmãos.

Após a declaração do pai, dona Carlota sentiu-se totalmente desamparada, não lhe restando outra opção senão aceitar a situação e embarcar, juntamente com seus oito filhos e esposo, para o reino ultramarino português. Para a viagem, foi definido que os príncipes fossem em naus separadas, pois seria arriscado para a dinastia dos Bragança que toda a família real permanecesse numa mesma embarcação.

Após quarenta e cinco dias de angustiante viagem e total desconhecimento do que havia ocorrido com as outras naus, que sumiram no oceano por causa das tempestades, a princesa desembarcou em Salvador, em 1808, onde teve uma rápida estadia. Foram todos logo transferidos e, depois de já estar instalada na cidade do Rio de Janeiro, recebeu talvez a mais infausta das notícias: seu pai, Carlos IV, fora forçado a abdicar da Coroa em favor de seu irmão Fernando e toda família permanecia nas mãos de Napoleão.

Desse momento em diante, iniciou-se uma trama ainda mais complexa, pois, conforme a vontade de Napoleão, Fernando VII teve de entregar a Coroa novamente ao pai, para que este abdicasse novamente, mas em favor, desta vez, ao irmão do imperador francês, José Bonaparte. Portanto, a única herdeira do trono da Espanha que não estava aprisionada era dona Carlota Joaquina, que se encontrava, naquele momento, justamente no continente onde estavam fixadas as “jóias” da Coroa espanhola: as colônias americanas. Assim, iniciou sua intestina luta para garantir a integridade dos domínios espanhóis e, se fosse possível, assumir o trono da hispano-América.

1.2 AS REDES DA INTRIGA NA POLÍTICA IBERO-AMERICANA

Com as notícias recebidas da Europa, tomaram vulto as intenções de manter sob um mesmo cetro as possessões portuguesas e espanholas da América. Desse modo, dona Carlota

¹⁷³ AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 59.

Joaquina empreendeu, a princípio com o auxílio do marido e do governo português, mas, posteriormente, com o total rechaço destes, sua tentativa de subir ao trono espanhol das Américas, no qual poderia se sagrar soberana de um império que ia da Flórida ao Cabo Horn¹⁷⁴, demonstrando aos *criollos* e espanhóis emigrados que estava viva a representação da casa de Bourbon em solo americano.

Para empreender seus desejos, a princesa do Brasil contou com as pessoas mais volúveis do governo de seu esposo, buscando sempre um aliado a mais, um emissário que desejasse algum favor que fosse, para beneficiar uma grande rede de espias, que envolvia todos os cargos possíveis dedicados às questões platinas. Pelo que podemos averiguar,

as intrigas platinas foram uma realidade. É inquestionável que Dona Carlota Joaquina procurou assiduamente captar a boa vontade das Colônias espanholas; que, sem caráter propriamente oficial, pois pelo casamento perdera os direitos de infanta espanhola, e pela força das circunstâncias assumira a nação a direção dos seus destinos, iniciou uma copiosa correspondência com autoridades e pessoas influentes não só de Buenos Aires como de Montevideu, Chile, Peru e até México¹⁷⁵

Essa afirmação de Oliveira Lima corrobora o que havíamos anteriormente, pois atribui apenas à princesa a responsabilidade pelas intrigas no Prata. Na verdade, tanto o governo português se valeu dessa “diplomacia torta” quanto Carlota, ou mesmo os governos que seriam formados a partir de 1810 nas colônias espanholas, pois, em razão dos problemas enfrentados pela família real de Espanha, movimentou-se uma verdadeira máquina de empregados, comissários, ministros e secretários pessoais, para que fosse possível o controle sobre territórios que acabavam de ficar acéfalos.

Assim, depois de uma breve permissão dada por dom João para que a princesa intentasse tal feito, a interferência de motivos internos e externos pressionou o príncipe regente a não mais deixar que sua esposa efetivasse seus ímpetos absolutistas.

Fica patente em vários documentos pessoais e cartas enviadas a diversos personagens do governo português, espanhol e platino que Carlota Joaquina, desde que chegou ao Brasil, conspirou a favor da realeza da Casa de Bourbon, pois, além de permanecer sempre em estreito contato com a família, fora criada dentro dos princípios do Antigo Regime e não aceitava as modernas fórmulas de governo que tomavam relevo na época, ou seja, o

¹⁷⁴ Ponto pertencente ao atual território do Chile no extremo meridional da América do Sul.

¹⁷⁵ LIMA, D. *João VI no Brasil*, p. 193.

liberalismo político e econômico, como modelos a serem seguidos, dando vazão à voz do povo, como depositário da soberania.

Pelo que deprendemos das correspondências analisadas entre Carlota e várias autoridades com quem manteve contato durante sua estada na América, a princesa não estava interessada na independência da região platina para sagrar-se rainha absoluta do vice-reino, como afirmavam alguns palacianos da corte carioca e, crendo nisso, alguns historiadores. Mostrava-se, portanto, totalmente avessa à concretização dos movimentos que buscavam a quebra do regime absolutista na América Espanhola, ainda incipientes no ano de 1808¹⁷⁶, mesmo que para isso tivesse de sujeitar-se a alguns percalços diante do marido e seus ministros.

Dona Carlota tinha como principal objetivo proclamar-se, num primeiro momento, regente da Espanha na porção que então era uma das regiões mais ricas do império espanhol: o Vice-Reinado do Rio da Prata. Em ofício do ministro dom Rodrigo de Sousa Coutinho ao Cabildo de Buenos Aires, em 24 de agosto de 1808, anexou-se a proclamação de 19 de agosto, pela qual se podiam perceber as intenções da princesa, utilizando-se também do nome do primo/sobrinho dom Pedro Carlos, de participar ativamente dos acontecimentos do Rio da Prata.

Exmo Sr.

Tenho a honra de remetter á V. *Excellencia* por Ordem de S.S.A.A.R.R., a Princeza do Brasil, Nossa Senhora, e o Sereníssimo Senhor Infante dom Pedro Carlos as inclusas Reclamações, e Manifestos dos mesmos Augustos Senhores; assim como a resposta que S.A.R. o príncipe regente Nosso Senhor dêo á reclamação de S.S.A.A.R.R.; e igualmente os Impressos, que chegarão de Espanha, e Noticias Publicas, que mostram a gloriosa resolução que os Espanhoes tomarão para a conservação da sua Monarchia, de sua Religião, e para sustentar os Direitos da Real Família, que felismente os governa.¹⁷⁷

Por meio desse ofício enviado por dom Rodrigo ao Vice-rei do Rio da Prata, Santiago de Liniers y Brémont, notamos claramente a intenção da Coroa portuguesa de utilizar-se de dona Carlota Joaquina, reclamando seus direitos de herdeira com o intuito de que este lhe desse respaldo para sua empreitada na tentativa de ser nomeada a regente espanhola da América Meridional. Entretanto, o vice-rei tinha ressalvas em relação a uma medida tão

¹⁷⁶ AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 185.

¹⁷⁷ Carta de dom Rodrigo de Sousa Coutinho ao Cabildo de Buenos Aires, em 24 de agosto de 1808. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 104.

impulsiva, para não falar drástica. Afinal, ao que tudo indica desejava se manter no poder; assim, aceitar a regência de uma princesa, mesmo que espanhola, mas casada com o príncipe de Portugal, não seria um negócio visto com bons olhos pelos súditos platinos, muito menos pelo governo espanhol, fragmentado em várias juntas espalhadas pela península.

Nesse ponto, é pertinente expor o comentário de José Presas¹⁷⁸, secretário particular de dona Carlota, o qual explica que as cartas enviadas aos vice-reis e a outras legações na Espanha ou fora dela não poderiam ter caráter oficial, pois a princesa não tinha direito algum de mandá-las nem de dispor do que fosse pertencente à Espanha, muito menos de participar do norteamento dos negócios públicos da Coroa. Justifica Presas, em sua obra *Memórias secretas de dona Carlota Joaquina*:

Naquelas circunstâncias não podia eu aconselhar a S.A. [Carlota Joaquina] que agisse em caráter oficial, porem sim, unicamente, a valer-se da correspondência particular e privada para manifestar seus sentimentos aos espanhóis, para auxiliá-los, ampará-los e defendê-los, na medida de suas forças e influência.¹⁷⁹

A princípio, dona Carlota contou com o apoio dos mais notáveis expoentes da sociedade e do governo do Rio da Prata e de algumas regiões do interior do vice-reinado¹⁸⁰,

¹⁷⁸ José Presas, segundo o prefaciador e tradutor de seu livro, Raymundo Magalhães Junior, deve ser levado em consideração com algumas ressalvas, pois seu livro foi fruto de uma tentativa de extorsão à princesa Carlota Joaquina, já no final de sua vida, quando ele desejava receber uma pensão prometida por ela. Entretanto, Carlota não chegou a ver a obra impressa. Consta que José Presas era natural da Catalunha, mas viveu em Buenos Aires, onde se diplomou e abriu um escritório de advocacia. Sua ida para o Rio de Janeiro teria ocorrido em razão da ira de Liniers, vice-rei de Buenos Aires, contra os defensores da invasão inglesa. Como chegou a secretário de dona Carlota, o próprio Presas fez o relato na introdução de sua obra, explicando que sir Sidney Smith, almirante da Marinha inglesa, foi o responsável pelas apresentações ao príncipe regente, o qual desejava que Presas enviasse a Liniers as informações provenientes das sublevações das juntas na Espanha, bem como uma representação oficial que aludia sobre a subida ao trono da Espanha, na América, do descendente que estivesse mais próximo, no caso, ou o sobrinho dom Pedro Carlos, ou a esposa, dona Carlota Joaquina. Quando iniciaram as correspondências, Presas passou a ser secretário particular de Carlota, já que ela era a maior beneficiada e interessada na concretização daquela empresa. Ver maiores detalhes em PRESAS, dom José. *Memórias secretas de dona Carlota Joaquina*. Trad. R. Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966.

¹⁷⁹ Idem. p. 39.

¹⁸⁰ Conforme Presas, as primeiras minutas ou borradores que ele próprio elaborou por ordem de dona Carlota Joaquina foram as cartas “que se enviaram ao Vice-rei de Buenos Aires, don Santiago Liniers; à real audiência; a don Juan Almagro, assessor do Vice-reinado; a don Gregório Funes, deão da catedral de Córdoba de Tucuman; ao reverendo padre Chambo, da ordem de S. Francisco, e ao marquês de Sobremonte, Vice-rei que havia sido de Buenos Aires.” Em relação ao conteúdo das cartas, ele afirma que tratavam de manter esses homens fiéis e solidários à Espanha, com a finalidade de defenderem os direitos de Fernando VII e de seus sucessores – leia-se, de dona Carlota. Para se ter uma idéia de como havia a cooptação de vários setores políticos trabalhando em prol da causa “carlotista” na América, Presas afirma que as cartas eram despachadas “por intermédio de don Santiago Burque, coronel que estava a serviço da Inglaterra e às ordens do contra-Almirante Sir Sidney Smith, que desde sua chegada ao Rio de Janeiro se declarou protetor e defensor dos interesses e direitos da princesa, razão pela qual eu o consultava na maior parte dos negócios cuja execução depois me era confiada”. Também, na mesma época, Carlota já se comunicava com as Juntas Governativas na Espanha. Ver detalhes em PRESAS, op.cit., p. 40.

chegando ao ponto de o conde de Floridablanca¹⁸¹, então presidente da Junta de Murcia e, depois, da Junta Central¹⁸² – que assumiu o governo de Espanha, num primeiro momento, em razão da ausência do rei – , publicar um manifesto em que a indicava como a única e necessária herdeira da Coroa espanhola na América¹⁸³.

Com a monarquia dos Bourbon já suprimida pelo governo de José Napoleão, dona Carlota Joaquina iniciou suas investidas contra os reinos espanhóis, até então com o beneplácito do governo português, que via a possibilidade de dominar o Prata por intermédio de representantes legítimos, dona Carlota e dom Pedro Carlos, tendo o segundo primazia nos planos lusitanos. Por isso, foram enviados três manifestos principais: o primeiro, em nome de dona Carlota e dom Pedro Carlos, dirigido a dom João, pedindo seu apoio; o segundo, um manifesto dirigido a “Los Fieles Vassallos de Su Magestad Católica El Rey de las Españas e Índias”, no qual dona Carlota declarava nula a renúncia de Carlos IV e aludia aos seus direitos ao trono da Espanha; e, por fim, o manifesto assinado por dom Pedro Carlos referendando o que havia sido dito pela prima no manifesto aos fiéis vassalos.

No primeiro manifesto, após tecerem comentários sobre a usurpação do trono espanhol e a persuasão sofrida pelos membros da família Bourbon, para que abdicassem ou renunciassem à Coroa espanhola, dona Carlota e dom Pedro Carlos certificavam a dom João:

¹⁸¹ Seu nome de batismo era José Muñino, nasceu na região de Murcia em 1728, onde se formou advogado aos 20 anos de idade. Mais tarde, após alguns serviços prestados à Coroa espanhola, foi enviado a Roma como embaixador e, por recompensa aos trabalhos realizados para a Coroa, o rei o nomeou conde de Floridablanca. Sua ascensão veio em 1777, quando foi designado primeiro-secretário do Estado, cargo que ocuparia durante quinze anos. Floridablanca levou a cabo um intenso programa de reformas, especialmente em questões administrativas, ao tentar criar um Conselho de ministros com o objetivo de dotar de maior rapidez e competitividade os órgãos ministeriais. A forte oposição dos "aragoneses" conseguiu retirá-lo do poder em 1792. Sua política exterior sempre esteve direcionada à obtenção de uma vantajosa posição diante da Inglaterra e menor dependência da França. Em 1808, voltou ao poder sendo eleito presidente da Junta Suprema de Sevilha, entretanto veio a falecer no mesmo ano. Para verificar mais detalhes a respeito de Floridablanca, consultar: <<http://www.artehistoria.com/frames.htm?http://www.artehistoria.com/historia/personajes/6425.htm>>. Acesso em: 29 dez. 2005.

¹⁸² As Juntas constituíam-se pela união de representantes dos diversos setores da península que desejavam organizar o reino espanhol durante o seqüestro da família Bourbon de Espanha. Assim, tentavam organizar a guerra, as estratégias de ataque e criar uma autoridade que pudesse ser responsável por todas as ações decididas na península, mantendo, *a priori*, os moldes do Antigo Regime. Entretanto, mesmo com a criação da Junta Central Suprema de Sevilha, que desejava ser a principal, em 25 de setembro de 1808, localizada inicialmente em Aranjuez, foi criada a Junta Central Governativa de Espanha e Índias. Devido à invasão de Napoleão a Madri e ao avanço das tropas francesas durante o ano de 1809, a sede da Junta foi sendo modificada, cada vez mais para sudoeste. Após alguns meses de reorganização e discussões, esta foi reinstalada na cidade de Sevilha, congregando as representações de toda a península. Por fim, antes de constituir o Conselho de Regência, a Junta trasladou-se para Cádiz e para a ilha de León. As juntas provinciais passaram a ser denominadas, em 1º de Janeiro de 1809, de Juntas Superiores Provinciais de observação e defesa. Ver mais em WILLIMAN; PONS. *La Banda Oriental em la lucha de los Impérios...*, p. 173. E também na documentação disponível para acesso em: <<http://www.cervantesvirtual.com/portal/1812/juntista.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2006.

¹⁸³ LIMA, D. *João VI no Brasil*, p. 193.

Llenos de horror con tales atentados, Juzgamos propio de Nuestro deber el implorar el auxilio de Vuestra Alteza Real como Nuestro Arrimo y Protector Natural inmediato, pidiendole socorro contra la propagacion de este Sistema usurpador, que absorbe los Estados de Europa unos después de otros, empeñando á Vuestra Alteza Real a favor de Nuestra Causa, para que con su poder y respetos Nos ponga en estado (como los mas inmediatos Deudos del Rey de las Españas) de poder conservar Sus Derechos y con ellos asegurar los Nuestros, combinando las Fuerzas Portuguesas, Españolas, é Inglesas para impedir á los Franceses que con sus éxércitos practiquen en América las mismas violencias y subversiones que ya cometiéron sobre quasi toda la extensión de la Europa.¹⁸⁴

Dessa maneira, dona Carlota iniciava suas tratativas para ter o controle sobre o Império espanhol na América, mas, principalmente, sobre o Rio da Prata, para onde pretendia mudar-se caso tudo corresse como desejava. Assim, no mesmo manifesto, ambos os príncipes espanhóis seguiam insistindo:

Para ver relizadas Nuestras justas y sanas intenciones deseamos tener oportunidad segura para comunicarlas á los Gefes, Tribunales y demas Personas, en quienes se halla legítimamente depositada la autoridad de Nuestro Señor y Rey la que en ningun modo pretendemos alterar ni disminuir, y si solo conservar y defender para librarla del poder de los Franceses, á cuyo fin esperamos que Vuestra Alteza Real se interese tambien con el Almirante de Nuestro fuerte y poderoso Aliado el Rey de la Gran Bretaña, para que ordene y disponga sus fuerzas de un modo que sin faltar á la defensa de Vuestra Alteza Real y Costas del Brasil sean utiles á las Riberas y Costas del Rio de la Plata y demas Dominios de la America Española, y de ningun modo perjudiciales á su Navegación y Comercio que tienen aquellos Habitantes en este y demas puertos de este Principado, cuya Proteccion no dudamos que Nos será inmediateamente dispensada por la Generosidad y Noble Carácter del Rey de la Gran Bretaña y de su poderosa Nacion.¹⁸⁵

Com base no excerto acima, podemos notar o quanto a idéia da “missão” dos Bourbon que se encontravam na América seria importante para salvaguardar os domínios tanto de Espanha quanto de Portugal, utilizando-se, como fica patente no manifesto, da força inglesa que também tinha grande interesse naquela porção americana.

O interesse inglês era evidente, pois o texto referia-se a sir William Sidney Smith, almirante da esquadra inglesa que acompanhara a família real portuguesa ao Brasil e que se encontrava, desde o início de 1808, em águas luso-brasileiras, a fim de auxiliar no que fosse

¹⁸⁴ Manifesto enviado por dona Carlota e dom Pedro Carlos ao príncipe regente de Portugal no Rio de Janeiro, com data de 19 de agosto de 1808. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 107.

¹⁸⁵ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961, p. 109-110.

preciso para garantir a segurança da Coroa portuguesa. Por conseguinte, acabou participando da tentativa de colocar dona Carlota Joaquina no trono do Vice-Reinado do Rio da Prata¹⁸⁶.

Desde sua chegada ao Brasil, Sidney Smith trabalhara em prol da Grã-Bretanha, tentando manter sempre uma ligação direta com a Coroa portuguesa e, ao mesmo tempo, com as autoridades do Vice-Reinado do Rio da Prata. Para isso, incentivara abertamente as aspirações de dona Carlota Joaquina, como meio de alcançar resultados em relação ao governo da região do Rio da Prata. Entretanto, a documentação disponível não esclarece exatamente qual a inclinação de Smith: se estava orientado para influenciar a total independência da América espanhola, fosse com ou sem um novo sistema de governo; se para a anexação do Prata aos domínios portugueses; ou, ainda, para a simples dominação e ascensão de Carlota Joaquina ao trono espanhol na América¹⁸⁷.

O almirante Smith fora, inicialmente, o representante máximo da causa “carlotista” na América, em detrimento de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, que após uma inicial aceitação de tal plano – e talvez tenha sido ele mesmo o mentor da idéia inicial de “utilizar” a princesa como peça-chave para a escalada do poder português sobre os vice-reinados hispano-americanos –, passou a defender e a vislumbrar a unificação das Coroas ibéricas na América

¹⁸⁶ Fora pelas mãos, ou melhor, pelo incentivo dado por Sidney Smith que tais manifestos foram levados a cabo. Conforme carta do próprio Smith ao príncipe regente dom João, delineavam-se as medidas pelas quais deveriam ser embasadas as ações dos candidatos ao trono espanhol e do próprio governo lusitano, representado na figura do príncipe. Essas medidas estavam divididas em cinco ações principais: “Nº1 – Envoyer les impressions de la lettre d’appel et la réponse du Prince annexé avec las protestations, aux autorités dans les Colonies Espagnols par parlementaires Portugaise ad hoc [...] circulant des copies des imprimés par tous les voies imaginables. 2º - Le Prince Regent de Portugal [...] peut nommer un ambassadeur extraordinaire aupres de ce souverain ou ses representants en amerique pour traiter de la paix des limites et de l’alliance defensive contre l’ennemi commun. 3º - Faire passer l’Infant par le Cap Horn [...] et meme reduire Lima en cas de hesitacion de leur part d’admettre son Altesse Royale [...] Cet mesure mettant l’Infant a même de donner la loi a Buenos Aires de Lima. 4º - Demander de l’Angleterre des troupes pour etre envoyées des Indes Orientales (-en-) soutien de cette operation. 5º Envoyer une Ambassade Extraordinaire directement en Sicile, annoncer les mesure pris pour maintenir les droits du Roi Charles IV.” *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961, p. 96-97. Tradução: “Nº1 – Enviar os impressos do manifesto e a resposta do Príncipe anexa com as comunicações às autoridades das Colônias Espanholas pelos parlamentares Portugueses *ad hoc* [...] fazendo circular as cópias dos impressos por todas as vias imagináveis. 2º - O príncipe regente de Portugal [...] pode nomear um embaixador extraordinário junto a esse soberano ou de seus representantes na América, para tratar sobre a paz, os limites e a aliança defensiva contra o inimigo comum. 3º - Fazer passar o Infante pelo Cabo Horn [...] impondo-se até reduzir Lima, em caso de não querer esta cidade admitir Sua Alteza Real [...] Esta medida faz com que o Infante esteja em condições de reger Buenos Aires desde Lima. 4º - Solicitar à Inglaterra tropas para serem enviadas desde as Índias Orientais a fim de apoiar esta operação. 5º Enviar um Embaixador Extraordinário diretamente à Sicília, para anunciar as medidas adotadas para manter os direitos do Rei Carlos IV.

¹⁸⁷ Alguns documentos posteriores vieram elucidar que Smith estava trabalhando única e exclusivamente para o benefício inglês em relação ao comércio com a América, acreditando, *a priori*, que dom Pedro Carlos pudesse exercer a pressão necessária para aceitação da regência, mas sendo inclinado, posteriormente, a aceitar Carlota como uma saída para a concretização desses planos, já que percebeu na princesa maior destreza e astúcia para os assuntos políticos. Ver mais em AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 93.

como melhor saída para concretizar a tão sonhada união entre Portugal e Espanha, mas excluindo dona Carlota da esfera política – ainda mais que não era possível contar, sequer, com a presença do Rei espanhol para reclamar suas posses.

Ressaltamos que a causa “carlotista”, nesse momento, serviria aos planos ingleses, tendo em vista que, ao mesmo tempo em que Carlota precisaria de apoio suficiente para controlar todo o vasto império hispano-americano, o livre-cambismo inglês poderia usufruir da quebra do exclusivismo colonial e expandir seus mercados. E na região do Prata, que a Grã-Bretanha tentara conquistar por meios bélicos pouco tempo antes, o número de comerciantes, também livre-cambistas, interessados em comercializar com aquele país era expressiva. Esses fatores, combinados à submissão de Portugal à Coroa britânica, formavam o cenário ideal para a atuação dos agentes de St. James em terras americanas.

Como já aludido, as notícias vindas da Europa por volta do fim de agosto de 1808 mudariam completamente a linha da política inglesa para a América espanhola, já que a Grã-Bretanha estava, desde maio, aliada à Espanha contra a França. Lord Strangford, plenipotenciário inglês no Rio de Janeiro, agiria a partir daí para demover as intenções do príncipe regente em relação ao Vice-Reinado do Rio da Prata e, conseqüentemente, impedir a regência de Carlota Joaquina. Desejava, portanto, “asegurar la posición comercial inglesa en el Río de la Plata, pero no al costo del plan de Carlota, que impiclabá, por supuesto, la separación de todo el Plata de España.”¹⁸⁸

Por outro lado, Smith foi envolvendo a princesa no *imbróglio* platino. Foi por sua indicação que José Presas foi inserido na corte do Rio de Janeiro para ser o tradutor oficial dos documentos que porventura fossem enviados aos vice-reis do Prata. Além disso, serviria a dona Carlota Joaquina como secretário e, por inúmeras vezes, era o próprio redator de suas cartas enviadas ao Rio da Prata¹⁸⁹. Essa indicação denota, portanto, que Presas, além do contato direto com a princesa, manteria o almirante Smith sempre informado dos passos dela.

¹⁸⁸ GALLO, *De la invasión al reconocimiento...*, p. 130.

¹⁸⁹ O próprio Presas, em sua obra, afirma que era necessário, além do envio do material mandado pelas Juntas de Sevilha, que denotavam o estado caótico que se tinha na Espanha, se fizesse proclamar a pessoa mais próxima pela ordem de sucessão ao trono espanhol. Para isso, fora chamado a participar de um Conselho de Estado, presidido pelo próprio príncipe dom João, em que se ratificou tal necessidade e fez-se redigir em espanhol o primeiro dos três manifestos que reclamavam os direitos eventuais de dona Carlota Joaquina à Coroa da Espanha. PRESAS, *Memórias secretas de dona Carlota Joaquina*, p. 35-36.

Aos manifestos de dona Carlota e dom Pedro Carlos seguiu-se a aceitação do príncipe regente de se continuarem as comunicações com o Rio da Prata. Ele asseverava o seguinte:

VV. AA. RR. Me hacen Justicia, quando Me juzgan dispuesto a sostener sus Derechos, y los de aquellos Españoles que son fieles a la Corona y á la Patria En el Manifiesto que Publiqué después de Mi llegada á este Continente, en que Pude exponer Mis justos resentimientos por la conducta de España, permitiendo su Gobierno el transito de las tropas Francesas, y Quise mas bien hacer justicia á los pesarosos sentimientos que necesariamente tendrian los fiéles Españoles, viendose obligados á executar un acto tan contrario á los intereses de sus Príncipes, y á su propia seguridad.

Yo tenia la mayor confianza de que llegaria el tiempo de esta union para obrar contra un enemigo comun, y Espero que de concierto con Mis aliados, entre los quales debe entrar la Sicilia, y como tal necesariamente debe considerarse, podremos poner una barrera á la extencion de las Conquistas que contra Nosotros pueda intentar la Francia. Yo por lo menos Haré quanto estubiera de Mi parte para efectuar esta saludable combinación y alianza que VV. AA. RR. Me acaba de proponer, y Deseo que los Españoles Americanos sabiendo que estamos de acuerdo sobre la gran necesidad que hay de protegerlos, unan sus recursos a Nuestras Fuerzas para dar un pleno y entero efecto á las intenciones que Tengo de procurar la Paz y Prosperidad de que son capaces y susceptibles por su propia Posición.¹⁹⁰

No primeiro parágrafo dessa carta, dom João reitera seu desgosto em ter visto o quanto a Espanha fora desleal ao governo português, deixando que as tropas francesas utilizassem seu território para dominar Portugal. Entretanto, a forma como o príncipe se manifesta no decorrer da carta denota que desejava ser visto com “bons olhos” pelos espanhóis e *criollos* da América, pois, apesar desses infaustos acontecimentos, faria o possível para auxiliar na luta contra o inimigo francês.

O segundo manifesto foi remetido no mesmo dia 19 de agosto de 1808, tendo como escopo levantar os vassallos, especialmente a nobreza, para que tomassem atitudes em prol da manutenção da monarquia dos Bourbon. Em primeiro lugar, dona Carlota expunha, demonstrando indignação, as situações que haviam levado toda a família real espanhola ao confinamento em Bayona:

Suscitada poco despues una sublevación ó tumulto popular en la Corte de Madrid contra mi Augusto Padre, y Señor el Rey Don Carlos IV, para obligarle á abdicar ó renunciar el Trono á favor de mi Hermano el Principe de Asturias, quiso luego intervenir en estas agitaciones domesticas, para lograr el fin abominable de convidarlos a pasar al territorio de su Imperio, pretextando la mayor seguridad de sus Personas, siendo su unico objeto tenerlas en aptitud de poder con ellas realizar el inicuo plan de sus proyectos. Lleva y arrastra á Mi Augusto Padre con todos los demas Individuos de Mi Real Familia á Bayona de Francia, y allí los violenta, y

¹⁹⁰ Resposta do príncipe regente ao manifesto dos príncipes espanhóis, recebido no mesmo dia 19 de agosto de 1808. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961, p. 111.

obliga á firmar un acto de abdicación ó renuncia, por si mesmo nulo, baxo los especiosos e fantasticos motivos de conservar la integridad de la España que solo él quiere violar, y de conservar la Religión Católica que él solo ultraja y detesta...¹⁹¹

A princesa do Brasil continuava sua explanação até chegar ao ponto crucial, a finalidade de sua correspondência, como podemos ver:

Estando en esta suerte Mis muy amado Padres, hermanos, y demas Individuos de Mi Real Familia de España privados de su natural libertad sin poder ejercer su autoridad, ni menos atender á la defensa y conservación de sus Derechos á la direccion y gobierno de sus fieles, y amados Vasallos: y Considerando por otra parte la perniciosa influencia que puede tener semejante acto en los malos, y dispuestos á propagar el cisma, y anarquia [...] tan perjudiciales á la sociedad y á los Miembros que la componen: Por tanto, Considerandome suficientemente Autorizada y Obligada á ejercer las vezes de Mi Augusto Padre y Real Familia de España existentes en Europa como la mas proxima Representante suya en este Continente de America para con sus fieles y amados Vasallos: Me ha parecido conveniente, y oportuno Dirigirlos este Mi Manifiesto por el qual Declaro por nula la abdicación ó renuncia que Mi Señor Padre el Rei Don Carlos IV, y demas Individuos de Mi Real Familia de España tienen hecha á favor del Emperador, ó Gefe de los Franceses á cuya declaracion deven adherir todos los fieles y leales Vasallos de Mi Augusto Padre en quanto no se hallen livres é independientes los Representantes de Mi Real Familia que tiene mejor derecho que Yo de ejercerlos, pues que no Me Considero mas que una Depositaria y Defensora de estos Derechos que Quiero conservar illesos é inmunes de la perversidad de los Franceses para restituirlos al legal Representante de la misma Augusta Familia, que exista, ó pueda existir independiente en la epoca de la Paz General...¹⁹²

No trecho transcrito, percebemos claramente o que dona Carlota desejava com tal correspondência: ser reconhecida como herdeira do trono real espanhol na América. Para isso, utilizava sua habilidade política para tentar convencer os governadores a quem dirigia a carta, mostrando sagacidade ao execrar Napoleão, tratando-o como um mero “chefe” dos franceses, bem como na exaltação que faz na alusão à sua família espanhola, demonstrando preocupação em apenas preservar os direitos da Coroa. De fato, nessa fase dos acontecimentos era imprescindível que as palavras fossem muito bem escolhidas, para não transmitirem idéias dúbias que pusessem em risco a finalidade dos pronunciamentos.

Em seus ofícios endereçados às diversas autoridades coloniais da América espanhola¹⁹³, Carlota Joaquina demonstrava claramente seu parecer, utilizando expressões que

¹⁹¹ Novo manifesto de dona Carlota Joaquina, endereçado aos vassallos do rei espanhol, reivindicando direitos à sucessão, emitido também no dia 19 de agosto de 1808. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961, p. 113.

¹⁹² *Ibid.*, p. 114.

¹⁹³ Nesse período, compreendendo a primeira década do século XIX, “as Colônias da Espanha, na América, estavam, então, divididas politicamente nos quatro grandes Vice-reinados do México, Peru, Santa Fé e Buenos Aires e nas quatro presidências gerais de Quito, Chile, Chuquisaca e Caracas, tendo governadores subordinados

denotavam seu juízo de valor sobre a população, dizendo que o povo americano era fiel aos princípios de Fernando VII. Esta idéia de utilizar-se de um apelo ideológico, no qual insistia que os habitantes bradavam juras de obediência ao rei da Espanha, não era feita de forma generalizada, até porque não era comum verem-se manifestações da população em geral. O que se podia verificar eram, sim, manifestações declaradas de um grupo que poderia ser considerado como uma certa elite comercial, partidária do Rei da Espanha e ligada às redes de privilégios estatais e, especialmente, de funcionários dependentes do governo espanhol. Essa afirmação é corroborada nas respostas das cartas enviadas por dona Carlota para os vice-reis e demais pessoas, como, por exemplo, a dada pela Real Audiência¹⁹⁴ do Chile, em 14 de agosto de 1809:

Tão grande é o amor e fidelidade que manifestam todos os habitantes deste reino ao seu digníssimo soberano, o senhor dom Fernando VII, que não pode dar-se intriga nem sedução capaz de desviar por um só momento a resolução de sacrificar suas vidas pela causa. Digne-se V.A. assim o crer; e que esta audiência fará de sua parte, quanto puder para fomentar tão justos e devidos sentimentos.¹⁹⁵

E ainda rogava que, oxalá, fosse possível o rei deposto (Fernando VII) saber da “notícia de sua [referindo-se a Carlota] lealdade e amor, assim como das destes lealíssimos vassallos consolasse de qualquer forma as amarguras que lhe faz sofrer a mais infame das perfidias”¹⁹⁶. Todos os meios e todas as autoridades, quantos fossem possíveis, seriam bem-vindos à causa “carlotista”, pois, como vemos,

a Princesa dirigira cartas [...] ao governador de Montevideú, ao Cabildo e a alguns particulares, entre eles ao administrador daquela alfândega, Oliver, cuja influência não podia deixar de ser utilíssima e eficaz numa praça exclusivamente comercial. Era também muito conveniente captar a adesão do Vice-rei do Peru e dos vassallos mais notáveis pela ilustração, poder e riquezas...¹⁹⁷

aos vice-reis em Montevideú, Paraguai, Cuzco, Guatemala, Venezuela, Nova Granada e noutros pontos do seu território.” Ver mais em NORTON, *A corte de Portugal no Brasil*, p. 35.

¹⁹⁴ As Audiências eram organismos judiciários e administrativos por meio dos quais o rei da Espanha exercia o controle sobre a América espanhola. A primeira audiência foi a de São Domingos, em 1511; foram, em seguida, criadas mais doze em toda a América espanhola. Conforme nota da tradutora in: MANCHESTER, *Preeminência inglesa no Brasil*, p. 114. Pode-se dizer que as Audiências constituíam os pilares do governo metropolitano nas Índias, pois regulavam as decisões tomadas pelos vice-reis. Acima da decisão judicial emitida por estas instituições, estava apenas o Conselho de Índias, sediado na Espanha. No caso da ausência do vice-rei por qualquer motivo, o ouvidor mais antigo da Audiência o substituíam. WILLIMAN; PONS, *La Banda Oriental en la lucha de los Impérios...*, p. 59-60.

¹⁹⁵ PRESAS, *Memórias secretas de dona Carlota Joaquina*, p. 45.

¹⁹⁶ Ibid.

¹⁹⁷ Ibid., p. 43-44.

O primo/sobrinho de dona Carlota Joaquina, dom Pedro Carlos de Bourbon e Bragança¹⁹⁸, por sua vez, também herdeiro do trono espanhol, referendou no dia seguinte, 20 de agosto de 1808, o que dizia Carlota em correspondência anteriormente citada. A correspondência de dom Pedro Carlos, certamente redigida de acordo com os elementos que dom João e dom Rodrigo ordenaram, era destinada aos vassallos do rei da Espanha – constituindo o terceiro manifesto – e dizia o seguinte:

Hago saber a todos los fieles Vasallos de Mi mui amado Señor, y Rey de España é Indias, á los Gefes y Tribunales, á los Cabildos Seculares, y Eclesiasticos, y á las demas personas establecidas en dignidad en todos los Dominios de la Soberania Española: [...] Me Conformo[sic] en todo al relato del Manifiesto que Mi mui querida Prima Doña Carlota Joaquina Infanta de España y Princesa de Portugal y Brazil, os tiene dirigido, el qual Apruebo y Ratifico en todas sus partes guardando en consecuencia de esta misma aprobación Mia, el Derecho de antelación y preferencia, que pertenece á los Individuos de Mi Real Familia, inclusa la de Mi mui amado Tio, Rey de Nápoles, y de las dos Sicilias, según el orden de su sucesion prefixado por las Leyes fundamentales de la Monarquia Española cuyos derechos y prerrogativas Quiero se conserven del modo, y forma expresados; hasta que la Divina Providencia se sirva restituir á su antiguo Estado á los individuos de Mi Real Familia de España á quienes confesamos el mejor, y primer derecho¹⁹⁹

Nessa carta, dom Pedro Carlos garantia estar de acordo com tudo o que havia sido dito por dona Carlota em seu *Manifiesto*, entretanto ressaltava a preeminência da família real espanhola sobre os direitos ao trono. Além disso, afirmava que as leis de sucessão espanhola deveriam ser seguidas e levadas em consideração até que os verdadeiros herdeiros do trono real espanhol fossem restaurados no poder. Tais considerações poderiam ser desastrosas para Carlota, já que pela Lei Sálica, vigente na Espanha desde o século XVIII, não era possível que mulheres assumissem o trono.

Entretanto, seria mais difícil obter a aceitação dos vice-reis e da população em geral, tanto do Rio da Prata como das demais colônias espanholas, do que qualquer um dos envolvidos pudesse esperar, principalmente dona Carlota. Isso porque, logo que a situação da

¹⁹⁸ O autor de *A corte de Portugal no Brasil*, Luís Norton, dá uma clara idéia de quem era esse personagem da Corte portuguesa, pouco conhecido e comentado na história oficial. Segundo Norton, dom Pedro Carlos era infante da Espanha e recebeu de dom João o posto de Almirante-general da Marinha portuguesa. Ele teria ido residir com os tios em Lisboa ainda muito menino, quando ficara órfão, após a morte de seu pai, dom Gabriel e de sua mãe dona Mariana Vitória. Por laços sanguíneos, dom Pedro Carlos era sobrinho de Carlos IV e neto da rainha dona Maria I de Portugal. Ainda conforme Norton, dona Carlota Joaquina olhava com desprezo para esse primo, sempre enfermo, pálido e triste, acolhido na sombra de dom João, o qual lhe tinha grande afeto. Ver mais sobre dom Pedro Carlos em NORTON, *A corte de Portugal no Brasil*, p. 41, ou, ainda melhor, em PRESAS, *Memórias secretas de dona Carlota Joaquina*, em que dedica capítulo exclusivo para aludir ao dito personagem e seu casamento com dona Maria Teresa de Bourbon e Bragança, filha de dom João e dona Carlota.

¹⁹⁹ Manifesto redigido por dom Pedro Carlos e enviado aos “vassallos do rei de Espanha” no dia 20 de agosto de 1808, referendando o que dizia dona Carlota em manifestos anteriores. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961, p. 115.

Espanha recrudescu, mesmo com a nomeação de José Napoleão como rei da Espanha, fora criada a Junta Central Governativa de Espanha e Índias, da qual passaram a ser emanadas todas as decisões. Mas seriam poucas as demonstrações de aprovação ao plano de Carlota vindas dessa representação.

O vice-rei Liniers, por sua vez, que não sentira apreço algum pela disposição de dona Carlota em assumir o trono espanhol, expressava seus sentimentos e dos súditos espanhóis, conforme a carta endereçada a dom Rodrigo de Sousa Coutinho:

Esta real Audiência ha recibido las reclamaciones, y manifiestos que por orden de S.A.R. la Serenísima Señora princesa del Brasil, y del Serenísimo Señor Infante Dn. Pedro Carlos se há servido V.E. acompañarle a su Oficio de 24 de Agosto [...] nos escusa la necesidad de repetir otra igual a V.E., y fixa / la atención de este Tribunal en el alto reconocimiento, que debe a S.A.R. el Principe Regente por el afecto, y buena disposición, con que quiere proteger, y auxiliar los esfuerzos de nuestra Nacion, uniendo a ella su poder, y el de su aliado el Rey de la Gran Bretaña hasta confundir la ambicion indecorosa de Napoleón Buonaparte, y vengar los ultrajes cometidos contra las Coronas de España, y Portugal.²⁰⁰

No mesmo officio, seguia solicitando:

Tenga V.E. la bondad de manifestar nuestros sentimientos de gratitud a S.A.R. el Principe Regente, y de asegurarle, igualmente que a su Serenísima Esposa, y al Serenísimo Señor Infante Dn. Pedro que todos pueden descansar en la firme confianza de que los Habitantes de estas Provincias convendran gustosos en extinguir su existencia antes que reconocer otra Dominacion, que no sea la de su legitimo Soberano, y que sin separarse, ó dividirse de la Metrópoli, mientras conserve los mismos Sentimientos (de que no se puede dudar) admitiran, obedecerán, y se sugetaran con igual lealtad a todos, y cualquiera de la Real Familia de Borbon, estando cada uno en su caso, según la Ley de la Sucesión.²⁰¹

Assim, Liniers declarava abertamente que o agradecimento e o desejo dos habitantes daquelas províncias, e principalmente o seu próprio, estavam voltados para a manutenção da soberania dos Bourbons na Espanha, ficando implícito que tanto faria se fosse Fernando VII ou Carlos IV quem assumisse o poder. Em último caso, e – frisando – sem separar-se da Metrópole, poderiam sujeitar-se a obedecer àquele que a lei de sucessão determinasse, referindo-se a dona Carlota e a dom Pedro Carlos²⁰².

²⁰⁰ Oficio da Real Audiencia de Buenos Aires, de 4 de outubro de 1808, reconhecendo a proteção do Príncipe dom João e declarando obediência da Nação a Fernando VII. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961, p. 149.

²⁰¹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 149-150.

²⁰² Em seu livro *Preeminência inglesa no Brasil*, onde examina a participação da Inglaterra nos rumos do Brasil, Alan Manchester comenta que Liniers não via com bons olhos os manifestos, mesmo porque acreditava ou serem

No trecho em que Liniers registrava que os habitantes “convendran gustosos en extinguir su existencia antes que reconocer otra Dominacion, que no sea la de su legitimo Soberano”, é perceptível o tom de intimidação que as correspondências anteriores provenientes do Brasil causaram no seio do governo platino. Afinal, a proximidade e a intencionalidade demonstradas pelos portugueses em alargar seus limites ao sul foram bastante visíveis a partir da chegada de dom João e corroboradas pelos acontecimentos na Europa.

A palavra *dominación*, no mesmo trecho, concerne à idéia de que se combateria todo tipo de invasão por parte de qualquer governante que porventura tentasse se fazer soberano no Prata. A semântica encerra, nela mesma, o recado que se desejava transmitir (ao menos por parte do vice-rei Liniers): caso algum rei (ou regente, ou princesa) se aventurasse a tomar o poder no Prata, não teria o menor apoio da população e da organização estatal. Na seqüência do parágrafo, era possível notar isso também, pois se ressaltava que somente as leis de sucessão²⁰³ poderiam definir quem governaria.

A visão que temos acerca dos acontecimentos ocorridos nos últimos meses do ano de 1808 esclarece o quanto foram conturbadas as negociações que estavam sendo realizadas entre dona Carlota, o vice-reino do Rio da Prata e a Metrópole, assim como as conversações e decisões tomadas no governo luso-brasileiro em relação às províncias espanholas. Cabe lembrar aqui as assertivas do comandante Joaquim Xavier Curado, ainda no início de 1808, quando afirmava:

Considerando a situação actual do Governo do Rio da Prata, e os interesses que dominão me parece difficil, que os seus habitantes accedão a propzição d’unirse com Portugal. Buenos Ayres cabeça do Vice-Reynado, e rezidencia de huma infinidade

espúrios ou uma tentativa de derrubá-lo do trono do vice-reinado do Rio da Prata. Assim, “em consequência, negou o direito de dona Carlota de assumir a regência das Colônias espanholas. Como a Junta de Buenos Aires tinha jurado apoiar Fernando VII, e a Junta de Sevilha o tinha proclamado rei, o Vice-rei não concordava com a asserção de que Carlota e o Infante Carlos eram as cabeças titulares da Casa espanhola. A audiência adotou a mesma atitude em sua resposta à carta particular de Sousa Coutinho dirigida a ela, enquanto o Cabildo chamou os documentos de *tumultuários*, e o governado de Montevidéu recusou-se polidamente a apoiar as pretensões de Carlota. A audiência do Chile também mostrou pouco entusiasmo pelo plano.” Entretanto, ainda havia um grupo que apoiaria a princesa nas suas investidas. MANCHESTER, *Preeminência inglesa no Brasil*, p. 114.

²⁰³ As leis de sucessão espanholas eram diferentes da lei portuguesa, pois desde 1725 vigorava a Lei Sálica, que não permitia a ascensão de mulheres ao trono, mesmo que fossem primogênicas do monarca. Desse assunto se tratará mais adiante pormenorizadamente.

d'empregados que absorvem todo o producto do Estado, devem manifestar a opposição mais decidida a huma união que lhes faz perder a sua subsistencia.²⁰⁴

De antemão, podemos inferir que os rumos tomados a partir de então, tanto no Brasil quanto no Rio da Prata, foram essenciais e definitivos para as futuras decisões que se processariam em 1809, 1810 e 1811. Um fator que pode nos auxiliar na percepção desse quadro é que durante estes três anos as alterações dos principais cargos do governo português foram mínimas, o que contribuiu para a manutenção de uma mesma linha de ação. Já no Vice-Reinado do Rio da Prata a situação era outra e as desesperadas tentativas de manter o poder sobre tais domínios fez alterarem-se bruscamente os quadros administrativos, a ponto de os governantes se acusarem mutuamente, enfraquecendo as instituições espanholas que ainda permaneciam na região. As correspondências e os relatos do período são as fontes que temos para chegar a essa conclusão, na medida em que nelas estão, explícita ou implicitamente, contidos os reais interesses da Coroa portuguesa, dos governantes platinos, ingleses e franceses e de dona Carlota Joaquina.

A princesa Carlota figurava como personagem *sui generis* no seio da disputa, pois era a esposa do príncipe regente de Portugal e, ao mesmo tempo, herdeira direta do trono espanhol, o que levantava dissabores e esperanças, num jogo de contradições e explicações bastante complexo, envolvendo seguidores nem sempre ortodoxos e perseguidores da causa espanhola amedrontados pela possibilidade de perder seus benefícios. Ao mesmo tempo, era vista ora como trunfo, ora como empecilho ao governo português, que demonstrava não se posicionar definitivamente nas contendas da América Meridional.

A partir de setembro de 1808, a correspondência entre Carlota e o governo português com o Prata e a região ibérica foram mais contínuas, levando a que, muitas vezes, as situações tivessem resoluções tomadas de imediato, sem muita discussão para saber o que seria mais prudente. No vice-reinado, por outro lado, havia pessoas simpáticas à idéia da constituição de uma monarquia independente. Para isso, Carlota seria sondada, tendo em vista ser uma representante legítima da Casa real espanhola. Por meio de uma correspondência assinada pelo secretário do Consulado de Buenos Aires²⁰⁵, Manuel Belgrano²⁰⁶, enviada provavelmente em agosto de 1808, iniciaram-se os primeiros contatos entre o secretário e a princesa:

²⁰⁴ AHI. Lata 193, maço 6, pasta 1.

²⁰⁵ O Consulado nada mais era do que uma Junta econômica que seria responsável pelo desenvolvimento de setores primordiais do vice-reinado, como a agricultura, o comércio e a indústria. A instalação dessa instituição

Serenísima Señora. = Proclamado nuestro Augusto Monarca Fernando 7º y reconocida por este Gobierno la Suprema Junta de Sevilla, como punto de unión de la Nación Española, para libertarse de la cruel esclavitud, á que intentaba sujetarla el tirano de la Europa, há aumentado el gozo de este Real Consulado, la Justa reclamación de V.A.R., la digna contestación del Serenísimo Señor Principe Regente, y el Manifiesto, que a consecuencia há tenido a bien V.A.R., dirixirle; pues que descubre sus miras por la conservación de estas Provincias, libres de todo otro Señorío, que no sea el de la Augusta Casa de Borbon. = Viva V.A.R. asegurada de que estos son los sentimientos de todos los individuos que componen esta Universidad del Comercio, y que siempre continuarán dando pruebas de lealtad a su legítimo Rey, y Señor del modo con que, por nuestro organo, agradecen hoy a V.A.R. las beneficas intenciones, que la han movido por los Justos derechos que representa.²⁰⁷

Nesse excerto, o autor procurava expressar, de maneira direta, que o Real Consulado estava agradecido com a preocupação de dona Carlota em demonstrar interesse na manutenção das possessões da Casa de Bourbon, mesmo sublinhando que aquele órgão já se encontrava subordinado à Junta Suprema de Sevilha (que naquela data ainda pleiteava ser a principal junta na península) e ao rei Fernando VII, como legítimos representantes do poder espanhol. Como tinha caráter oficial, essa correspondência talvez não pudesse demonstrar todo o apreço que sentido por Belgrano, que logo se converteria num dos principais apoiadores do “carlotismo”.

em Buenos Aires, em 1794, significou a independência econômica do Vice-reinado do Rio da Prata da jurisdição vice-reinado do Peru.

²⁰⁶ Para tratar de Manuel Joaquín del Corazón de Jesús (Manuel Belgrano), personagem-ícone da história da independência argentina, nada melhor que se utilizar de suas próprias palavras, já que em sua autobiografia comenta sobre suas origens, sua formação e seus posicionamentos diante de tantos fatos que preencheram sua vida pública: “El lugar de mi nacimiento es Buenos Aires; mis padres, don Domingo Belgrano y Peri conocido por Pérez, natural de Onella, y mi madre, doña María Josefa González Casero, natural también de Buenos Aires. La ocupación de mi padre fue la de comerciante, y como le tocó el tiempo del monopolio, adquirió riquezas para vivir cómodamente y dar a sus hijos la educación mejor de aquella época. Me proporcionó la enseñanza de las primeras letras, la gramática latina, filosofía y algo de teología en el mismo Buenos Aires. Sucesivamente me mandó a España a seguir la carrera de las leyes, y allí estudié en Salamanca; me gradué en Valladolid, continué en Madrid y me recibí de abogado en la cancellería de Valladolid. Confieso que mi aplicación no la contraje tanto a la carrera que había ido a emprender, como el estudio de los idiomas vivos, de la economía política y al derecho público, y que en los primeros momentos en que tuve la suerte de encontrar hombres amantes al bien público que me manifestaron sus útiles ideas, se apoderó de mí el deseo de propender cuanto pudiese al provecho general, y adquirir renombre con mis trabajos hacia tan importante objeto, dirigiéndolos particularmente a favor de la patria.” Partindo-se de sua formação em meio à Revolução Francesa, durante as duas últimas décadas do século XVIII, como ele mesmo afirma, “se apoderaron de mi las ideas de libertad, igualdad, seguridad, propiedad, y sólo veía tiranos en los que se oponían a que el hombre, fuese donde fuese, no disfrutase de unos derechos que Dios y la naturaleza le habían concedido”, sendo posteriormente indicado a ocupar o cargo de secretário perpétuo do Consulado de Buenos Aires, em 1794. Em 1806, com a invasão inglesa a Buenos Aires, foi chamado pelo marquês de Sobremonte para que formasse uma Companhia de Jovens sob seu comando, a fim de combater a invasão. Destarte, foi jornalista e escreveu várias memórias sobre a economia, a política, a agricultura e a educação. Para saber mais sobre a vida de Manuel Belgrano, consultar o endereço: <<http://www.argiropolis.com.ar/ameghino/obras/belgrano/autobiog.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2005.

²⁰⁷ Cópia anexa em ofício dirigido a dom Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1º de outubro de 1808, pelo Consulado de Buenos Aires, em resposta aos manifestos recebidos em agosto do mesmo ano. (AHI – Pasta 6; Lata 175; Maço 1). Também pode ser encontrado em *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961, p. 147.

Esse fato pode ser confirmado pela correspondência datada de 20 de setembro de 1808²⁰⁸, remetida à princesa e ao príncipe dom Pedro Carlos, pelo mesmo secretário Manuel Belgrano e de outros buenos airesenses²⁰⁹, na qual solicitavam que ambos os descendentes da Coroa espanhola viajassem a Buenos Aires, a fim de serem proclamados reis no próprio teatro dos acontecimentos. Notamos na correspondência que, ao menos parte dos dirigentes de Buenos Aires, especialmente aqueles chamados de “patrícios”²¹⁰, desejavam, naquele momento, que se fizessem presentes no Rio da Prata os príncipes espanhóis que se encontravam em terras americanas, pois não se podia perder tempo em vista dos acontecimentos que se processavam na capital do vice-reinado. Era necessário adiantar-se aos fatos para forçar uma atitude diante do governo de Santiago de Liniers, que demonstrava não estar interessado em que esse proceder fosse levado a cabo.

²⁰⁸ Em nota à correspondência entregue por D. Felipe Contucci lê-se o seguinte em relação ao interesse na ida dos príncipes para o Prata: “En ocasión tan angustiada como la que ha tocado á los Soberanos de España, nada podía sernos tan satisfactorio como la proximidad de V.A.R. y los altos Títulos com que la Serenisima Sra. Princesa del Brasil Da. Carlota Joaquina, y el Serenisimo Señor Infante Dn. Pedro Carlos han significado los derechos de la augusta Casa de Borbon al Trono de América. Si ellos no han sido acogidos com la correspondência debida por este Gobierno á los Manifiestos que se dignó dirigirles S.A.R. con Carta de 27 de agosto, ciertamente es por que han distado de consultar/los intereses de la felicidad publica, de cuya parte son los hombres sensatos. Por eso es, Serenisimo Señor, que nos hemos tomado la libertad de informar á S.A.S., por medio de Dn. Felipe Contucci, [...] lo que nuestro amor á tan altas Personas, y el bien de los hombres nos han impuest; fiando la seguridad de este riesgo en la benigna acogida que nos prometernos de tan amable Señora. Siendo V.A.R. tan interesado en una Suerte que es del mayor momento, confiamos en que V.A.R. se sirva pretar su proteccion Real para los efectos que puede prometernos / la felicidad de estar baxo los auspicios de tan ilustre Soberanía, sin los embarazos que la faccion pueda oponer. [...] Buenos Ayres Septiembre 20 de 1808.” *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961, p. 169-170.

²⁰⁹ Os outros personagens interessados na ida dos príncipes espanhóis para o Prata eram: dom Juan José Castelli, advogado e grande colaborador, juntamente com Belgrano, para a independência das províncias platinas; dom Antonio Luis Beruti, reconhecido militar que também lutou pela independência, chegando a comandante da Guarda Nacional das Províncias Unidas do Rio da Prata; Nicolás Rodríguez Peña, comerciante e militar, proprietário da casa onde se reuniam periodicamente para discutir sobre o futuro das províncias, irmão de Saturnino Rodríguez Peña, exilado no Rio de Janeiro em 1808, por suas relações com os ingleses; e Juan Hipólito Vieytes, periodista, economista, sócio de Peña em uma fábrica de sabão e, também, grande colaborador da Revolução de Maio de 1810; sem contar a participação de Cornélio Saavedra, talvez o participante mais moderado de tal grupo. Conforme *Ibid.*, p. 170. Para saber mais detalhes sobre as biografias desses personagens, acessar os seguintes endereços da Internet: <http://www.todo-argentina.net/biografias/Personajes/juan_hipolito_vieytes.htm>; <http://www.todo-argentina.net/biografias/Personajes/juan_jose_castelli.htm>; <http://www.todo-argentina.net/biografias/Personajes/antonio_luis_beruti.htm>; <http://www.todo-argentina.net/biografias/Personajes/nicolas_rodriguez_pena.htm>. Acesso em: 29 abr. 2005.

²¹⁰ Termo que na Roma Antiga indicava pessoa ou classe aristocrática que possuía a terra e, durante a república, foi altamente beneficiada, pois passou a ocupar os principais cargos no governo. No Rio da Prata, entretanto, em praticamente toda bibliografia consultada sobre o assunto, o termo designava aqueles que eram defensores das causas próprias da América. Em sua maioria, faziam parte da aristocracia buenaiense, alguns, inclusive, ocupando cargos estatais durante o período colonial, como era o caso de Manuel Belgrano.

Em nota dirigida diretamente ao Príncipe dom Pedro Carlos, era mais evidente o desejo de parte daquele Vice-reinado em relação ao abrigo de dois representantes do Rei Carlos IV:

Serenísimo Señor

La seguridad y tranquilidad de estos Dominios, su union y conservación, y nuestra acendrada lealtad a la Augusta Casa de Borbon nos han movido à tomarnos la libertad de entregar à D. Felipe Contucci, honrado Vasallo de la Corona de Portugal, una Memoria que debe poner en manos de nuestra Señora Infanta, dignísima Princesa de Portugal y Brasil, en que manifestamos nuestros puros deseos por que V.A. **venga entre nosotros para la realización de tan altos fines**; que de suyos nos impelen à suplicar a V.A., con el mas profundo respeto, quiera dignarse cooperar à que sea benignamente acogida, y logren los fieles y leales Españoles Americanos el justo fin que con nosotros se proponen. Buenos Ayres Septiembre 20 de 1808.²¹¹
[Grifo nosso]

Com uma resposta favorável a seus planos enviada por dom Felipe Contucci²¹² ao Rio de Janeiro, tanto Carlota quanto o Gabinete português acreditavam ser preciso alinhar alianças políticas sustentáveis, para que se desse uma passagem tranqüila dos príncipes ao reino sul-americano. Assim, Smith, como um dos agentes mais ativos nos planos

²¹¹ Conforme *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961, p. 171.

²¹² Felipe da Silva Telles Contucci era um português que morava em Buenos Aires há muitos anos, quando da chegada da família real. Tinha avultada fortuna em decorrência do comércio ilegal realizado entre a região platina e o Rio de Janeiro. Por diversas vezes, prestou-se a realizar a troca de correspondências entre autoridades do Prata e a corte portuguesa, sendo que, na realidade, ele próprio influía sobremaneira em diversos assuntos, pois, ao mesmo tempo em que mantinha relações muito próximas com dom Rodrigo de Sousa Coutinho, filiava-se, em termos, à causa “carlotista”, assim como mantinha contatos com os sediciosos e situacionistas platinos. Francisca Azevedo afirma que “é possível supor que seu profundo envolvimento com o projeto “carlotista” esteja ligado à possibilidade de uma nova União Ibérica, quando não haveria mais restrições alfandegárias e, ao mesmo tempo, mantinha-se limitações ao comércio inglês, garantindo, assim, seus próprios privilégios.” Conforme AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 220. Entretanto, J. Pandiá Calógeras afirma, inicialmente, que esse personagem era proveniente da Itália e estaria no Prata com o intuito de observar todos os movimentos do governo platino, repassando para a corte do Rio de Janeiro aquilo que fosse imprescindível para o sucesso das ações lusitanas naquela região. O autor ainda comenta que Contucci é o “mais inteligente e perspicaz [...] e com verdadeira visão política, se pôde dizer que foi a alma inspiradora da propaganda no Prata.” Ele “em primeira linha, [era] ligado aos principaes homens publicos do Vice-reino platino, não esmorecia em seu afan de propugnar a these da pretendente.” Verificar mais anotações em CALÓGERAS, *A política exterior do Império*, p. 405. Da mesma forma, Oliveira Lima o chama de “ladino aventureiro”, porque não deixava, uma vez sequer, de enviar e propalar mimos aos representantes da Coroa, tais como “exemplares novos para a coleção mineralógica do príncipe regente, perdizes para a mesa de Dona Carlota, cestas de pêras para a mesa de dom Rodrigo”, pelo que exigia sempre que não lhe fosse dado prêmio algum. Citando Mitre, em nota de sua obra *D. João VI no Brasil*, Oliveira Lima registra que Contucci “era um desses aventureiros que se costumava então empregar como agentes clandestinos e que não raro se tornavam fatores consideráveis das negociações diplomáticas e dos resultados obtidos.[...] meio espião, meio militar, um *condottiere* anacrônico [...] recebia instruções de Dona Carlota e carteava-se com Presas, ao mesmo tempo em que se correspondia, a cada momento, com o conde de Linhares, cujas vistas platinas [...] divergiam no propósito das de sua ama.” MITRE, Don Bartolomé. “História de Belgrano y la independencia Argentina”. Buenos Aires, Tomo I apud LIMA, D. João VI no Brasil, p. 706. Dentre a vasta correspondência de Felipe Contucci com o ministro Sousa Coutinho, ou com a princesa Carlota Joaquina, que pode ser encontrada no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, uma carta em especial chama-nos a atenção: o remetente afirma, em 21 de agosto de 1808, que havia sete anos que morava na região (ele estava em Montevidéu naquele momento) e que o ministro Linhares não duvidasse das assertivas que por um agente seriam enviadas à Corte. AHI. Lata 175, maço 2, pasta 1.

desenvolvidos por aqueles representantes reais, enviou correspondência ao príncipe regente dom João a fim de convencê-lo da situação favorável para a manutenção da desejada união entre as Coroas portuguesa e espanhola na América. Ao final da correspondência, Smith refere-se à carta de aceitação, emitida pelo príncipe regente, à proclamação de dona Carlota como herdeira do trono espanhol e afirma:

Le premier pas vers cet objet reste encore a faire c'est de rendre la signature de Madame la Princesse ostensiblement valable a cet effet par sa presence sur le sol / et parmi les sujets espagnols. Il y a quelque erreur dans l'idée que la Princesse n'est pas dispose a tout faire, ce quelle dit est ([et]) qu'elle ne peut rien faire de valable etant ici, moi j'ajoute que'elle peut promettre de faire et je me charge de cela d'autant plus volontiers que je vois en traitant les affaires directement avec V A R il y entre un degré de vivacite et quelque amertume qu'il faut eviter, si je peux faire quelque bien je suis pret si non je me retire toujours de loin comme de près le sincère ami et serviteur tres humble et dévoué de Votre Altesse Royale.²¹³

Valendo-se das correspondências provenientes do Rio da Prata em favor da proclamação dos príncipes espanhóis, Smith ia tecendo, reorganizando e projetando planos para a ida ao Prata, se possível levando a princesa Carlota. Entretanto, até aquele momento ainda não tinha desvelado os reais motivos para tanto empenho. Assim, o primeiro passo (*le premier pas*), que o almirante assegurava ainda não ter sido posto em prática, referia-se à ida de Carlota para Buenos Aires, garantindo que a princesa estaria capacitada e voluntariamente proposta a fazer qualquer coisa que fosse necessário para reinar sobre aqueles domínios.

Tanto a idéia da ida de Carlota era atraente aos interesses desenvolvidos por Sidney Smith que ele afirmava haver ocorrido algum engano na interpretação de uma idéia exposta pela princesa (*Il y a quelque erreur dans l'idée*), pois ela teria dito que não havia como agir estando longe do palco dos acontecimentos, não que estivesse se negando a realizar alguma ação no que fosse concernente ao Vice-Reinado do Rio da Prata.

Em tantas correspondências, muitas idéias se cruzavam a favor ou contra a participação dos príncipes espanhóis na direção das colônias de Espanha, mas o que ficava

²¹³ Tradução: “O primeiro passo para alcançar o objetivo ainda está por realizar-se, é o de fazer a assinatura da Senhora Princesa ostensivamente válida, para este efeito, pela sua presença nesse solo e entre os súditos espanhóis. Há algum erro na idéia de que a Princesa não está disposta a fazer tudo; o que ela disse, é que não pode fazer nada útil estando aqui; eu acrescento que ela possa prometer fazer e me encarrego disso tanto mais de boa vontade quando vejo, tratando dos assuntos diretamente com V.A.R., que há um grau de vivacidade e alguma amargura que deve evitar-se; se posso fazer algum bem, estou disposto, senão me retiro, de longe como de perto o sincero amigo e empregado muito humilde e devoto de Vossa Alteza Real”. Para verificar a carta completa consultar *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 173-174.

patente era a rede de intrigas que havia se formado entre o Rio de Janeiro e o estuário do Rio da Prata. A cada mês, depois a cada ano, cada vez mais funcionários dos mais variados cargos, descontentes e, até mesmo, desvalidos de posses, iam se somando aos inúmeros súditos que propagavam as intrigas que envolviam os príncipes portugueses e espanhóis nas contendas sul-americanas. Isso é possível verificar, por exemplo, na correspondência enviada pelo governador interino de Montevideu, dom Francisco Javier de Elío, a dona Carlota Joaquina, na qual ele se lamuria em relação ao vice-rei Santiago de Liniers, asseverando que este estaria em conluio com os franceses para conquistar os domínios ultramarinos espanhóis, colocando-os sob o cetro de Napoleão. Após ter jurado fidelidade a Fernando VII, afirma:

Con este motivo me parece de mi obligacion participar a V.A.R. que teniendo este Ilustre Ayuntamiento y yo su Presidente fundados motivos de sospechas en este actual Vierrey Dn. Santiago Liniers / una Correspondencia infiel con el perfido Napoleón hicimos a la Real Audiencia Pretorial una representación contra el pidiendo se le suspendiese del mando, este Tribunal no ha osado tomar un partido qual devia, y el Virrey ha querido despojarme del Gobierno y aun ha atentado contra mi existencia; pero este fiel y energico Pueblo, esta Guarnicion constante no lo han permitido; el día 21 de sebtiembre[sic] à imitación de nuestros nobles Españoles ha formado con aprobación mia una Junta de Gobierno, de la que me hizo Presidente, que lo guie, lo sostenga y conserve un Gobernador que no tiene mas delito que el ser verdadero Español y fiel vasallo de Fernando 7º, delito ciertamente para un Frances convencido de inteligencia con el mas inicuo de los Usurpadores, y que fuera arbitro de la suerte de estos países. Si un Pueblo pequeño pero grande en su valor y Nobleza no le hubiera atajado sus pasos. [...] Montevideo 2 de octubre de 1808.²¹⁴

Nessa correspondência, Javier de Elío declarava sua completa antipatia ao vice-rei Santiago de Liniers, principalmente pela sua condição de francês emigrado para Buenos Aires e, naquele momento, exercendo a chefia da principal possessão espanhola na América. Desse modo, Elío queria conquistar a aprovação de dona Carlota de maneira que ela se mostrasse contra Liniers, talvez pensando que, com essa atitude, conseguiria uma forte indicação para ser nomeado vice-rei do Prata e lutar com mais afinco em prol da completa restituição ao poder da Coroa espanhola.

Além de querer assegurar-se de que a princesa não se coadunaria com as intenções de Liniers, Elío incendiava as idéias de dom José Manuel de Goyeneche²¹⁵, enviado pela Junta

²¹⁴ Nota reservada de Javier de Elío a dona Carlota Joaquina, acusando recebimento das correspondências para as autoridades e fazendo reclamações sobre a conduta de Liniers frente ao vice-reinado do Prata. Ver nota completa em *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 177-178.

²¹⁵ Seu nome completo era José Manuel Goyeneche y Barreda. Filho de um emigrado da península Ibérica, Goyeneche nasceu em Arequipa, Peru, em 1776. Aos oito anos de idade ingressou na carreira militar como cadete do Exército, mas, tendo de terminar os estudos, foi para a Universidade de Sevilha; mais tarde regressou

de Sevilha para sondar os reais problemas do Vice-reinado do Rio da Prata. Este representante ficou convencido, pelas indicações do governador de Montevidéu, de que o Vice-rei tinha aspiração de auxiliar uma invasão francesa ao Prata, pois teria recebido um emissário de Napoleão. Desse modo, Goyeneche apoiava a formação de um governo independente em Montevidéu²¹⁶.

Assim, Elío informava a criação de uma Junta Governativa sob seu comando, criada em 24 de setembro de 1808, seguindo os passos dados na Espanha, onde desde maio do mesmo ano haviam sido formadas várias Juntas para tentar entrar num consenso sobre a defesa do Reino e a expulsão dos franceses. Coincidentemente, no dia posterior, portanto em 25 de setembro de 1808, era enviada uma correspondência para o Conselho Real de Castela na qual informava sobre a criação da Junta Central de Gobierno de los Reyes de España y de las Indias²¹⁷, para garantir a soberania do governo espanhol e da família Bourbon, então refém de Napoleão em Bayona.

Em Montevidéu, em 15 de outubro do mesmo ano, a junta formada por iniciativa de Elío e de outras pessoas envolvidas no governo da cidade sofreu uma forte repressão por parte da Real Audiência de Buenos Aires. As representações foram feitas a partir da visão de dois fiscais responsáveis por julgar a procedência da representação feita pelo governador Elío contra o vice-rei Santiago de Liniers. Os fiscais da Real Audiência foram taxativos em relação ao que assegurava dom Javier de Elío no que tangia à idoneidade e às intenções demonstradas

ao Exército como capitão do Regimento de Granadeiros. Em função dos levantes pela independência, a Junta de Sevilha o enviou para o Prata, a fim de proclamar fidelidade a Fernando VII. Na América, envolveu-se nas intrigas perpetradas pela princesa Carlota, defendendo Liniers contra a Junta formada por Elío em Montevidéu. Em 1809, foi empossado como presidente da Audiência de Cuzco, tornando-se o braço direito do vice-rei do Peru, José Abascal. Foi responsável pela supressão de várias revoltas naquela região, sucumbindo, entretanto, em novas invasões sob o comando dos revolucionários rio-platenses. Com isso, pediu seu afastamento em 1813, retornando para a Espanha no ano seguinte, vindo a receber o título de conde de Guaqui. Posteriormente, foi eleito senador do reino. Faleceu em Madri, em 1846. Consultar em <<http://www.artehistoria.com/frames.htm?http://www.artehistoria.com/historia/personajes/6425.htm>>. Acesso em: 29 dez. 2005.

²¹⁶ Conforme FREITAS, Cap. Airton Salgueiro de. *As república hispano sul-americanas*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1945. p. 71.

²¹⁷ “Excelentísimo Señor Presidente del Consejo Real. En consecuencia del Acuerdo de ayer veinticuatro del corriente en conferencia preparatoria, y por el cual se resolvió que en el día de hoy, y hora de las nueve y media de su mañana, se instalase la Junta Central Suprema y Gubernativa del Reino, para cuyo objeto fueron citados todos los Señores Diputados presentes en este Real Sitio, que son más de las dos terceras partes que deben componer la Junta de Gobierno, y constan al margen por orden alfabético, se verificó la ceremonia” Excerto da *Real Provisión del Consejo Real, de toma de cargo de los miembros de la Junta Central (Aranjuez, 25 de setiembre de 1808)*. Publicada pela Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2004. Consultada em: <<http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=12136&portal=56>>. Acessada em 13 de dez. 2006.

por Liniers, no que se referia aos franceses e aos rumos do governo do Vice-Reinado do Rio da Prata:

Los Fiscales pasan ya á manifestar á V. A. el concepto que han formado de los documentos presentados por el Gobernador y Junta de Montevideo, en donde apoyan la infiel conducta del Exmo. Sr. Virey de estas provincias hacia el Soberano: protextando á V. A. con toda energia de que los hace capaces el ministerio que les está confiado, que si en ellos observáran alguna realidad del fin con que se presentan, levantarían su voz contra, él sin que les arredrase el esplendor de su alta dignidad;

E assim, após apresentarem o parecer, os fiscais da Real Audiência de Buenos Aires discorriam sobre os motivos nos quais se basearam para chegar a tais conclusões, não poupando, como vemos abaixo, elogios e exaltações à figura do vice-rei Santiago de Liniers:

Mas si solo presentasen margen para deducir indicios ó presunciones remotas, pondrian ante la justificada penetración de V. A., que la persona contra quien debian graduarse aquellas es, sí, un extranjero de origen, pero dedicado, y consagrado al servicio de España desde su mas tierna edad, en ella hizo su carrera hasta el grado de capitán de navio, en la que se hallaba quando los ingleses ocuparon esta capital; que partió a Montevideo por su mera voluntad, donde activó y consiguió se dispusiese la expedición que vino á reconquistarla; que fue el Xefe de ella; que cercado Montevideo, se ofreció y dispuso pasar á su socorro, como partió efectivamente á / su execucion; que rendido por los enemigos, trató de ir á su reconquista; que atacada nuevamente esta capital con fuerzas muy considerables, la defendió con las tropas que el mismo habia organizado; que en su capitulación consigio[sic] gloriosamente reconquistar á Montevideo, sin que sus habitantes sufriesen los horrores de una nueva guerra; que en premio de estos heroicos servicios, lo honró el Rey con los grados de Brigadier y Xefe de escuadra, concediendole ademas una Encomienda; que le nombró por Xefe y Virey de estos dominios, y por ultimo, el es á quien han colmado de elogios la Europa y América, y su nombre se ha hecho estimable en todo el mundo.²¹⁸

Por esse extrato, podemos observar o quanto o papel exercido por Liniers tinha sustentabilidade no cenário buenairense, onde sua figura era muito mais a de protetor, pelo que deduzimos, do que de um chefe de governo. Afinal, suas ações beligerantes contra os ingleses o haviam elevado a tal posição, sem contar que deveria ter fortes aliados nos principais órgãos de governo da capital.

Também em uma correspondência proveniente de Montevideú, enviada a Buenos Aires, na qual não consta data e é assinada apenas por *Los Gemelos*, duvidava-se taxativamente das suspeitas levantadas contra o vice-rei na correspondência que fora enviada

²¹⁸ Trecho do Parecer dos Fiscais da Audiencia de Buenos Aires, de 15 de outubro de 1808. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 194-195.

por Elío. Após longas observações execrando os responsáveis pelas cartas de acusação, os autores (ou, o autor) asseguravam:

:

De estas breves observaciones puede inferirse con seguridad, que todo quanto se ha dicho acerca de la representación del Gobernador y Cabildo de Montevideo es falso, ò por lo menos muy exâgerado, por no ser creible se pusiesen de intento á forjar calumnias sobre calumnias, todas tan groseras como inverosímiles, contra unas verdades tan claras y decisivas como las que quedan demostradas, ofendiendo injustamente la dignidad de un xefe que ha dado tantas y tan gloriosas pruebas de su amor al Rey y á la Nacion. ¿Quién podrá persuadirse, por estolido que sea, que Montevideo es detractor de su restaurador? No, semejante ingratitud por demasiado vergonzosa, no cabe en unos corazones tan nobles como aquellos. Concluyamos pues, diciendo, que toda esta gran maquina, hija del dolo y del artificio, es obra de los salteadores de la tranquilidad y buenas opiniones. [...] como no tienen que perder se / afanan en indisponer los animos, y en interpretar siniestramente las mas sanas intenciones, para tentar los medios de sacar partido, y mejorar á costa de otros, su vida precaria, miserable y desesperada.²¹⁹

Nessa discussão, segue-se ainda a apresentação de duas circulares: uma enviada por Javier de Elío e outra de Liniers, ambas reconhecendo a supremacia de Fernando VII como rei de Espanha e das colônias americanas. Isso realizado para demonstrar a concordância que havia entre os dois líderes do Prata. Porém, como fora anteriormente citado, Javier de Elío ratificava sua oposição a Liniers em carta a dona Carlota Joaquina. Então, qual seria o posicionamento verdadeiro? Tudo leva a crer que a carta de Elío fosse legítima e que sua oposição fosse cada vez mais ferrenha, até porque suas intenções eram de governar o Vice-Reinado do Rio da Prata.

Os desentendimentos gerados no final de 1808 entre Elío, Liniers e Carlota Joaquina, deram continuidade às contendas que já se verificavam antes disso, ainda no mesmo ano, e acabaram por aumentar, consideravelmente, os atritos entre os governantes e seus opositores. Dessa forma, iniciaram-se os processos que resultariam no abismo que seria criado entre as duas principais cidades do estuário do Prata. Este fato pode ter corroborado para que, mais tarde, Montevideú, ou melhor, os espanhóis e *criollos* residentes naquela cidade, se mostrasse avesso às determinações de Buenos Aires e se aproximasse mais do Rio de Janeiro.

Nesse quadro, afluíam cada vez mais as dissidências existentes nos diversos pontos unidos pela visão globalizante de um império espanhol defasado, agora totalmente enfraquecido:

²¹⁹ Trecho de ofício enviado a Buenos Aires contendo elogios a Santiago de Liniers e duvidando da autenticidade dos documentos enviados por Elío em agosto de 1808. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 228-229.

En 1808, la transformación de Francia de aliada en enemiga hace a Liniers, de linaje francés fugitivo de la Revolución, pero responsable de una carta a Napoleón en la que evoca su victoria contra el inglés en Buenos Aires, vulnerable a nuevos ataques; los capitulares se apresuran a esgrimir acusaciones de traición, y ellas son invocadas para la instalación en Montevideo de una Junta disidente, propiciada por el gobernador militar de la plaza, el intemperante Francisco Javier de Elío.²²⁰

Dona Carlota Joaquina conseguia com dom Javier de Elío, mais um adepto a sua campanha para ascender ao trono, ao menos momentaneamente. Esse apoio vinha em boa hora, já que Liniers demonstrava claramente ser o entrave principal para os planos platinos da princesa, de Sidney Smith e de José Presas. dom João, por sua vez, aos poucos convencido pelas investidas de dom Rodrigo de Sousa Coutinho, influenciado por Strangford, foi deixando de lado o apoio que antes dava à esposa. Afinal, a inimizade que havia dentro dos palácios reais portugueses poderia passar à esfera pública e, principalmente, à diplomacia e à política territorial bragantina.

Ainda em outubro de 1808, por uma nota enviada pelo secretário Presas ao almirante Smith, observamos claramente a situação que se impunha naquele momento no Prata, assim como os perigos pertinentes à ascensão de dona Carlota e dom Pedro Carlos ao trono espanhol na América. Por meio dessa carta também é possível verificar o que estava ocorrendo na relação entre Buenos Aires e Montevideu – como já vimos anteriormente pelas cartas de acusação e julgamento do vice-rei Liniers:

Que el estado actual de los pueblos de Montevideo y Buenos Ayres relativo a su modo de pensar, es conforme en algunos (- puntos -) y en otros muy diferente. Buenos Ayres por temor reconoce por su Rey al Principe Fernando. Montevideo por amor / le jura y proclama y en esto estan conformes, en consecuencia de esta confesion no admiten otra Dinastía que no sea de la Casa de Borbon ô de sus Parientes inmediatos, por lo que según me han informado varios españoles y Capitantes Portugueses recién venidos de aquellos puertos ya se hablaba en aquel pueblo del derecho que en caso de faltar la familia de España, tenían, la Sra. Princesa Da. Carlota, sus hijos, y la familia de Sicilia, no olvidando a Infante Dn. Pedro; sobre España y las Americas.²²¹

Seguindo em sua carta, e mantendo um tom de preocupação com os rumos que estavam sendo dados às políticas no Prata, Presas dizia que “las criticas circunstancias del dia,

²²⁰ DONGHI, *Reforma y disolución de los imperios ibéricos*, p. 118.

²²¹ Trecho de correspondência entre José Presas, secretário de dona Carlota Joaquina, e o comandante Sidney Smith, em que se discutem vários pontos pertinentes ao Prata e a ascensão da princesa ao trono espanhol, enviada em 2 de outubro de 1808. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 255-256.

no permiten entrar em discusiones, conviene mas obrar que hablar”. Dessa forma, pautava as relações que deveriam se impor para garantir que dona Carlota viesse a representar a Coroa espanhola na América. E seguia, finalizando a correspondência, descrevendo como se deveria proceder diante do empecilho causado pela Lei Sálica, bastante ressaltada pelo grupo opositor da princesa como impedimento para que chegasse ao trono:

He oido â muchos sujetos de bastante carácter que uno de los mayores obstáculos que se opone a la realización de los manifiestos de SS. AA. RR. Es la Ley Salica. Yo examinando el contenido de la Reclamacion, de los manifiestos, y de la Respuesta de S. A. Real el Principe Regente y no olvidando todo el contenido de la ley Salica, no hallo la mas minima dificultad en que una hermana puedan legitimamente mirar por la conservación de los derechos de un Hermano que es todo el objeto de los manifiestos. Ni en España es de valor alguno la ley Salica, por dimanar de una autoridad illegitima ê insuficiente qual era la de Felipe quinto y por ser diametralmente opuesta â las Leyes Fundamentales de la Monarquia establecidas y sancionadas en las Cortes de Toro, de Nâxera, de Sevilla, de Toledo, de Valladolid, de Zaragoza, de Barcelona [?] y son nullas todas las leyes y pracmaticas que se establecen sin consentimiento de los tres cuerpos, militar Civil y Eclesiastico[sic], como lo fue la ley Salica por lo que no tiene fuerza alguna en España, por no ser establecida y admitida por el cuerpo de la Nacion en quien unicamente recide el derecho de fixar la forma de Gobierno y después de establecido venerarlo y respetarlo.²²²

A Lei Sálica²²³ apresentava-se, na Espanha, como mais um problema a ser enfrentado por Carlota para chegar ao trono de seu irmão cativo em Bayona. Por isso, quase um século depois de esta ser implantada, a princesa de Portugal e do Brasil sofreria a dúvida sobre se poderia ou não se tornar a maior representante de seu país. Esta questão também faria parte das contendas portuguesas, que viam na revogação da Lei Sálica uma maneira de resolver as

²²² *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 258.

²²³ Essa lei fora levada a efeito no reinado de Felipe V, o primeiro da família Bourbon na Espanha. Em 1725, seguindo o costume vigente na França, o rei decretou a Lei Sálica com a finalidade de manter o trono *preferencialmente* nas mãos dos herdeiros homens, como registra o seguinte trecho da Lei: “que por fin de mis días suceda en esta corona el príncipe de Asturias, Luis, mi muy amado hijo y por su muerte su hijo mayor legítimo y sus hijos y descendientes varones legítimos y por línea recta legítima, nacidos todos en constante legítimo matrimonio por el orden de primogenitura y derecho de representación conforme la ley de Toro; y a falta de hijo mayor de Príncipe y de todos sus descendientes varones de varones legítimos, etc... Y siendo acabadas íntegramente todas las líneas masculinas del príncipe, infante y demás hijos y descendientes míos legítimos, varones de varones, y sin haber por consiguiente varón agnado legítimo descendiente mío en quien pueda recaer la corona según los llamamientos anteceden entes, suceda en dichos mis reinos la hija o hijos del último reinante varón agnado mío en quien feneciére la varonía y por cuya muerte sucediera la vacante, nacido en constante legítimo matrimonio, la una después de la otra, prefiriendo la mayor a la menor y respectivamente sus hijos y descendientes legítimos por líneas recta y legítima, nacidos todos en constante legítimo matrimonio; observando entre ellos el orden de primogenitura y reglas de presentación ... Siendo mi voluntad que la hija mayor o descendientes suyos que por su premoriencia entraren a sucesión de esta monarquía se vuelva a suscitar, como cabeza de línea, la agnación rigurosa entre los hijos varones que tuvieses nacido en constante legítimo matrimonio y los descendientes legítimos de ellos.” (In: Fernando DÍAS-PLAJA. *La historia de España en sus documentos* – de Felipe II al desastre de 1808. Barcelona: Ediciones G.P., 1971, p. 119 apud BRANCATO, Braz Augusto Aquino. “La misión diplomática de dom Pedro de Sousa Holstein en España y la cuestión de los derechos sucesorios de Carlota Joaquina (primeros pasos)”. Texto apresentado nas IV Jornadas Internacionales de Historia de España. Buenos Aires: set. de 2004. p. 3.

pendências entre as duas Coroas, bem como a tentativa de, assim, unir os dois reinos ibéricos. Para isso, como observamos em diversas correspondências, dom João incumbiu um de seus “homens fortes”, dom Pedro de Souza Holstein, futuro duque de Palmela, para agir diante das representações de governo espanholas, a partir de 1809²²⁴, para conseguir tal revogação.

Na tentativa de persuadir o governo espanhol, Palmela utilizou-se de vários argumentos, ressaltando o quanto a regência da princesa do Brasil seria importante para que o reino dos Bourbons espanhóis não descambasse para a completa anarquia²²⁵. Por fim, em 20 de dezembro, o diplomata português tentou manter o tema na pauta a ser analisada pela Junta Suprema pelo envio de um ofício no qual requeria:

[...] ordene que por los medios mas autenticos, solemnes y legales se supla la perdida que las circunstancias causaron del Documento Original de la Cortes de 1789, acreditandose ó por medio de los testimonios que se podran hallar, ó por todos los otros medios posibles y convenientes, la resolucion que en ellas se tomó contrarias à la Ley Salica, que tenia introducido en España en las Cortes de 1725 [...]²²⁶

²²⁴ Na correspondência enviada pelo ministro Sousa Coutinho ao emissário dom Pedro de Souza Holstein, em 9 de janeiro de 1809, pode-se verificar que a primeira ordem da corte do Rio de Janeiro dizia respeito aos direitos da princesa Carlota, pois Holstein deveria procurar “esse immortal Patriota e honrado Vassallo de S. M. Catholica, o Ex.^{mo} conde de Florida Blanca [...] e de lhe mostrar a summa confiança que inspirão aos Nossos Soberanos não só as suas reconhecidas virtudes, mas muito particularmente o affecto com que sustentou os inalienaveis e imprescrutáveis Direitos Eventuaes de S.A.R. A Princeza Nossa Senhora, procurará V.S. ganhar de todo o modo a sua confiança, entrando no vasto campo das immortaes vistas desse grande homem, e tão bem Patriota, procurará V.S. de todo o modo affeição-lo á causa de S.A.R.”. Logo em seguida, reafirma que “V.S. sabe muito bem as boas e justas disposições com que as Juntas de Hespanha se tem mostrado dispostas a reconhecerem os Direitos Eventuaes de S.A.R. a Princeza Nossa Senhora, e V.S. conhecendo igualmente quanto o Animo de S.A.R. O Principe Regente Nosso Senhor he alheio de toda a especie d’ambição, verá que S.A.R. deseja, que os Hespanhoes fiquem somente persuadidos da Sua viva e sincera sensibilidade pela memoria que conservão ditos Direitos; e ainda que conheça quanto Hespanha e Portugal ganharião em huma união voluntaria de toda a Peninsula, com tudo S.A.R. faz os mais justos e energicos votos pela restauração de S.M. Catholica o Senhor Rey Fernando 7^o”. Portanto, nota-se nesta missiva o quanto o papel que seria desempenhado por Holstein deveria ser suficientemente sutil para que não se gerassem atritos entre o governo espanhol e a Coroa portuguesa, buscando garantir, além dos direitos da princesa, para o caso de uma emergência, o conhecimento e apoio dos representantes espanhóis diante das ações que, porventura, fossem tomadas pelo príncipe regente. AHI. Lata 316, maço 2, pasta 8.

²²⁵ “Nestas circunstancias quem pode duvidar de que utilidade seria para a Espanha ver já assegurada a succeção da Monarchia, e quanto essa declaração só , deminuiria a força moral do Usurpador, cuja perfida politica quiz por primeira precaução apoderar-se de toda a Familia Real de Espanha, lizonjeando-se que não contribuiria pouco ao successo dos seus planos o tirar aos Espanhoes até a idéia de verem nunca sentado sobre seu Trono hum successor legitimo dos seus antigos Reis! **Como ficarião desconcertados esses planos infernaes se a Nação Espanhola huma vez izenta de cahir na anarchia em que Bonaparte esperou submergila com a prisão de todos os seus Principes, apontasse unanim.^{te} aos olhos do Tirano, e da Europa toda, o legitimo successor da Monarchia!**” [Grifo nosso]. Cópia do ofício enviado para dona Carlota Joaquina (Arquivo Histórico do Museu Imperial- Petrópolis – AHMI: II POB/ 24.04.1809/ C.J.P. do 1-8 [doc.5]).

²²⁶ Cópia do ofício de dom Pedro de Souza Holstein a dom Francisco de Saavedra – AHCD-PRF – Tomo VII, fls.42 y 42 v. In: BRANCATO, *Don Pedro I de Brasil, posible rey de España...*, p. 10.

Todo o processo demandaria ainda uma demorada ação por parte de Holstein, que se manteve em contato com as Cortes, reunidas a partir de 1810, para que, enfim, tomassem uma decisão sobre o futuro político da princesa do Brasil.

Na verdade, fica patente que a Junta Suprema, naquele momento, não desejava tomar uma atitude que alteraria praticamente toda a estrutura governamental da Metrópole e, especialmente, de suas colônias²²⁷. Não há como negar, por outro lado, a pressão que a Junta espanhola provavelmente estava sofrendo por parte da Inglaterra, que não desejava para aquele momento a interferência da princesa nas contendas coloniais espanholas, afinal, ela sempre demonstrara ser avessa aos ingleses.

No Rio da Prata, ao final de 1808, as visões que se cruzavam por caminhos diversos, ao menos no plano político, deixavam antever os conflitos que seriam gerados, principalmente a partir de 1809, entre os súditos da Coroa espanhola. Entretanto, o cenário principal das tramas que corriam à solta não estava localizado naquele ponto encravado na Bacia Platina, ao menos até 1810, e, sim, no Rio de Janeiro, onde uma torrente de comissários, ministros entre tantos outros representantes ingleses, espanhóis e portugueses, aportava com a finalidade de participar intensamente – sempre tentando fazer com que as decisões pendessem para o seu lado – das discussões em torno dos planos de dom João, ou do conde de Linhares, em relação ao Rio da Prata.

Nesse teatro de cavilações, não podia deixar de ser considerável a participação da princesa dona Carlota Joaquina, ciceroneada por um inglês extremamente centrado em seus objetivos, Sidney Smith, e um secretário espanhol que passou gradativamente a participar ativamente dos assuntos da princesa e do governo português, José Presas.

Em 19 de novembro de 1808, passados três meses das proclamações de dona Carlota Joaquina propondo-se a assumir o trono que fora de seu pai, assim como da resposta afirmativa do príncipe regente de Portugal em apoiar tais pretensões, a princesa enviou uma correspondência ao marido para que sustentasse seu posicionamento e providenciasse o

²²⁷ É de se notar isso também na carta de D. Francisco de Saavedra, enviada a dom Pedro de Sousa Holstein, em 15 de dezembro de 1809 (Cf. cópia em AHMI – II-POB/24.4.1809 – C.J.P. do -8 [doc.3]), na qual afirmava que “da pena que resiente la Suprema Junta de Gobierno de no poder realizar los nobles deseos que animan a V. S. por el bien de las dos Naciones amigas [...] accediendo desde luego a formalizar la declaracion propuesta a favor de S. A. declaracion que estima impracticable en el critico momento en q.º nos hallamos”.

quanto fosse necessário para auxiliar os “fieles Aliados, y los Vasallos de V.A.R.”, que estavam sacrificando tudo em prol da causa borbônica, ou melhor, à sua própria causa²²⁸.

Na mesma correspondência, a princesa seguia afirmando que a situação em Buenos Aires era do mais alto risco para os planos da monarquia naquelas paragens, bem como que representavam riscos para os domínios lusitanos as idéias incendiárias que se propagavam. dona Carlota Joaquina, nesse ponto, referindo-se às formações partidárias que emergiam ali, especialmente na capital do vice-reinado, as quais visariam à formação de uma “república”. As informações sobre esses acontecimentos vinham dos “patrícios” que pediam seu auxílio, assim como buscavam se valerem, provavelmente, da influência exercida por Presas e pelo almirante Sidney Smith²²⁹.

Neste ponto vale ressaltar que o termo “república”, empregado no parágrafo anterior, tinha, em meados do século XIX, uma conotação diferente da vigente atualmente e, mesmo, da concepção utilizada pelos nascentes Estados-nação na América Latina a partir da segunda metade daquele mesmo século. Isso ocorre especialmente – e ao historiador cabe ficar atento a essas evidências porque se processava no seio da comunidade rio-platense uma fusão de concepções que mesclava a antiga tradição colonial com os novos conceitos importados da Europa ou mesmo dos Estados Unidos.²³⁰

Portanto, vemos que a cada período as especificidades de formação de determinada sociedade – ou como no caso do império espanhol do século XIX, formado por nucleações populacionais afastadas e distintas entre si –, sejam culturais, sejam econômicas, políticas, educacionais ou tecnológicas, formam um arcabouço que permite e, por vezes, exige uma readaptação dos conceitos introduzidos desde fora.

²²⁸ Verificar *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 272-273.

²²⁹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 274.

²³⁰ Para verificar uma análise sobre a utilização do termo na região do Rio da Prata e também no Rio Grande do Sul, particularmente no período da Revolução Farroupilha, pode-se consultar SCHEIDT, Eduardo. Republicanismo na região platina à época da Revolução Farroupilha: um estudo de história comparada. In: HEINZ, Flávio M.; HERRLEIN JR, Ronaldo (Org.). *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. p. 167-190. E, além deste, toma-se como base o trabalho de CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, Provincias, Estados: orígenes de la nación argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Ariel, 1997.

Intrínseco ao nosso objeto de pesquisa e ao conceito de “república”, como aponta Eduardo Scheidt²³¹, no Rio da Prata, “ao invés de serem aplicadas diretamente, estas idéias passavam por um processo de seleção e adaptação para as realidades locais”. Dessa forma, “a República não era ainda considerada incompatível com o regime monárquico”, estando ligada diretamente à política exercida sobre extensões territoriais limitadas, como as jurisdições dos cabildos.

Entretanto, especificamente na correspondência da princesa há a inserção de outro termo, ligado à república, para o qual devemos reservar atenção: “formações partidárias”. Isso porque, como vimos, em razão de uma outra realidade, a concepção de “partido” na época tinha o sentido de “facção”, servindo como base para atitudes drásticas de quebra da ordem vigente e instauração de uma nova forma de atuação política²³². Ao final da correspondência, portanto, Carlota declara que, na ocasião em que havia emitido seu manifesto a Buenos Aires, tinha pensado em colocar no poder seu primo/sobrinho dom Pedro Carlos, contudo a situação que se impunha no momento exigia a sua participação. Assim, registrava:

En el día, que se han aumentado las dificultades, y es mucho mas complicada una perfecta y recta administración; considero que seria insuficiente una autoridad delegada, y que es absolutamente necesaria mi presencia, para dirimir toda discordia, tan perjudicial á la integridad y conservación de la Monarquia.²³³

Nesse trecho da carta da princesa, podemos notar uma das características atribuídas a ela por diversos autores que se interessaram em estudar sua participação na política da corte portuguesa: a dissimulação. Carlota nunca vira no príncipe dom Pedro Carlos um possível rei do trono espanhol, até porque não havia entre eles sequer um sentimento de afeto.²³⁴ Entretanto, o que não faria a princesa, justamente naquele momento tão importante para a sua

²³¹ SCHEIDT in: HEINZ; HERRLEIN JR, *Histórias regionais do Cone Sul*, p. 171.

²³² Em nota de capítulo anterior já tratamos deste assunto. Para tanto, basta consultar SARASOLA, *La idea de partido en España* ... in: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/c1812/00365085489969551867857/p0000001.htm#I_7_>. Acesso em: 12 jan. 2006.

²³³ Correspondência de dona Carlota a dom João pedindo auxílio aos seus compatriotas e tudo quanto fosse possível para sua ida a Buenos Aires, a fim de conter as dissensões que por todo canto do Prata se anunciavam. Ver *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 275.

²³⁴ O secretário Presas, no capítulo XI da sua obra, relatava que “a princesa não olhava com bons olhos a seu primo, o sereníssimo infante Dom Pedro. Com a descuidada educação que teve este Príncipe no palácio de Portugal, [...] ficou carecendo da instrução correspondente a seu alto nascimento, e o que era ainda pior, sem os modos e maneiras indispensáveis para bem apresentar-se em público. Olhava de través e falava sempre sem encarar de frente: sua linguagem era muito baixa.” Como se vê, Presas, através dessas palavras, provavelmente, referendava o que havia escutado de dona Carlota a respeito do primo e sobrinho. Ver mais em PRESAS, *Memórias secretas de dona Carlota Joaquina*, p. 102.

realização pessoal, a fim de convencer o príncipe regente a apoiá-la e despachá-la, com todas as honrarias, para Buenos Aires?

Pela rede de intrigas que corria nos meios palacianos do Rio de Janeiro, Carlota sabia o quanto aquele primo/sobrinho era querido por dom João, assim como tinha consciência dos planos de dom Rodrigo de Souza em apoiar o infante espanhol, não ela, para a sucessão de Fernando VII. Portanto, nada melhor que demonstrar uma centelha de concordância com o esposo e o ministro para conseguir o tão desejado consentimento.

No mesmo dia 19 de novembro, talvez pelas “coincidências” da vida cotidiana, Sidney Smith enviou um ofício ao conde de Linhares justamente para reafirmar a importância que teria a ida de dona Carlota Joaquina ao Rio da Prata, pois era imperativa sua presença a fim de reprimir os “espíritos de independência” que por aquelas bandas se anunciavam. Na mesma carta, porém, atestava que o plano do conde de invadir Buenos Aires com tropas portuguesas, auxiliadas pela esquadra inglesa,

non seulement produiroit le mauvais effet deja supposé contre les sentiments et desirs biens connus, et dec larés de S. A. R., mais aussi elle augmenteroit sur ce Continent, en occasionant des hostilités entre ces deux pays voisins, dans lesquelles la Grande Bretagne etant en paix et alliance avec tous les deux pour inclinée qu'elle fusse, ne pourroit agir en aucune maniere pour conserver / conserver ni l'un ni l'autre des suites facheuses d'une Guerre ruineuse et inutile.²³⁵

Assim, dom Rodrigo de Souza, levado a aceitar as considerações de Smith, não teve outra saída senão esperar, pois, sem apoio bélico da Grã-Bretanha, não haveria como sustentar um ataque a uma praça tão distante do centro das decisões e, principalmente, onde os partidários dos portugueses não eram muitos.

Uma coisa, porém, ficaria certa daquele momento em diante: já que dom Pedro Carlos não poderia ir a Buenos Aires auxiliado por tropas lusitanas, dona Carlota também não poderia sequer sentir o cheiro dos campos buenaienses. Sua partida seria desastrosa para os planos lusitanos, já que a princesa, por todos os modos, tentaria na visão de Linhares, anular

²³⁵ Tradução: “Não somente produziria o efeito já suposto contra os sentimentos e desejos, bem conhecidos e declarados de S.A.R., senão também ela aumentaria neste Continente, ocasionando hostilidades entre estes dois países vizinhos, nos quais a Grã-Bretanha, em paz e aliança com os dois, por simpatia que tivera não poderia obrar de nenhuma forma para evitar, nem a um nem a outro, os resultados desagradáveis de uma guerra ruinosa e inútil.” Correspondência do almirante Sidney Smith ao conde Linhares, orientando-o a não levar adiante tal investida pelas conseqüências danosas que poderiam advir. 19 de novembro de 1808. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 280.

os elementos portugueses e o próprio marido, se as condições assim a permitissem. Em uma nota destinada a dom João, sem data e sem assinatura, lia-se o seguinte:

O meo parecer seria q' V. A. diseçe na carta que [por dois motivos] tinha demorado o deferir o suplica da Princeza não só por lhe custar esta separação e desaranjo em que ficavão seos filhos mas tãobem por q' tendo já protestado pello derecho[sic] de mesma Senhora [e seos filhos] no caso de faltarem seos irmãos. Lhe parecia um posso[sic] asselerado a darse em consentimento do governo de Espanha e de El Rey da Inglaterra seos aliados a quem sempre quer mostrar a melhor boa fé em tudo o q' obra tão próprio da sua pesoa e neceçaria nas presente [ocaszão] circunstancias e q' só convindo ambas as cortes [convirá premetir a] V. A. no q' a Princeza pertende [V. A. conviria com] daria a sua lisença e aprovação.²³⁶

O autor, provavelmente, não assinou a supracitada nota justamente para não ser revelado em vista do conteúdo de tamanha importância para os fatos que estavam ocorrendo na Corte. Destarte, fica patente a força que tinham os homens próximos a dom João para fazer valer suas vontades, visto que, em 26 de novembro, o príncipe enviou uma correspondência a sua esposa com o seguinte teor:

princesa não ignora a parte q' tomo no q' pode interesar a Princesa com aos meus filhos. Por este motivo não deve admirar-se q' lhe diga q' sobre os seos interesses com os Espanhoes do Rio da Prata da America Espanhola nada pode fazer ou obrar sem o meu consentimento e sem ir de accordo com o Governo estabelecido em Espanha e com S. M. B., e deve acreditar q' em tempo opportuno nada lhe deixarei ignorar, para q' a Princeza tome então medidas sabias prudentes e q' não comprometão a dignidade e interesses da minha Real Coroa. Estes são os meus sentimentos q' servirão de norma a sua conducta.²³⁷

Comparando as duas cartas, é possível notar a semelhança entre ambas, podendo levar até mesmo um leitor mais desavisado a crer que foram escritas pela mesma pessoa! E quem sabe não foram? Afinal, é notório que dom João não redigia todas as cartas que assinava, mesmo porque não lia todas as correspondências que recebia, cabendo essa tarefa a seus ministros e secretários particulares. Além disso, os despachos do Passo Imperial não estavam reservados apenas a uma instância do poder, mas a várias. Por esse motivo, acreditamos que alguns ministros, dentre eles dom Rodrigo de Sousa Coutinho²³⁸, passavam ao rei a versão

²³⁶ Importante registrar que a fonte está transcrita dessa forma em *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 275-276. E, por tal motivo, decidiu-se não alterar a sua forma, a não ser indicando as palavras que realmente estão com concordância errada em relação ao restante das frases.

²³⁷ Nota enviada pelo príncipe regente dom João a dona Carlota Joaquina, em 26 de novembro de 1808, em resposta à carta da mesma princesa, datada de 19 de novembro de 1808. *Ibid.*, p. 277.

²³⁸ Especialmente aqui se comenta o que afirma Francisca Azevedo em sua obra sobre Carlota Joaquina, referindo-se aos pedidos que os buenaienses faziam em prol da ida da princesa para Buenos Aires, na qual assevera que “na corte do Rio de Janeiro, o documento dos patrícios é recebido com certa cautela e sigilo pelo conde de Linhares. Apesar da explícita referência à princesa, na nota, dom Rodrigo **altera as informações**

que mais lhes convinha, que fosse útil para seus planos, assim como podiam enviar correspondências da forma como quisessem, suprimindo partes delas ao requererem a assinatura do príncipe regente.

Assim, entabulavam-se as negociações que se davam no Passo Real, no Palácio da Boa Vista, na Fazenda de Botafogo, todas interligadas pelo mesmo fio-condutor: o controle do Vice-Reinado do Rio da Prata. dom João, como quem devesse maiores explicações à esposa, enviou-lhe uma outra correspondência, na qual insistia que,

alem de todas as resons geraes e particulares acresça a acharme eu ao presente na mais estreita aliança com a Hespanha; mas para eu não só aprovar a sua hida a Bonos Ares, mas para concorrer para ella he necessário que a Junta Suprema do Governo da Hespanha, que governa em nome de seo mano me rogue por officios legais a hida da Princeza a Bonos Ares; e ainda isto sô não basta he necessário igualmente que o meu antigo, e fiel aleado El = Rei de Grão Bertanha [sic] aprove a sua hida a Bonos Ares²³⁹

Nessas palavras, dom João, em tom mais ameno que na nota anterior, justificava suas considerações acerca do impedimento de dona Carlota a ir até Buenos Aires. O que toma relevo nesse trecho é o quanto a cena política lusitana, principalmente em relação às questões sul-americanas, estava dependente do quadro político externo (de Espanha e Grã-Bretanha). Na mesma correspondência, o príncipe continuava expondo seus motivos, dizendo que “tonto pello contrario que da Suprema Junta de Hespanha nao tenha officio algum a esse respeito; da Grão Bretanha tenho officios feitos pelo Embaxador que protesta contra a sua ida emquanto a sua corte a não decedir;” assim, “me dificultao conscender com a Princeza a esse respeito”²⁴⁰.

No último trecho da carta, o príncipe regente garantia que, somente após receber aprovação de seus aliados, a princesa deveria estar “certa que eu me nao pouparei a tudo quanto puder concorrer para efetuar a sua hida com a degnidade que lhe he devida, e em que

contidas nas correspondências, fazendo crer a dom João que Buenos Aires convoca apenas a presença do infante, [...] havendo chegado do Rio da Prata Felipe Contucci [...] havendo-me não só apresentado as Cartas que todas levo a sua real Presença, mas igualmente exposto a triste anarquia em que vão cair as províncias espanholas sendo de temer o que diz Sir Sidney Smith, e que só podem ser salvas aparecendo ali alguma força com o Senhor infante D. Pedro, que leve plenos poderes da Augusta Esposa e de V.A.R., tomo a liberdade de dirigir o mesmo Felipe Contucci” [Grifo nosso]. Esse trecho da correspondência do ministro conde de Linhares está relacionado à correspondência já citada aqui, enviada de Buenos Aires por Manuel Belgrano pedindo providências para a ida da princesa àquela capital platina. In: AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 151.

²³⁹ Correspondência do príncipe regente dom João a dona Carlota Joaquina, sem indicação de dia, do mês de novembro de 1808, ainda em resposta à carta de 19 de novembro. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 278.

²⁴⁰ *Ibid.*, p. 278.

eu tenho igual parte”²⁴¹. Esse projeto, porém, não aconteceu tão rapidamente como dona Carlota desejava, sendo adiado para 1810, após o reconhecimento dos direitos de sucessão da princesa por parte das cortes da Espanha. E, mesmo nesse caso, em razão dos acontecimentos que estavam ocorrendo em Buenos Aires e Montevideú naquele ano, o projeto não foi posto em prática.

No mesmo dia 19 de novembro de 1808, entretanto, o almirante Smith, sempre presente em todos os acontecimentos que envolviam a princesa e, sobretudo, o Prata, enviou correspondência ao conde de Linhares em resposta às suas idéias de invadir Buenos Aires com o auxílio dos ingleses. Na carta, além das recomendações que fazia em relação ao assunto, sobre o qual se posicionou contrário, mais pela recepção que teriam naquela capital do que pela vontade belicosa, afirmava:

L'ordre naturel des choses nes peut être retabli que par l'operation tranquille des loix d'Espagne aidée par une Autorité au dessus de celle du Vice Roi pour le soucesse dans l'exercise de la sienne. S.A.R. Monseigneur le Prince Regent, dont le droit de sucesion fût clairement designé par la voix unanime des Cortes en 1789 a la preference au trône d'Espagne sur l'Infant Don Pedro Carlos. Dans cet étât des affaires on ne devroit pas perdre de vue ni negliger l'avantage de la presense de S.A.R. sur ce continent quand on considere les circonstances critiques deja remarquées²⁴²

Nesse trecho Smith ressaltava a importância que dona Carlota teria em solo platino, já que eram evidentes os movimentos em prol da república. Na sua ótica, a presença da princesa, como instância suprema do poder, conseguiria dissuadir tais movimentos, o que o infante dom Pedro Carlos não seria capaz, já que ela tinha partidários favoráveis à sua primazia na sucessão espanhola.

Os movimentos em torno de uma possível independência da América Espanhola, especialmente de cunho econômico, estavam se organizando de maneira vertiginosa, ou seja, existia uma certa organização interna em algumas cidades onde o contato com o exterior e a

²⁴¹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 278.

²⁴² Tradução: “A ordem natural das coisas não pode ser reestabelecida, senão pelo jogo pacífico das leis da Espanha, amparado por uma Autoridade superior à do Vice-rei para sustentá-lo no exercício da sua. S.A.R. a Senhora princesa Carlota Joaquina, Esposa de S.A.R. Monsenhor o príncipe regente, cujo direito de sucessão foi claramente expresso pela voz unânime das *Cortes* em 1789, tem preferência ao trono da Espanha sobre o Infante Dom Pedro Carlos.” Correspondência do Almirante Sidney Smith ao conde Linhares, orientando-o a não levar adiante a investida pelas conseqüências danosas que dela poderiam advir. 19 de novembro de 1808. *Ibid.*, p. 280-281.

situação eram propícios, com o objetivo de tornar a independência uma realidade. A cada dia que passava, a América tornava-se um barril de pólvora prestes a explodir!

Por trás dos movimentos que não desejavam a independência das colônias, obviamente, estava dona Carlota Joaquina, que contava com o apoio de simpatizantes à sua causa em vários pontos da América Espanhola, na Espanha e no Brasil. Ela se sentia encarregada de garantir as articulações políticas, jogos diplomáticos, ajudas financeiras, enfim, tudo que fosse preciso para dar suporte aos movimentos contrários à temida desvinculação dos vice-reinados do *corpus* colonial formado pela Espanha.

Ainda em relação à abrupta negativa dada pelo príncipe regente dom João à sua esposa, não autorizando sua ida a Buenos Aires, José Presas ressaltava em seu “livro de memórias” que “três coisas podem ter concorrido para que o Príncipe mudasse tão bruscamente de idéia e resolução”²⁴³, como verificamos:

Em primeiro lugar, as sugestões e intrigas dos áulicos, que sentiam irremediável sua queda desde que a Princesa chegasse a gozar de alguma autoridade; em segundo lugar, a influência do ministro da Inglaterra, Lord Strangford, o qual segundo as instruções de seu governo, devia trabalhar ativamente para realizar a independência da América Espanhola, o que não poderia conseguir estando a Princesa à frente de seu governo; por último, o bem fundado receio que nutria o próprio Príncipe de que sua esposa, logo se visse senhora de Buenos Aires, levantasse um exército e marchasse sobre o Rio de Janeiro para despojá-lo do trono, e fazê-lo prisioneiro.²⁴⁴

Como primeira hipótese, na visão de Presas, para que o príncipe tivesse se decidido pela não autorização à princesa para que fosse beber dos louros da vitória na capital Buenos Aires, estava o jogo de intrigas palacianas perpetuadas pelos séqüitos que se viam preocupados com a perda de suas regalias no momento que dona Carlota ascendesse ao trono. Afinal, muitos nutriam total antipatia à figura da princesa²⁴⁵, que, por sua vez, conhecia os súditos que a cercavam por mero interesse ou por afinidades, políticas ou pessoais.

²⁴³ PRESAS, *Memórias secretas de dona Carlota Joaquina*, p. 49.

²⁴⁴ *Ibid.*, p. 49-50.

²⁴⁵ Oliveira Lima oferece um belo exemplo da antipatia criada pela própria princesa no Rio de Janeiro, quando cita os casos em que a consorte ordenava aos guardas que a acompanhavam pela cidade que coagissem todos a se curvarem diante dela. O autor explica que era comum aos “nacionais”, quando da passagem de algum membro da família real, apearem-se dos cavalos ou de onde quer que estivessem para saudar com chapéus nas mãos e com dorso curvado os ditos fidalgos. Carlota Joaquina, em especial, “não cedia uma polegada dos seus direitos; não tolerava um menoscabo da sua condição; não deixava uma só vez de insistir pelas distinções a que tinha jus”, por isso, muitos estrangeiros viam nesses atos uma demonstração de servidão que não tinha razão de ser. Carlota não deixava sequer os oficiais transgredirem tal etiqueta, “obrigando à força, ou pelo menos sob ameaças, representantes diplomáticos e comandantes de vasos de guerra a aquiescerem com o hábito tradicional.” Um dos casos mais notáveis foi o do ministro americano Sumter, que sacou duas pistolas e impeliu

Em segundo lugar, Presas apontava a participação do ministro plenipotenciário inglês no Rio de Janeiro, Lord Strangford. Este representante do governo britânico, de fato, era ativamente contrário às intenções de se levar dona Carlota Joaquina ao Prata, até mesmo porque, as ordens que tinha recebido de seu superior George Canning²⁴⁶, especialmente a partir de maio de 1808, enfatizavam que era “pouco necessário informar ao seu Lorde que, no presente estado das relações de Sua Majestade com a Espanha, Ele não poderia apoiar qualquer desígnio hostil à Paz e Independência dos domínios espanhóis na América do Sul”²⁴⁷.

Em terceiro, não restavam dúvidas de que o príncipe regente tinha suas ressalvas em relação à esposa, já que ela teria conspirado várias vezes para que ele fosse destronado. Era possível antever, nessa situação, que dom João mantivesse uma posição superior à da princesa, para o bem, afinal, de sua própria monarquia.

Assim, em meio às turbulentas crises que se anunciavam no Prata e no Rio de Janeiro, no dia 20 de novembro de 1808 chegou ao porto da corte uma fragata espanhola de nome “La Prueba”, que vinha do porto de Falmouth, na Inglaterra, e tinha como destino final a Baía do Prata. O responsável pela fragata era o comandante Joaquim de Somoza y Monsorin, que apresentou um relatório de seu itinerário, composição e descrição dos seus afazeres na América do Sul:

Fragata de Guerra Española, del porte de 44 cañones de la Marina Real del Señor dn. Fernando Septimo, nombrada la Prueba, su Comandante el Brigadier de la Real Armada, D. Joaquin de Somoza y Monsorin; salió de la Coruña el 25 de Agosto del corriente año, para el Puerto de Plimouth con pliegos para el Gobierno Británico á

os guardas da princesa a se afastarem, mesmo com as ordens contrárias dela. Assim, Lord Strangford também fora coagido, chegando a ser açoitado com algumas chicotadas em plena estrada, em 1814, pelo estribeiro de uma das princesas. Conforme LIMA, *D. João VI no Brasil*, p. 180-181.

²⁴⁶ George Canning nasceu na capital londrina em 1770; e em 1790, tornou-se advogado pela Universidade de Oxford. Logo em seguida entrou na carreira política, assumindo, já em 1796, o cargo de secretário de Estado de Relações Exteriores. No período em que Henry Addington governou como primeiro-ministro, Canning constituiu-se num de seus mais ferozes opositores no Parlamento. Com a volta de William Pitt ao poder, em 1804, Canning passou a ocupar o posto de tesoureiro da Marinha. Em 1806, com a morte do primeiro-ministro, e sob o governo do Duque de Portland, Canning retornou ao cargo de ministro do Exterior, sendo responsável pelos ataques à França napoleônica e pelo plano de aprisionamento da Marinha dinamarquesa. No ano de 1809, sua relação com o secretário de guerra inglês Lord Castlereagh extrapolou as raias da diplomacia, chegando ao ponto de duelarem com armas em punho. Em 1827, foi escolhido primeiro-ministro, vindo a falecer em 8 de agosto do mesmo ano. Disponível em <<http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/PRcanning.htm>>. Acesso em: 27 set. 2005.

²⁴⁷ *Foreign Office*, 63/59, Canning a Strangford, nº 18 apud MANCHESTER, *Preeminência Inglesa no Brasil*, p. 112.

donde llegó el 30 del mismo, y salió de él el 9 de Octubre siguiente dirijiéndose al Puerto del Janeiro para entregar los pliegos del Gobierno Español que conduce el Teniente General de la Marina Real el Exmo. Señor Dn. Pascual Ruiz Huidobro para el Sereníssimo Principe del Brasil.

Trae de dotacion siete Ofisiales de Guerra y quatro Guardias Marinas, cien Individuos de Tropa y doscientos y cincuenta de Marineria, y de Transporte tres Brigadieres, un Coronel, un Teniente Coronel, diez Subalternos y cuarenta y quatro Individuos de Tropa de Exercito correspondientes unos y otros al Reyno de Buenos Ayres.²⁴⁸

Dessa forma, o comandante dava uma idéia geral do que havia na fragata, mas, pela quantidade e respectivos cargos das pessoas que compunham a tripulação, não especificava para que fim mais de 420 tripulantes, em sua maioria indivíduos de Tropa e Marinha, estavam sendo trasladados para o Prata. Dentre tantos, um em destaque tinha uma função especial no cenário platino, dom Pascual Ruiz Huidobro²⁴⁹, vice-almirante da esquadra espanhola, ex-governador de Montevideú. Ele trazia algumas cartas para o príncipe regente de Portugal, mas seu destino final era Buenos Aires.

No mesmo relatório, Monsorin dava detalhes do que estava ocorrendo na Europa entre espanhóis e franceses:

Los Exercitos Españoles de Tropa reglada y Patriotas han arrojado a los Franceses de la Capital de Madrid y según se dijo a la salida de este buque del Puerto de Plimouth havia sido derrotado la ultima fuerza de los Franceses sobre el Ebro mandada por Jose Napoleón que con fecha anterior se havia coronado en Madrid. Monjui, Figueras y la Ciudadela de Barcelona están atacados por los Españoles y con probabilidad de hacerse dueños de dichas fortalezas, habiendo conseguido en todas las acciones, destrozor al enemigo y destruirle un Exercito de cien mil hombres próximamente.²⁵⁰

Em virtude da chegada dessa fragata, Presas relatava que a princesa interrompera seus negócios por alguns dias, interessada nos assuntos que “La Prueba” trazia para o cenário de “sua guerra pessoal”. Por isso, enviou ao secretário a seguinte carta:

Presas, o navio é espanhol, e traz a seu bordo o governador de Montevideú e o Vice-rei de Buenos Aires; chegou de Falmouth com quarenta e tantos dias de viagem,

²⁴⁸ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 284-285.

²⁴⁹ Huidobro fora governador de Montevideú quando houve a primeira invasão inglesa a Buenos Aires, em 1806, sendo capturado, naquela ocasião, pelo general Whitelocke, e remetido para a Inglaterra, de onde voltou para a Espanha. Quando chegou à Galícia, a Junta governativa restaurou-o no posto que ocupava antes do aprisionamento. Cf. MAGALHÃES JR. in: PRESAS, *Memórias secretas de dona Carlota Joaquina*, p. 54. Já o próprio Presas o via como “um marinheiro muito efeminado”, pois já o tinha conhecido em outra oportunidade, ainda em Montevideú e acreditava ser perigosa sua passagem ao Prata para o futuro das negociações. Verificar em Idem. p. 55.

²⁵⁰ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 285.

com despachos para o Príncipe e para Sir Sidney Smith. Se assim te parecer, acho que será bom preveni-los de tudo; e poderás amanhã estar aqui às oito e meia a fim de ajustarmos as medidas. 20 de Novembro de 1809 [a data correta é 1808], às dez horas e dez minutos da noite.²⁵¹

Os “negócios da princesa”, como atestava Presas, não foram interrompidos, mas cortados, mais uma vez, por uma nova variante que poderia dar-lhe mais ou menos poder diante das autoridades lusas e platinas. Isso pode ser reconhecido pela atitude que Presas teve de engendrar no outro dia, quando, por ordem da princesa, foi até o navio para “espionar” quais eram as intenções e as ordens vindas da Junta Central da Galícia²⁵².

Conforme Presas, após sua visita ao navio e a constatação de que se tratava de uma empresa maior do que uma mera transladação, percebeu que os oficiais eram, em sua maioria, parentes ou protegidos dos membros da Junta de Galicia, trazidos para a América a fim de se protegerem das ameaças de guerra contra as tropas francesas na Europa e que Huidobro vinha com o título que lhe parecia ser de vice-rei, mas, como não tinha certeza se seria aceito nesses termos no Prata, apresentava-se como vice-almirante, almejando, conforme o secretário, que dona Carlota confirmasse ou lhe desse novamente o título de vice-rei²⁵³.

Entretanto, pela idéia que lhe havia dado o secretário sobre a pessoa de Ruiz Huidobro, dona Carlota acreditava ser mais conveniente recorrer ao auxílio de Smith para saber qual seria a melhor maneira de conduzir a questão. Assim, ambos decidiram que seria melhor para os fins que almejavam que o vice-almirante voltasse à Espanha com a desculpa de entregar correspondências da princesa à Junta Central. O que foi categoricamente recusado por Huidobro em vista de sua missão primordial.

Várias cartas e notas foram entregues ao príncipe dom João e à Junta Central da Galícia, a fim de apresentar o que sobreviera no Rio de Janeiro durante a estada da fragata,

²⁵¹ PRESAS, *Memórias secretas de dona Carlota Joaquina*, p. 53.

²⁵² É importante notar que Presas, em seu livro, não oferece, a não ser na carta de dona Carlota, datada de 20 de novembro, nenhuma outra data que possa comprovar quando foram levadas a cabo as comunicações entre o secretário e Huidobro, e deste com Carlota. Por esse motivo, vê-se que as informações apresentadas por ele são confusas quando relacionadas às cartas e ofícios originais enviados e recebidos na fragata “La Prueba”, que, quase junto de seus acontecimentos, foram enviados ao príncipe regente para que este tivesse ciência do que acontecia às suas barbas.

²⁵³ PRESAS, *op. cit.*, p. 54. Podemos notar que Presas estava correto em relação ao cargo que Huidobro pretendia assumir quando vemos a correspondência de Juan Martín de Pueyrredón ao Cabildo de Buenos Aires, datada de 27 de setembro de 1808, portanto dois meses antes, na qual registra que havia saído de La Coruña, na Espanha, um navio com Huidobro, nomeado novo vice-rei do Rio da Prata pela Junta da Galícia, a qual, assim como outras naquela situação, “pretenden la herencia de ese rico territorio”. AHI. Lata 175, maço 5, pasta 11.

como por exemplo, o trecho da carta de Huidobro ao Príncipe, ressaltando que o mesmo estivesse prevenido para os acontecimentos que porventura ocorressem²⁵⁴.

Na primeira contestação que apresentou a dona Carlota Joaquina, e que repassou ao príncipe, Huidobro afirmava:

Aquellas comisiones no pueden ser Señora cumplidas, interin que yo no pase a buenos Ayres y Montevideo en la misma fragata de S. M. en que he venido de España ny puedo consiguiientemente hallarme pronto y expedito para encargarme de ninguna otra mientras no llegue aquel caso.

V. A. R. con los elevados talentos conose muy bien el estado actual de la España, y el grave comprometimiento, que seria para mi el prescindir de unas comisiones que me han sido cometidas por una autoridad reconocida, y aprobadas, sin la menor duda por la Junta Central o unica de Gobierno Superior en España, la que me haria los cargos mas Serios proporcionados al grado de funestas consecuencias que se siguieron de tal conduta.²⁵⁵

Pelo que vemos nas atas de ocorrências da fragata “La Prueba”, com data de 29 de novembro de 1808, as considerações de dona Carlota foram mais trágicas que benéficas aos seus planos, pois incendiou uma boa quantidade de pessoas, que tomariam posições de mando no Prata, principalmente Pascual Ruiz Huidobro e o comandante Somoza y Monsorin, que reuniu o oficialato presente na tripulação às quatro horas da manhã do dia 29 de novembro com a finalidade de colocá-los a par da situação a que ele e seu superior tinha sido submetidos pela princesa.

Em princípio, esse comandante fora chamado à presença da princesa com a finalidade de mostrar-lhe as ordens que havia trazido da Espanha, como vemos no trecho seguinte:

Señores: Son V. Ms. Convocados para hacerles savér; que en la tarde del di aviente y seis del corriente, hé tenido abiso del Exmo. Señor Teniente General Dn. Pascual Ruiz Huidobro, [...] para que à las ocho de la noche Del mismo dia me viesse com la Señora Da. Carlota Joaquina, la qué queria le llevasse las Instrucciones que yo tenia, y deseaba vér. Bien hé previsto que nó devia en èste punto obedecerla pero ciertas observaciones, è indicios que he notado desde mi salida de la Coruña, y aun antes, fuese necesario usar de èste ardid, para explorar el animo de una visita y recado intempestibo, justamente en el tiempo mismo en que yo pensaba se devia dár la vela, y por que me constava el contenido de los Pliegos del Brasil, y Corte de Londres, en que se expresava el objeto de ésta mi comision. En efecto, oculté los Pliegos, è instrucciones reservadas, y tomando una orden simple que nada dice de importancia,

²⁵⁴ “Tengo la onrra de incluir com esta y dirijir a L. p. de V. A. R. copias de las cartas que en este dia se ha dignado dirijirme S. A. R. la Sra. del Brasil, Infanta de España y my contestación; para que con este conocimiento, y los antecedentes que V. A. R. ha tenido la bondad de comunicarme, pueda V. A. R. con sus Elevados Talentos y Sublime Prudencia prevenir algun suceso ulterior que se entreveé aunque no es de esperar.” *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 286.

²⁵⁵ *Ibid.*, p. 287-288.

pasé à Palacio à la hora señalada; visité à la Señora Infanta que hallé sola en uno de los salones de recibo; me admitió agradable, y se explayó hasta decirme la visitase con mas frecuencia; à cuyo tiempo le entregué la orden indicada, con animo de obligarla à que continuase tratandome con mas franqueza. Torció la conversación à otros asuntos indiferentes, y me detubo hasta las onze de la noche. Formé mi cálculo, y hallé de necesidad procedér à dar la vela con la brevedad posible, cuja determinación comunicué al enunciado Señor General la mañana inmediata siguiente. Se disparó al efecto Pieza de leba la mañana del veinte y ocho. Pasé enseguida à vér à S.S. A.A. R.R. para despedirme. La señora Infanta me abisó nó podia recibirme, y que lo haria à las nueve de la noche de aquel dia.²⁵⁶

A princesa, pelo que sabemos, tinha um senso diplomático bastante apurado, entretanto, sua intempestividade se sobrepunha àquele sentido e fazia com que não se contivesse, quando não era correspondida, em adotar atitudes drásticas a fim de conseguir o que desejava. Foi o que acabou acontecendo com Monsorin, que já tinha sido avisado das intenções da princesa pelo general Huidobro²⁵⁷, mas, convidado a visitar dona Carlota pela segunda vez, sem muitas formalidades, por intermédio de Presas acabou escutando o seguinte:

Esta Señora Infanta tiene tantos derechos à la Corona de España, que à falta del Señor Dn. Fernando Séptimo, y Señores Infantes de España detenidos en Francia, de necesidad debe recaer aquella en Su Alteza. El Señor Floridablanca en un Manifiesto que hizo, y pára en nuestro poder, lo publico asi. Los alborotos de Buenos Ayres, y Montevideo, causados por Elío, exigen un pronto remedio; y al efecto tenemos correspondencia con Liniers. La Fragata debe permanecer aquí; pintarse; hacér viveres, y aguada. Los transportes se desembarcarán, y lo mismo el General, por nó convenir páse à Montevideo un sujeto de quien con bastante fundamento se desconfia; y por lo mismo trata S. A. de embiarlo à España sin perder instante, en una Fragata Inglesa que para el efecto está pronta. Espera ésta Señora, que asi V. S. como sus oficiales, y demás Individuos de su Buque, servirán con el mismo celo que hasta aquí, vajo sus inmediatas ordenes; nó obedeciendo para lo sucesivo otras que las suyas, aun en el caso que el Señor Principe Regente mande lo contrario: y que V.S. y todos los Españoles deven contar con su agradecimiento, y remuneracion; añadiendome que pidiese para mi, y para todos, quanto se nos ofreciese, con la seguridad de que todo estava concedido; y por ultimo que de nó allanarme á las proposiciones que se me habian hecho, tenia S. A. medios seguros para hacerse obedecer.²⁵⁸

Assim, o comandante sofrera uma das mais claras ameaças proferidas por Carlota Joaquina, como podemos constatar nas correspondências do período. Foi ela taxativa em asseverar que Monsorín não deveria ir a Montevideu e que, para isso, tinha meios eficazes de se fazer obedecer. A sua relação com Smith também ficava a descoberto nesse comunicado, pois, como responsável pela esquadra inglesa no Rio de Janeiro, ele estaria acobertando as

²⁵⁶ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 290.

²⁵⁷ “A las quatro de la tarde vino à bordo el Señor General Ruiz, á quien dije devia verme à la hora enunciada con la Señora Infanta; y este Señor Exmo. Me expresó con todo sigilo que las ideas de ésta Señora se dirijian à detener la Fragata, y aun creía que era su animo pasar en ella à Montevideo, y que asi viviese advertido para nó verme sorprendido. Ex expresado General se fue a comér con el Almirante Inglés el Señor Esmith, que nó quise escusar de ningun modo.” Ibid., p. 290.

²⁵⁸ Ibid., p. 290-291.

idéias da princesa quando esta insistia que Huidobro deveria retornar à Espanha num navio inglês, que já se encontrava à espera.

Ao sair do palácio, o mesmo comandante não conseguia acreditar no que tinha lhe acontecido, afirmando que “me hallé em la calle, y empezé a dudar si era soñado lo que me havia sucedido, ò si mi juicio se havia trastornado.”²⁵⁹ Sentindo que a pressão deflagrada por dona Carlota poderia vir na forma de um ataque caso suas exigências não fossem atendidas, o comandante chegou a bordo do “La Prueba”, “como à cerca de media noche, y ocultando el asunto hasta al mismo General, [...] mandé que la Tropa de la Guarnicion cargase sus Armas con Bala, [...] preparando todo para dár la vela en el primer instante de viento favorable”²⁶⁰.

Dessa forma, vendo que as conseqüências poderiam ser drásticas, tanto em relação à tripulação quanto às ordens que tinha recebido ao sair da Espanha, o comandante Somoza y Monsorin reuniu, logo em seguida, durante a madrugada mesmo, uma Junta de Guerra, da qual

exigió el Señor Comandante el dictamen de los SSres. Xefes, y oficiales que componen èsta Junta, y todos acordes, después d euna larga conferencia, convinieron unánimes; en que no se obedeciese lo resuelto por la Sra. Infanta Da. Carlota, por considerarlo contrario al Real Servicio, y à la Patria, y por corresponder solo èsta Fragata al Señor Dn. Fernando Septimo, nuestro amado Soberano. Que se reconociese por la Junta todo Papel que fuese, ò viniese á bordo de la Fragata, al Exmo. Señor General Ruiz Huidobro; y que si viniese à visitarlo algunos oficiales de las Naciones Inglesa, ó Portuguesa, u otros Individuos particulares, fuesen acompañados à su Camara por oficiales de la Junta que poseyeran el idioma Francés, ò Inglés, à fin de precaver asi los recelos que se tenian, con concepto à lo dicho por la Señora Infanta ácerca del expresado Señor General.²⁶¹

Tomadas as ações possíveis para se precaver de qualquer ataque-surpresa por parte dos reinóis de dona Carlota, ainda julgavam necessário

que se cortase desde luego toda comunicacion con el Pueblo, y Bahia. Que la Fragata se pusiese en disposicion de dar la vela al primer viento favorable, sin embargo / de tenér a su costado un Navio de Guerra Portugués, y ser preciso en aquel caso pasár por la mediania de los Castillos que estan à la salida de la boca del Puerto: y que por consiguiente estubiese de un todo lista la Fragata para acreditar con las armas que solo la violencia podia obligarla à accedér à la solicitud de la Sra. Infanta; en cuió caso seria preciso demonstrar con hechos publicos, el honor,

²⁵⁹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 291.

²⁶⁰ *Ibid.*, p. 292.

²⁶¹ *Ibid.*, p. 292.

patriotismo y fidelidad à nuestro amado Soberano el Señor Dn. Fernando Septimo.²⁶²

Por fim, enviaram uma correspondência a dom João avisando-o do acontecido, anexando a nota enviada por dona Carlota, através de Presas, ao comandante da fragata, na qual ela dizia ser conveniente que estivesse pronto para receber suas ordens e a cumpri-las com zelo.²⁶³ Dentre outros motivos, a princesa determinou que o comandante, ao terminar a dita carta enviada ao príncipe, frisasse:

al efecto que pida a V.A.R. como lo hago em toda forma proteccion para evitar todo exceso de violència que rechasaremos com la fuerza hasta donde esta alcance, y desde el momento que tengamos el honor de que llegue a la Real mano de V.A.R. esta protexta quedo libre de toda responsabilidad a las funestas consecuencias que puedan seguirse así a la humanidad como a la feliz alianza que reina entre nuestras respectibas naciones y la Inglaterra. Yo espero Sr. que V.A.R. con su poder, con su prudencia, y sus altos talentos no permitirá que llegue tan triste caso y lo mismo esperan todos los Españoles que tengo el honor de mandar en este Buque.²⁶⁴

Com as intrigas e atitudes impensadas na tentativa de conseguir exercer o poder sobre as colônias espanholas, dona Carlota acabou colocando um empecilho em seu próprio caminho, especialmente diante do ocorrido com o “La Prueba”. Ela mesma, versada nas velhas difamações e maquinações palacianas, acabou enxotando para o Prata um verdadeiro “navio de opositores”, que iriam se opor em tudo para que o final do ano de 1808 não trouxesse nenhuma perspectiva alentadora de aceitá-la como regente.

Enquanto esse incidente ocorria no Rio de Janeiro, em Buenos Aires e Montevideú os acontecimentos levavam todos a crer que o ataque de um a outro governador seria inevitável. Porém, as “flechas” trocadas entre as duas cidades não estavam restritas à vontade de seus habitantes, mas envolveriam a disputa pela manutenção de poder na região, que era tida como ponto-chave de toda a região meridional da América, onde o vice-rei Liniers, tido como traidor por muitos “patrícios”, duelava com Elío, governador de Montevideú, que desejava ter o vice-reinado, garantindo-o, assim, ao rei de Espanha.

Em meio a isso tudo, a situação se complicava. Com data de 25 de novembro de 1808, dentre as correspondências de Possidonio de Costa, que, de Buenos Aires enviava

²⁶² *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 292.

²⁶³ Nota enviada pela princesa Carlota Joaquina a bordo da Fragata “La Prueba”, pelas mãos de José Presas, para ser entregue ao comandante Somoza y Monsorin, no dia 29 de novembro de 1808. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 300-301.

²⁶⁴ *Ibid.*, p. 311.

corriqueiramente informações endereçadas ao ministro dom Rodrigo de Sousa Coutinho, encontramos esta:

Comtando o V. Rey, ostilizar o povo de Monte Video pelos meyoys que lhe fosse possível, fazendo junta para este fim, pouco votos encontrara do seu parecer, e que sendo quazy todos do contrario, mandará logo abrir a comrespondencia, e sustar tudo quanto pertendia segundo dizião. Mas hoje 16 do mesmo Novembro, nós vemos a comrespondencai vedada, nós vemos de repente despediremse ordens para se embarcarem para a outra banda 1200 ou 1500 Homens de Tropa, nós vemos a todo este povo embuidos; nós vemos: huns empenhandose para não hirem, por ser a dezordem contra os seus mesmos irmãos, outra para hirem, por terem a satisfação de castigar aos rebeldes²⁶⁵

Dessa forma, podemos inferir o quanto os ânimos no Prata estavam se direcionando para um fim belicoso entre Buenos Aires e Montevidéu, pois o Vice-rei Liniers, totalmente descontente com as posições tomadas por Elío em relação ao governo montevideano, resolveu iniciar seus ataques a fim de garantir a tranqüilidade na região. Assim, acreditava que as sedições que cresciam insistentemente iriam diminuir o ritmo dos acontecimentos. Entretanto, o que sucedeu foi totalmente o contrário.

Em razão das ações levadas a cabo por Liniers, os “patrícios” cada vez mais se distanciavam do vice-rei e, na mesma proporção, voltavam a direcionar suas intenções para uma saída “pela tangente”, que seria o caso de aceitar dona Carlota como regente. Dom Javier de Elío, alvo e, ao mesmo tempo, responsável pelos ataques do vice-rei²⁶⁶, também compunha, até certo ponto, idéias favoráveis à princesa, no entanto sem manter qualquer contato com aquele grupo.

Numa proclamação enviada aos cidadãos de Montevidéu por Liniers, constava também um repúdio ao projeto português de anexar o território do Prata aos domínios lusitanos. Isso porque o vice-rei sabia das correspondências enviadas por Elío ao Rio de Janeiro e acreditava que este negociava a união com o território português, o que implicava a

²⁶⁵ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 315.

²⁶⁶ Em um dos trechos da proclamação dirigida por Liniers à cidade de Montevidéu lê-se o seguinte: “Veis ahi, mis amados súbditos, el lenguaje de esse desgraçado Gobernador y algunos de su Junta quando habla á esse inocente pueblo, es decir: que supone crímenes de la mas alta traicion, que no existen em la Superioridad y Autoridades constituidas, para afirmarse con sus colegas en el corazon del honrado vecino y humilde creyente, á quienes se oculta la verdad, è imprimen en su sencilla imaginación horrores que solo existen en los genios detractores y subversores del orden publico.” Essas palavras são direcionadas ao governador de Montevidéu, D. Javier de Elío, que também havia feito críticas duras ao comportamento e ao governo de Santiago Liniers. *Ibid.*, p. 325.

total quebra do Pacto Colonial. Tentando jogar a opinião pública contra o governador, o vice-rei mandou espalhar um manifesto apenas em Montevideú, no qual assegurava:

No olvideis las solicitudes recientes del Mariscal Curado, ni las frecuentes relaciones de ese Subalterno Gobernador con una Corte extranjera (si bien que amigas) estando absolutamente prohibido por las leyes de la nacion; cuya libertad, á distancia del Solio, es solo permitida y privativa al Representante, y viva imagen del Soberanos; de que podeis inferir a poca seguridad, y delinqüente conducta que presenta aquel, quien acaso ha podido ya comprometer á los dos Ganbinetes y perturbar las mas sanas intenciones é intereses de ambas Potencias.²⁶⁷

Portanto, observamos que a diplomacia platina, nesse momento, já extrapolava as raias do ataque direto, tão decidido estava o vice-rei Santiago de Liniers a garantir o domínio espanhol sobre o vice-reinado, resguardando o Prata de uma possível reviravolta nas delicadas relações com o governo português e com a princesa Carlota Joaquina, já que Elío estava em constante correspondência com ambos. Pelo que alude na correspondência, Liniers considerava preferível enfrentar as dissidências dentro do próprio vice-reinado a deixá-lo cair nas mãos de pessoas que partilhavam da idéia de que havia outras saídas para o governo do Rio da Prata.

Por outro lado, fora muito forte o golpe desferido pelo governador de Montevideú, que, por sua vez, almejava o cargo de vice-rei há muito tempo e pelo qual não deixaria de urdir os mais altos brados de insatisfação e repúdio ao seu preeminente. Desse momento em diante, os ânimos no Prata tencionaram-se de uma maneira diferente, pois a luta travada naquele episódio tinha um cunho interno, mas extremamente vinculado ao âmbito externo.

Um dos principais pontos que ambas as cidades platinas tinham em contenda, para exemplificar a ligação externa, era o comércio com outras nações estrangeiras. Nesse caso, o Brasil seria o principal prejudicado, já que o volume de importações e exportações realizadas “de” e “para” o Rio da Prata correspondia a grande parte do movimento comercial marítimo luso-brasileiro. Da mesma forma, muitos portugueses comerciantes estabelecidos na capital do vice-reinado queixavam-se das dificuldades que se impunham para a continuação dos seus trabalhos²⁶⁸.

²⁶⁷ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 326; 328.

²⁶⁸ “A notória pouco boa armonia desta Capital com Monte Video tem-me feito encontrar opposições grandíssimas ao meu commercio e feito passar por grandes desgostos, mas os bons conselhos do Senhor Possidonio, e diversos impenhos fortes para o Senhor Vice Rey fazem-me lisongear, que de alguma forma

Em relação ao que acontecia no Prata, Carlota Joaquina era diariamente informada, pois recebia cartas de seus enviados e agentes espalhados pela corte e pela América, assim como as gazetas das principais cidades. Para organizar tudo e poder manter-se atualizada, Carlota contava com o secretário José Presas, responsável pela busca de tudo que fosse possível para que ficasse totalmente inteirada dos ditames da política, das intrigas, dos tratados. Enfim, o período era de trabalho, pois ela necessitava pôr em prática seus planos de sair de uma vez por todas dos limites da “insossa” corte portuguesa, despedir-se do marido e de toda camarilha que, se não a odiava, ao menos, a tinha com menoscabo²⁶⁹.

Entretanto, as notícias que recebera naquele final de novembro de 1808 não lhe agradavam nem um pouco. Ao mesmo tempo em que recebera a proclamação de Liniers endereçada a Montevideú, a princesa também soubera que Joaquim Xavier Curado, homem de confiança de dom João e do ministro Coutinho, havia passado novamente ao Prata para manter-se informado sobre as notícias provenientes do governo daquele vice-reinado.

Presas afirmava que, ao saber do ocorrido, dona Carlota exasperara-se, e dirigira tantos improperios à figura do marido que o “deixaram atônito”. Então, após conseguir acalmá-la, o secretário tentara levá-la a refletir melhor sobre as medidas que deveria tomar para que seu esposo ficasse ciente do que ela pensava e do que estava acontecendo entre Buenos Aires e Montevideú, a fim de que ele reconsiderasse a negativa dada às suas intenções²⁷⁰.

A carta enviada ao príncipe, já em seu escopo, declarava sua finalidade: “Sereníssimo príncipe regente. – O estado e discórdia dos chefes e algumas autoridades de Buenos Aires e

poderei conseguir o poder desembarcar as fazendas, que trouxe na minha companhia. O Cabildo e a junta do commercio nesta todavia s’ppoem fortemente ao commercio dos Estrangeiros, ainda, que contra os intereços do publico em geral”. Assim se expressava Guilherme Midosi ao conde de Linhares em relação à situação em que se encontrava o comércio no Rio da Prata, em nota de agradecimento por tê-lo recomendado a Possidonio da Costa, a fim de que pudesse comerciar em Buenos Aires. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 330.

²⁶⁹ Em sua obra sobre Carlota Joaquina, Francisca Azevedo demonstra como era o dia da princesa e de José Presas, seu secretário, uma das poucas pessoas que a conhecera tão intimamente e participara ativamente de seus planos. Diz a autora, baseada em documentos do Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis: “Carlota Joaquina [...] diariamente lê as gazetas de Lisboa, de Buenos Aires e o *Correio Braziliense*, é importante estar atualizada com novidades. Além dos periódicos, a Princesa se encarrega de ler a farta correspondência que diariamente lhe chega. [...] As homilias, os Sermões do ArceBispo do Prata [...], o papel impresso de Jovellanos [...] Sentinela contra os franceses [...] Carta dos Cabildantes desterrados de Montevideú pela Empresa de Saavedra etc.” E segue, afirmando que “a comunicação entre ela [dona Carlota] e José Presas é intensa durante todo o dia e, muitas vezes, até altas horas da noite. Os mensageiros permanecem num vai-vém de um lugar ao outro” Ver mais em AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 192-193.

²⁷⁰ Conforme PRESAS, *Memórias secretas de dona Carlota Joaquina*, p. 62.

Montevideu é tal como a apresento à sua real consideração por meio da proclamação junta, feita pelo Vice-rei daquela capital.” Em seguida, em tom mais grave, atacando a atuação de Curado e demonstrando também sua discordância com os atos do esposo, Carlota registrava:

Nela verá também quão suspeitosa é a conduta de seu marechal dom Joaquim Xavier Curado para com o governo e povo de Buenos Aires. Quando solicitei de V.A.R. seu consentimento para passar àqueles domínios sem outro fim senão o de diminuir tanta dissensão e discordia, e auxiliar com a remessa de cabedais e auxílios aos meus fiéis e amados compatriotas existentes na península, disse-me que não seria conveniente, porquanto minha presença poderia inspirar juízos suspeitos de ambição quanto à coroa de Portugal; se este pensamento de V.A.R. foi suficiente para que não acesse à minha justa solicitação, espero que uma suspeita fundada, existente e positiva, qual nutrem o povo e o governo de Buenos Aires a respeito da conduta do referido Curado, será bastante para que V.A.R. o mande retirar-se dos domínios de S.M.C., onde não pode ficar sem desrespeito às leis da monarquia espanhola, visto que estas proíbem aos Vice-reis e demais autoridades entreter relações com qualquer Príncipe ou potência, devendo estes, em seus negócios e pretensões, entender-se diretamente com S.M.C., ou com quem o represente legalmente na Corte de Espanha. Por este motivo é que, tnato nas Colônias de S.M.C., como nas de qualquer outro soberano, não se tem até agora admitido nem embaixadores, nem plenipotenciários ou enviados e, o que é ainda mais, na América Espanhola, nem os cônsules são admitidos. Espero que, em atenção a isto e, em cumprimento da resposta dada à minha juta reclamação, se dignará atender ao meu empenho, a fim de dar completa e categórica demonstração das intenções que tem V.A.R. de obter para aqueles habitantes a paz e prosperidade de que são capazes e suscetíveis. Este meu procedimento deve encará-lo V.A.R. como um dever e obrigação que de mim exigem, não só o infeliz estado da minha real família de Espanha, como também o cumprimento de minha palavra real, que, com consentimento e aprovação de V.A.R., empenhei no manifesto dirigido aos fieis vassalos de S.M.C. existente na América. Nessa inteligência espero que V.A.R., aprovando semelhante procedimento, se dignará tomar uma providência urgente, e dar-me dela noticia, para manifestar, baseada nela, minha vontade ao Vice-rei e autoridades do Rio da Prata. – [...] Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1809 [1808].²⁷¹

É preciso fazer uma ressalva quanto a esta correspondência, pois uma carta de idêntico teor é encontrada na Coleção Lavradio, entretanto com data de 20 de dezembro de 1808, não 24 de novembro, como consta no livro de Presas. Dessa forma, é possível que Presas tenha se equivocado em relação à datação da carta, já que escreveu suas memórias depois de duas décadas dos acontecimentos. Porém, Presas afirma que dona Carlota a teria copiado e, aí sim, enviado ao príncipe regente. A data de envio, destarte, não é comentada.

A carta gerou bons frutos para dona Carlota que conseguiu do marido o retorno do marechal Xavier Curado às fronteiras do Rio Grande, de onde havia saído. Portanto, com um simples gesto do príncipe, mas de grande valia para Carlota, os pensamentos da princesa

²⁷¹ Deve-se atentar para a data ao final da carta que, assim como noutras citações do livro de Presas, está com a o ano alterado de 1808 para 1809. Pode-se chegar a essa conclusão devido à própria consecução dos fatos. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961, p. 342-344; e PRESAS, op.cit, p. 63-64.

voltaram-se unicamente para o Prata, onde, por sinal, a situação estava chegando a um ponto bastante crítico. Ali, as relações entre os diversos personagens que participavam direta e indiretamente do cenário dos acontecimentos estavam cada vez mais tensionadas.

Vale ressaltar que em maio do mesmo ano Curado havia sido preso em Montevidéu por tentar entrar em Buenos Aires sem a devida autorização, além do fato ocorrido com o irmão do vice-rei no Rio de Janeiro. Naquela situação, a princesa Carlota também repudiara as ordens do marido e pedira para que o comandante português fosse enviado de volta às terras da Coroa lusitana.

Em novembro de 1808, voltando-se o olhar para a corte do Rio de Janeiro e, mais especificamente, para as cartas que podem ser utilizadas para a comprovação das intenções belicosas do ministro dom Rodrigo de Sousa Coutinho, consta a informação dada por correspondência de Manoel Marques de Souza, na qual confirma o recebimento de “hum Parque de Campanha do Calibre de nove; e duzentos e vinte e seis Barris de Polvora”, enviados por intermédio do bergantim Cassador²⁷².

Com as investidas de Carlota e a pressão realizada por Strangford, Smith e Linhares, dom João resolveu, como havia feito outras vezes – talvez tivessem sido por essas atitudes que acabaram lhe imputando a fama de tonto e indeciso –, escutar ambos os envolvidos nas relações com o Rio da Prata, para somente então decidir o que realmente faria para traçar os caminhos que definiriam os destinos da Coroa lusitana na região platina. Então, convidou o almirante Smith e Lord Strangford para passarem alguns dias em sua residência de Santa Cruz, fora da cidade do Rio de Janeiro. Mesmo assim, nem naquele lugar distante das atribulações diárias que o envolviam, dom João conseguiria livrar-se dos seus maiores problemas: a esposa e as intrigas palacianas.

Naqueles dias, que deveriam ser destinados para serem colocados em ordem os assuntos que diziam respeito às relações entre Brasil e Grã-Bretanha e incluíam as decisões que seriam tomadas em relação às contendidas platinas, dom João recebera uma carta de dona

²⁷² Na mesma correspondência, Manoel Marques de Souza informa que iria aguardar as ordens de seu governador para dar o fim devido às armas. Em princípio, outro fato chama atenção, pois foram enviadas através dessa correspondência duas cartas oficiais do governador e Cabildo de Montevidéu dirigidas à princesa Carlota Joaquina. Nota-se, por isso, o quanto os planos da princesa poderiam ter sido atrapalhados pelos ímpetos do ministro Coutinho, na medida em que este tinha acesso às notas endereçadas à soberana. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 334.

Carlota, assim como Smith a recebera, na qual ela afirmava estar pronta para ir a Buenos Aires apoderar-se daquilo que, na sua lógica, pertencia-lhe. Afirmava ainda, que levaria consigo seu segundo filho, dom Miguel, e todas as princesas, deixando Smith como plenipotenciário.

Logo Smith tentou defender-se, pois dom João percebera que a carta, apesar de conter a letra da princesa podia muito bem ter sido escrita pelo almirante inglês²⁷³. Assim, Smith entregou ao príncipe uma carta com o seguinte teor:

Monseigneur!

J'écris una lettre plus en forme a Votre Altesse Royale, celle ciest pour le detromper dans l'ideé que je (-me-) suis separé dans le moindre point duplan original adopté dans le differentes conversations que nouns avons tenu ensemble, l'on vous dit que c'est moi qui (-ait-) aguillonne Madame La Princese / et augmenté son impatiente, tandis que c'est precisement moi que la modère et la retient dans le marche lent qui convient a sadignité et la gravité de l'affaire en question.²⁷⁴

E a carta seguia, firmando, peremptoriamente:

V.A.R. peut quitter un ami sur qui n'a jamais manqué a personne, pour s'appuyer sur ceux qui n'ont pas été mis a l'épreuve comme moi; en tout cas je reste et je resteraí a jamais dans les memes sentiments d'attachement et de devouement qui m'ont guidé jusqu'ici, esperant / d'autres occasions pour prouver la pureté de mesm principes et la sincerité de mon desir de la voir aussi tranquille et heureuse que la doutrine des siens la font meriter de l'etre.²⁷⁵

Entretanto, ao final da carta, Smith mais uma vez tentava convencer o príncipe de que a melhor maneira de livrar-se dos incômodos com a princesa era justamente lhe dar uma permissão “eventual e condicional” de ir a Buenos Aires e, assim, mais uma vez, jogar com o ímpeto e os desejos de Carlota.

²⁷³ Cf. MANCHESTER, *Preeminência Inglesa no Brasil*, p. 114-115.

²⁷⁴ Tradução: “Monsenhor! Na mais devida forma escrevo a Vossa Alteza Real esta carta para desenganá-lo da diéia, que eu me tenha apartado no mais mínimo do plano original, adotado nas diferentes conversações que temos mantido; se há dito que fui eu quem há estimulado a Senhora Princeza e aumentado sua impaciência, enquanto que sou precisamente eu quem a modera e a mantém na marcha lenta que convém à sua dignidade e à gravidade do assunto em questão.” *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 335.

²⁷⁵ Tradução: “V.A.R. pode abandonar a um amigo, certo de que nunca este faltou à sua pessoa, para apoiar-se em quem não foi submetido a provas como eu; em todo caso, conservo e conservarei sempre os mesmos sentimentos de adesão e devoção que me tem guiado até aqui, esperando outras ocasiões para provar a pureza de meus princípios e a sinceridade de meu desejo de vê-lo tão tranqüilo e ditoso como a retidão dos seus lhe faz merecer.” Idem.

O príncipe regente, ao que parece, não se convenceu por completo do que propunha o almirante e, tirando conclusões do que havia lido, foi queixar-se diretamente a Lord Strangford, a fim de que enviasse a Londres uma representação contra aquele que estava atravancando seus desejos em relação à região do Prata e, pior, envolvendo-se demais com a princesa. dom João, pelo que se apresenta, fazia isso não porque sentisse ciúmes da relação entre a esposa e o almirante inglês, pois sabia que nunca tivera realmente o afeto da mesma, mas pela possibilidade de se reunirem, sob o comando dela, forças maiores do que pudesse revidar.

Para referendar seu posicionamento diante dos acontecimentos, principalmente no que envolvia a princesa, Smith entregara ao príncipe, também com data de 30 de novembro, outra carta, que continha a tradução de uma correspondência enviada ao ministro Rodrigo de Sousa Coutinho, na qual ressaltava:

me rendrá la justice d'admettre que c'est par son desir expresse que je me suis entremis dans cette affaire, autant qu'elle regarde les membres de son Auguste Famille qui ont un intérêt directe et collatera tout ce qui tend á l'union des opinion sur la base fondamentale d'assurer la / la succession de la Famille Royale d'Espagne tend á y maintenir la tranquillité, et restraint le systeme republicain qui peut bient ganger force s'ils savent que V.A.R. a retiré son consentement á l'arrivé eventuelle de l'heritiere presomptive á la couronne, il n'y a que cette apprehension qui les contient dans les bornes.²⁷⁶

Nessa carta, mais uma vez, Smith relembrava o quão importante se fazia a presença de um representante dos Bourbons em terras platinas, ressaltando o problema que representava para a Coroa – fosse a bourbônica, fosse a bragantina – um possível levante republicano. Esse assunto levava dom João a ter, cada vez mais, aversão ao almirante Sidney Smith.²⁷⁷ Assim,

²⁷⁶ Tradução: “Me fará a justiça de admitir que é por seu desejo expresso que me intrometi neste assunto no que se refere aos membros de sua Augusta Família que têm um interesse direto e colateral; tudo que tenda à união de opiniões sobre a base fundamental de assegurar a sucessão da Família Real da Espanha, tende a manter ali a tranqüilidade e limita o sistema republicano, que bem pode ganhar forças se souberem que V.A.R. retirou seu consentimento à eventual chegada da herdeira presuntiva à Coroa; é somente esta apreensão que os contém dentro dos limites.” *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 337.

²⁷⁷ “C’est par un sentiment de devoir que Sir Sidney Smith revient encore une fois sur cette même suggestion de ne pas exclure l’idée de l’arrivée de l’heritiere elgitime dans ces contrées et pour couvrir sa responsabilite en cas des suites facheuses qu’il prevoit comme (-consequentes á-) l’idée qui peut y naitre, que quand même S.A.R. y fusse appeelé il y auroit de la repugnance de la part de V.A.R. á acceder aux desirs de Espagnols fidels á la Monarchie, de la conserver dans sa forme et substance par la presence de la Personne Royale la plus interessee á sa conservation; les formes Republicaines aujourd’hui existantes á Buenos Ayres etant du plus dangereux exemplo pour les autres Provinces, et pour les dominions de V.A.R. limitrophes, et le triomphe des Royalistes même sur eux sans la presence de leur Chefé naturel le laissant en proie aux partis entre eux quie peuvent ne pas être des voisins tranquils avec des causes d’irritation fomentees par les valveillants dont l’element favori est la confusion, et il ne faut pas oublier que toute depend maintenant d’une bataille rangeé, gagné ou perdue en

atendendo aos desejos do príncipe regente, Strangford providenciou o envio a Londres de diversos relatórios que demonstravam os problemas que enfrentava para pôr em prática os planos do Gabinete Britânico, principalmente, naquele momento, fazendo referência à péssima influência e intromissão de Sidney Smith em seus negócios.

Após o retorno à corte, em razão do ocorrido, dom João chamou Lord Strangford e Smith, juntos, ao palácio no Rio de Janeiro, a fim de inquiri-los sobre os fatos, mas, principalmente, sobre as ações da princesa no Prata. Smith, conforme assevera Manchester²⁷⁸, abreviou qualquer conversação e afirmou que suas ordens eram desconhecidas inclusive por Strangford, e somente ele poderia dar prosseguimento a tais disposições. Strangford, nesse momento, ficava de mãos atadas, pois realmente não fazia idéia do que estava acontecendo para além das correspondências que recebia do ministro do Exterior inglês, George Canning.

Vale ressaltar que Lord Strangford talvez fosse um dos mais versados plenipotenciários que passaram pela corte bragantina, cujo conhecimento e sagacidade diplomática, além da inequívoca maneira de fazer-se ouvir e colher as informações do príncipe regente, eram reconhecidos até mesmo por Carlota, principal prejudicada por suas ações. Mesmo Presas aponta Strangford como uma das causas do insucesso da princesa²⁷⁹.

Era da parte de Strangford que os planos de dona Carlota em relação à América espanhola sofriam sérias ameaças. Ao que parece, as operações de Smith eram guiadas por um intuito próprio ou por orientações secretas do governo britânico (especialmente de Castlereagh, inimigo declarado de Canning e ministro da Guerra da Grã-Bretanha), enquanto Strangford ensandecia, pois mesmo com sua habilidade às vezes não conseguia dirimir os mal-entendidos provocados pelo almirante diante dos governos platinos. Por isso, o trabalho de Strangford teve de ser redobrado de cuidados para não incorrer no risco de demonstrar os

Espagne.” *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 337. Tradução: “É por um sentimento de dever que Sir Sidney Smith volta outra vez sobre esta mesma sugestão de não excluir a idéia da herdeira legítima nesses países e para cobrir sua responsabilidade em caso de conseqüências malogradas que ele prevê como conseqüência da idéia que pode ali nascer, que ainda quando S.A.R. fosse chamada, haveria repugnância por parte de V.A.R. a atender aos desejos dos espanhóis fiéis à Monarquia, de conservá-la em sua forma e substância, pela presença da Pessoa Real, a mais interessada em sua conservação; as formas Republicanas existentes hoje em Buenos Aires são o exemplo mais perigoso para as outras Províncias e para os domínios limítrofes de V.A.R., e o triunfo dos Realistas mesmos sobre elas, sem a presença de seu Chefe natural, a deixam como presa dos partidos entre si, que podem não ser vizinhos tranquilos, com causas de irritação fomentadas pelos malévolos, cujo elemento favorito é a confusão e, não há que esquecer que tudo depende agora de uma batalha campal, ganha ou perdida na Espanha.”

²⁷⁸ MANCHESTER, *Preeminência Inglesa no Brasil*, p. 115.

²⁷⁹ PRESAS, *Memórias secretas de dona Carlota Joaquina*, p. 49.

reais interesses da Grã-Bretanha perante os governos em questão, assim como frisar que esses mesmos planos eram totalmente diferentes aos propostos por Smith.

É preciso que seja feita uma ressalva, entretanto, sobre as ordens que ambos recebiam, pois não havia, ao que tudo indica, um real desejo pessoal do almirante Sidney Smith em tomar conta do Prata para receber os louros da conquista ou ficar ao lado de dona Carlota com vistas a um futuro tranqüilo, mas, simplesmente, que as ordens recebidas por ele e Strangford eram realmente contraditórias em seu cerne. O fato é que, provavelmente, o próprio governo britânico estava se contradizendo em suas assertivas em relação à América portuguesa e, principalmente, à América espanhola²⁸⁰.

Ao final de 1808, Strangford se valeria das suas correspondências com o governo inglês, principalmente para fazer representações contra as ações de Smith diante do soberano português. Manchester utiliza-se sobremaneira desses documentos em sua obra a fim de demonstrar o quanto Strangford e Canning estavam unidos pelo repúdio aos planos propostos por Sidney Smith, por suas ações junto à princesa Carlota²⁸¹.

Segundo Oliveira Lima, o ministro dom Rodrigo enviou carta a Sidney Smith, no mesmo dia 30 de novembro, em que apregoava que seria melhor investir na ida do infante dom Pedro Carlos à bacia do Prata, a fim de estabelecê-lo como regente no lugar da princesa. Em relação ao almirante Smith, o autor ressaltava que

muito mais sincero do que Linhares em todo este negócio, porquanto o instigava de preferência a preocupação dos interesses pessoais da Princesa do Brasil, foi quem nunca cessou de influir para a presença da própria Dona Carlota no Rio da Prata, na certeza de que somente por esta forma se lograria aproveitar para tal fim dinástico a separação que se ensaiava naquela Colônia, ainda sob color de manter a união com o Rei legítimo.²⁸²

²⁸⁰ AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. “Carlota Joaquina, a herdeira do Império Espanhol na América.” p. 6. In: *Revista Estudos Históricos*. nº 20. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. Disponível em <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/225.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2005. Um dos motivos que se podem aludir para ter gerado desacordo na política exterior inglesa durante o tempo em que Sidney Smith permaneceu no Rio de Janeiro era a inimizade entre os ministros dos Negócios Exteriores e da Secretaria de Guerra, George Canning, e o Visconde de Castlereagh, respectivamente. Ambos permaneceram, enquanto estiveram no poder, sempre em desacordo acerca da política que seria levada adiante na América Espanhola. Assim, Smith deve ter seguido aquilo que seu superior orientou, em detrimento das atividades de Strangford, que recebia ordens diretas de Canning, pedindo que o enviado interviesse o máximo possível naquilo que era de interesse inglês, afinal, Smith não tinha autorização para isso.

²⁸¹ Ver melhor em MANCHESTER, *Preeminência inglesa no Brasil*, cap.V.

²⁸² LIMA, D. *João VI no Brasil*, p. 205.

O ministro Linhares tinha, assim como dom João, receio de enviar a princesa dona Carlota para tomar posse das colônias hispânicas, pois sabia do que ela era capaz, ainda mais estando à frente do aparato político, econômico e bélico das colônias espanholas, tão grande quanto a colônia lusitana. A invasão das fronteiras portuguesas seria praticamente certa, tanto na visão do ministro quanto na do príncipe regente.

Enquanto isso, na província do Rio Grande de São Pedro, Manuel Marques de Souza ficava à espreita, aguardando e enviando notícias ao conde de Linhares a fim de resguardar os planos da Coroa lusitana, fornecendo informações periódicas que auxiliariam a definir as ações a serem tomadas, principalmente no tocante à Banda Oriental. Em novembro de 1808, dizia o seguinte: “para não faltar ao dever da obrigação em que estou constituído, vou, sumissamente, noticiar a V. Excellencia”²⁸³, confirmando seu posto de “olheiro” do ministro na fronteira do Rio Grande. Na mesma correspondência, seguia com a notícia:

ontem sube, por pessoa de Credito, ter passado o Vice Rey de Buenos Ayres para a Colonia, trazendo ceis centos homens.
Sabe-se que dali tem feito proclamas a Tropa da Praça de Monte Vedio, para hir reunir-se a elle, prometendo prompto pagamento.
Não sei ainda o seu designio, pensão alguns será para entrar na Praça. Por dois caminhos mandei observar os seus movimentos²⁸⁴.

Em relação às condições da fronteira e às características das tropas destacadas para aquelas paragens, argumentava:

Tenho inferencias que o meu Governador não adocta ficar nesta Fronteira a Tropa que Sua Alteza Real tem destinado vir para esta Capitania. Talvez conheça ter melhor ventagem em reconcentrala cecenta Léguas. Para serem frequentes as-deserçoens, hé o lugar mais proprio, pois que tem muito immediacto o caminho do Sertam de Sam Paulo; e os Paulistas propensos a dezersoen²⁸⁵.

Com as agitações que ocorriam na região platina, e com o devido cumprimento das tarefas por aqueles que foram destacados para a região – Felipe Contucci e Manuel Marques de Souza –, o ministro dom Rodrigo recebeu várias correspondências no fim do ano de 1808, que relatavam as ocorrências, quiçá desastrosas, entre Buenos Aires e Montevideú. Nessas, nota-se o aspecto grave dos acontecimentos no que dizia Contucci:

²⁸³ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 338-339.

²⁸⁴ *Ibid.*, p. 339.

²⁸⁵ *Ibid.*, p. 339.

As notícias do Rio da Prata são funestas: O Bispo de Bs. Ayres excomungou a Elío, e aos de seu partido; e Elío fez o mesmo com o Bispo, amiassando-o, e prometendo vingar-se na primeira ocasião.

Eu não recibí cartas nem da minha família, nem dos meus amigos, logo que me cheguem as enviarei a V.E., de quem sou com todo o respeito, atento servidor²⁸⁶.

Na mesma correspondência, a observação que agrega é ainda mais interessante que o conteúdo propriamente dito, pois afirma que “Os moradores de Montevideo vão passando para o campo, e Bs. Ayres, e geralmente se diz que Elío está entendido com o Nosso Ministerio; Creio que seria util dar alguma providencia”²⁸⁷.

Inicialmente, é preciso fazer uma ressalva em relação a Felipe Contucci, pois, entre outubro de 1808 e abril de 1809, ele se encontrava na corte do Rio de Janeiro, insistentemente tentando encontrar-se com o ministro Sousa Coutinho e com o príncipe regente. As notícias que repassava a estes, durante sua estada na corte eram fruto das observações de funcionários ou amigos seus que o mantinham informado sobre as últimas ocorrências na região do Prata²⁸⁸.

Dessa forma, lembramos a maneira como as notícias atravessavam quilômetros até chegar à corte do Rio de Janeiro, por diversos meios, desde as correspondências familiares ou entre amigos às enviadas por espiões avançados. É interessante ressaltar aqui que as pessoas que participavam da rede de intrigas, que viviam de “pesquisar” sobre os acontecimentos que interessassem a esse ou aquele governante, geralmente o faziam para assegurar vantagens pessoais, servindo, muitas vezes, ao mesmo tempo, a causas divergentes²⁸⁹.

A observação contida na correspondência anteriormente comentada de Contucci teve um peso bastante considerável dentro do planejamento do conde de Linhares, pois os personagens que se encontravam no Prata poderiam unir, numa mesma categoria um dissidente platino das determinações reais de dom João. Esse fato poderia acarretar graves conseqüências aos planos lusitanos naquela região, dificultando ainda mais a invasão já proposta pelo ministro.

²⁸⁶ Correspondência enviada por Felipe Contucci a Rodrigo de Sousa Coutinho, em 3 de dezembro de 1808. *Ibid.*, p. 340.

²⁸⁷ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 340.

²⁸⁸ As cartas que comprovam a permanência de Contucci na corte do Rio de Janeiro no mencionado período podem ser encontradas em AHI. Lata 316, maço 2, pasta 8.

²⁸⁹ CALÓGERAS, *A política exterior do Império*, p. 405.

De fato, o que ocorria era que Elío pedira, mais de uma vez, um posicionamento da princesa Carlota para a dissidência que tinha com o vice-rei do Prata. Assim, era praticamente inevitável que as notícias que retornavam do Rio de Janeiro ao Prata não contivessem comentários sobre a relação de ambos, levando, conseqüentemente, à idéia de que o príncipe regente, com vistas a anexar o vice-reinado, também participasse do conluio, o que não ocorrera, ao menos nesse primeiro momento.

Outra correspondência, redigida no mesmo período, confirma que o ministro lusitano tomou uma atitude para garantir a preservação da fronteira do extremo sul, pois Manuel Marques de Souza comunicava:

Neste instante recebo pela Ilha de Santa Catharina, as-segundas vias dos-Officios que V.Excellencia fez expedir a 22 de Outubro, e 2 de Novembro. Parece-me que o meu Governador tomou nova resolução depois que recebeo o officio de V. Excellencia de 22 de Outubro, por quanto manda apromptar Guarniçoens nesta Villa, e-nas-suas vezinhanças, para a Tropa que ha de vir.²⁹⁰

É interessante notar que, mesmo não sabendo das decisões tomadas por Linhares, Manuel Marques de Souza já havia feito reprimendas sobre o posicionamento do governador da província do Rio Grande em relação à guarnição da fronteira.

Carlota, por sua vez, não podia – e sequer queria – ficar longe dos negócios que envolvessem sua regência na América Espanhola. Por isso, em carta de 27 de dezembro de 1808, ela pedia ao cabildo de Buenos Aires que lhe enviasse cópias das cartas remetidas por dom Rodrigo de Sousa Coutinho para que tivesse ciência do que o ministro de seu marido havia proposto àqueles dirigentes.

A princesa firmava em sua correspondência que “para el esclarecimiento de ciertos negocios, bastante complicados é interesantes á los derechos de mi muy querido Hermano Fernando 7^o”²⁹¹ precisava ter acesso a tais cartas. Podemos perceber que ela ressaltava como seu desejo a proteção dos direitos do irmão, porém, poderiam ser vários os fatores que a impulsionavam, tais como a vontade de manter distância do marido; a experiência de comandar diretamente a política do reino, ou dos vice-reinos; o orgulho por conseguir manter a unidade de Espanha e, talvez, até a possibilidade de legar aos filhos um vastíssimo reino.

²⁹⁰ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 341.

²⁹¹ *Ibid.*, p. 344.

Além disso, dona Carlota punha às claras a intenção da corte portuguesa quando afirmava que as cartas que desejava ver eram as que tinham como teor o “siniestro objeto de seduciros [sic], y separar esa Provincia y Pueblos, para incorporarlos á esta Corona de Portugal.”²⁹² Jogando, por assim dizer, com a intriga para conseguir aquilo que desejava e se manter informada sobre os ataques diplomáticos do conde de Linhares às colônias hispano-americanas, a princesa, portanto, ia tecendo suas ações. Na mesma correspondência ela seguia dizendo:

Por Vuestro Virrey ya os tengo manifestado mi voluntad sobre este mismo asunto; y ahora os repito, que tendria el mayor sentimiento, em saber, que, durante el infeliz estado y situacion de mi Hermano, y Real Familia de España, se separase de sus Dominios un solo palmo de terreno, ó que alguno de sus amados Vasallos hubiese de pasar ó estar bajo otra Dominacion.²⁹³

Chama-nos a atenção o quanto o sentimento pela Espanha estava vivo na princesa, pois não antevia a América Espanhola de outra forma que não fosse sob comando espanhol. Não serviria nenhuma outra hipótese, mesmo que seu marido estivesse à frente daqueles governos, podendo dar-lhe algum cargo relativo às colônias. Carlota sabia, mais que ninguém, que isso não ocorreria, em razão do receio que dom João tinha em relação à sua pessoa e, principalmente, às suas atitudes contra a casa de Bragança. Ao final da carta, portanto, era taxativa ao assegurar:

Para **evitar esto, y desengañar á mi Augusto Esposo**, de los comprometimientos en que lo tiene el expresado ministro; deseo tener una copia de los Oficios que os tiene dirigido, de vuestra contextacion á ellos, y una serie de los papeles que se han impreso desde el mes de Julio del año que acaba, hasta al dia de su remision.²⁹⁴
[Grifo nosso]

A carta supracitada não deixa dúvidas do ponto a que haviam chegado os ânimos na corte portuguesa do Rio de Janeiro. Havia um total desencontro entre as orientações do príncipe regente, assessorado pelo ministro da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, conde de Linhares, e os desejos da princesa, que preferia seguir os conselhos do almirante Smith e de Presas, assim como dava ouvidos aos clamores vindos da Banda Oriental, de Buenos Aires e de alguns partidários de outras regiões da América espanhola, sem contar o apoio que tinha no centro da própria corte espanhola.

²⁹² *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 344.

²⁹³ *Ibid.*, p. 344.

²⁹⁴ *Ibid.*, p. 344.

No sul, as intenções de ambos os lados da bacia platina direcionavam-se para lados divergentes quanto à forma pela qual o poder seria exercido: Buenos Aires tinha a preocupação de manter a integridade do território do vice-reinado em ambos os lados da bacia do Prata, ao passo que Montevideú desejava garantir a união direta com a Coroa espanhola, ainda que para isso tivesse de se subordinar às ordens vindas do Rio de Janeiro, por intermédio de dona Carlota, herdeira presuntiva da Coroa.

2 1809: O AGRAVAMENTO DA CRISE ENTRE BUENOS AIRES E MONTEVIDÉU

No ano de 1809, como poderemos verificar, houve a continuidade da crise iniciada com a chegada da família real portuguesa à América e das notícias da dominação francesa sobre a Espanha, mas o agravante dessa crise seria a reação que os dirigentes platinos decidiram tomar: os de Buenos Aires, ao menos oficialmente, buscando manter o vice-reinado coeso sob as ordens do vice-rei; os de Montevideú, na ânsia de se garantirem por si mesmos à frente da causa realista, aceitavam as aproximações da princesa Carlota ao mesmo tempo em que suplicavam auxílios às juntas espanholas.

Assim, em 31 de dezembro de 1808 reuniram-se em Buenos Aires alguns detentores dos mais altos cargos do vice-reinado, incluindo o próprio vice-rei, para discutir os rumos que dariam às conversações com os dirigentes de Montevideú, já que estes insistiam em se rebelar contra as determinações de Liniers. No acordo celebrado nessa reunião consta que o general Pascoal Ruiz Huidobro relatou os acontecimentos que se haviam processado durante sua estada no Rio de Janeiro, registrando que

discubrio naquelle Gabinete, e nas pessoas que obtinhão actualmente a confiança de S.A.R., a Senhora Infanta dona Carlota, dirigidas á aproveitarse das circunstancias em que se acha a Praça de Monte Vídio [sic] com respeito a esta Capital para fazer nestas Provincias hum uzo anticipado dos seos direitos a Coroa de Castella²⁹⁵.

Essa notícia ressoou muito forte no seio da camada dirigente buenairense, pois na visão desta, as ameaças recebidas desde a chegada do príncipe regente poderiam tomar proporções inesperadas, caso fossem procedentes as informações de que a princesa Carlota tinha o apoio de Elío e ambos contavam com a complacência de Smith (no caso, os chefes

²⁹⁵ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 388.

platinos não separavam, ao que parece, o apoio de Smith e da Inglaterra, pois o almirante estaria agindo como representante da política desse país). Destarte, informava o general Huidobro que “o perigo que seria; ou podia ser a mediação do Almirante Sir Sidney Smith, se se prezentasse com as suas forças neste Rio, querendo intervir de baixo daquelle Pretexto nas medidas e disposições do Governo”²⁹⁶.

Além desses dois problemas, que, bem ou mal, estavam mais longe do teatro dos acontecimentos, logo “ao lado” ocorria o que aqueles dirigentes temiam, pois já estavam se reproduzindo em outras regiões do vasto império colonial espanhol focos de dissidência e se criavam juntas populares, incentivadas, sem dúvida, pela formação da junta de Montevideú por Elío, o qual não aceitava, de forma alguma, dissolvê-la, nem, muito menos, entregá-la ao comando de Pascoal Ruiz Huidobro²⁹⁷.

Mesmo assim, a função da carta redigida pelos presentes naquela reunião visava exigir a entrega do cargo de Elío a Pascoal Huidobro, bem como a dissolução da junta montevideana. Um dos argumentos utilizados para que ocorresse a entrega do governo era que o povo estava sendo usado por Elío para encobrir seus atos na tentativa de justificá-los. E isso não podia ser aceito pelo governo do vice-reinado, principalmente porque já estava em terras americanas o enviado das juntas espanholas para sustentar o andamento da política borbônica em Montevideú²⁹⁸.

Anexa à dita correspondência estava uma carta escrita por Santiago de Liniers endereçada diretamente a Elío, na qual o vice-rei assegurava que, apesar das desavenças e ataques entre ambos, abster-se-ia de fazer qualquer recriminação a acontecimentos passados, iniciando uma discussão sobre a necessidade de manter Montevideú ligada a Buenos Aires,

²⁹⁶ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 388.

²⁹⁷ Pode-se ter uma idéia disso quando os dirigentes de Buenos Aires registram, na mesma ata de reunião da Real Audiência: “Se tiverão tãobem presentes os effeitos que tinha principiado a produsir o Exemplo de Monte Vidio, e algumas cidades interiores segundo as noticias do Correyo do Peru, e o temivel que era para a Causa do Rey e Nasção que se lizonjeassem alguns sujeitos com a ideya de estabelecer Juntas Populares que alem de causar huma desorganização no Governo das Provincias as conduzissem tal ves a (-hum-) Sistema de Divizão das ligitimas Autoridades e que aparecesse de novo o fogo da antiga rebelião ainda mais temivel que de todos os mais perigos que nos rodeão; com a firmè resolução de manter estes Dominios com inteira dependencia da Metropole e Reservados com escluzão de qualquer outra tentativa á amavel Soberania de Nosso Amavel Monarca o Senhor D. Fernando Septimo.” Ibid., p. 388.

²⁹⁸ Vê-se que “tendo também em consideração que o arbitrio adopatado pelo Senhor Governador... na sua antecedente repostada ao Senhor Brigadeiro, e Comissionado para representar como difficil, ou quazi impossivel a dissolução da Junta”, isto porque “esta fundao na repugnancia do Pouvo que desde (-o-) principio foi pretexto de que se tem valido aquelle Governador e Vogaes para não abedecer de modo algum as Providencias desta Superioridade”. Ibid., p. 390.

em razão dos ataques e dissidências que procedimento contrário poderia provocar em toda a Hispano-América²⁹⁹.

Uma das constatações que podemos depreender de sua correspondência é que tentava demonstrar a Elío o quanto ele estava prejudicando o vice-reinado, colocando em perigo a sustentação do poder e dando vazão às correntes dissidentes, que propunham, se não a dominação sob outra Coroa, a democracia³⁰⁰. Assim, Liniers asseverava:

V. Senhoria tem visto pela cauza seguida sobre a Fragata Proueba as disposicoens da Corte de Brazil. Tenho datos quasi evidentes que tomando por base as desavenças entre Monte Video e Boenus Ayres se vai atentar contra a integridade destes Dominios, e ainda que Lima, Mexico, Havana, Potosi, Chuquisaca, Chille, Salta e Cordoã sem a menor modificação tem confrontado com o acordado desta Capital, em algumas Provincias Orientaes do Peru o Nome de Elío se diz corre ao par do de Tupamaro.³⁰¹

Tupac-Amaro II³⁰², sobre o qual comenta Liniers, foi um líder nativo, procedente do Peru, que tentou propagar a libertação dos povos oprimidos pelo sistema colonial espanhol. Elío não desejava o mesmo, mas o vice-rei utilizou-se disso, provavelmente, porque sabia da forte ligação do governador com a Coroa espanhola e do seu grande desejo de manter a monarquia direta e absoluta a qualquer custo. Como Tupac-Amaru era o extremo oposto, usava desse artifício no sentido de ferir os brios do governador.

²⁹⁹ Ver trechos iniciais da carta em *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 391.

³⁰⁰ Nas correspondências do período, o sistema político republicano era tratado por “democracia” e, muitas vezes, encarado como a futura ruína de um sistema tão feliz e justo que era a monarquia. Tendo a França como principal exemplo, não é difícil compreender o medo que as casas reinantes deveriam ter em “perder as suas cabeças”, como ocorreu com a família real deste país.

³⁰¹ *Ibid.*, p. 391.

³⁰² O nome verdadeiro do dito Tupac Amaru II era José Gabriel Condorcanqui. Descendente direto dos incas, acolheu aquele nome em função da luta também contra a dominação espanhola, realizada dois séculos antes por Tupac Amaru I. José nasceu em Surimana, em 19 de março de 1738. Não era um cacique como os demais, pois estudou no Colégio São Francisco de Borja, em Cuzco, e chegou a ser aluno-ouvinte na Universidade de São Marcos, em Lima. Esteve na capital entre 1776 e 1777, solicitando, junto à Audiência Real, que lhe fosse concedido pelas autoridades espanholas um marquesado. Os nobres incas tinham certas prerrogativas que José Gabriel, herdeiro do curacazco (cacicado) de Surimana, Tungasuca e Pampamarca, esperava que fossem reconhecidas. Os burocratas, porém, negaram-lhe o pedido. Consta que, nessa estada em Lima, ele teria entrado em contato com alguns poucos intelectuais iluministas, que, segundo sua mulher, dona Micaela, abriram os olhos do seu marido, como igualmente se inteirou da rebelião que, naquele momento, sacudia as 13 Colônias inglesas na América do Norte, insurgidas contra a Grã-Bretanha desde 1776.” Em 1780, perpetrou uma revolta contra os elementos colonizadores, mas foi preso e morto pelos espanhóis em 1781. Seus familiares, após sua morte, também foram cruelmente assassinados para demonstrar o poder e a ira do governo espanhol. Verificar mais informações em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/tupac_amaru5.htm#16>; <<http://www.artehistoria.com/frames.htm?http://www.artehistoria.com/historia/personajes/5715.htm>>; <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/t/tupac_amaru.htm>. Acesso em: 07 out. 2005.

Entretanto, por que Elío estava criando tamanha confusão no seio do vice-reinado? Dentre outros motivos, provavelmente, o que o impulsionava era o desejo de colocar-se à frente do poder e de expulsar Liniers, um vice-rei sem a devida legitimidade espanhola, pois tinha a infelicidade de ser francês, compatriota do “usurpador” do poder espanhol, Napoleão, causador das fatalidades ocorridas na corte borbônica. Por sua vez, Liniers tinha idéia disso e registrou:

Se V. Senhoria me considera debaixo deste aspecto ainda que não dezejè executalo, d eniguem o pode tomar que o de mim, e de baixo deste Consejo he queiro a V. Senhoria por todos os vinculos mais Sagrados para pronunciar a dissolução da pretendida Junta do Governo estabelecida nessa Praça anunciando ao Corpo Municipal que tenda chegado o Governador Proprietario o Exmo. Senhor D. Pascoal Royz-Huidobro, não pode V. Senhoria menos que entregar o mando da Praça³⁰³

E finalizava a carta assegurando:

Ficando bem persuadido que hum official que tem dado tantas e tão repetidas provas do seo valor e intrepidez, não deve deter-se hum so momento por hum risco pessoal quando se trata de hum interesse de tanta importancia por meyo do qual pode com **decoro sahir de hum mao empenho**³⁰⁴.

Dessa maneira, Santiago de Liniers tentava persuadir o governador de Montevideu a deixar o comando da praça e aguardar resolução das cortes espanholas sobre sua punição. Porém, essa empresa não teria muito sucesso, pois Elío era determinado o suficiente para garantir-se no poder enquanto não conseguia montar o aparato necessário para tomar o vice-reinado e, dessa forma, assegurar o cumprimento dos “desígnios” da Coroa espanhola, se bem que para isso tivesse de recorrer diretamente a um súdito “legítimo” do rei, como Carlota ou dom Pedro Carlos.

Em 1º de janeiro de 1809, então, Liniers teve de rebater seus adversários dentro da própria cidade de Buenos Aires, pois sofreu um abalo no centro do governo pelas ações perpetradas pelo Cabildo, principalmente por seu presidente Martín de Alzaga³⁰⁵. Essas ações

³⁰³ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 391-392.

³⁰⁴ *Ibid.*, p. 392. [Grifo nosso]

³⁰⁵ Por isso, o episódio ficou conhecido na história argentina como “a Rebelião de Alzaga”. Em correspondência secreta já citada neste trabalho, enviada desde Montevideu para o ministro Sousa Coutinho, Joaquim Xavier Curado faz alusão a Martín de Alzaga destacando que, a seu ver, tratava-se de uma pessoa com vários problemas de caráter, como registra: “Alzaga é um Proteo que joga sempre com hum pão de dous bicos. Hum homem desta caracter não pode convir nas circunstancias presentes. Deve ser amigo ou inimigo declarado; pois sendo director de todos os Negociantes de primeira gerarquia a sua marcha equívoca desencaminha ainda aqueles que são bem intencionados, e que terão a coragem de declarar-se. Os habitantes de Buenos Ayres, e Monte Vídeo temem a sua

foram realizadas com o intuito de depor Liniers do cargo e formar uma Junta Governativa. Entretanto, com as ações levadas a cabo pelo vice-rei, apoiado pelas tropas de nativos, não lograram sorte os cabildantes.

Os motivos que levaram à deflagração dessa rebelião foram vários e, por consequência, se contrapõem, principalmente no que se referia às questões econômicas envolvidas. Isso porque, os cabildantes, em sua maioria, eram importantes comerciantes que dependiam do monopólio comercial estabelecido com o porto de Buenos Aires para manter suas riquezas e seu poder, dentre eles, especialmente Alzaga, espanhol e um dos mais ricos comerciantes de Buenos Aires³⁰⁶. Entretanto, todos estavam alarmados com as permissões dadas pelo vice-rei para a comercialização de contrabando vindo da Grã-Bretanha, cujos produtos eram muito mais baratos que os oriundos de outras regiões e vendidos por muitos comerciantes da praça. O próprio filho de Liniers, Luís, ficara responsável pela aduana do porto de Buenos Aires, na qual impôs um bloqueio pelo qual os barcos ingleses que desejassem comerciar pagariam uma taxa e seriam liberados. “El *rapprochement* entre España y Gran Bretaña le permitía a Liniers continuar con esta práctica, que era sumamente beneficiosa para los intereses criollos y para el erario del gobierno.”³⁰⁷

Como notamos em correspondência de Antonio Luis de Lima a seu amigo Carlos José Guezzi, datada de 2 de janeiro de 1809, as ações contra o vice-rei foram iniciadas no último dia de dezembro, por meio de um ofício à Real Audiência de Buenos Aires, como relata:

Ante ontem á noite passou Cabildo hum Officio á Real Audiência, dizendo q’ o Exmo. Liniers ja estava deposto desde o momento q’ cazou sua Filha sem licença de S. Magestade, e q’ a Real Audiencia competia governar; a cuja representação lhe foi contestado³⁰⁸

hipocrisia, e genio sanguinario.” Garantiu-se no poder por ter sido considerado um dos salvadores de Buenos Aires ao repelir os ingleses durante as invasões, investindo recursos próprios para sustentar o poder espanhol na região. AHI. Lata 193, maço 6, pasta 1.

³⁰⁶ A forma como era encarado o monopólio comercial na região platina pode ser observada nos relatos do comandante Xavier Curado em sua estada no Rio da Prata como emissário não oficial do governo português, na qual assegurava: “Em todos os países se considera como huma felicidade publica a liberdade de Comercio, e a concurrencia de Compradores e vendedores. Na America Meridional Hespanhola se considera como hua calamidade.” AHI. Lata 193, maço 6, pasta 1.

³⁰⁷ *História general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Tomo II: Desde los orígenes hasta el reconocimiento de la independencia formal. Capítulo 5 - La Revolución de Mayo. La relación de la colonia y su metrópoli. “La rebelión de Alzaga”. Consultar em <<http://www.argentina-ree.com/2/2-013.htm>>, Acesso em: 28 dez. 2005.

³⁰⁸ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 402.

Entretanto, foi no dia seguinte, portanto em 1º de janeiro, que a praça de Buenos Aires tornou-se cenário de disputa entre os cabildantes e o vice-rei.

Tocou o sino de Cabilde arebate, e os Cabildantes mandarão chamar á Prassa a todo o vezindario por suas cazas, assim como tambem avizarão, e ordenarão, a os Alcaldes imediátos á Cidade para q' fizessem vir todos os de seos partidos á Prassa. Os Biscaynhos, e Galegos tambem guarnecerão a Prassa a favor de Cabildo. Tinha ficado na noite do ultimo de dezembro guarnecido o Forte com o Batalhão de Granadeiros de Liniers.³⁰⁹

Desse ponto em diante, o que ocorreu foi uma sucessão de acontecimentos malfadados, definitivamente, para os cabildantes insurgentes, pois Liniers, além de contar com o auxílio do Regimento de Patrícios, sob o comando do coronel Cornélio Saavedra³¹⁰, que, na véspera do dito embate entre cabildo e vice-rei, já tinha informações do que estava por acontecer, exigindo que os soldados e oficiais se mantivessem em prontidão na manhã do dia 1º de janeiro³¹¹, não desejava que esse atentado obtivesse o menor sucesso. Assim, na mesma correspondência supracitada, registrou-se:

O Sino de Cabildo desfaziase em tocar, a plebe muito baixa, e os tres Corpos a favor de Cabildo gritavão Viva Fernando 7º, e morra Liniers; porem parece q' a gente q' devia secorrer a Cabildo sentiaó máo cheiro no noris = Gastarão os Cabildantes muito tempo em Diputaçoens, andando mediando o Bispo, e o Tenente General

³⁰⁹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 402.

³¹⁰ Seu nome completo era Cornélio Judas Tadeo Saavedra Rodríguez. Nasceu na Vila Imperial de Potosí, em 15 de setembro de 1759. Algumas dificuldades, principalmente climáticas, pelo que se vê, fizeram com que sua família retornasse a Buenos Aires. Em 1797, iniciou sua carreira pública e sua destacada atuação lhe valeu, dois anos depois, a designação de procurador, sendo, em 1801, promovido ao que equivaleria hoje ao cargo de prefeito. As invasões inglesas parecem descobrir em Saavedra uma nova vocação: a militar. Ele diz em suas memórias: "Este fue el origen de mi carrera militar. El inminente peligro de la patria; el riesgo que amenazaba nuestras vidas y propiedades, y la honrosa distinción que habían hecho los hijos de Buenos Aires prefiriéndome a otros muchos paisanos suyos para jefe y comandante, me hicieron entrar en ella." Durante as invasões inglesas, o corpo de Patrícios, talvez o mais importante da capital, elegeu-o como comandante. Desde 1808, participou de reuniões secretas de um grupo de dirigentes de Buenos Aires, na fábrica de sabão de Vieytes e na casa de Rodríguez Peña, nas quais se destacava por sua moderação e uma prudência que a muitos de seus companheiros parecia excessiva. Com a ascensão do Primeiro Triunvirato, ficou praticamente exilado no Chile, de onde tentou retornar em 1814, quando recebeu auxílio de San Martín. Em 1815, o Cabildo devolveu-lhe o grau militar. Em 1818, o Congresso Constituinte pôs término às causas contra sua pessoa, e o diretor Pueyrredón editou um decreto conferindo-lhe o emprego de brigadeiro-general dos exércitos da nação. Durante o período de anarquia retirou-se para Montevideu, de onde regressou ao constituir-se o governo de Martín Rodríguez, em outubro de 1820. Em 1822, teve outorgado seu retiro absoluto do exército. Tendo idade bastante avançada, ofereceu seus serviços na ocasião da guerra contra o Brasil, mas Balcarce, à frente do Ministério da Guerra, apenas agradeceu sua disposição, pois a idade impedia seu reenquadramento. Faleceu em março de 1829, em Buenos Aires. Consultar mais detalhes em <<http://www.elhistoriador.com.ar/biografias/s/saavedra.php>>. Acesso em: 19 dez. 2005.

³¹¹ Complementando o exposto, Francisca Azevedo firma que o general Martín Rodríguez, que também fazia parte do corpo de Patrícios, relembra: "Eu não saí do lado de Saavedra até que formou seus batalhões na praça encontrando já ali formado o batalhão de artilharia [...] Dos revoltosos caíram alguns mortos e vários feridos: - Así em menos de quinze minutos o negócio foi concluído". SAAVEDRA, Cornélio; BELGRANO, Manuel; RODRIGUEZ, Martín e Tomaz, Guido. *Los sucesos de mayo contados por sus actores*. Buenos Aires: El Ateneo, 1938, p. 41 apud AZEVEDO, Carlota Joaquina na corte do Brasil, p. 182-183.

Huidobro, pedindo, ou mandando se aprovasse o novo Cabildo Eleito: Depois querião Junta, ficando sendo hum vocal Liniers, e Prezidente Huidobro = Depois tirarão a máscara, e dicerão q' o Povo queria fosse deposto Liniers, e q' elles não podião socegallo³¹².

Fica patente, por esse trecho, que os cabildantes não engendraram uma revolta com uma proposta previamente deliberada, caso saíssem vitoriosos do golpe, o que levou Liniers e algumas companhias e batalhões a reagirem contra a proposta final, com vistas à formação de uma Junta Governativa em Buenos Aires. Ao final, ocorreu que

Savedra, e os demais Comandantes de seu partido clamão a Liniers q' deve Governar te q' ligitima Autoridade o deponha, e q' deve castigar os revoltosos. [...] Tem-se prendido muita gente ademais de Cabildo, e entre elles Sentenak, Forneguera, Varella Mayor de Galegos, Rasabal Comandante de Biscaynhos, e muitos q' inda cahirão, e estão escondidos³¹³.

Ainda pelo que indica Antonio de Lima em sua carta, houve em torno de cinco mortes em razão da deflagração dessa revolta contra o vice-rei, sem contar as várias prisões e expulsões de cabildantes e oficiais dos batalhões dissidentes, que foram levados para Carmen de Patagones, no extremo sul do vice-reinado. Outros tantos fugiram sem destino declarado, pois as repressões aos partidários do Cabildo seguiram acontecendo³¹⁴.

Um dos envolvidos na tentativa de golpe, Ignácio Varela, foi exilar-se no Rio de Janeiro. No momento em que a notícia chegou aos ouvidos de Carlota, contada por José Presas, a princesa ordenou que todos os passos daquele homem fossem seguidos a fim de saber exatamente o que acontecera em Buenos Aires. Azevedo registra que naquele, período intenso para Carlota “qualquer informação é importante; as minúcias e os detalhes servem para desanuviar as relações e interligações entre grupos, na tentativa de decifrar, como arqueólogo, os elos perdidos que levam à elucidação das alianças políticas”³¹⁵.

Carlota Joaquina desconfiava piamente, pelas correspondências analisadas, de Santiago de Liniers, pois, antes mesmo de tornar-se ciente dos acontecimentos que assolaram Buenos Aires em 1º de janeiro, a princesa enviava à Junta da Espanha uma série de documentos que tinham como objetivo desabonar a integridade e o governo do vice-rei do Rio

³¹² *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 402.

³¹³ *Ibid.*, p. 403.

³¹⁴ *Ibid.*, p. 403-404.

³¹⁵ AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 196.

da Prata, assim como reafirmar a importância de sua presença no centro de poder do vice-reinado.

Provavelmente, o principal motivo que levou a princesa a organizar essa correspondência, recheada de documentos que tentavam incriminar o vice-rei, fora o manifesto que este fizera a Javier de Elío, exigindo a dissolução da junta montevidéana e a entrega do mando daquela praça a Huidobro, com o que Carlota concluía não ter nenhuma possibilidade de ser beneficiada naquela porção de território.

Ao ficar sabendo dessas correspondências, Smith, conforme nota da própria princesa, pediu que fosse retirada dos documentos a serem enviados à Junta Central de Espanha a carta que comprometia o vice-rei Liniers, pois o almirante não compartilhava das suspeitas da princesa, ou acreditava que a não-interferência nos assuntos internos do vice-reinado seria a melhor atitude, especialmente diante dos olhos das juntas espanholas. Porém, conforme a própria princesa relata: “Eu para não descontentar a Smith, nem mesmo perder sua grande proteção (a quem viverei sempre agradecida) me vi obrigada a fazer uma segunda carta para fazê-lo entender que a mandava no lugar da outra”³¹⁶, demonstrando claramente a sua convicção e desgosto pelo que ocorria no Prata. Mesmo contrariando Smith, Carlota Joaquina enviou a carta para apreciação da Junta de Espanha³¹⁷.

Nessa fase das intrigas platinas, Carlota desferia seus golpes para todos os lados. Na mesma correspondência supracitada, ela anexou outros ofícios que incriminavam o governo do esposo, assim como o auxílio inglês nas relações com a região do Prata. Seus principais focos de ataque eram, portanto, em primeiro lugar, o ministro dom Rodrigo de Sousa Coutinho, depois dom João, o enviado português Joaquim Xavier Curado e Lord Strangford. Dessa forma, deixava claras à Junta Governativa de Espanha as intenções dos demais envolvidos no *embroglio* platino³¹⁸.

³¹⁶ Verificar em AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 185.

³¹⁷ A própria princesa relata à junta o fato de Smith não concordar com seu posicionamento sobre Liniers, dizendo que “Sir Sidney Smith sempre manifestou o seu afeto ao Vice-rei Liniers, apesar de conhecer seus erros”. E, tendo uma visão política bastante vasta, a princesa pede que seja mantido segredo sobre a correspondência, pois “só a grande de necessidade de remediar os prejuízos que pode causar Liniers, [...] obriga a faltar em certo modo a ordem que [deve] a Smith, sem a qual, ou sem o seu auxílio, é interceptada toda [...] correspondência”. Falava mais alto, nesse momento, a vontade de ver Liniers fora do poder platino, livrando o caminho para sua ascensão. AZEVEDO, op. cit., p. 185.

³¹⁸ *Ibid.*, p. 186.

Apesar do apoio que recebera anteriormente de Elfo, na visão da princesa, assim como Liniers, este não poderia continuar à frente do governo de Montevidéu, pois ambos estavam fomentando, com suas disputas, “conflitos e interesses políticos locais”³¹⁹. Nisso ela estava certa, pois o ambiente para que as dissidências políticas ocorressem estava sendo ampliado, gerando uma união de idéias em torno do propósito de libertar aquele vice-reinado do jugo espanhol ou, ao menos, de livrá-lo das amarras do defasado sistema colonial-absolutista.

Passando pelos problemas que assolavam o vice-reinado nos primeiros dias de janeiro, Liniers responderia à altura com o que passava sobre a conduta de Carlota, assim como de seus “secretários”³²⁰. Enquanto isso, no dia 4 de janeiro, o vice-rei apresentou uma proclamação direcionada aos habitantes de Buenos Aires, na qual elencava três “verdades irrefutables”:

Primera: que la ambicion y la vanagloria precipitan los hombres mas beneméritos, siguiendo el exemplo de Lucifer, de la dicha, la honra y el mas alta concepto, á la desdicha, á la deshonra, y al ultimo desprecio.

Segunda: que el olvidar los beneficios, el seguir con poca reflexion las opiniones ajenas, y dexarse alucinar por ideas de novedades, forzosamente nos encamina á nuestra ruina.

Tercera: que en vano se precia el hombre mas feliz de haber grangeado por grandes acciones y todo genero de actos de benevolencia la voluntad universal de los que manda, pues la envidia, la calumnia, y la malevolencia viritendo sobre él su ponzoña, lo convencerán breve que la unica satisfaccion que debe esperar el hombre de bien es el testimonio de su consciencia.³²¹

Fica evidente, pelos três tópicos citados por Liniers, o ataque aos cabildantes, criticando a postura que tinham tido diante do desejo de tomar a frente do poder no vice-reinado, e, por conseguinte, leva a crer que os ataques foram perpetrados por pessoas que sofreram influências externas, tomadas por “idéias de novidade”, como registra, “encaminhando à [...] ruína”. Ressalta, ainda, que a consciência do homem é o único testemunho de que se pode valer para a felicidade em ter-se imputado atos grandiosos³²².

³¹⁹ AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 187.

³²⁰ Em 30 de janeiro, o vice-rei do Prata, Santiago de Liniers, respondia rispidamente à princesa Carlota Joaquina: “não duvido um instante que está pronto para se efetivar pôr meio da poderosa influência de V.A.R, o qual considero tão eficaz quanto decisivo, (...) e quando menos se esperar pode pôr em movimento as forças do Almirante Sir Sidney Smiht, e às suas ordens as tropas Portuguesas para intervir em negócios de Governo próprio destas Províncias”. Através da mesma correspondência, Liniers não poupa palavras ao comentar sobre os secretários diretos da princesa, principalmente Presas, que afirma ser “um homem inquieto e revoltoso a quem este Superior Governo julgou como perturbador e suspeito de inconfidência”. Citado por AZEVEDO, op.cit., p. 187.

³²¹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 407.

³²² *Ibid.*, p. 407.

No conteúdo dessa mesma proclamação, Liniers elencava os nomes de todas as companhias militares que o tinham auxiliado na manutenção da “boa causa”, assim como afirmava que

tuve que detener varias veces la justa indignacion de los defensores de la buena causa: ultimamente lleve la moderacion pensando que tal vez evitaria la efusion de sangre, y hacerles conocer por un desprendimiento que en toda otra circunstancia podia caracterizarse de criminal, hasta hacer dimension del mando, siempre que por este medio se lograra el borrar aun el nombre de junta, quedando en su integridad las sabias leyes que en tres siglos habian regido estos dominios³²³

Tentava, portanto, fazer crer com essas colocações que estava sendo, na verdade, benevolente, pois tudo fazia para impedir que as medidas que os “defensores da boa causa” desejavam contra os sediciosos fossem levadas adiante. Notamos, contudo, que Liniers, mais uma vez, queria demonstrar a validade do regime colonial que há três séculos era mantido e que saíra daquela situação, novamente, garantindo a integridade das “sábias leis” desse sistema. Por isso, “la autoridad Real se ha radicado, y los malvados y mal intencionados estan abandonados á sus remordimientos, y baxo el yugo de las Leyes.”³²⁴

Da mesma forma, para livrar-se das acusações de perseguição e assassinato contra pessoas que não tinham tomado parte do levante de 1º de janeiro, Liniers questionava:

¿podreis creer que vuestro Xefe que mira en todos vosotros individualmente los compañeros de sus glorias, sus hermanos de armas, los hijos de su cariño, por los que no ha perdonado afanes, tenga la inmoralidad de confundir los inocentes con los culpados, y que porque varios individuos de los tres cuerpos de Vizcaynos, Gallegos y Catalanes fueron lso que notamos agregados á la mala causa, pueda manchar la alta gloria, meritos recomendables, patriotismo sin segundo de que tienen dadas tan repetidas pruebas estas provincias, è infinitos individuos de estos mismos tercios en Buenos-Ayres, los que no han tenido la mas minima parte en el suceso del primer dia del año, como asi mismo el incauto soldado raso que no hizo mas que obedecer á los xefes, que hasta entonces no les habian mandado otra cosa que lo mas conveniente y decoroso al servicio del Rey y da la Patria, que los confundiré con los demas que han prevaricado?³²⁵

O vice-rei saiu-se vitorioso desse combate contra forças que tinham legalidade dentro do vice-reinado, como era o caso do Cabildo, mas sua situação no poder já não era mais a mesma dos anos anteriores. Liniers devia saber que cada vez mais seu cargo estava a prêmio, principalmente com Elío à espreita, em Montevidéu, ou, ainda, Carlota Joaquina, longe do

³²³ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 408-409.

³²⁴ *Ibid.*, p. 409.

³²⁵ *Ibid.*, p. 409.

palco dos acontecimentos, mas com muitos informantes e seguidores nas turvas águas platinas, além de dom João, que perseguia a intenção de colocar “sob proteção” portuguesa as colônias espanholas.

Confirmar-se-iam somente na virada do ano as suspeitas do Gabinete português e de seus informantes em Buenos Aires sobre um enigma escrito por Liniers a Juan Ficque, em setembro de 1808, no qual registrava:

Mi estimado. Un dia fui a casa con varios perros, y creiendo traer la Liebre se adelantó un cachorro y la espantó; los demas perros se alborotaran, y espantaron el resto de la caza, y asi nada pude cazar, viage perdido.
He buscado otros perros que son mas mansos, y me parece que no sucederá otro tanto. Pienso matar al cachorro espantador y servirme del que acavo de recibi, que es a proposito. Los demas cachorros son mansos y solo esperan.³²⁶

Em razão da maneira extremamente figurativa utilizada na referida correspondência, Possidônio da Costa logo tentou interpretar a comunicação de Liniers a fim de transmitir ao ministro Sousa Coutinho o que estaria por acontecer. Entretanto, não esperavam que tal fato fosse se confirmar somente mais de três meses depois. Assim, registra Possidonio: “Eu julguei ser o Cachorro espantador – Alsega [Alzága], e los demas perros que se alboratarão y espantarão el resto de la Casa – Os Cabildantes companheiros.”³²⁷

Também do início de janeiro é uma carta de Felipe Contucci ao conde de Linhares, informando o ministro do ocorrido em Buenos Aires nos primeiros dias daquele ano. Nessa carta, Contucci relata praticamente os mesmos fatos contados na correspondência de Antonio de Lima, porém atenta para um outro comentário:

Han tomado los libros, y papeles del Cabildo en donde ha leido Liniers con el susto q’ heran regular, la exterminacion de su casa y de la de su amiga, como tambien la de otros muchos picaros de q’ se nos iba a librar. Tambien en estos papeles se hallan los nombres de todos los sediciosos, por cuyo motivo se ha dado una orden mui rigurosa para que lancha, ni barco q’ salga de aqui, pueda llevar pasagero algun baxo graves penas. Esto aun no se ha acabado, y lo peor es que hay un cuchicheo grande en todas partes³²⁸.

³²⁶ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 214.

³²⁷ *Ibid.*, p. 215. Na mesma carta, Possidonio vai interpretando trecho por trecho do enigma de Liniers, realizando análise do que acontecera nos últimos dias, entre 12 e 20 de outubro de 1808, que dava a entender o que poderia ser perpetrado pelo vice-rei.

³²⁸ *Ibid.*, p. 430.

Dessa forma, podemos perceber como a punição aos sediciosos foi implementada por Liniers. Havia, em Buenos Aires, aqueles que desejavam livrar-se do vice-rei, acusado, não só por Elío, desde Montevideu, mas por pessoas do próprio governo buenairense, de ser partidário de Napoleão³²⁹. Essa assertiva pode ser corroborada por um comentário constante em ambas as correspondências citadas anteriormente, em que se afirma ter sido o casamento da filha de Liniers com o filho de madame Perichon³³⁰ a causa de todo desgosto por parte do Cabildo e demais pessoas que contra aquele dirigente bradavam injúrias. Isso teria ocorrido porque, conforme a lei que regulava o cargo de vice-rei, era preciso fazer um pedido oficial de permissão ao governo espanhol para que os filhos do ocupante do cargo pudessem se casar com estrangeiros.

No dia 7 de janeiro, depois de já ter assegurado seu cargo, Liniers ordenou que as tropas em vigília se retirassem para seus quartéis e que houvesse três noites de “iluminação”, em festejo aos sucessos do primeiro de janeiro. Essas disposições, conforme supunha Manuel Francisco Miranda³³¹, também ocorreram em razão de uma ordem da Junta de Espanha que viera por um falucho de Montevideu³³².

Em resposta à carta de Liniers do dia 31 de dezembro, enviada para Elío, este último rebatia, em tom rude, que “tinha disposto a não escrever a V. Excellencia, pois demaziado

³²⁹ Já foram discutidas neste trabalho as acusações de Elío contra Liniers e, corroborando isso, Calógeras registra que “a nomeação de Liniers, de origem francesa, desagradara aos Hespanhóis de Buenos-Ayres. Buscaram exauctora-lo, sem o conseguir”. CALÓGERAS, *A política exterior do Império*, p. 402.

³³⁰ Segundo Magalhães Junior, em nota à obra de Presas, dom Santiago de Liniers y Bremond tinha uma “parte fraca”, conhecida como Madame Annette O’Gorman. Essa senhora era filha de Mr. Perichon de Vandeuil, antigo intendente da ilha de França, que se instalou em Buenos Aires com a família. Madame Annette casou-se com o irlandês O’Gorman, que, em 1808, transferiu-se para Lima, pelo que recebeu de Liniers três embarcações e avultados negócios em consignação. Nessa mesma nota, Magalhães Junior declara que a filha de Liniers teria casado com um irmão daquela senhora, chamado João Baptista Perichon e Vandeuil, não com o filho, como consta na carta de Contucci, impossibilitando observar-se, então, qual o grau exato de parentesco. O certo é que Liniers, vendo os clamores aumentarem devido a sua relação com Perichon, teve de enviá-la para fora do Vice-reinado, mais especificamente para o Rio de Janeiro. In: PRESAS, *Memórias secretas de dona Carlota Joaquina*, p. 59-60.

³³¹ Conforme carta do próprio Manuel Francisco Miranda, endereçada ao ministro Sousa Coutinho, em 29 de outubro de 1808, ele teria sido elevado ao cargo de alferes em 1798, quando se encontrava no “Continente do Rio Grande”; em seguida, no ano de 1800, foi destacado para ir em missão a Buenos Aires, onde, em outubro de 1802, foi posto no cargo de secretário do Regimento de Linha de Extremos. Nessa correspondência de 1808, ele suplicava ao ministro dos Negócios Estrangeiros que o elevasse de cargo para que recebesse mais e pudesse se manter na capital platina, prestando serviços ao rei português. Carta de Manuel Francisco de Miranda ao ministro Sousa Coutinho, em 29/10/1808. AHI – III Coleções Especiais / Documentação do Ministério anterior a 1822 - Lata 175, Maço 5, Pasta 3.

³³² Ofício datado de 10 de janeiro de 1809, enviado por Manuel Francisco de Miranda a Rodrigo de Sousa Coutinho, comentando, dentre outras coisas, sobre a disposição de dar-se festejos e iluminações por três dias. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 412-413.

tenho escrito se tivesse querido entender penetrado com tudo de reconhecimento ao modo dosse, persuasivo e bondoso com que me trata na sua apreciavel Carta”. Porém, utilizando-se de metáforas, Elío asseverava que desejava “contar-lhe Espanholmente as verdades do Barqueiro”³³³.

Pelo que podemos deduzir, Elío utilizava essas metáforas para explicar a Liniers as verdades que ele, espanhol de nascimento, tinha a dizer em relação às suas atitudes perante o governo de Montevideú, rechaçando o que fora dito pelo vice-rei (francês) na proclamação e nas correspondências anteriores. Dessa forma, atestava que “ja Liniers naó engana a Elío, nem Elío pode temer jamais a Liniers”³³⁴, e seguia afirmando que pode até ser lembrado do caso do “là Prova [mas] eu lhe lembro a do seo Secretario, e privado Penha!”³³⁵.

Mais adiante, no mesmo pronunciamento, Elío rebatia as comparações entre ele e o líder indígena sul-americano Tupac-Amaru:

Que Graça me fez a comparação de Elío com Tupamaro! Permita-me V. Excellencia que diga que huma ideya tão original naó pode ter principiado no felis Cerebro de V.Excellencia que tem taó abundantes mananciaes de invençoens; porem em cambio direy a V. Excellencia, que seja donde for que tenha tido principio dita ideya e a sua comparação, nesta parte de America se comparou tãobem V. Excellencia a S.M.I. e R. ao Gram Napolião por anatomasia / naó porque se apreça na figura, porque S.M.I. e R. he piquenissimo de pessoa e V. Excellencia nada tem disso, elle he moreno e V. Excellencia he branco senaó porque nas suas invençoens travessuras, e amor a Patria senão excede a V.Excellencia o igoala³³⁶

³³³ Resposta do governador de Montevideú, datada de 12 de janeiro de 1809, ao officio do vice-rei Liniers ao Cabildo dessa mesma cidade. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 392. Em relação ao “Barqueiro” do qual trata Elío, não há como saber do que se trata com exatidão, pois há várias relações possíveis. Entretanto, existe um conto anônimo de origem hindú, conhecido na Espanha como “El barquero inculto”, o qual tem por moral que nada tem a ver o conhecimento erudito com a sabedoria, o que se relaciona, portanto, às verdades que Elío expõe a Liniers.

³³⁴ Ibid., p. 393.

³³⁵ Ibid. Nesse momento, o governador refere-se aos acontecimentos ocorridos em Montevideú com a embarcação “La Prueba”, que havia trazido Huidobro da Espanha com breve passagem pelo Rio de Janeiro, onde foram interpelados de forma pouco amistosa pela princesa Carlota, assim como faz referência ao secretário Saturnino Rodrigues Peña, um dos primeiros próceres da Revolução de Maio, que havia mantido contato direto com os ingleses desde 1806. Esse personagem ajudou Beresford, comandante das tropas iglesas invasoras de Buenos Aires, a fugir em 1807 e depois, fugitivo no Rio de Janeiro, aliou-se a Presas em prol da candidatura da princesa, o que não o livrou de ser entregue pela mesma, algum tempo mais tarde, em função de suas aspirações e insuflações à independência do Rio da Prata. Entretanto, num primeiro momento, pelo que se vê pelo cruzamento de dados e correspondências, essa independência não sinalizava a adoção do republicanismo, mas de uma monarquia encabeçada pela própria Carlota Joaquina. Para conferir mais detalhes sobre a participação de Peña nas intrigas platinas deve-se ler AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 188-191.

³³⁶ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 393.

Mais uma vez, portanto, Elío compara Liniers a Napoleão, reafirmando suas acusações de que os interesses de ambos estavam dispostos num mesmo plano. Dado isso, segue em suas injúrias e comparações bastante pitorescas, não fossem pouco inteligíveis para quem as lê fora de contexto, como em outro trecho, em que relata:

He verdade que o Rifam Espanhol diz = do inimigo o Conselho; porem como nesta Epoca de regeneração tem variado tanto as couzas creyo devo substituir a aquella Rifam este outro. Ao *inimigo romper os cascos, e particularmente se he frances*, e assim he que em huma fabula das muitas loucas e insulsas que tem inventado esses estupidos Espanhoes tenho lido esta conclusaó por moral. *Filhos ainda que vejaes aos francezes arrojare as entranhas pela bouca*, naó ha que ter dor deles que sangue vosso (-he-) que provocação³³⁷.

Depois de tanto transcorrer em linguagem quase barroca, em texto sobrecarregado de figuras como a metáfora, a antítese, a hipérbole e a alegoria, dom Joaquim Javier de Elío assegura a Liniers:

Os riscos da Guerra, accoens perigosas, ataques e defensas naó me espantão. Tenho a dita de prezencialas com animo sereno sem que seja temor, porem seria huma locura o entregar-se como se entregou nosso Fernando Septimo (-nas garras-) de S.M.I. e R. o como dizem se entregou essa porção de bons Espanhoes nas de V. Excellencia.³³⁸

Assim, finalizava a correspondência afirmando que, por Liniers gostar tanto de refrões: “O que tem telhados de vidro naó atire pedras a seo vizinho, e o de V. Excellencia he de telas de aranhas.”³³⁹ Fica patente, por meio de todos os trechos anteriormente comentados, que a situação de instabilidade pairava sobre o Prata. Os ânimos daqueles diretores da política espanhola deixavam antever sob a névoa aquilo que viria acontecer brevemente: um profundo reordenamento nos quadros dirigentes do vice-reinado, como a substituição de Liniers no cargo de vice-rei e, temporariamente, de Elío em Montevideú, e a gradual escalada (como bem previra Carlota Joaquina) de uma parcela da elite *criolla* que defendia a organização de um governo próprio local.

Após essas declarações de Elío e Liniers, o vice-rei teve de se envolver em outro problema. Em 30 de janeiro de 1809, respondendo a uma correspondência da princesa do Brasil, pedia que

³³⁷ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 394.

³³⁸ *Ibid.*, p. 395.

³³⁹ *Ibid.*, p. 396.

com a possível brevidade me remeta com segura custódia o Traidor Saturnino Rodrigues Peña, autor da conjuração que V.A.R. se dignou avisar-me em carta de 1º de novembro último, pois sendo um Réu (...) não pode nem deve ser protegido por nenhum governo muito menos um amigo e aliado³⁴⁰

Esse episódio, revelado pela própria princesa, gerou bastante alarde entre os opositores do “carlotismo”, pois denotava a falta de consideração e de caráter de dona Carlota quando sua ambição falava mais alto. O fato em si e os seus desdobramentos têm vieses explicativos bastante intrincados, pois a princesa Carlota não medira, *a priori*, as conseqüências que a denúncia de Saturnino Peña e dom Diego Paroissien³⁴¹ ao governo platino causaria a seus intentos de chegar à regência do vice-reinado. Afinal, ambos estavam diretamente ligados a Presas e Smith, seus colaboradores mais diretos, além de terem sido defensores, junto com outros elementos da elite *criolla*, do “carlotismo” em Buenos Aires.

Para tentar compreender um pouco melhor essa situação, vejamos, inicialmente, um trecho de correspondência enviada por Peña a um destinatário que não foi possível identificar, em 4 de outubro de 1808, no qual assegurava:

La Señora Doña Carlota, Princesa de Portugal y del Brasil / è Infanta de España, tiene una educación ilustrada, y los sentimientos mas heroicos. Esta muger singular, y tanto que la creo unica en su clase, me parece dispuesta a sacrificarlo todo, por alcanzar la noble satisfacción de servir de instrumento à la felicidad de sus semejantes. Es imposible oír hablar de esta Princesa sin amarla³⁴²

Além disso, pelas palavras de Saturnino Peña, dona Carlota era “la heroína que necesitamos, y la que seguramente nos conducirá al mas alto grado de felicidad”, não restando dúvidas de que ele acreditava na adesão da princesa aos planos da camada *criolla* de

³⁴⁰ AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 188.

³⁴¹ Diego Paroissien nasceu em Londres, em 1773, graduando-se em medicina. Foi para o Rio da Prata em 1796, pretendendo ser comerciante. Entretanto, com as invasões inglesas a Buenos Aires, teve de residir durante bom tempo em Montevideu. Logo em seguida, já que tivera seu pedido de estabelecer uma escola de química aceito, foi para o Rio de Janeiro, onde conheceu Saturnino Rodrigues Peña, então já exilado por haver contribuído para a fuga do general inglês Beresford. Através do contato que tiveram, foi possível verificar que possuíam as mesmas idéias com relação ao destino que deveria ser dado às colônias hispano-americanas. Assim, logo que foi permitida a presença britânica em Buenos Aires, Paroissien voltou para o Prata, porém trazia consigo vários informes e comunicados em prol da independência, dirigidos principalmente ao irmão de Peña, dom Nicolas Rodrigues Peña e a diversos amigos, principalmente àqueles que participavam do grupo dos “patricios”. Ao que tudo indica, a princesa do Brasil, dona Carlota Joaquina, teria descoberto as ligações e as intenções de ambos (Peña e Paroissien) e os teria denunciado para Liniers, que mandou prender o inglês. Em 9 de outubro de 1809, o vice-rei exigiu que o preso fosse transferido para Buenos Aires, onde ficou incomunicável até a conflagração do movimento emancipador, em 25 de maio de 1810. Após esse período, Paroissien tornou-se um dos mais respeitáveis e condecorados médicos das, então, Províncias Unidas do Rio da Prata, tendo participado de diversas campanhas militares. Faleceu em 1827, aos 54 anos, durante uma viagem. Disponível em <<http://www.ejercito.mil.ar/dirsan/ILUSTRES/Bio%20Paroissien.htm>>. Acesso em: 27 out. 2005.

³⁴² *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 180.

Buenos Aires; que julgava ser a melhor saída para o vice-reinado a instauração de uma monarquia constitucional, encabeçada por Carlota. Sustentava isso a partir de que

habiendose apoderado Bonaparte del Rey de España y su familia, es una quimera el contar con cualesquiera de ellos; es asimismo indispensable suponer y creer que las Américas son el objeto de la atención del día, y que ultimamente debemos decidimos a la mayor brevedad, a admitir algún gobierno ó establecernos baxo un sistema libre, honroso y respetable, al mismo tiempo que heroico, util, y ventajosisimo à sus habitantes.³⁴³

Nesse excerto, Saturnino Peña utiliza a expressão “sistema libre”, provavelmente a chave para as interpretações que foram realizadas na época. Isso porque, obviamente, não se admitia em um governo absoluto, impregnado pelos medos inerentes ao Antigo Regime, que se conjecturassem idéias políticas liberais, ou, como dissemos anteriormente, “democráticas”, pelas quais o Estado legasse ao povo poderes para conduzir seus destinos. Dona Carlota, por sua vez, também não desejava reinar sobre um povo que tivesse algum tipo de representação capaz de tolher suas decisões, como uma monarquia constitucional, por exemplo. Isso seria inviável em face das suas convicções e temperamento.

Mesmo assim, Peña esforçou-se em demonstrar que Carlota seria a melhor saída, por ser a herdeira da família real que comandava a Metrópole, não correndo o risco de se criar uma nova realeza, da qual não seria possível prever o futuro. Além disso, contava como certo o apoio da Inglaterra, já que dona Carlota era ligada diretamente a Sidney Smith, o qual, na visão de Peña, poderia prover o auxílio do governo inglês aos seus planos³⁴⁴.

Tanto Saturnino Peña quanto Diego Paroissien estiveram envolvidos com a causa “carlotista” no Rio de Janeiro desde as proclamações da princesa no ano anterior, mantendo uma relação muito próxima com ela. Assim, inebriada pelas promessas de auxílio de Peña e do grupo de *criollos* que suplicavam pela sua presença em Buenos Aires – dentre eles, Nicolás Peña (irmão de Saturnino), Manuel Belgrano, Martin de Pueyrredón, Hipólito Vieytes

³⁴³ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 179.

³⁴⁴ Dizia Saturnino Rodrigues Peña que “la dignidad ya creada, y adornada al presente de tan divinas qualidades, y que separandose absolutamente de la Dominacion Portuguesa se establecerá en esos territorios nos ofrece una eterna felicidad y quantas satisfaciones puede prometerse una nacion establecida afirmada y sostenida con las mas extraordinarias ventajas; añadiendo que sin duda alguna debemos contar con la proteccion y auxilios de la Inglaterra.” *Ibid.*, p. 181.

e José Castelli – , Carlota decidiu enviar Paroissien como agente secreto à capital platina, pensando em agregar mais partidários à sua causa³⁴⁵.

Destarte, no trecho inicial das orientações do que deveria ser feito em Buenos Aires, escrita por Saturnino Peña a Diego Paroissien, datada de 2 de novembro de 1808, indicava-se:

después de visitar á mi hermano Don Nicolas, y tratar prolijamente sobre los puntos que le he confiado acordará en el sobre el modo y medios que deven emplearse à fin de introducirse y de mover decisivamente á los Liniers y Alzaga á abrazar el gran plano de que lleva copia y de que va suficientemente instruido para darles todas las noticias que puedan exigir³⁴⁶

Devemos salientar que, ao tentar cooptar Liniers e Alzága, bem como seus partidários para que participassem do movimento perpetrado por Peña, não era possível falar-se em democracia, já que estavam claramente demonstradas as definições políticas de ambas as lideranças platinas. Seria absurdo aludir a tal conjectura em dada situação, sem contar que já se tinha, naquele momento (novembro de 1808), conhecimento das representações feitas por Liniers ao governo português, reafirmando seu juramento a Fernando VII. Portanto, revela-se a visão de que esses elementos desejavam não o desligamento total, ao menos naquele momento, mas uma reorganização política conservadora que fosse condizente com a necessidade dos habitantes de Buenos Aires e, em maior escala, do vice-reinado.

Saturnino Peña assegurava, mais adiante, que Paroissien deveria frisar o “insoportable Yugo que sin duda deven esperar de los Españoles, si por imposible se restituyen á su anterior estado”, ou seja, caso a Espanha não conseguisse mais se libertar do domínio francês. Porém, em alguns pontos da carta, Peña utilizara a expressão “Españoles Europeos”, sempre relacionando-os com o pesado jugo sobre os americanos. Nota-se com isso a tentativa de ressaltar a separação identitária entre *peninsulares* e *criollos*, ao mesmo tempo em que mantinha a definição de espanhol praticamente como uma “supra identidade”.

Provavelmente, esses trechos tenham sido utilizados pelo secretário Presas, como registra Gallo, para denunciar Peña e Paroissien à princesa, alegando que eram sediciosos republicanos. Carlota, por sua vez, sem perder tempo, denunciou ambos ao governo platino, alegando que eram traidores da causa espanhola. Por esse motivo, Paroissien foi preso logo

³⁴⁵ GALLO, *De la invasión al reconocimiento...*, p. 133-134.

³⁴⁶ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 491.

que chegou a Montevideu, tendo todas suas orientações e correspondências devassadas, o que acabaria confirmando, ao menos em parte, sua relação com movimentos separatistas. Sem dúvidas, havia a facilidade em interpretar a correspondência entre Peña e Paroissien de maneira dúbia, pois, ou Peña desejava e insuflava o republicanismo, ou queria uma separação da Espanha “à francesa”, mantendo o governo nas mãos de um Bourbon, que, no caso, era Carlota.

Azevedo³⁴⁷ sustenta que a princesa não fazia idéia da relação de seus auxiliares com as confabulações em prol da independência da América espanhola e, conseqüentemente, ao descobrir a relação de Peña com o caso de Paroissien, com o qual o primeiro mantinha extensa correspondência, decidiu pôr às claras tais confabulações. Ao fazer isso, entretanto, acabou relacionando seu nome aos intuítos separatistas que se multiplicavam no Prata e, por outra via, descobrindo que, provavelmente, estava sendo utilizada como títere para que fosse alcançado o projeto da independência das colônias espanholas³⁴⁸.

A ida da princesa para o Prata, naquele momento, também não era interessante, ao que tudo indica, para os negócios ingleses. A Inglaterra havia fechado um acordo de auxílio com a Junta Central espanhola, a fim de salvaguardar a América e auxiliar na expulsão do ditador francês da península Ibérica. Smith, portanto, teria de modificar cuidadosamente seus planos ao saber de tal notícia. O almirante tinha, por certo, relação com os envolvidos nas denúncias de Carlota, mas não é possível saber se foi ele quem pediu a Presas que convencesse a princesa do perigo que ela corria ao se envolver com ambos. A saída para isso seria abortar, por ora, os planos dos “carlotistas”³⁴⁹.

Túlio Donghi assegura, em seu livro sobre a reforma e dissolução dos impérios ibero-americanos, que desde as invasões inglesas, já havia a formação de um partido da independência, denominado assim principalmente pelos que o denunciavam, mas que não se definia dessa forma. Teriam sido estes participantes dessa vertente que procuraram a irmã de

³⁴⁷ Conforme Francisca Azevedo, a princesa passou, a partir desse momento, a desconfiar de tudo e de todos, pois sua própria base de apoio havia se envolvido em tramas que ela desconhecia e desaprovava. Ver mais em AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 188-191.

³⁴⁸ *Ibid.*, p. 188-191.

³⁴⁹ Quebracho assegura que “al aliarse Inglaterra con España contra Napoleón, y no resultar viable el plan de su coronación en Buenos Aires – propiciado particularmente por el jefe de la escuadra inglesa en Río – lo cual dio motivo al sonado proceso contra quién había sido su emisario: el inglés James Paroissien.” QUEBRACHO (pseud.). *Subamerica* (América Latina de la colonia a la revolución socialista) 1ª parte: Colonia y dominación inglesa. Buenos Aires: Badajo, 1995. p. 125.

Fernando VII para encabeçar a tomada do poder e o conseqüente desligamento do reino espanhol, já destroçado pelo poder de Napoleão³⁵⁰.

Vendo os planos pelos quais desejavam ter autonomia não vingarem da forma como que esperavam, Rodrigues Peña e outros partidários pediram auxílio à princesa. Com ela à frente, vislumbravam a esperança de se libertarem do domínio espanhol, extremamente prejudicial aos negócios que eram desenvolvidos em praticamente toda a América espanhola. Ao mesmo tempo, assistia-se à caducidade do governo, por ora – e sem saber se um dia voltaria ao controle estritamente espanhol – nas mãos de Napoleão e de seu irmão José.

Destarte, Donghi registra:

Quienes se encuentran más inclinados a ofrecerla integran en verdad un grupo poco numeroso y de trayectoria heterogénea: los hermanos Rodríguez Peña (uno de ellos ha debido refugiarse en Río de Janeiro, pensionado por el tesoro británico [...] y Manuel Belgrano, el ya evocado doctor de Salamanca y primer secretario del Consulado de Comercio, que durante las invasiones ha entrado en la carrera de las armas, [...] pero son muchos más los que se avienen a recibir las sugerencias de los enviados carlotinos.³⁵¹

A partir desses acontecimentos envolvendo os maiores apoiadores de sua causa, vemos que Carlota passou a desconfiar de todos à sua volta. Incomodada também pelas condições climáticas do Rio de Janeiro, que lhe faziam muito mal na primeira passagem de ano em terras brasileiras, a direção de seus atos tinha de ser extremamente cuidadosa, pois não desfrutava mais do mesmo apreço e da mesma confiança junto àqueles que lhe demonstravam fidelidade. Entretanto, não podia dispensá-los, pois sozinha seria muito pior enfrentar os difíceis percalços políticos para chegar à regência espanhola³⁵².

No dia 17 de janeiro, Possidônio da Costa escrevera uma carta endereçada ao ministro Sousa Coutinho comentando, justamente, as conjecturas que se faziam no Prata no que tocava às aspirações da princesa e de Smith, em contraponto ao que desejava o próprio Sousa Coutinho, denotando uma desavença no seio da corte portuguesa. Assim, comenta Possidônio que “o que ha entre V. Excellencia, a serinissima Senhora Princeza, e Sir Sidney Smith não o

³⁵⁰ DONGHI, *Reforma y disolución de los imperios ibéricos*, p. 119.

³⁵¹ *Ibid.*, p. 119.

³⁵² AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 191.

ignora o V. Rey e igualmente muntos[sic]. Eu o consebo por maximas de Gabinete, mas eles o consebem por realidade.” E rebate, quando indagado sobre o assunto, dizendo:

Nada respondo no que nisto alguns me fãlão; e quando não posso deixar por satisfazer de dizer; eu respondo, que os Vasalos do meu Augusto Principe, jamais se atreverão a invistigar os segredos do seu Gabinete, e quando o de Portugal jamais foi como o da Espanha, que inda o negocio não hera bem consultado ja hera sabido.³⁵³

A situação começava a inclinar-se para um ângulo indesejado, tanto por Carlota quanto por Sidney Smith, e também por Sousa Coutinho. Possidônio afirma ainda que diversos oficiais, fugidos de Buenos Aires após o 1º de janeiro,

se achão – dizem – com a porzunsão de suçitarem alsílio ou Ingles, ou da serenissima Senhoria dona Carlota contra este V. Rey – O que V. Excellencia ahy melhor conhesera. Não duvido que o suçitem, e primeiro do General Ser Sidney Smith com quem contão; e com toda a Nasão Ingleza como portetores sertos e para tudo; nada mais de que, pelo enterese de se lhe facultar o Comersio, e ate de que abandonarão á aliansa portugueza por satisfazer con eles³⁵⁴

Com essas afirmações, o ministro Sousa Coutinho podia fazer idéia do grau de relacionamento entre Smith e os revoltosos de Buenos Aires, o que se configurava um perigo aos planos de seu gabinete, já que a Inglaterra, bem sabia ele, não apoiava a intervenção portuguesa no Prata, pois possuía interesses próprios, especialmente em relação ao comércio com aquelas colônias³⁵⁵.

No íterim dos fatos ocorridos em Buenos Aires, chegava ao Rio da Prata uma correspondência proveniente de Santander, na Espanha, na qual constava que a batalha de Pamplona havia sido vencida pelas tropas espanholas, assim como as juntas haviam reconhecido a superioridade da Junta Central de Madri³⁵⁶ como órgão depositário da autoridade régia enquanto os reis espanhóis fossem mantidos em cativeiro. Dessa forma, exigia-se que as colônias espanholas jurassem fidelidade à Junta Central, o que logo foi

³⁵³ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 414.

³⁵⁴ *Ibid.*, p. 415.

³⁵⁵ Em correspondência do dia 20 de janeiro de 1809, Guillermo Midosi relata a dom Rodrigo de Sousa Coutinho que “o comercio continua à fazer-se somente por contrabando, por se não admittirem as fazendas à despacho. Achão-se neste Porto fundiadas sinco embarcações Inglezas com mercadorias, cujos Capitaes assegurão, que em breve tempo deve chegar ordem expressa de Hespanha para a livre introdução de fazendas Inglezas nestas Colonias, e à este fim debaixo do pretexto de precizarem conçertos vão se deixando ficar, tendo-se lhes intimado pelo Governo, que partão por não poder consentir nas suas descargas”, deixando claramente a idéia de que a Inglaterra sabia das vantagens que poderia alcançar obtendo o livre comércio de seus produtos introduzidos pelo Rio da Prata. *Ibid.*, p. 421.

³⁵⁶ É preciso que se faça uma ressalva neste ponto, tendo em vista que a Junta Central estava localizada em Aranjuez, pequena cidade distante 48 km de Madri, não na própria capital espanhola.

realizado. Era fixado na mesma, também, que o general Pascual Ruiz Huidobro e os demais chefes que o haviam acompanhado na travessia do Atlântico, vindos “clandestinamente”, deveriam voltar para a Espanha³⁵⁷, já que não contavam com o reconhecimento da dita junta.

Datada de 22 de janeiro, a correspondência que continha as “Reales Ordenes” da Junta Central Governativa, assinada por Francisco Saavedra, desde Sevilha, informava que as colônias, por intermédio dos vice-reinados e capitanias gerais independentes, deveriam proceder à eleição de um representante para servir como deputado na Junta Central, pois para

corresponder à la heroyca lealtad y patriotismo de que acaban de dar tan decisiva prueba á la España en la conyuntura mas critica que se ha visto hasta ahora Nacion alguna; se ha servido S.M. declarar, teniendo presente la consulta del Consejo de Indias de 21 de Noviembre ultimo, que los Reynos, Provincias è Islas que forman los referidos Dominios deben tener representacion Nacional inmediata á su Real Persona³⁵⁸

Essa eleição deveria ser realizada com voto aberto, apresentando-se três candidatos eleitos pela maioria para concorrer ao cargo; logo em seguida, apenas um dos três era novamente eleito. Realizado-se isso na capital e demais pontos do vice-reinado, eram novamente escolhidas três pessoas, das quais apenas uma sairia eleita como deputado da junta, representando a totalidade. Antes de remeter o indivíduo eleito à corte espanhola, dever-se-ia proceder aos *Ayuntamientos* para declarar “los repectivos poderes é instrucciones expresando en ellas los ramos y objetos de interes naiconal que haya de promover.”³⁵⁹.

Entretanto, na América, além das dificuldades em se proceder a tais eleições, as comparações entre o número de representantes das colônias e da Península foram inevitáveis, visto que para cada província espanhola havia dois representantes, ao passo que para todo um vice-reinado era apenas um deputado. Dessa forma, sendo considerada uma atitude totalmente discriminatória da junta, durante o ano de 1809 poucas foram as movimentações práticas em âmbito americano sobre essa determinação³⁶⁰.

³⁵⁷ Midosi também se reporta às notícias vindas de Santander e comenta: “Poucos dias depois à este facto, recebo este Governo os primeiros despachos da Junta Central de Madrid, que foi publicamente reconhecido por Superior [...] e prestarão o juramento de estilo.” *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 421; 424.

³⁵⁸ *Ibid.*, p. 469.

³⁵⁹ *Ibid.*, p. 470.

³⁶⁰ WILLIMAN; PONS, *La Banda Oriental em la lucha de los Impérios...*, p. 176.

É interessante constatar que, na mesma correspondência, mas com data anterior, de 20 de janeiro, apresenta-se uma nota relacionada ao general Nicolás de Herrera, o qual teria pedido que o “cuerpo de comercio” da cidade de Montevideu fosse eximido de pagar os direitos de circulação de mercadorias compradas de ingleses. Este imposto teria sido ratificado por Liniers durante a ocupação daquela cidade, mas, a partir daquele momento:

se ha servido el Rey nuestro Sr. D. Fernando VII, y en su nombre la Junta Suprema Gubernatiba de estos y esos Dominios, dar una prueba mas de sua amor á los fieles vasallos de esas Provincias por el que han creditado en su defensa, dispensándoles la gracia de que los / generos y efectos que el comercio y vecindario de Montevideo compró a los ingleses en el tiempo que estuvieron ocupando dicha plaza, paguen solo los derechos que adeudan los efectos y generos nacionales, devolviendose á cada interesado inmediatamente el exceso que hubiesen satisfecho por virtud de la muy extensiva en su respectivo caso á esa ciudad de Buenos-Ayres, y demas puntos que ocuparon entonces los ingleses.³⁶¹

Ao final do atribulado mês de janeiro, uma nota de Joaquim Xavier Curado – que se encontrava em Rio Grande – ao ministro Sousa Coutinho relatava outra versão possível para o motim que agitara Buenos Aires no dia 1º de janeiro. Esse fato teria ocorrido, na visão de Curado, em razão da tentativa de Liniers de garantir seu poder pela nomeação de “hum Sugeito da Sua Amizade e facção” para a direção do Cabildo de Buenos Aires. Entretanto, esse não foi eleito pelo grupo dos cabildantes, deixando o vice-rei extremamente irritado “por ver frustradas as suas ideas, e astucioza prevenção”, convocando, então, a presença do novo Cabildo em sua residência para tratar do assunto. Tendo a maioria do Cabildo se recusado a aceitar suas ordens, Liniers mandou municiar quatro mil homens para que forçassem a obediência daquela instituição. Assim:

Nesta ocasião declarando-se dous partidos, hum a favor do Vice Rey, e outro á favor do Povo, houverão algúas mortes; de Cujo numero he muito incerta a Noticia: huns dizem que morrerão quatrocentos; outros que trezentos; outros, que vinte; o certo he, que perecerão alguns.³⁶²

Logo que a situação foi acalmada pelo bispo de Buenos Aires, os cabildantes marcharam em direção ao forte, residência do vice-rei, e, obrigados a passar por uma porta que dava para o mar, foram embarcados em bergantim do qual não se sabia o destino; porém, Curado cita ter recebido uma carta informando que os degredados se dirigiam para o Rio de Janeiro³⁶³.

³⁶¹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 471.

³⁶² *Ibid.*, p. 425.

³⁶³ *Ibid.*, p. 426.

Notamos aí o quanto as informações eram, por vezes, desconstruídas entre os emissários da corte, pois as que tinham nem sempre vinham de fonte segura ou, até mesmo, chegavam depois de muito tempo, já transformadas pelo próprio senso comum. Era necessário, portanto, principalmente às legações diplomáticas, ter a capacidade de discernir sobre o que devia ser considerado plausível.

Durante todo aquele período de intensa movimentação na corte e em Buenos Aires, dom João, em razão das altas temperaturas, fora se recostar em sua fazenda de Santa Cruz, onde o clima era mais ameno³⁶⁴. Carlota, entretanto, continuou na corte, porquanto, mesmo não se sentindo bem, sabia que suas relações não poderiam ser prejudicadas num momento tão sensível como aquele. Mas com dom João longe, tudo poderia ser feito com mais calma e liberdade, afinal, as notícias levariam algum tempo para chegar ao príncipe regente. Assim, a princesa poderia fazer “suas diabruras”³⁶⁵.

Em correspondência endereçada ao príncipe regente, em fevereiro de 1809, na qual comentava inclusive sobre o tratado que estava sendo realizado com os ingleses³⁶⁶, dom Rodrigo suscitava a atenção do regente para as ações de Carlota em relação ao Prata, pois, em Buenos Aires,

correm agora vozes de q' elle [Liniers] ouza até fazer averiguaoens sobre as Ordens q' S.A.R. a Princeza Nossa Senhora tem mandado para alí, e que pretende sejam contra a Autoridade do Senhor Rey Fernando VIIº. Si isto he assim, fica bem claro q' nunca me enganei com elle, e creio q' V.A.R. se não ha de arrepender de ter mandado reforsar a Tropa do Rio Grande com parte da Tropa de S. Paulo.³⁶⁷

Da mesma forma, dom Rodrigo sutilmente tecia comentários indiferentes a Sidney Smith, o qual havia sido interpelado pelo ministro sobre determinado assunto, registrando que

³⁶⁴ Corroborado com isso a correspondência do conde de Linhares ao príncipe regente, afirmando que estava “muito cansado do calor q' fazia, e muito inquieto pelo cuidado q' me dava a Trovoada q' talvez erradamente julguei carregasse mais para Sta. Cruz do q' para esta Cidade, por s'equilibrar com aquella q' ha dias foi aqui terrível, e maior segundo diz o conde de Aguiar do que quantos aqui soffreo”. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 431.

³⁶⁵ Conforme AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 198.

³⁶⁶ “[...] o primeiro [Lord Strangford] mostrandose muito reconhecido a Real Bondade de V.A.R. á seo respeito ja me citou para me mostrar amanhã o Tratado traduzido em Ingles”. Esse tratado, provavelmente seja o que se ratificaria apenas em 1810, alterando diversas disposições, principalmente no comércio, entre ingleses e portugueses. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 431.

³⁶⁷ *Ibid.*, p. 432.

“ainda espero a sua resposta, [...] e q’ talvez não seja muito conforme aos seus desejos”³⁶⁸. Essa postura denota, principalmente, a gana do ministro em minar ainda mais a relação do Príncipe com dona Carlota e com Smith, pois não perdia oportunidade, ao que se vê, de apontar a princesa como beneficiária de relações que não eram condizentes com sua posição e, especialmente, que eram contraditórias aos auspícios do governo do esposo.

As disputas entre os platinos passaram a assustar a corte portuguesa, que, sem demora, iniciou ações preventivas para garantir as fronteiras lusitanas no Rio Grande de São Pedro. A preocupação com as fronteiras do sul aumentavam e, por isso, o ministro Sousa Coutinho ordenou que diversos pontos da campanha sulina fossem ocupados pelas guardas portuguesas, com a finalidade de oferecer resistência aos invasores espanhóis que, seguidamente, cruzavam uma fronteira ainda por ser definida. Esses movimentos foram intensificados justamente a partir de 1809, quando dom Diogo de Souza e dom Joaquim Xavier Curado foram destacados para comandar duas das principais colunas de milicianos que deveriam guarnecer o território meridional.

Nesse momento, o território das Missões, retomado pelos portugueses desde 1801, serviu como base para as operações militares da Coroa. Em São Borja, onde havia o porto fluvial português mais próximo do Rio da Prata, ficava uma guarnição destacada para dar apoio às guardas que se estabeleceram ao sul do rio Ibicuí e para garantir a segurança do acesso ao Brasil via rio Uruguai. Era iminente o ataque estrangeiro naquela porção meridional, o que se verificou algum tempo mais tarde, principalmente, com as tropas comandadas pelo general José Artigas.

Em razão das ameaças sofridas pelo governo de Buenos Aires, a Aduana desta cidade ficava em constante alerta para vistoriar as embarcações que atracavam no cais. Por esse motivo, pode-se verificar como se dava a inspeção das embarcações com base na declaração do inspetor que vistoriou a sumaca “Carlota”, de bandeira portuguesa. Nesse caso, especialmente, pode ser que a vistoria fosse mais detalhada, já que estavam ligados à embarcação o governo português e Felipe Contucci.

³⁶⁸ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 431.

Durante a vistoria, o capitão da embarcação deveria jurar que iria responder sinceramente às seguintes perguntas: “Como se llama esta embarcacion, de que Puerto procede, que dia salió, que carga conduce, a quien corresponde, y si durante su navegacion ha hecho algunas arribadas ò encuentro de embarcaciones.” No caso, o comandante Bernardo Antunez Macial respondeu:

Esta Zumaca se llama la Carlota, que salió del Rio Geneyro[sic] el día veinte del ultimo Febrero, con el cargamento de doscientos sacos de quina del Rey que devuelve por no haberse podido expender, de setecientas à ochocientas varras de fierro de cuenta de su Magestad y da la misma por via de muestra dos amarras, y seis piezas de jarcia, y veinte y quatro piezas de lonas, assi mismo de cuenta de la Real hazienda; y que durante su navegacion no ha hecho arribada alguna, ni encontrado embarcaciones.³⁶⁹

Concluindo a inspeção, o escrivão que rubricou o comprovante de vistoria assegurava, ainda que “no se alló cosa alguna contra los reales intereses, por lo que reencargado el resguardo de custodia del cumplimiento de su obligacion, se dio por concluido este acto que lo firmaron de que doy fee.”³⁷⁰ Desse trecho, portanto, pode-se inferir o que o governo do vice-reinado temia: uma invasão por mar ou o desembarque de elementos que fossem prejudiciais, em âmbito geral, ao governo buenairense.

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, Carlota sentia, pouco a pouco, seu projeto de regência ruir. Suas bases, Presas e Smith eram, por todos os lados, atacadas pelas insistentes denúncias e comentários de traição. Então, a princesa, sempre atenta ao ambiente à sua volta, passou a ter reservas no trato com os auxiliares, tanto que o próprio Presas, segundo Francisca Azevedo, “não se conforma com o tratamento que vem recebendo da princesa”³⁷¹. Provavelmente, o caso Paroissien tenha repercutido profundamente em seu pensamento, mostrando-lhe que não havia mais em quem confiar³⁷².

No sul, para reforçar as guarnições que se encontravam na fronteira da província de São Pedro, dom Joaquim Xavier Curado comandava a legião de artilharia de São Paulo. Em correspondência do dia 30 de março de 1809, ainda na cidade de Rio Grande, Curado enviara uma nota ao conde de Linhares, avisando-o:

³⁶⁹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 434-435.

³⁷⁰ *Ibid.*, p. 434-435.

³⁷¹ AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 201.

³⁷² Conforme os comentários e correspondências encontrados em *Idem*. p201-203.

Agora que se acha já pronto o Espaldão para o Alvo, e suficiente numero de Bestas, e Cavalos em estado de poderem arrastar a Artilharia, está destinado o dia 5 de abril, em que deve a Tropa da Legião de S. Paulo marchar para o Campo destinado, a dar principio aos Exercícios daquela Arma.³⁷³

Por essa razão, Curado se dispôs a ir junto com a legião para que fosse “possível cumprir com as Ordens de V. Excellencia [Linhares], conteúdas no Oficio de 25 de janeiro.” Na mesma correspondência, aproveitou para comentar sobre a notícia que recebera de dois espanhóis de que uma embarcação hamburguesa havia atracado no porto de Montevideú trazendo péssimas notícias da Espanha e, por causa das suspeitas levantadas sobre a origem dos tripulantes, todos tinham sido presos por ordem de Elio, inclusive o comandante.

As notícias prosseguiam e Curado passou a informar sobre o ocorrido na cidade de Córdoba, no interior do vice-reinado, que se recusara a prestar obediência a Buenos Aires³⁷⁴, causando problemas à receita da capital platina, visto que os “cordovezes” interceptaram o dinheiro enviado de Lima para Buenos Aires.

No princípio de 1809, portanto, praticamente tudo ia de mal a pior, tanto na corte portuguesa quanto no Vice-Reinado do Rio da Prata. As relações entre ambos os governos deterioravam-se a cada dia. Liniers já não contava com o apoio que o garantira no poder em 1º de janeiro, pois tinham se fortalecido, paulatinamente, os grupos locais que desejavam outras saídas para o governo e, principalmente, para a economia do Rio da Prata. Linhares era o único que, em princípio, mantinha-se num firme propósito que o guiava desde a chegada ao Rio de Janeiro: cravar definitivamente a estaca portuguesa no coração do Vice-Reinado do Rio da Prata e pô-lo sob a “proteção” do Império bragantino.

Felipe Contucci, informante do ministro Sousa Coutinho desde julho de 1808, mas também de Carlota Joaquina, especialmente desde outubro daquele ano, escrevera para o ministro em meados de abril de 1809. Na carta, constava que a situação daqueles “países” era crítica em razão das ações do gabinete do vice-rei e da conseqüente formação de partidos distintos quanto a seus objetivos, divididos da seguinte forma:

³⁷³ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 437.

³⁷⁴ *Ibid.*, p. 437.

uno, el de reconocer por Regenta a S.A.R. la Señora Princesa Da. Carlota; otro el de arrojar del mando á Liniers, sea quien quiera el q' le substituya, el qual podrá agregarse á aquel; y otro el de constituirse en un gobierno democratico; para el que trabajan los Ingleses del modo mas eficaz³⁷⁵

Nessa correspondência, Contucci declarava os interesses que, a seu ver, pautavam as ações dos ingleses naquela porção da América. Com isso, os planos de Sidney Smith ficariam prejudicados, pois, além da hostilidade do ministro, que, desde a chegada do almirante, não suportava sua presença e, sobretudo, suas investidas políticas e estratégicas no Prata, caso a correspondência chegasse às mãos da princesa, esta poderia ver ali a confirmação de que estava sendo usada para uma obra com a qual não compactuava.

Prosseguindo na carta endereçada a Linhares, o emissário asseverava que “si nó se tienen tomadas todas las medidas para prevenir los males, y conseguir el pensamiento de mi mision, la America del Sud sufrirá mucho, sin provecho de los contendores.” E, da mesma forma, afirmava:

Quando hablo á V.E. con esta franqueza, es con la confianza de que sus miras extenderán sus limites; a fin de que S. A. R. El Principe Regente Nuestro Señor, meresca el renombre de conservador de este Continente, y obtenga con el tiempo Su digna Real familia la: tranquila posesion q^e tan de derecho le corresponde.³⁷⁶

Com isso, percebemos as intenções do gabinete português em marcar sua presença e sua linha de ação política no Prata. Deveria ser pelo enfraquecimento das forças realistas e dos favoráveis à independência do Vice-Reinado do Rio da Prata que se desejava pôr em atividade um plano para controlar todo o estuário e, se fosse possível, subjugar toda a América do Sul, ainda que fosse gradualmente, ao cetro da Coroa portuguesa.

Mais um dos informantes de dom Rodrigo na região platina enviava, no início de abril, um extenso relatório sobre os acontecimentos que estavam ocorrendo em Buenos Aires, colocando o ministro a par da relação existente entre os portenhos e os ingleses, principalmente no tocante ao comércio. Naquele período, entre março e abril de 1809, Possidônio da Costa afirmava que “a vista se axão 6 Fragatas Inglesas que tudo tem descarregado, e agora direi com pureza que todo este contrabando tem sido conduzido pelos Marinhos[sic], e com permissão do Governo”³⁷⁷.

³⁷⁵ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 439.

³⁷⁶ *Ibid.*, p. 439.

³⁷⁷ *Ibid.*, p. 440.

Dessa forma, confrontando as cartas de Possidônio e Contucci, podemos ter a segurança de que a relação entre britânicos e portenhos era cada vez mais estreita, especialmente em relação ao comércio ilícito realizado pelos portos de Buenos Aires e Montevideú. Complicava-se, portanto, a atuação da Coroa portuguesa para controlar o estuário do Rio da Prata, já que a Inglaterra fora sempre uma aliada que, especialmente naquele momento, não poderia ser repelida. Seria muito arriscado qualquer passo em falso nas relações entre portugueses e ingleses, ainda mais com as tratativas já iniciadas por Strangford para a assinatura dos tratados de comércio, navegação e amizade.

Pelas notícias de Possidônio, quando se tratava de comércio, deixava-se de lado o ressentimento dos buenaienses com relação aos ingleses. Havia sinais de que o sentimento que minava os corações daqueles que haviam vivido as invasões inglesas ao Prata, em 1806 e 1807, tinha ficado em segundo plano. Isso, evidentemente, não se daria de forma inesperada e sem propósitos, pois supunham os “patrícios” que, com o auxílio da Inglaterra, maior potência militar e econômica da época, é que seria possível alcançar a independência das colônias espanholas. Além disso, passado um ano da prisão da família real espanhola na França, esvaíam-se as esperanças de ver o reino de Espanha restabelecido em meio à Europa napoleônica.

Na mesma correspondência de Possidônio expressava-se a preocupação de que

se aumentão as Tropas, e afirmão se vai a formar demais um Regimento, e que tendo-se feito a pouco uma promusão em que se aumentarão dos postos mais de aceso a todos os Oficiaes que concorrerão para a defesa do primeiro do ano, agora se pasou a outra semelhante, sem que tenha avido outro relevante serviso.³⁷⁸

Com as relações entre Buenos Aires e Montevideú estremecidas, com os grupos que se formavam na capital do vice-reinado em torno do poder e a situação política na qual se encontrava a Espanha, eram evidentes os sinais de uma possível reviravolta nas camadas dirigentes platinas. Provavelmente por esse motivo, Liniers estivesse se arregimentando para sustentar a liderança do governo platino.

³⁷⁸ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 441.

O alerta de Possidônio era claro: “pela demaziada esperiencia que me tem feito conhecer não respirar neste Povo mais que amizavel inconstância, o que unido ao mortal ódio que profusão a Nasão Portugueza, se pode bem conhecer qual será a conseqüencia.”³⁷⁹ Só os movimentos beligerantes que se efetuavam entre Buenos Aires e Montevideu é que davam um lastro para que o ataque contra os portugueses não ocorresse de fato.

Ao final da primeira parte da correspondência, o comerciante português ressaltava, aludindo à mesma questão do municiação e aumento de tropas e oficiais:

Estes [platinos] governados por um Françes que por sua idéia tem xegado ao galarim em que o devizamos: nós o vemos unido com os Inglezes satisfazendo-os em tudo, e por tudo, aumentando Tropas, vencendo os ânimos dos Xefes, deligenciando Armas, e só nos falta compreender com quem será a guerra³⁸⁰.

Além de informar continuamente ao conde de Linhares e a princesa Carlota sobre os acontecimentos do Prata, Possidônio era comerciante e, assim, tinha conhecimento sobre o contrabando de fazendas (tecidos) inglesas para Buenos Aires, tido como uma afronta ao sistema vigente e aos comerciantes portugueses que por aquelas bandas tentavam realizar seus negócios. Aquele ainda afirmava, em determinada passagem, que, mesmo não se tendo dado “inda a luz a concessão de publico despaxo as fazendas Inglezas”, permanecem “vinte e tantos Barcos a descarregarem fazendas Inglezas, a vista de Deos, e do Mundo, e os mesmos Inglezes se axão vindendo em Cazas publicas ao povo.” E asseverava que o mesmo “não succedeo [...] ao meo Bergantim que conduzindo desa algumas rediculas encomendas [...] sou eu que soffro o prejuízo.”³⁸¹

É possível notar que era de conhecimento dos portugueses o intuito do príncipe regente, e do conde de Linhares, em especial, com relação ao Prata. Provavelmente por isso, na tentativa de fomentar os desejos do ministro português, aquele comerciante/informante afirmava:

O Principe Regente não devia abandonar a bonita ocasião que lhe propôs o dia 1º, mas vindo inda agora veria bem a tempo, o que lhe custará bastante sangue se se demorar por dar margem a que se vão reconciliando os ânimos, e te os dos Europeos

³⁷⁹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 440-441.

³⁸⁰ *Ibid.*, p. 442.

³⁸¹ *Ibid.*, p. 443-444.

que tal vez se tivessem transtornado já alguns, se não estivece de premeio a dezonião de Montevideo, e a estada agora ali dos Alcaides que mais a fomentão³⁸².

Portanto, Possidônio da Costa, nesse excerto, tentava suscitar, tanto no príncipe quanto no ministro de Exteriores, a idéia de que já era chegada a hora de realizar uma intervenção no Prata, pois os ânimos, desde o levante contra Liniers, tinham aberto uma brecha para que fossem conquistadas as bases necessárias que ajudariam a, quiçá, criar e fixar um novo governo na região. Logicamente, as coisas não seriam assim tão fáceis, pois, como ressaltou o informante, já se encontravam em fase de gestação alguns partidos que possuíam uma linha pela qual desejavam seguir, rebatendo, caso necessário, toda disposição contrária.

Tanto isso pôde ser verificado naquela altura dos acontecimentos, estando-se na primeira quinzena do mês de abril, que, no mesmo parágrafo, comentava “que tudo pasa a ocultar-se de nós / olhando-nos desde já como inimigos, e que quanto mais se forem reconciliando menos condutos nos ficão para sabermos do gráo a que xegão as suas diligencias, se bem que por alguns que pensão como devem esperamos saber.”³⁸³

Ao final da carta, porém, em virtude de novo atraso na saída do bergantim, que zarparia daquele porto de Buenos Aires em direção ao Brasil, Possidônio inseriu mais uma nota, a mais contundente e que poderia alterar sobremaneira os planos portugueses. Nesta, ele apresentava a implicação que havia entre Sidney Smith e o governo do vice-reinado. Esse almirante teria enviado a Liniers algumas proposições para que se mantivesse em segurança o poder do Prata, tais como:

1º em conceder o Comercio livre aos Inglezes por tempo de 2 anos sem embargo das Leis 2º que o Coronel Broke como omem instruído, e bom Naturalista podia S. *Excellencia* concentir em que se entranhase pelo interior do Reino onde seria útil pela sua abelidade. 3º que tendo noticia das dezordens do dia 1º de janeiro deste ano lhe suplicava quizesse admitir 2 [há um sinal de milhar] omenz as sua Tropa que pronto mandaria para tranqüilizar o Povo, e a seguransa do Estado.³⁸⁴

Nessas considerações, entendemos que Smith pleiteava uma maior participação inglesa dentro do vice-reinado a fim de controlar e de incentivar, de dentro para fora, uma reação. Essa reação, porém, fora alertada por Possidônio ao ministro dom Rodrigo como tendo conotação independentista, pois assegurava que o coronel Brook (Burke, seria seu nome

³⁸² *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 443.

³⁸³ *Ibid.*, p. 443.

³⁸⁴ *Ibid.*, p. 444-445.

correto) era bastante conhecido por todo o reino, tendo sido comerciante e mantendo relações com a França. Além disso, teria sido repellido pelo próprio vice-rei que o mandara retirar-se em razão de suas investidas em prol da independência no seio dos povos platinos. Ao final, o informante português registrava que “este é o Imisario que aqui se conheseo Negociante, Francês, Prociano, e agora Coronel Inglez. Tenho dito quanto vi, quanto ouvi, e quanto sei, do que V. Excellencia colherá o que axar conveniente.”³⁸⁵

Esses infaustos episódios armaram o palco para que o ministro dom Rodrigo atacasse impiedosamente Sir Sidney Smith e, conseqüentemente, dona Carlota e Presas, a fim de livrar-se dos maiores empecilhos à efetivação das ações portuguesas no Prata. E conseguiria! Antes de findar o ano de 1809, Sidney Smith receberia ordem de retornar para a Inglaterra e não pisaria mais em terras brasileiras.

3 NOTÍCIAS NEM SEMPRE BEM-VINDAS: AS (IM)POSSIBILIDADES DA REGÊNCIA DE CARLOTA JOAQUINA SOB OS OLHARES DOS DOIS LADOS DO ATLÂNTICO

Durante o mês de abril, entretanto, Sidney Smith convidou dona Carlota para que fosse merendar em sua casa de campo, situada no outro lado do porto do Rio de Janeiro. A casa fora doada por dom João em reconhecimento ao esforço e competência do almirante demonstrados durante a trasladação da família real portuguesa para o Brasil. O convite, ao mesmo tempo em que fora comunicado, foi aceito pela princesa, sendo o secretário Presas o responsável pela minuta de resposta³⁸⁶.

O secretário da princesa dedicou a esse episódio um capítulo à parte em sua obra, na qual registra que a princesa, há mais de um ano em terras brasileiras, não havia ainda agradecido pessoalmente ao contra-almirante os serviços que lhe prestara. Por isso, pediu a Presas que procurasse um presente que fosse do agrado de Smith. O secretário, então, deu a idéia de presentear o contra-almirante com uma espada cravejada de brilhantes, sugestão logo aceita pela princesa e o presente, encomendado³⁸⁷.

³⁸⁵ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 443.

³⁸⁶ Conforme PRESAS, *Memórias secretas de dona Carlota Joaquina*, p. 66; 68.

³⁸⁷ *Ibid.*, p. 69.

A espada, entretanto, só foi conseguida alguns dias depois, pois a dificuldade de achar alguma que fosse adequada demandou muita procura, e, apenas foi encontrada porque dom Diogo de Souza, estando de passagem pelo Rio de Janeiro, fora visitar Presas e mostrara-lhe uma espada que resolveria o “problema da princesa”. Depois de preparada, a espada foi-lhe, então, oferecida, juntamente com um anel de brilhantes³⁸⁸.

Não é possível discernir se foi por sua visão bastante limitada ou por sua astuta ação em tentar extorquir a princesa, através das declarações contidas em sua obra, que Presas registrou:

A particular consideração com que os Príncipes distinguiam este general inglês provocou a inveja de Lord Strangford, que pôs em campo toda intriga diplomática, para desconceituá-lo perante o seu governo, ante o qual o mostrou como inimigo dos interesses de sua pátria³⁸⁹.

Acreditamos, porém, que tal consideração transmite uma visão minimizada do complexo sistema de relações da corte portuguesa. É certo que, em se tratando de seres humanos, ciúme, inveja e cobiça são sentimentos que naturalmente afloram entre pessoas que ocupam cargos de envergadura, especialmente se tratando de representantes de países que desejavam obter resultados positivos para seus soberanos. Entretanto, o que podemos dizer a respeito da oposição que o comandante Smith sofreu relaciona-se muito mais ao partido, ou melhor, ao viés político que ele decidiu tomar – ou para o qual fora incumbido –, do que às suas relações pessoais com a princesa e com o príncipe regente português.

Desde o início Strangford não concordava com as medidas adotadas pelo almirante inglês, assim como Canning, ministro das Relações Exteriores britânicas, também não estava de acordo com as atividades de Smith, que se utilizava do beneplácito poderio bélico e econômico da Inglaterra, sem sequer ter autorização para entrar em negociações com países estrangeiros. Dessa forma, como bem anota Alan Manchester, já

em 1º de março de 1809, Canning escreveu a Strangford que a Inglaterra nunca iria “concordar com qualquer medida que” tinha “por objetivo qualquer interferência no estado político” dos domínios espanhóis na América. O Visconde foi elogiado por sua moderação e firmeza durante a interferência em seus negócios, que tinha

³⁸⁸ PRESAS, *Memórias secretas de dona Carlota Joaquina*, p. 70-71.

³⁸⁹ *Ibid.*, p. 71.

resultado em tal confusão na corte do Rio, e Sir Sidney Smith foi chamado de volta.³⁹⁰

Enquanto isso, a corte do Rio de Janeiro via aproximar-se o momento de entrar em ação no Prata. Isso demoraria mais tempo, mas os ventos que sopravam naquele ano de 1809 já eram promissores, principalmente em função das lutas que minavam a confiança no vice-rei Liniers, assim como a formação de “partidos” tanto em Buenos Aires quanto em Montevidéu, que, por sua vez, se indispunham entre si.

Assim, o que poderia ser um empecilho à ação dos portugueses era justamente seu maior aliado, a Inglaterra. É possível notar a intenção daquele país de fazer-se cada vez mais presente nos vice-reinados espanhóis, principalmente na região do Rio da Prata. As relações comerciais nas duas principais praças meridionais, Montevidéu e Buenos Aires, iam se fortalecendo com a permissão para a comercialização de produtos ingleses, assim como o relaxamento com o contrabando, que aumentava consideravelmente pela parca fiscalização.

Em razão da correspondência de Strangford para Canning, citada anteriormente, em que reclamava das atividades de Smith, a resposta foi taxativa em relação aos acontecimentos no Prata. Assim, imediatamente, Strangford escreveu aos governadores de ambas as capitais platinas “assegurando-lhes de que a Inglaterra ‘não iria concordar com qualquer tentativa de promover uma mudança nas autoridades estabelecidas nas colônias espanholas’, enquanto elas continuassem fiéis a Fernando VII.”³⁹¹

Mesmo antes da resposta do ministro britânico, em 29 de maio de 1809, Strangford escrevera ao conde de Linhares para informá-lo sobre as impressões que o governo britânico tinha de Sir Sidney Smith, da mesma forma que dava um parecer sobre a tentativa de proclamar Carlota Joaquina como regente da Espanha na América. Dessa forma, registrava que a corte britânica

n’était que très imparfaitement instruite dès Procédés de Sir Sidney Smith auprès de Son Altesse Royale. Elle savait pourtant a peu pres quelles etaient lês Idées de cet

³⁹⁰ *Foreign Office*, 63/68, Canning a Strangford, n° 2 apud MANCHESTER, *Preeminência Inglesa no Brasil*, p. 116.

³⁹¹ *Foreign Office*, 63/69, Strangford a Canning, n° 40, 7 de junho de 1809 apud MANCHESTER, *Preeminência Inglesa no Brasil*, p. 116. Conforme registra Manchester, em nota, as duas capitais estavam se sentindo ameaçadas, pois acreditavam que a Inglaterra apoiava a mudança total do governo platino; portanto, em adendo à primeira nota, Strangford assegurou que seu país não interferiria para auxiliar qualquer um dos lados. (F.O., n° 63, 16 de agosto).

officier a l'Egard de l'Amerique Espagnolle, car je n'avais pas perdu um instant à faire part à mon Gouvernement de la Conversation singulière que j'avais eu avec lui á Santa Cruz³⁹²

Foi na ocasião dos dias passados na casa de campo do príncipe regente que Strangford pôde perceber, com maior clareza, as idéias que Smith tinha a fim de alterar os rumos das discussões no Prata, principalmente em se tratando do governo da princesa Carlota Joaquina. A esse respeito,

le Gouvernement Britannique désapprouve hautement tout Projet qui ait pour bût le moindre changement dans les affaires de l'Amerique Espagnolle: que j'ai reçu ordre de m'y opposer au nom de mon Souverain, qui ne juge pas que le moment soit arrivé pour mettre em avant les Prétentions de Madame la Princesse du Brésil³⁹³.

Entretanto, caso fosse necessário recorrer ao governo de dona Carlota por algum motivo que não tivesse alternativa, como “ou cause de l'Extinction dès Autres Branches de la Monarchie Espagnolle, ou par suite d'autres Evénemens”, deveriam estar certos de que o governo britânico “ne manquera pás de soustenir les justes droits de l'Auguste Epouse de Son Ilustre et Ancien Allié.”³⁹⁴.

Continuando com suas objeções, Strangford ressaltava ao conde de Linhares as disposições do governo britânico em relação ao almirante Smith, ou melhor, a surpresa do Gabinete de St. James em ter notícias de que o governo português dava ouvidos mais do que devia a uma pessoa que não tinha credenciais para tal feito, sem, no entanto, comunicar devidamente as atitudes que estavam sendo tomadas pelo almirante na persuasão da causa de dona Carlota. Dessa forma, afirmava:

Sa Majesté a vu avec bien de regret qu'on se soit permis d'écouter un peu trop favorablement les vagues idées d'un de Ses Sujets, qui n'avait aucun droit ni aucune autorité de se meler des Affaires de cette Nature. J'ai deja eu l'honneur M. le Comte, de vous declarer quels etaient mes Sentimens lá dessus, et je me persuade que Votre Excellence Verra sous peu, que j'ai eu bien de la raison lorsque je me plaignais du trop d'egard qu'on avait pour les consiels visionnaires d'un Agente non=accredité et non=autorisé³⁹⁵.

Fica patente, portanto, que as ações de Smith eram desconhecidas oficialmente pelo Gabinete – ao menos o do Exterior – do qual Strangford era representante, o que

³⁹² *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 475.

³⁹³ *Ibid.*, p. 475.

³⁹⁴ *Ibid.*, p. 475.

³⁹⁵ *Ibid.*, p. 475-476.

desqualificava qualquer investida do almirante em assuntos dessa alçada. Esse episódio foi decisivo, pois dom João, diante disso e das considerações tanto de Strangford como de Linhares, foi persuadido a escrever uma correspondência na qual exigia o afastamento de Sidney Smith dos negócios que envolvessem o Brasil. Isso brevemente seria atendido na medida em que Smith foi impelido a retornar para seu país de origem e remetido para outras ações na Europa.

Em meio à conturbação de seu governo, que se agravava dia a dia em razão dos ataques externos e internos, Liniers recebeu, em meados de maio de 1809, o título de conde de Buenos Aires. Assim, em circular, ele mesmo informou sobre o título e a comenda que recebera:

La Junta Gubernativa de España è Índias [...] se há dignado conferirme la gracia de titulo de Castilla libre de Lanzas y medias-anatas para mi, mis hijos, herederos y sucesores, y cien mil reales de vellon de pension anual sobre las Caxas Reales de esta Capital interin se me asignan tierras en estos paises que produzcan igual renta. [...] por Decreto de este dia he tomado el titulo de *conde de Buenos Ayres*³⁹⁶

Vemos, assim, o modo pelo qual estavam pautadas as relações entre os governos metropolitano e colonial que, neste caso em especial, não levou em consideração as acusações sobre as ações do vice-rei, pois as representações contrárias eram variadas. Todavia, nada chegou a impedir que um francês recebesse, na época mais conturbada para a Espanha, um título nobiliárquico e demais privilégios concedidos pela Junta espanhola. Quem, provavelmente, não tenha gostado nem um pouco da notícia foi o governador de Montevideu, dom Javier de Elío.

Em Montevideu, no dia 19 de maio de 1809, a Junta governativa, criada em 1808 pelo governador Elío, emitiu uma proclamação aos habitantes de sua jurisdição. Na carta, endereçada aos “leales e balientes habitantes de Montevideo y su jurisdiccion”, o ponto de discussão centrava-se na garantia de zelar pela felicidade, tranquilidade e segurança, combatendo as tentativas de Buenos Aires, ou melhor, de “algunos malvados”³⁹⁷ em fazerem-se ouvir e “seduzir” a população com falsas propostas.

³⁹⁶ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 472.

³⁹⁷ *Ibid.*, p. 460.

Na introdução da correspondência, a Junta de Montevideu deixava explícitos os motivos pelos quais emitia tal parecer:

Hace poco tiempo que se observan algunas especies que cunden en el Pueblo tendentes á precaucionarse para en caso de sucumbir la España al peso de las armas Francesas á admitir à la Señora Infanta Carlota, unos y otros forjando diferentes formas del Gobierno en su imaginacion, que con arto dolor no las cree de origen ignocente, [...] sino para explorar vuestros sentimientos, y descubrir terreno los malvados, principio de la mas finas ceduciones, propia y comun de todas las intrigas de esta especie³⁹⁸.

As intrigas às quais a declaração se referia eram “la misma que ha empleado el tirano usurpador en España”³⁹⁹, na tentativa de infiltrar-se no seio da população, de participar de suas atividades e tradições, de ganhar território e, por fim, de seduzi-la em prol da política que se desejava implantar, ou seja, no caso sul-americano, diferentemente do que na Europa, era um governo tirânico encoberto sob a proposta de representação direta da população.

A declaração serviria para que, caso Napoleão triunfasse e ficasse com a Espanha (coisa que a junta não aceitaria e não acreditava que acontecesse), não fosse aceito, sob nenhuma hipótese, alguém que tivesse sido nomeado por outro representante de governo que não fosse o próprio rei Fernando VII, ou a Junta Central espanhola, em seu nome. Essa atitude, verificando-se por outra ótica, manteria Elío no poder e excluiria Santiago de Liniers.

Naquela altura dos fatos, qualquer coisa era possível e as informações vindas da Espanha não eram nada alentadoras. Por isso, dizia o manifesto “la España no se rendirá jamas, pero si por altos juicios de Dios sucediese tal desgracia, no queremos hacer tanto agravio á los buenos Españoles de esta jurisdicción que sé les atribua quieran separarse de nuestro adorado Fernando 7º porque es desgraciado.”⁴⁰⁰

E assim, não aceitando separação da causa realista, completava que “lexos de nosotros semejantes oprobios y sufra el peso de la justicia el malvado que lo intentare, o propuciere.”⁴⁰¹ Fixava-se, dessa maneira, o posicionamento da Junta criada em Montevideu por Elío, que fora um dos poucos líderes que se manteve como firme defensor da política

³⁹⁸ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 460.

³⁹⁹ *Ibid.*, p. 460.

⁴⁰⁰ *Ibid.*, p. 461.

⁴⁰¹ *Ibid.*, p. 461.

metropolitana e do Antigo Regime, primando pela indissociabilidade entre a hispano-América e a Espanha.

Entretanto, vale ressaltar que os termos utilizados no início do manifesto não deixam claramente delimitada sua abrangência, pois registram apenas como “Montevideú e sua jurisdição”, da qual não se tinha uma linha divisória previamente reconhecida ou, em caso mais específico, uma identidade que fosse comum a todo o território. Seguindo o texto, Elío reporta-se unicamente aos “espanholes”; portanto, excluía uma extensa parte da sociedade que vivia nos campos da Banda Oriental e que, veremos adiante, passariam a unir seus esforços a José Artigas.

Ao final de maio de 1809, Felipe Contucci enviou informações ao conde Linhares e, ao mesmo tempo, à princesa Carlota Joaquina. A carta para a princesa era muito mais extensa e tratava especificamente do que estava ocorrendo no vice-reinado e de alguns assuntos que estavam pendentes, como o caso de Saturnino Rodrigues Peña e de seu irmão, Nicolás. Praticamente em cada parágrafo, Contucci remetia-se a um tópico para persuadir a princesa a agir diante dos acontecimentos que se processavam no Prata.

Já no primeiro parágrafo da correspondência Contucci asseverava que a cada dia tinha mais convicção de que

la Junta Central Española dirixe sus miras para ligar estos Dominios à la suerte de la Peninsula, y que la Inglaterra por otra parte esta adherida à fomentar y protexer la independencia democrata: una y otra, seguramente tiran á obscurecer los derechos de V.A.R.⁴⁰².

Nessa afirmação revelava-se a Carlota que a situação encontrada no Prata era desalentadora para seu projeto de regência e que seria necessário muito cuidado para que não fossem postos a perder todos os trabalhos desenvolvidos até aquele momento em várias frentes. Demonstrava, em especial, a participação e o envolvimento da Inglaterra com aquela porção da América, onde tentavam dissuadir a todos com promessas de auxílio e reconhecimento. Apresentavam, como diz Contucci, “proposiciones lisonjeras a la ignorância” e, dessa forma, acabavam abertamente:

⁴⁰² *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 464.

poniendo en cuestión los derechos de V.A.R. anunciando un armamento al mando de Berresford que se prepara para venir à los Dominios Españoles de la America des Sud, Gral. que ya trabajó por la democraica, envuelven en sus ideas à otra multitud, que tal vez será difícil desviarla de un camino que se les presenta tan cubierto de flores, y al parecer favorecido de las mas ventajosas circunstancias.⁴⁰³

Era importante que a princesa percebesse que os países dos quais desejava ser regente, “ó vendrán a ser presa de la Inglaterra, ó quando esto no sea, se habrán subtraído de su Real Dominio”, e, assim, passar a outra esfera, sendo perdida a sua causa e de seu irmão. Carlota sabia que alguma atitude deveria ser tomada, mas o controle imposto pelo conde de Linhares e a desconfiança em relação aos seus secretários paralisavam seus movimentos direcionados ao Prata.

A fim de não ser mal interpretado, Contucci ressaltava que não era por falta de ânimo ou por vontade de dificultar os planos da princesa que a informava sobre tais aspectos do Rio da Prata. Ainda se desculpava por adiantar suas idéias em relação aos fatos que se processavam na capital platina, mas prezava unicamente pela empresa à qual eram dedicados seus serviços, ao bem do Estado. O informante tentava angariar ainda mais a simpatia de dona Carlota, pois, diferentemente do que faziam Presas ou Smith, Contucci informava-a e o conde Linhares, quase simultaneamente, sobre o que poderia embaraçar os planos de um e de outro.

A correspondência segue e nela a idéia é de que era “muy probable que las miras de la Junta Central son las de conservar las Colonias, reconociendo la España la dinastia de Napoleon”. Essa afirmação, com certeza, alarmou a princesa, que via seu país sendo engolido por uma força maior e oposta àquela vertente que se desejava presente na península. Assim, Contucci registrava – almejando ser atendido para socorrer o estado comercial em que se encontrava a praça de Buenos Aires – que

no es regular que por ódio á esa dinastia quieran los Españoles abandonar unas posesiones que tanto les han hecho figurar / en el Mundo y de las que sacan tan inmensas riquezas; por el contrario, deben aspirar a retenerlas y estrecharlas con lasos mas fuertes, **aunque sea pribandose por lo pronto de algunas ventajas del monopolio, y concediendo franquezas** que pueden influir en unos **Vassallos acostumbrados à las restricciones**, y que à pesar de ellas siempre han amado y sido fieles a sua Metropoli.⁴⁰⁴

⁴⁰³ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 464.

⁴⁰⁴ *Ibid.*, p. 465. [Grifo nosso].

Cada vez mais, as correspondências enviadas à corte do Rio de Janeiro evidenciavam que a Inglaterra disputava melhores condições e preponderância nas transações comerciais com o Rio da Prata. Esse país, nas suas palavras, “ó [...] quiere poseer estos Domínios, ò adquirir en ellos la preponderância por la proteccion de la independência democrata”, entretanto, pelo que se comentava naquela região, a Inglaterra desejava tão somente “el comercio libre que les franqueará un Gobierno republicano.”⁴⁰⁵

Por essa razão, estaria trabalhando juntamente com a Grã-Bretanha, desde Londres, o revolucionário venezuelano Francisco de Miranda⁴⁰⁶, que, por sua vez, mantinha contato com o Cabildo de Buenos Aires, o que claramente poderia acarretar um levante daquela instituição contra as diretrizes espanholas, resultando na implantação de um sistema independente. Como registra Quebracho:

En los planes ingleses, pues, el Río de la Plata era la zona más codiciada, y en **los proyectos que preparaban en Londres con Miranda**, el comodoro Home Popham se adjudicaba la conquista de esa región [...] Hasta entonces, sin embargo, Inglaterra había preferido que las colonias españolas se independizaran en lugar de conquistarlas militarmente, ya que lo que aspiraba era a usufructuar su comercio⁴⁰⁷.

Com suas constatações, Contucci, em correspondência à princesa Carlota, não poupava comentários a todos os “Agentes de la Inglaterra”. Dentre eles se destacavam: Sidney Smith, talvez o principal acusado de cooptação com as determinações vindas da Europa para que os ingleses obtivessem o controle do vice-reinado; o capitão Burke, que

⁴⁰⁵ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 465.

⁴⁰⁶ Nascido em Caracas, na atual Venezuela, em 1750, ingressou no exército aos 21 anos de idade. Foi à península Ibérica para finalizar os estudos e retornou à América nove anos depois. Participou, então, de alguns levantes, sendo elevado a tenente-coronel. Alguns companheiros de batalha o acusaram de traidor, sendo forçado a ir para os Estados Unidos, onde teve contato direto com as causas da independência que havia se processado há pouco naquele país, tendo oportunidade de verificar como funcionava na prática uma democracia. Foi para a Inglaterra em 1785, na tentativa de obter auxílio para seus planos em relação à América espanhola, o que não conseguiu num primeiro momento. Foi à França, em plena Revolução Francesa, participando dela. Em 1798 voltou à América, onde participou de uma sucessão de ações malfadadas em prol da independência. Durante a primeira década do século XIX, manteve-se em constante comunicação com o governo britânico, mas somente em 1810, com as revoltas que se desenvolviam em toda a Hispano-América, teve a oportunidade de retornar ao seu país para participar da declaração da independência e redação da Constituição. Em 1812, foi aclamado generalíssimo, em Caracas, com todos os poderes concentrados em suas mãos, entretanto não conseguiu livrar-se das derrotas em campo, sendo acusado novamente de traidor. Por isso, foi preso e levado para a prisão de San Fernando, em Sevilha, onde faleceu em 1816. Consultar <<http://www.artehistoria.com/frames.htm?http://www.artehistoria.com/historia/personajes/6425.htm>>. Acesso em: 30 dez. 2005. Além disso, pode-se consultar o terceiro capítulo da obra de GALLO, *De la invasión al reconocimiento...*; e também diversas correspondências suas (e de pessoas comentando sobre este personagem), em meio ao conjunto documental III – Coleções Especiais, Documentos anteriores a 1822 (Independência), do AHI.

⁴⁰⁷ QUEBRACHO, *Subamerica*, p. 113-114. [Grifo nosso]

também aparecia nas correspondências de Possidônio da Costa, tratado como “Brook”; além do venezuelano Francisco de Miranda⁴⁰⁸.

Em uma correspondência, especialmente, o motivo das constantes denúncias contra as ações dos agentes ingleses era desvelado, pois Contucci tinha o intuito de mostra à princesa que os irmãos Peña, destacando-se dentre eles Saturnino (o mesmo que esteve envolvido no caso das correspondências de Paroissien), eram fervorosos “carlotistas”. Assim, registrava que “dà à entender la intriga de esos Agentes de la Inglaterra, con la que el ultimo no solo ha puesto à los ojos de V.A.R. à ese su digno Vasallo por un trahidor, sino que aun ha hecho padecer, y aun esta padeciendo su hermano D. Nicolas”⁴⁰⁹.

Após tais argumentações, das quais se valeu para indiciar ainda mais Smith, Felipe Contucci rogava à princesa:

Le suplique por estos dos fieles Vasallos amantes de su Real Persona y defensores de sus Reales derechos: si el Dn. Saturnino pensó en la democracia fue quando creyó que estos Dominios caerian en manos de la Inglaterra; pero luego V.A.R. piso este continente, inmediatamente desistio / y se esforzó por plantificar su Real Dominacion en estas posesiones Españolas⁴¹⁰.

É interessante notar a defesa que o agente faz daqueles dois integrantes da elite *criolla* que iriam, mais tarde, propagar o gérmen de um sistema independente no seio da sociedade platina. Tais idéias, por volta de um ano após essa correspondência, foram postas em prática e, mesmo sob a alegação de fidelidade a Fernando VII, seria consolidada a independência de parte do então Vice-Reinado do Rio da Prata por representantes do grupo do qual faziam parte dom Saturnino e dom Nicolás Peña.

Diante dessa relação persiste uma questão: Qual motivo levaria Contucci a defender dom Saturnino Peña e seu irmão Nicolás diante da princesa? Apesar de não se conseguir determinar o grau de relacionamento entre esses personagens, sabemos que todos eram comerciantes no Rio da Prata, e o próprio Contucci, pelo tempo que vivia na região, mantinha bastante contato com os órgãos de governo de Buenos Aires e Montevideú, assim como alguns comerciantes, provavelmente compradores e atravessadores de suas mercadorias.

⁴⁰⁸ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 466.

⁴⁰⁹ *Ibid.*, p. 466.

⁴¹⁰ *Ibid.*, p. 466.

Dessa forma, possivelmente, tivessem, além da causa política que a princípio defendiam, o “carlotismo”, interesses econômicos que os mantinham ligados.

É preciso fazer uma ressalva, tendo em vista que o sistema que seria adotado pelo grupo do qual faziam parte os irmãos Peña, os primos Manuel Belgrano e Juan José Castelli, além de Hipólito Vieytes, para alcançar a autonomia do Vice-Reinado do Rio da Prata, era claramente, ainda entre 1808 e 1809, a regência de dona Carlota. Assim, não se esperava que o sistema republicano prevalecesse após a independência.

Provavelmente, depois de abril de 1809 Carlota já não nutria mais qualquer sentimento de amizade e comprometimento com Smith, pois o caso Paroissien acabara preocupando-a, pois pôde perceber o quanto boa parte de seus agregados e informantes estava envolvida em “outros planos”. Isso deve tê-la abalado, tanto que seus contatos, daquele momento em diante, dependeriam muito mais da Coroa portuguesa que dela própria. Quando Smith voltou para a Inglaterra, a princesa, sem muitas esperanças, ficou isolada em sua casa, à mercê da oposição do conde de Linhares e tendo de contentar-se com as determinações do príncipe regente.

Enquanto isso, Contucci continuava alertando que “la Inglaterra ha de hacer todos sus esfuerzos para que estos Domínios no se unan un dia con los del Brasil”⁴¹¹. As correspondências de Strangford com o Foreign Office mostrariam que ele estava certo! Naquela conjuntura, não era interessante à Grã-Bretanha que as colônias espanholas mantivessem uma relação muito estreita com o vizinho império português, especialmente porque, em razão da transferência da família real, tinha como arregimentar poder bélico e meios de ação suficientes para pôr em xeque a soberania do Vice-Reinado do Rio da Prata.

A Grã-Bretanha ganharia muito mais, pelo que podemos verificar, mantendo ambas as Coroas ibéricas afastadas de um único trono também na América. Dessa forma, teriam autonomia para decidir sobre suas alfândegas e economias, o que poderia beneficiar a própria economia inglesa, que teria maiores possibilidades de manter acordos bilaterais sem prejuízos de uma ou outra parte. Para Contucci, era imprescindível que a princesa “desconfie de sus Agentes, y Del Gabinete mismo: todo, Señora, inspira el estar alerta contra las maquinaciones

⁴¹¹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 466.

de las cortes poderosas de Europa que no conocen otra alianza ni amistad que la de su interes”⁴¹².

Com esse aviso, o comerciante português não desejava apenas que Carlota escondesse de Smith aquilo que havia recebido, mas também de Presas, o qual não deveria ficar sabendo das correspondências “por que su candor no le permite concebir toda la trama en que esos mismos Agentes han tratado de envolverle; alucinandole con que trabajan por V.A.R. quando no hacen mas que desunir las ideas como ya antes lo he expuesto”⁴¹³. Por fim, ao encerrar a correspondência, Contucci assegurava à princesa que, se houvesse notícia positiva em relação aos seus *Reais Direitos*, que ele fosse comunicado, pois assim poderia

remitir à V.A.R. un plan de todos los pasos y caminos que se hayan de tomar à fin de que con su Real Presencia desde este punto se adopten las medidas mas oportunas para que todo el continente Americano reconosca en V.A.R. la Regencia y Soberania que Le compete⁴¹⁴.

Com a mesma data, Felipe Contucci enviou ao conde de Linhares uma correspondência contendo a cópia dos papéis enviados à dona Carlota. Essa era a garantia de que seria escutado de qualquer forma, pois, mesmo que a princesa não lhe desse ouvidos, o ministro Sousa Coutinho acharia maneiras de impedir que ela tomasse atitudes contrárias às suas determinações, ainda mais que estava enfraquecida pelos ataques desfechados aos seus secretários mais próximos.

Como agente que facilmente transitava entre um lado e outro da política rio-platense, por vezes ludibriando seus próprios contratantes, Contucci chegava a enviar correspondências abertas à princesa. Muitas vezes, tais correspondências passavam pelas mãos de Linhares, que as recebia, juntamente com a orientação de fechá-las antes que fossem entregues à destinatária. Por sua vez, a princesa sequer sonhava que seus papéis passavam pelo “visto” do ministro de Estrangeiros⁴¹⁵.

⁴¹² *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 466.

⁴¹³ *Ibid.*, p. 467.

⁴¹⁴ *Ibid.*, p. 467-468.

⁴¹⁵ LIMA, D. João VI no Brasil, p. 706.

O correspondente informava que dona Carlota estava “advertida de los inimigos q’ combaten, o pueden combatir sus justos derechos, se tomen las medidas acertadas en q’ vengan a desacerse sus planes, y logremos el feliz éxito de nuestros conatos.”⁴¹⁶

Dessa maneira, era preciso todo cuidado para não promover qualquer ação mais incisiva, pois desde o 1º de janeiro de 1809 o “estado de coisas” mudara consideravelmente no Prata. As idéias democráticas tomavam vulto através de um partido que propunha a total independência das colônias espanholas, quebrando definitivamente o Pacto Colonial e derrocando o Antigo Regime. Por isso, Contucci alertava: “Conviene, si, q’ tenga, como ya creo q’ tendra, todas las prevenciones oportunas para su caso; pero ningun movimiento debe executar sin un aviso expreso de mi parte; porque en el momento cambiaria todo de aspecto.”⁴¹⁷ E, caso a princesa aportasse em terras platinas, explicava:

quantos entran al partido de reconocer a S.AR. la Princesa Nuestra Señora por Regenta destes dominios, proceden baxo el concepto de q’ la España y su constitucion va a revivir en este suelo; pues q’ de otro modo no se acomodan; por q’ la preocupacion de Nacion limitofe está arreigada, y necesita tiempo para vencerla.⁴¹⁸

Dessa forma, os planos de Carlota deveriam arrefecer, pois não poderia ir até o Prata naquele momento. Como relatou Contucci, tudo poderia mudar de figura quando a princesa aportasse naquela região, ainda mais com o envolvimento dos ingleses e “patrícios” refugiados que, no Rio de Janeiro, a bajulavam em busca de benefícios claramente voltados para a alteração da situação vigente no Prata.

É possível notar na vasta base documental remanescente que uma questão que toma vulto neste período é a instabilidade das relações pessoais e políticas. Especialmente os refugiados platinos que podiam ser encontrados em território luso-brasileiro são exemplos claros do conturbado período de dois anos (entre a notícia do aprisionamento da família real espanhola, em 1808, e a formação da Junta de maio em Buenos Aires, em 1810) que envolveu a América colonial num intenso jogo de interesses econômicos, políticos e territoriais.

A ocupação da metrópole espanhola, seguida das investidas de dom João e dom Rodrigo de Sousa Coutinho sobre o Vice-Reinado do Rio da Prata, além das disputas entre as

⁴¹⁶ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 462.

⁴¹⁷ *Ibid.*, p. 462.

⁴¹⁸ *Ibid.*, p. 462.

camadas dirigentes de Montevideu e Buenos Aires, criou um cenário no qual as orientações ideológicas, políticas e identitárias eram das mais distintas. Assim, toda ação portuguesa em direção ao Prata ressoava no seio da própria capital fluminense, transformada em sede imperial, onde os grupos apoiadores ou contrários aos projetos de revolta diante da caducidade do poder espanhol buscavam um ponto de apoio para pôr em prática seus projetos.

Ao saber que o comandante do Cerro Largo havia passado algumas pessoas com pretexto de vê-lo em Montevideu, Contucci pediu ao conde de Linhares que prevenisse as comandâncias do Rio Grande que não dessem um passo sequer em direção ao Prata, pois era importante não criar qualquer alarde, já que seu trabalho como informante poderia ser prejudicado. Com isso, assegurava ao ministro que “en su tiempo manifestare lo q’ convenga”⁴¹⁹. Da mesma maneira que aludia na carta endereçada à princesa Carlota, nesta correspondência ao ministro dom Rodrigo, Felipe Contucci fazia recomendações de Saturnino Rodrigues Peña:

Quiera V.E. admitir mi recomendacion a favor del Dn. Saturnino Peña es buen Español, y su desgrazia ademas le hace acreedor a todo miramiento, pienso escribirle q’ retire con toda su familia a S. Catalina, donde los gastos seran menores, y para este caso espero q’ V.E. se servirá franquearle sus pasaportes y recomendaiones⁴²⁰.

Podemos perceber que Saturnino tinha um bom relacionamento com os principais homens do governo, fossem portugueses, fossem espanhóis ou platinos. De todos os lados vinham recomendações pedindo sua soltura, ou melhor, a indulgência para seu “crime”, o qual até aquele momento não tinha passado de mera tentativa, mas que, às vistas de Carlota e Liniers, principalmente, podia colocar a perder todo o trabalho de manutenção da soberania da Coroa espanhola sobre os territórios hispano-americanos.

Datado de 22 de maio de 1809, a Junta Suprema de Sevilha enviou ao governo do Vice-Reinado do Rio da Prata um decreto de convocação para os primeiros deputados que haveriam de participar da reunião das Cortes⁴²¹, que ocorreria na Espanha na tentativa de

⁴¹⁹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 462.

⁴²⁰ *Ibid.*, p. 463.

⁴²¹ De acordo com José Williman e Carlos Pons, as Cortes eram “asambleas políticas que, desde la Baja Edad Media, fueron convocadas y presididas por el Rey e integradas por representantes de los distintos estamentos sociales, a saber la nobleza, el clero y los delegados de los hombres libres residentes em las distintas ciudades del reino organizadas en Municipios.” Verificar mais em WILLIMAN; PONS, *La Banda Oriental en la lucha de los impérios...*, p. 176.

garantir e perpetuar a Coroa espanhola para o rei Fernando VII, assim como melhorar a legislação do reino “desterrando los abusos introducidos, y facilitando su perfeccion.”⁴²² Para justificar a reunião das Cortes, a Junta Central afirmava que “los desastres que la Nacion padece han nacido unicamente de haber caído en olvido aquellas saludables instituciones que en tiempos mas felices hicieron la prosperidad y la fuerza del Estado.”⁴²³

Em razão do abandono de umas e outras instituições, em razão dos processos que haviam tomado conta da nação espanhola, o desejo da Junta Governativa era de que

la Nacion Española aparezca à los ojos del mundo con la dignidad debida à sus heroycos esfuerzos; resuelta é que lo derechos y prerrogativas de los ciudadanos se vean libres de nuevos atentados, y á que las fuentes de la felicidad publica, quitados los estorvos que hasta ahora las han obstruido, corran libremente luego que cese la guerra y reparen quanto la arbitrariedad inveterada ha agostado y la devastacion presente ha destruido⁴²⁴.

Nesse excerto verificamos que a Junta Suprema de Sevilha, naquela ocasião, convocava as Cortes no desejo de garantir a sobrevivência da Monarquia espanhola diante da “usurpação” napoleônica, representada pelo único rei a quem julgavam legítimo: Fernando VII. Entretanto, na América essa informação não tinha boa recepção, já que a maior parte das notícias que vinham da Europa demonstrava estar a Metrópole seriamente ameaçada de perder sua soberania. Isso pode ter ocorrido porque séculos de dominação e controle nunca deram margem a que os povos americanos tivessem voz diante do poder metropolitano.

Havia os Cabildos, é certo, que ficavam sob o comando das pessoas mais destacadas da sociedade local, fossem espanhóis ou não, mas, em sua maioria, atuavam como meros prolongamentos do poder espanhol. Por isso, ao menos em tese, podemos afirmar que durante séculos de pesado jugo as instituições criadas pelos espanhóis para controlar as colônias estavam organizadas da seguinte forma:

Generalmente, el virrey y la Audiencia representaban a la Corona, mientras que el Cabildo representaba a los criollos. Por su parte, el Consulado de Buenos Aires tenía un doble carácter: como corporación de comerciantes tenía jurisdicción comercial, y como junta económica ayudaría a impulsar la agricultura, la industria y el comercio en el Río de la Plata. Desafortunadamente, el Consulado se convirtió en el órgano

⁴²² *Política lusitana en el Río de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 473.

⁴²³ *Ibid.*, p. 472.

⁴²⁴ *Ibid.*, p. 473.

campeón del monopolio y los privilegios peninsulares, aunque fue importante su asistencia en el comercio y la educación del Interior.⁴²⁵

Nesse ínterim, outros fatos aconteciam no vice-reinado e em outras regiões da América espanhola que demandavam especial atenção das autoridades. Dentre esses, talvez os mais importantes tenham sido a revolução que tomou conta de Charcas e La Paz durante praticamente todo o ano de 1809 e a substituição do vice-rei Santiago de Liniers y Brémond por Baltasar Hidalgo de Cisneros⁴²⁶ no controle do Vice-Reinado do Rio da Prata.

Cisneros, por determinação da Junta Central de Sevilha, já havia sido nomeado para o cargo de vice-rei do Rio da Prata em fevereiro de 1809, mas acabou aportando em terras americanas apenas no início de julho do mesmo ano. Com isso (ao menos este era o intuito do governo espanhol), estariam resolvidas as discussões que envolviam a nacionalidade do representante da Coroa, já que Cisneros era espanhol de Cartagena, diferentemente de Liniers, que era francês. Mas, principalmente, a junta acreditava que conseguiria arrefecer os ânimos da princesa Carlota em assumir a regência do Vice-Reinado do Rio da Prata.

Em relação à supracitada revolução, iniciada em meados de janeiro de 1809, ocorrida na Província de Charcas, região onde atualmente se encontra a Bolívia, podemos dizer que foi deflagrada em virtude de um embate significativo entre o presidente da Audiência, o tenente-general dom Ramon Garcia Leon de Pizarro, e o restante dos ouvidores, que, naquele período, encontravam-se bastante agitados, principalmente pelas notícias provenientes da Espanha, trazidas pelo emissário da Junta Central de Sevilha, José Manuel Goyeneche. Além disso, a pressão feita por Carlota Joaquina para que fosse mantida a lealdade a Fernando VII e, por

⁴²⁵ *História General de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Tomo II: Desde los orígenes hasta el reconocimiento de la independencia formal. Capítulo 4 - Antecedentes de la independencia del Río de la Plata: la política internacional europea hasta las guerras napoleónicas. “Conclusiones: la evolución de las circunstancias e intereses de España, desde la segunda mitad del S. XVIII hasta la crisis de la independencia en el Río de la Plata”. Consultar <<http://www.argentina-rree.com/2/2-009.htm>>. Acesso em: 28 dez. 2005.

⁴²⁶ Baltasar Hidalgo de Cisneros nasceu em Cartagena no ano de 1755, ingressou na Armada naval em 1770. Navegou bastante pelas águas da península e da América desde 1772 até 1778. Foi um dos mais ativos participantes das guerras contra a França, entre 1790 e 1795. Ainda no início da guerra de independência da Espanha, Cisneros foi elevado ao cargo de chefe do Departamento de Cartagena, de onde saiu para Montevidéu em 1809, nomeado vice-rei de Buenos Aires. Constituiu fortes ataques contra os independentistas do Prata, mas, depois de 25 de maio de 1810, foi reconduzido à Espanha. Regressando a Cádiz, assumiu sucessivamente os cargos de *vocal* da Regência (1812) – posição equivalente a um ministro de Estado –, capitão-general do Departamento de Cádiz (1813), ministro da Marinha (1818) e, depois de várias vicissitudes, foi nomeado, em 1823, capitão-general do Departamento de Cartagena, onde faleceu em 9 de junho de 1829. Conforme *Centro Virtual Cervantes*: Museo Naval. Consultar <http://cvc.cervantes.es/actcult/museo Naval/sala7/personajes/personajes_03.htm>, acessado em 17 de dez./2005. PIGNA, Felipe. *El historiador*. Consultar <<http://www.elhistoriador.com.ar/biografias/c/cisneros.php>>. Acesso em: 19 dez. 2005.

fim, sua pretensão em ser aceita como regente da Espanha causou um levante em Chuquisaca, que tomou ares de revolução⁴²⁷.

Na cidade de Chuquisaca, em janeiro de 1809, quarenta e dois doutores da Universidade de São Francisco Xavier firmaram uma ata na qual asseguravam seu repúdio às aspirações da princesa do Brasil em território americano e reafirmaram suas convicções no governo do rei cativo, Fernando VII. Contrário a isso, o presidente da Audiência ordenou a repressão dos manifestos e declarou-se favorável à causa “carlotista”. Depois dessa decisão, os ouvidores tinham nas mãos a oportunidade que esperavam: em 24 de maio, incitados pelos “patrícios” que ali residiam, depuseram o presidente da Audiência, alegando que ele tivera atitudes subversivas.

Pizarro, que já havia pedido auxílio militar a Potosí, aumentou sua segurança e ordenou que os ouvidores fossem presos. O povo, que não estava mais contente em ter de se sujeitar às determinações do presidente, cercou-o e conseguiu que os ouvidores fossem libertados, tendo à frente o coronel don Antonio Álvares de Arenales. O movimento tinha o intuito de reafirmar o nome de Fernando VII como soberano, mas acabou por constituir um dos primeiros levantes a favor da emancipação política da América Espanhola, pelo qual todas as autoridades imperiais foram depostas, ao menos temporariamente. Diez de Medina aponta que “ésta significó el origen de la revolución americana y encendió la chispa de la libertad en toda América.”⁴²⁸

Entretanto, cremos que as origens dos movimentos de independência perpetradas a partir de 1810 estavam pautadas para além deste levante. Ao nosso ver, tinham ligação estreita com as questões territoriais e econômicas, embasadas nas doutrinas livre-cambistas em busca de uma política própria, que davam vazão aos desejos das camadas privilegiadas da sociedade em constante ligação com o exterior, ao mesmo tempo que detinham, em sua maioria, altos cargos nos governos locais. Esses elementos aliados aos fatores desfavoráveis à Espanha, na Europa, levaram a que todo o império sofresse um mórbido enfraquecimento

⁴²⁷ Verificar em DIEZ DE MEDINA, José. “Las revoluciones de 1809”. Consultar em <<http://166.114.28.115/domingo/20050724/domingo3.htm>>. Acesso em: 23 dez. 2005; além dos comentários realizados por DONGHI, *Reforma y disolución de los imperios ibéricos*, p. 119-121; e, ainda, FREITAS, *As repúblicas hispano sul-americanas*, Cap.IV.

⁴²⁸ Ibid.

institucional que desuniu por completo as ligações dos vice-reinados com aquela Metrópole Ibérica.

Constatamos que é comum na historiografia platina a menção de que essa revolução foi considerada um dos primeiros impulsos aos processos de independência, principalmente do Vice-Reinado do Rio da Prata, que tomaria corpo a partir de maio de 1810. De acordo com essa visão, foi a partir de Chuquisaca que as populações *criollas*, mesmo estando ao lado de alguns espanhóis, tiveram nas mãos o poder do grupo ao qual pertenciam, negando o controle ao elemento estrangeiro, fosse português, fosse espanhol. Assim, em 26 de maio de 1809, na cidade de Chuquisaca, começou a funcionar uma junta formada por uma maioria *criolla*, mas que não conseguiria sustentar por muito tempo sua posição, acabando por ser dissolvida.

Com o exemplo dado pelo que acontecia em Chuquisaca, La Paz também foi palco de um levante perpetrado por uma maioria mestiça e mercantil, a qual, desde 30 de março, preparava-se para declarar um novo governo, que tinha intensão, ao menos declarada, de apoiar Fernando VII. No entanto, por causa provavelmente, da delação do movimento, acabou não ocorrendo naquela data, sendo levado a efeito apenas em 16 de julho de 1809, quando as autoridades militares foram depostas e formou-se prontamente a Junta Representativa e Tuitiva⁴²⁹ de La Paz, que funcionaria em prol dos direitos do povo⁴³⁰.

Prontamente essa junta, encabeçada por dom José Pedro Murillo, declarou-se partidária da emancipação das colônias, o que não conseguiram fazer os radicais de Chuquisaca. Os principais representantes da junta eram

Pedro Domingo Murillo, Melchor León de La Barra, José Antonio Medina, Juan Manuel Mercado, Francisco Javier Iturri, Gregorio García Lanza, y otros. Debe anotarse que como integrantes de la Junta se encontraban los clérigos José Antonio Medina y Juan Manuel Mercado, los dos muy ligados al radical Mariano Michel.⁴³¹

Logo da chegada do novo vice-rei do Rio da Prata à América Meridional, o embate entre o poder local e as tropas do vice-reinado foi inevitável. Conforme contatos que manteve durante sua estada em Montevidéu, para assegurar-se da recepção que teria em Buenos Aires, Cisneros certificou-se do auxílio dos *criollos* locais, que, por volta de outubro de 1809,

⁴²⁹ Tuitiva significa defesa, portanto, era uma “Junta Representativa e Defensiva”.

⁴³⁰ Conforme DIEZ DE MEDINA, José. Las revoluciones de 1809. Disponível em: <<http://166.114.28.115/domingo/20050724/domingo3.htm>>. Acesso em: 23 dez. 2005.

⁴³¹ Ibid.

marcharam sob comando do general Nieto, então governador de Montevideu, para o norte, a fim de sufocar a revolta no Peru.

Nesse ínterim, o governador intendente de Potosí, dom Francisco de Paula Sanz, informava ao vice-rei do Peru, dom José Abascal⁴³², sobre os acontecimentos na porção meridional do território, porém este último não se esforçou em reprimir, apenas pediu ao então presidente interino de Cuzco, general Goyeneche, que, na medida do possível, reunisse tropas e marchasse contra os rebeldes.⁴³³

Goyeneche reuniu mais de cinco mil homens para atacar La Paz, sendo combatido por um improvisado exército patriota sob o comando de Murillo, que havia assumido o governo após a dissolução da junta. Os *criollos* saíram vitoriosos na batalha de 19 de outubro de 1809, mas a mesma sorte não teriam posteriormente. Em novo embate, o governador de Cuzco armou uma ofensiva eficaz e destruiu as forças de Murillo, que foi enforcado. Daí em diante, Goyeneche impôs vários castigos a todos os participantes que conseguiu prender naquele levante. Por fim, Cisneros nomeou Nieto como governador intendente e presidente da Audiência de Charcas, onde foi recebido muito tristemente pelos ouvidores⁴³⁴.

Pelas ações posteriores das forças repressoras, podemos perceber que

los tiempos en que la corona prefería ignorar los desafíos que no provenían de los sectores más bajos, y exagerar la importancia de éstos en el momento de escoger sus víctimas, habían sido dejados resueltamente atrás: las horcas comenzaban a erigirse también para figuras de posición social prominente. He aquí un signo adicional de que el equilibrio entre administración regia y poderosos locales se había roto para siempre, debido a la crisis en la cumbre del orden político-administrativo⁴³⁵.

⁴³² O nome completo deste vice-rei era José Fernando de Abascal y Sousa, nascido em Oviedo no ano de 1743. Após ter estudado Matemática, enveredou pela carreira militar, vindo a participar de várias manobras na América. Em 1804, foi nomeado como vice-rei do Prata, o cargo que foi revogado antes mesmo de assumi-lo e, por consequência disso, foi redirecionado para o vice-reinado do Peru, em 1806. Sempre foi defensor do poder monárquico absolutista dos Bourbon, sendo um dos principais sufocadores das rebeliões que visassem a qualquer tipo de sublevação contra a Coroa espanhola. Lutou ferrenhamente para que a Constituição de Cádiz, de 1812, não tivesse suas disposições aplicadas no Peru, provocando levantes em Cuzco, Tacna e Arequipa, que foram reprimidos. Em 1816, foi substituído por Pezuela no comando do vice-reinado, recebendo o título de capitão-general. Faleceu em Madri em 31 de julho de 1821. Consultar detalhes da biografia de Abascal em <<http://www.artehistoria.com/frames.htm?http://www.artehistoria.com/historia/personajes/6425.htm>> e <<http://www.vivirasturias.com/asturias/turismo-rural/26916/54137/0/abascal-y-sousa,-jose-fernando/>>. Acesso em: 29 dez. 2005.

⁴³³ Conforme FREITAS, *As repúblicas hispano sul-americanas*, p. 73.

⁴³⁴ Disponível em: <http://geocities.yahoo.com.br/escritoriorm/historia/cuerpo/bolivia_03.html>. Acesso em: 23 dez. 2005.

⁴³⁵ DONGHI, *Reforma y disolución de los imperios ibéricos*, p. 120.

Dessa maneira, Cisneros teve de agir energicamente desde o início de sua chegada ao Rio da Prata. Inclusive, podemos dizer que, mesmo antes de chegar ao local onde deveria governar, o vice-rei já despachava como tal, pois recebera em 10 de junho de 1809 uma correspondência da Junta Central de Sevilha na qual se expunha um dos principais problemas para o qual ele deveria ter traquejo suficiente para tratar: as investidas de Carlota Joaquina para transportar-se ao Prata, com o intuito de assumir a regência.

A Junta de Sevilha, representada por dom Martin de Garay, então ministro de Estado, indicava que havia recebido cartas da princesa nas quais ela se propunha a ir pessoalmente ao Rio da Prata com a finalidade de acabar com as dissidências entre Liniers e Elío, que prejudicavam demasiadamente os rumos do governo do vice-reinado, dando margem aos partidos que indicavam outras saídas que não mais o controle espanhol. A junta informava ao vice-rei, ainda não empossado, que tinha respondido à princesa não ser mais necessária sua presença no Prata, pois as desavenças já teriam se arrefecido através de suas ações desde o Rio de Janeiro.

Entretanto, ponderava a junta que, se:

persistiese S.A. en querer verificar su viaje, y se presentase en ese pais, es la decidida voluntad de S.M. que no sea recibida en él y que sin emplear una fuerza que tenga aire de hostilidad, se usen todos los buenos medios que dictan la dulzura, la decencia, y la calidad de la persona á quien se dá la negativa, pretextando falta de ordenes de esta corte, de modo que surta el efecto de reusarle absolutamente toda entrada⁴³⁶.

Observamos, pois, o quanto os planos da princesa já tinham feito ressoar na Junta de Sevilha o ar da dominação portuguesa, pois, tendo eventualmente o apoio do exército português sob comando de seu marido e vendo os destacamentos que se encontravam nas regiões limítrofes entre o Vice-Reinado do Rio da Prata e o Brasil, dona Carlota Joaquina, ao contrário de representar a esperança para o apaziguamento, denotava o domínio sob a Coroa de Bragança e a conseqüente derrocada do império hispano-platino.

Entretanto, no Rio de Janeiro as coisas eram vistas de outra forma: entre os principais envolvidos na questão platina reinava a discórdia. Carlota não suportava a oposição do ministro dom Rodrigo de Sousa Coutinho, principal organizador da empresa portuguesa rumo

⁴³⁶ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 478-479.

ao Rio da Prata, nem, muito menos, desejava seguir as ordens do marido dom João, que, por sua vez, não a queria como soberana de um império tão vasto quanto o seu e que, por consequência de sua relação pouco amistosa com a princesa, representaria uma ameaça a seus domínios.

Cabe anotar aqui que, como vimos até o momento, vários fatos ocorriam numa sucessão bastante próxima e todos estavam relacionados em maior ou menor grau com a princesa Carlota Joaquina ou, ao menos, à idéia de uma possível regência. Essa constatação parte dos seguintes dados: ao nomear um novo vice-rei, a princesa não necessitaria passar ao Prata para acalmar as contendas entre Liniers e Elío; nas revoltas de Charcas e La Paz, o pomo da discórdia havia sido o apoio dado à princesa por alguns representantes daquelas localidades; e, por fim, em princípios de julho de 1809, praticamente junto com a chegada de Cisneros a Buenos Aires e de Nieto a Montevidéu, chegava ao Rio de Janeiro um enviado da junta espanhola para servir de ministro plenipotenciário, o marquês de Casa-Irujo⁴³⁷.

Assim, constatamos a preocupação que havia em torno da possibilidade de Carlota Joaquina chegar definitivamente a ocupar o trono da regência espanhola na América, forçando a Junta Central espanhola a encontrar meios para que tal empresa não obtivesse sucesso. Caso contrário, aquele país, que já se encontrava devastado pela ocupação francesa, poderia perder para Portugal suas “jóias” d’além-mar.

Apesar das determinações que a Junta Central procurou difundir a todos os representantes do governo metropolitano, a correspondência enviada para a princesa pelos depositários do poder espanhol naquele momento era, como aponta Francisca Azevedo, “habilmente lisonjeira, sem, no entanto, se comprometerem com o projeto ‘carlotista’.” E para Carlota, já versada nos meandros da política, pouco interessava se as respostas a seus manifestos e comunicados eram verdadeiros ou não, porque “politicamente, é importante que tenha declaração pública desses funcionários, afirmando estarem dispostos a defender a

⁴³⁷ De acordo com o prefaciador do livro de Presas, Magalhães Junior, o nome de batismo do marquês era Carlos Martinez de Irujo, nascido em 1765, descendente de nobre família espanhola. Iniciou na carreira diplomática como secretário de embaixada, mas logo foi nomeado como ministro plenipotenciário espanhol nos Estados Unidos, onde ficou por doze anos no mesmo cargo, sendo substituído por ter descoberto uma conjuração do senador Blunt para apreender a Flórida e a Luisiana, então pertencentes à Espanha. Depois disso, foi enviado para Milão e Londres, antes de chegar ao Rio de Janeiro, de onde retornou a seu país, onde ocuparia mais tarde o cargo de primeiro ministro de Sua Majestade Católica, o rei dom Fernando VII. RUBIO apud MAGALHÃES JUNIOR, R. in: PRESAS, *Memórias secretas de dona Carlota Joaquina*, p. 74.

dinastia de Bourbon. Por isso, agradece as manifestações dos súditos da Espanha, louvando a fidelidade que demonstram aos monarcas.”⁴³⁸

Dentre as correspondências recebidas pela princesa, talvez aquelas que mais lhe suscitavam a nostalgia de ver que um dia poderia tomar as rédeas do poder na América espanhola eram as enviadas por D. Manuel Belgrano. Este secretário do Consulado de Buenos Aires mandou-lhe, por exemplo, em 6 de junho de 1809, uma carta em que assegurava ser partidário do “carlotismo”. Dizia ele: “Posso assegurar à V.A.R., desde agora, é que não há um homem de bem que não veja na sua Real Pessoa o sustentáculo da Soberania Espanhola, o apoio dos direitos da nação e dos Vassallos, é o único refúgio que resta a esse Continente para gozar a tranqüilidade.”⁴³⁹

Mesmo com a insistente correspondência de Belgrano e o incentivo de Contucci, que teimavam em requerer a presença da princesa em Buenos Aires⁴⁴⁰, Carlota não se deixava levar pela intempestividade que lhe fora característica no início do projeto. Agora, sem a força que lhe dava Smith e compreendendo melhor como se processavam os sentimentos de dignidade e fidelidade no ambiente político da América, Carlota talvez não desejasse entrar em atrito com a Junta Central espanhola, pois ainda dependia desta instituição a confirmação para ser reconhecida oficialmente como regente.

O traslado da princesa ao Prata não ocorria, também, pela pressão que dom Rodrigo e Lord Strangford faziam sobre o príncipe regente dom João, pois percebiam o poder que ela teria caso tomasse a frente do governo, ainda mais com apoio das principais lideranças platinas. Essa era uma situação que a Inglaterra não admitiria e que era cada vez mais visível no posicionamento de Lord Strangford. No entanto, os ingleses que viviam em Buenos Aires

⁴³⁸ AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 212.

⁴³⁹ Carta de Manuel Belgrano a Carlota Joaquina [AMI/P: I-POB 117 Bel. c 1-3.809] apud AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 221.

⁴⁴⁰ Em 18 de junho de 1809, Contucci remetera mais uma correspondência à princesa e ao conde de Linhares pedindo que com “pronta decision de V.A.R., p.ª realizar venida, como lo desean sus fieles vasallos, previendo que a no ser asi, no se prodran mediar los reales que por otras iguales convulsiones, a imitacion de la respetable Ciudad, van a suceder.” Portanto, deixava patente a necessidade da presença real para apaziguar os ânimos e garantir que outras cidades, especialmente Buenos Aires, não imitassem o exemplo daquelas cidades. Para ver a correspondência completa, consultar AHI, Lata 175, maço 2, pasta 1. Quase um mês depois, ainda ressaltando os fatos ocorridos no Peru, o mesmo dizia, em carta endereçada à princesa, que “dé V.A.R. sus Ordenes à fin de trasladarse a estos Sus Reynos con todo el séquito decoroso á V. R. Representacion, y diz mil hombres q. formen la guardia de su R. Persona, con un buen tren de Artilleria [...] para imponer à todo el continente, y causar todo el respeto de q. es capaz, asi para q. secen los partidos [...]”. AHI, Lata 177, maço 1, pasta 7.

– em sua maioria comerciantes – viam com bons olhos a concentração do poder nas mãos de um representante legítimo, que percebesse as necessidades da região.

Certa do apoio que tinha de determinados setores, Carlota enviou à Junta Central espanhola várias informações sobre os acontecimentos que diziam respeito à região platina, assim como relatou cada passo que fora dado em prol da sua causa. Desejava que os espanhóis percebessem o quanto ela estava pessoalmente empenhada em tornar-se regente, assim como tentava demonstrar que não possuía qualquer ligação com os atos e decisões do governo bragantino, afastando as suspeitas de estar servindo como “testa-de-ferro” para os planos de dom João e de seus secretários⁴⁴¹.

A partir do mês de julho daquele ano, entretanto, a Junta Central já teria alguém muito próximo à princesa que colheria *in loco* todas as informações que fossem necessárias para informar os rumos que estavam tomando os acontecimentos na América, especialmente em relação às colônias hispano-americanas: o marquês de Casa-Irujo. Este diplomata enviado pela junta aportou no Rio de Janeiro a bordo do “El Mercúrio” e, junto com ele, como aponta Presas, vinha “toda sua família, um secretário, um adido e o capelão da legação.”⁴⁴²

Assim que fora informado da chegada de tal legação, Presas registra que percebeu a oportunidade exata para que a princesa do Brasil demonstrasse o apreço e a preocupação que tinha para com os espanhóis, sendo importante, então, que enviasse alimentos frescos para a tripulação que acabara de chegar de uma viagem tão exaustiva como a travessia marítima. Dessa maneira, foram enviados dois pequenos botes carregados de todo tipo de alimentos, os quais, ainda segundo o secretário da princesa, tiveram o efeito esperado, pois logo se comentou o desejo de apresentar-se a ela⁴⁴³. Dessa visita, Carlota poderia tirar ótimo proveito, pois teria oportunidade de indagar sobre como estavam sendo tratados na junta espanhola os assuntos referentes à sua regência e às colônias americanas.

Entretanto, assim como pretendia demonstrar interesse e respeito aos recém-chegados, enviando-lhes alimentos, tinha também atitudes altamente conservadoras, como quando exigiu que Presas orientasse o marquês que não levasse sua esposa no primeiro encontro que

⁴⁴¹ AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 214.

⁴⁴² PRESAS, *Memórias secretas de dona Carlota Joaquina*, p. 73.

⁴⁴³ *Ibid.*, p. 73-74.

tivessem, para o que deveria comunicar-se primeiro com sua camameira-mor a fim de esta ser recebida pela princesa. Presas comentou que Casa-Irujo, provavelmente por sua vivência em terras onde tais atividades palacianas não eram comuns, ignorava o traquejo da corte e demorou certo tempo para aprendê-lo⁴⁴⁴.

Naquela ocasião Carlota não contava mais com Smith, o qual referendava em carta ao príncipe regente sua relação com Peña. O comandante já sabia que logo teria de retornar à Inglaterra, já que as denúncias de Strangford contra sua pessoa tinham tido eco no gabinete de St. James, sendo acusado de se envolver com setores suspeitos que mantinham representantes no Prata e no Rio de Janeiro, em desobediência aos relacionamentos que sua função previa. Estava em terras brasileiras, porém era, pouco a pouco, alijado dos tratos políticos do governo, coisa de que o ministro Strangford tratava pessoalmente.

Em 1º de julho, numa carta endereçada a dom João, Smith enviou um esquema para a defesa do Rio de Janeiro. Entretanto, afirmava que “j’ai peu d’esperances de jamais les realiser moi meme pour le service de Votre Altesse Royale j’ai donné un peu d’entendu á ce plan pour acquitter ma conscience dans ce point.”⁴⁴⁵ Dessa forma, Smith seguia comentando sobre alguns pontos que pudessem ter ficado obscuros em relação às suas ações. Em seguida, argumentava acerca da liberação de Saturnino Rodrigues Peña, assegurando que tal pedido era fruto de uma promessa realizada na ilha da Madeira ao general Beresford⁴⁴⁶.

Este oficial britânico, quando fora preso em Buenos Aires, após o fracasso da segunda invasão inglesa ao Rio da Prata, durante o ano de 1807, só conseguira fugir e passar para Montevidéu em razão da ajuda de Saturnino Rodrigues Peña. Naquele momento conturbado, destacamos que Peña foi o único *criollo* que decidiu se unir aos invasores ingleses, pensando que aquele momento seria propício para se alcançar a emancipação do Vice-Reinado do Rio da Prata sob os auspícios da Inglaterra.⁴⁴⁷ Assim, Smith pedia ao príncipe regente:

cet Espagnol refugie soit arreté et mis entre sés mains. Madame la Princesse croit devoir acceder à cette demande et moi comme le representant du general Beresford dans le cas ne pouvant pás persuader madame la Princesse de désister de cette

⁴⁴⁴ PRESAS, *Memórias secretas de dona Carlota Joaquina*, p. 74-75.

⁴⁴⁵ “[...] tenho poucas esperanças de que eu mesmo possa realizá-las para serviço de Vossa Alteza Real, tendo ampliado um pouco mais esse plano, para tranqüilizar minha consciência sobre esse ponto.” *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 480.

⁴⁴⁶ *Ibid.*, p. 480-481.

⁴⁴⁷ Ver detalhes em GALLO, *De la invasión al reconocimiento...*, p. 113-114.

pretension dois avoir recours á V.A.R. et plaider sa cause au nom du general qui s'expose maintenant pour son service dans le Portugal et que aura autant de satisfaction si V.A.R. lui accorde sa protection qu'il aura de chagrin d'entendre qu'il en este privé⁴⁴⁸.

Por este excerto da carta, além de verificar a relação de Smith com Peña, também nos é possível notar o distanciamento que havia se criado entre o almirante inglês e a princesa Carlota. Esta não estava mais tão suscetível à persuasão do almirante inglês, diferentemente do que ocorria até pouco tempo antes, quando a princesa não dava um passo sem antes o consultar, a fim de não criar situações que pudessem atrapalhar seu plano de regência. Tempos passados aqueles!

Sem as notícias que Smith lhe transmitia constantemente e desconhecendo as substituições ocorridas nos governos do Vice-Reinado do Rio da Prata, Carlota escreveu à Junta Central de forma bem mais direta que antes, pedindo que fossem tomadas providências em relação aos vice-reis Liniers e Abascal: o primeiro, pelos motivos já comentados anteriormente, tanto em relação à sua descendência francesa quanto aos seus embates com Elío; em relação a Abascal, que rechaçava qualquer proposta de Carlota para a regência, a princesa denunciava-o, informando que “a conduta deste Vice-rei não parece ser bastante correta e que se não é por outra coisa é por negligência com que trata suas funções de seu ministério deixando todas ao venal capricho de seu Secretário Simon Rabago Lima”⁴⁴⁹.

Dessa forma, Carlota conseguiu que, mais tarde, o secretário Rabago fosse demitido. Entretanto, sabendo da relação de Miguel Cosío com a princesa, o vice-rei Abascal denunciou-o à junta, afirmando que havia sublevado os índios contra a Metrópole, causando consideráveis problemas à sua administração, que, por sinal, fora marcada por forte repressão e violência contra todos aqueles que se opunham de alguma forma ao governo espanhol, fossem índios ou não⁴⁵⁰.

⁴⁴⁸ “[...] esse espanhol refugiado seja degredado e posto nas mãos da Sra. Princesa em Montevidéu, quem crê dever cumprir a este pedido. Como representante do general Beresford no caso de não poder persuadir a Sra. Princesa para que desista dessa pretensão, devo recorrer a V.A.R. e defender sua causa em nome do general que se expõe agora por seu serviço em Portugal e que terá tanta satisfação, se V.A.R. aceitar sua proteção e que terá grande pesar se não concordar com ela.” *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 481.

⁴⁴⁹ Carta de Carlota Joaquina a Junta Central de Sevilha. Arquivo Histórico Nacional, Maço Estado, Legado: 5837 apud AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 217.

⁴⁵⁰ Idem. p. 218.

Conforme aponta Francisca Azevedo, ao ficar sabendo que Abascal o denunciara, Cosio enviou correspondência ao governador de Guayaquil, Bartolomé Cucalón, na qual acusava o vice-rei e pedia apoio ao projeto da princesa Carlota. No entanto, apesar da credibilidade que Cosio dava a Cucalón, este o denunciou a Abascal, demonstrando que a política e os interesses estavam bastante conturbados, pois todas as relações que teriam se distinguido em certos períodos já não podiam mais contar com a mesma solidez⁴⁵¹.

Tampouco eram sólidas as relações políticas que podiam ser verificadas na região platina, de onde uma correspondência de Carlos José Guezzi, em julho, dava idéia do que ocorria, noticiando, inclusive, o que interessava imensamente à princesa: as ações em prol da causa “carlotista”. Assim, já na introdução da carta, Guezzi comentava sobre a chegada de Cisneros e Nieto, bem como a nomeação de Elío para o cargo de “Inspector General de las Tropas” e outras disposições que o informante caracterizava como ofensivas à honra daquela capital platina⁴⁵².

Cisneros tinha reservas quanto à recepção que poderia ter em Buenos Aires; assim, como fora orientado pela Junta Suprema, permaneceu em Montevideu, esperando o melhor momento, até que, conforme Guezzi, foi enviado um ofício ao governo de Buenos Aires no qual o novo vice-rei concebia que a Junta Central “considerava como infiel a la fidelisima Ciudad de Buenos Ayres.” Por essa declaração, reuniram-se os partidos da capital, exceto o dos Sarracenos, para que fosse encontrada uma maneira de bloquear qualquer ação de agravo que fosse implementada pela junta às províncias do Prata⁴⁵³.

Por decisão tomada na mesma reunião, segundo Guezzi, ficava estipulado que o novo vice-rei teria de cumprir o que fora decidido por lei para a transferência do governo. Dessa forma, passaria a Buenos Aires e seria recebido com o apoio das forças armadas e de Santiago de Liniers. Na mesma ocasião, o fiscal Caspe e o ouvidor Velasco deveriam ir cumprimentá-lo na Banda Oriental. Entretanto, isso não havia ocorrido até o momento da redação da carta⁴⁵⁴.

⁴⁵¹ AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 218-219.

⁴⁵² *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 484.

⁴⁵³ *Ibid.*, p. 484.

⁴⁵⁴ *Ibid.*, p. 484-485.

Guezzi aponta, então, dois aspectos que se apresentavam como favoráveis à causa da infanta dona Carlota:

1º Los Ingleses existentes en Montevideo por / una deputation preguntaron al nuevo Virrey si trahia alguna providencia relativa a sus relaciones mercantiles: La respuesta fue que las ordenes que tenia eran de prohibir todo comercio extranjero excepto el de Negros.

2º La segunda fue la de celebrar victorias y ventajas de la metropoli dexando ignorar el verdadero estado de las cosas. No ha sido dificil formar sobre estos datos unas congeturas que tuvimos el gusto de ver abrazadas por la quasi universalidad de los habitantes como verdades inconexas.⁴⁵⁵

O primeiro aspecto era fundamental para que a princesa pudesse vislumbrar alguma coisa que indicasse a aceitação de sua regência. Isso requeria a compreender os motivos pelos quais a Grã-Bretanha agia a fim de assegurar sua preponderância econômica na região do Prata, mesmo nas épocas em que o comércio dos mais diversos produtos era proibido.

Como Buenos Aires era reduto de contrabandistas, em sua maioria ingleses e portugueses, pode-se compreender a preocupação destes com o rumo que Cisneros daria, ou representaria, ao comércio colonial. Então, se Carlota pudesse continuar contando com o antigo apoiador, Sidney Smith seria perfeito, pois os partidários da princesa contariam com a anuência inglesa para a vinda da infanta ao Prata. Entretanto, conforme a Junta de Sevilha, este fato deveria ser evitado da melhor maneira possível.

O segundo aspecto tratado por Guezzi nada mais é do que a confirmação de que os ânimos, principalmente dos habitantes de Buenos Aires, estavam alterados, pois os últimos acontecimentos traziam consigo novos pensamentos, novas atitudes, novas reflexões acerca da relação colônia e Metrópole. Portanto, não havia uma atmosfera que permitisse a elevação de certos feitos e vantagens da Metrópole, que, como se veria proximamente, não eram mais que eventos passageiros, incapazes de sustentar a estrutura metropolitana contra a invasão e insuficientes para conter a total dominação napoleônica na Espanha.

Na América, entretanto, o que se estava tentando, a muito custo, era fazer com que a princesa passasse ao Prata, recebendo o poder que lhe seria legítimo, como aponta Guezzi ao afirmar: “Se hizo ver la necesidad que havia de llamar a la Serenisima Señora princesa Infanta

⁴⁵⁵ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 485.

de España. Las voluntades estuvieron dispuestas, pero faltava plata para abrir los ojos a algunos ciegos.⁴⁵⁶

Dessa maneira, o informante registrava que as instituições do Prata estavam engajadas em tal partido, pois “aunque no tengamos inteligencias directas mas que con algunos Gefes de la fuerza armada, y ordenes Religiozas tenemos la seguridad que el Cabildo, la Audiencia y el Consulado apoyaran este partido luego que llegue el momento de ponerse en planta”.⁴⁵⁷

E, por fim, referendando o apoio dado à causa da princesa, Guezzi garantia:

Tenemos un bregantim, listo a salir para anunciar los primeros sucesos nuncios de los que se desenvolvería despues y que seran seguidos por la Deputación. Enviamos igualmente avisos al Capn. General en Porto Alegre, y al Govor. del Rio Grande para que no hagan algun falso movimiento que inquiete e indisponga los animos.⁴⁵⁸

Dessa maneira, como apontado nesse trecho da carta, expunha-se o receio de que as tropas de dom João, estacionadas no território do Rio Grande de São Pedro, fossem capazes de realizar alguma manobra em direção ao Prata, alterando ainda mais os ânimos daquela região, pondo em risco o trabalho daqueles que pretendiam levar Carlota ao trono da regência na América Meridional.

Manuel Belgrano, por essa época, também se comunicou com Carlota para que ela tomasse logo a decisão e fosse para Buenos Aires. Porém, seria importante que tivesse a anuência real de dom João, especialmente porque o apoio dado a ela baseava-se principalmente na legitimidade das ações, o que poderia evitar problemas futuros, pois teriam a anuência de terem se amparado nas leis. Assim, Belgrano indicava à consorte que

valha-se S.A.R. das armas úteis de seu sexo: recorde o seu digno Esposo o amor filial e descubra os interesses que devem movê-los por seus filhos, para sua segurança e engrandecimento da Casa de Bragança, convença-o V.A.R. das necessidades que há de apoderar-se desses domínios.⁴⁵⁹

Belgrano segue anotando que o caminho estava preparado para que Carlota pudesse ir ao Prata e ser entronada como rainha espanhola das Américas. A seu ver, o marquês de Casa-

⁴⁵⁶ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 486.

⁴⁵⁷ *Ibid.*, p. 486.

⁴⁵⁸ *Ibid.*, p. 486-487.

⁴⁵⁹ Cartas de Manuel Belgrano a Carlota Joaquina de 17/06 a 13/08/1809 – [AMI/P: I-POB 117 Bel. c 1-3 809] apud AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 222.

Irujo seria a pessoa indicada para dar o apoio necessário à princesa, caso ela desejasse passar a Buenos Aires. Ao contrário, o vice-rei Hidalgo de Cisneros impunha um novo empecilho a Carlota, pois tudo indica que ele ordenara a perseguição aos “carlotistas” em Buenos Aires⁴⁶⁰.

Mesmo assim, Belgrano continuava engajado na tentativa de dar projeção ao movimento e de garantir apoio para que o governo fosse ocupado pela infanta da Espanha. E, nessas atividades, enganara-se profundamente com Casa-Irujo, pois este saíra da corte espanhola com ordens expressas para conter o avanço do partido “carlotista”, assim como dos sectários *criollos* que desejavam a independência. Com o tempo, entretanto, Belgrano também passaria a outro plano de ação, impelido pelos acontecimentos na campanha do interior, seria um dos principais comandantes nas marchas que tentariam confirmar a abrangência da empresa revolucionária iniciada em Buenos Aires.

⁴⁶⁰ AZEVEDO, *Carlota Joaquina na corte do Brasil*, p. 223.

CAPÍTULO III

1 NO FINAL DE 1809, AS INCERTEZAS NO PRATA

A situação era das mais delicadas para Carlota, pois tinha contra suas pretensões o ministro de Espanha no Rio de Janeiro, marquês de Casa-Irujo, o vice-rei do Prata, Baltazar Hidalgo de Cisneros, o ministro de seu marido, dom Rodrigo de Souza, e o ministro inglês no Brasil, Lord Strangford. Todos eles, em meados de agosto de 1809, ligavam-se por fortes interesses, no intento de impedir a consumação dos desejos dos “patrícios” platinos e de Carlota.

A situação contava ainda com a remessa de cartas anônimas dirigidas aos mais variados atores envolvidos nas questões de poder na região do Rio da Prata, o que acalorava os ânimos dos ministros, da princesa, do príncipe regente, dos vice-reis, enfim, de todos aqueles personagens que diretamente estavam envolvidos nas contendas platinas. Um exemplo dessas correspondências, apenas registrada como sendo de “El pueblo de Buenos Ayres”, foi a carta enviada ao ministro Strangford, com cópia à princesa, em 20 de agosto de 1809, na qual um dos principais trechos destacava:

Las circunstancias desgraciadas de estas Provincias presentan un aspecto de que el Gobierno Español puede deribar pretextos favorables para iludir la vigilancia del Gobierno Inglez, (-y Portugal-) pero es necesario serros los oidos a toda reclamacion y no permitir por motibo alguno que vengan tropas de España.⁴⁶¹

Desse modo, o autor da correspondência pretendia ressaltar que tanto Portugal quanto a Inglaterra deveriam estar atentos para a possível extensão do poder de Napoleão sobre a América, pelo envio de tropas que não teriam as mesmas disposições ideológicas que as elites coloniais. Afirmava-se, ao final da mesma carta que, caso isso não fosse levado em

⁴⁶¹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 503.

consideração, “Inglaterra y Portugal tendran entonses que disputar a costa de mucha sangre lo que con una vigilante precaucion puedan disponer a que se reunan por si mismo.”⁴⁶²

Especialmente essa última assertiva leva-nos a crer que o remetente da carta era partidário da união da América espanhola ao império português ou inglês, com forte apelo para que o poder não recaísse nas mãos dos espanhóis peninsulares nem nas mãos dos *criollos*. A idéia era de que os primeiros desejariam manter a qualquer custo seus cargos e a preponderância da Metrópole sobre a colônia, estivesse ela sob o comando de quem fosse; os últimos, por seu turno, teriam o pretexto que faltava para não se manterem ligados a Metrópole alguma, mas em sua maioria não tinham ilustração nem traquejo político suficientes para guiar os governos que dali surgiriam⁴⁶³.

Provavelmente, essa comunicação, ao referir-se aos *criollos*, estaria tratando da camada mais afastada do poder, não propriamente da elite *criolla* que existia em Buenos Aires. Essa elite, cabe ressaltar, era formada por comerciantes, advogados e militares de alta patente que compunham o Cabildo e, especialmente o Consulado de Buenos Aires, além de terem presença cada vez maior nos regimentos e milícias da cidade de Buenos Aires⁴⁶⁴.

Ainda em relação à carta anônima enviada para Strangford e dona Carlota, notamos que uma correspondência de similar teor pode ser encontrada também com data de 22 de agosto. Entretanto, esta última contém a assinatura de Felipe Contucci como remetente, tendo como destinatário dom Francisco Miranda. Nela, se pode notar, primeiramente, que Contucci estava escalado para ir em missão à cidade de Buenos Aires, pois relatava que, em maio, “me preparaba para embiarle una noticia exacta de mis operaciones con respecto à los interesantes negocios de nuestra America.”⁴⁶⁵

Dessa maneira, como quem estivesse totalmente inteirado das idéias que eram difundidas no Prata pelos partidários da independência, Contucci garantia a Francisco Miranda:

⁴⁶² *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 504.

⁴⁶³ *Ibid.*, p. 503.

⁴⁶⁴ Cabe anotar sobre tais milícias o que aponta Tulio Halperín Donghi, para o qual “Entre 1808 y 1810, entonces, es la indefinición de la crisis de fondo del orden imperial la que perpetúa [...] la militarización local surgida como respuesta a la invasión británica.” DONGHI, Tulio Halperín. *Guerra y finanzas en los orígenes del Estado argentino (1791-1850)*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005. p. 78.

⁴⁶⁵ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 499.

Ciertamente hemos convenido en la importancia y necesidad de propender à la independencia de la America, de toda dominacion Europea, sea la que fuese; pero no podemos conformar con ideas de constitucion democratica, porque despues de haber examinado, discutido y comparado quanto es necesario para ello, es visto que falta todo, y que seriamos infelices con intentarlo. Por tanto hemos adoptado el sistema de que se entre en la independencia de la America Española por una forma monarquica regular y conveniente, para cuyo fin estan tomadas todas las medidas / necesarias de que ni podemos ni debemos separarnos. Los derechos, el talento y las virutdes de S.A.R. la Señora Infanta de España Princesa de Portugal y Brasil Da. Carlota Joaquina de Borbon son dignos de nuestra mayor veneracion y respeto⁴⁶⁶.

Tais afirmações transparecem um posicionamento que não era totalmente aceito, pois muitos dos *criollos* já comentados anteriormente desejavam unicamente a liberdade, principalmente no tocante à economia e à política, e não interessava se, para isso, teriam de recorrer às armas. Entretanto, essas considerações remetem à insistência de Belgrano, por exemplo, em ter a garantia da princesa de que tomaria parte ativa nas disputas pelo poder no Prata, mantendo-se o sistema monárquico.

Contucci, ao final da correspondência, demonstrando-se persuadido com os fatos que lhe teriam sido demonstrados pelos partidários destas idéias, afirmava:

Estas ideas son las que conviene mantener; y desde aquel momento uni con la mia, la suerte de V. esperamos ver a V. unido intimamente con nosotros, y que trabaje en esa Corte con analogia á nuestras ideas; V. tendrá entre sus amigos un lugar que corresponda à sus conocimientos y merito, y á su tiempo nuestras noticias.⁴⁶⁷

Destarte, a carta anônima provavelmente foi redigida por Contucci para convencer ou demonstrar ao ministro inglês os intuitos dos americanos que desejavam desligar-se da Metrópole espanhola, incentivando, por um lado, a interferência de um governo que garantisse uma continuidade monárquica com vistas a manter as instituições já instaladas e livrar o governo do perigo representado por Napoleão; por outro, essa atitude beneficiaria Portugal e Inglaterra, tanto em termos políticos quanto econômicos.

O relato de Contucci ao ministro Sousa Coutinho, em correspondência de 24 de outubro de 1809, acusa a autoria das cartas anônimas e os meios largamente utilizados para alcançar determinado objetivo, principalmente quando o emissário justifica-se, logo no início da carta:

⁴⁶⁶ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 499-500.

⁴⁶⁷ *Ibid.*, p. 500.

Con el fin de que no seguisen adelante las ideas Dimocratas, que tanto empeñaban al General Dn. Francisco de Miranda residente en Londres, le he escrito una carta desde el Rio de Janeiro, en la que (para iludirlo) le decía: Que no podia sernos util la independencia protegida por la Gran Bretaña, por que haciendo esta Nacion despesas con los auxilios que nos prestase, exigiria a final una compensacion igual a sus servicios y desembolsos⁴⁶⁸.

Entretanto, a tal inutilidade da “independência protegida pela Grã-Bretanha” não fica, em nenhum momento, evidente nas correspondências anônimas enviadas por Felipe Contucci, pois nas três correspondências apresentadas por ele aparece a importância de Portugal e Inglaterra coadjuvarem o arrefecimento dos ânimos na América espanhola. Mas os papéis foram remetidos, da mesma forma, ao ministro português, que deveria analisá-los e emitir um parecer, pois Contucci asseverava: “Espero que V.E. apruebe mis operaciones como nascidas del amor que profeso a S.A.R. el Principe Regente N. Señor.”⁴⁶⁹

A intriga, como vemos, era encarada como a chave, muitas vezes, para os problemas de ordem política, os quais, no intuito de Contucci e, conseqüentemente, no de Coutinho, deveriam ser resolvidos pela forma previamente planejada, pela intervenção direta da Coroa portuguesa no Vice-Reinado do Rio da Prata.

Além da carta para Francisco Miranda, foram enviadas cartas anônimas ao ministro inglês dos Negócios Estrangeiros e à princesa Carlota Joaquina. Assim, todos se iludiam com as palavras de Contucci para que este pudesse dar prosseguimento aos planos desenvolvidos por dom Rodrigo de Sousa Coutinho, sem interferências externas.

Carlota sabia, entretanto, que as ofertas e os apoios que possuía no Prata, ainda mais com a presença de alguns buenaienses que a persuadiam pessoalmente no Rio de Janeiro, não eram vãos. Por isso, continuava enviando correspondências para as mais diversas representações políticas da América espanhola, a fim de angariar adeptos e oferecer auxílios para a possível disputa pelo poder que seria travada em seu nome assim que conseguisse chegar a Buenos Aires.

As correspondências entre os governantes que recebiam ofícios da princesa Carlota e o governo do Vice-Reinado do Rio da Prata foram intensas, a fim de dirimir os problemas e dar

⁴⁶⁸ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 498.

⁴⁶⁹ *Ibid.*, p. 499.

solução aos pedidos insistentes da princesa. Exemplo disso foi o caso do ofício enviado pelo Cabildo de Potosí ao vice-rei Cisneros, no qual se registrava:

Este Ilustre Cavildo la adjunta carta original [...] la qual Carta aparece firmada por la Sra. Infanta de España, Da. Carlota Joaquina de Borbón, Princesa del Brasil [...] La sabida penetracion de V.E. sabra hacer el devido concepto de esta Carta, para cuyo efecto se la remite original este Ayuntamiento, pues aunque fuese cierta, no cree de su resorte el contestarla⁴⁷⁰.

Em contrapartida, o vice-rei respondeu pouco tempo depois ao Cabildo de Potosí, ratificando:

Apruebo esta conducta de VS. de habermela enviado sin responderla, y le prevengo que si recibise alguna otra de su clase, tanpoco la contexte, y me la remita igualmente, respecto a que habiendo llegado ya al Janeyro el ministro Plenipotenciario de nuestra Corte / Marques de Casa-Irujo, con el solo deberá entenderse la del Brasil⁴⁷¹.

Portanto, é possível verificar a forma como estavam sendo tratados os problemas referentes ao Prata e, principalmente, a pressão feita por Carlota e seus partidários para que a regência da América espanhola fosse legada a ela. Os assuntos, portanto, eram coordenados pelo ministro Plenipotenciário no Rio de Janeiro, marquês de Casa-Irujo, coadjuvado pelas informações provenientes do Vice-Reinado do Rio da Prata, em ligação direta com o vice-rei Cisneros e o governador de Montevidéu, Javier Elío.

As ações da princesa do Brasil estavam, em 1809, quase plenamente vigiadas pelos inúmeros espiões e informantes que se encontravam espalhados por toda a América do Sul. No Rio de Janeiro, especialmente, a presença do marquês de Casa-Irujo tolhia atitudes mais expansivas da princesa, que tinha de suportar, ainda, a falta daquele que a assessorava diretamente – Sidney Smith – e que, por sua vez, muito a orientara na maneira de esgueirar-se desses “olheiros”.

A preocupação com as ações da princesa era constante, como vemos nas anotações e correspondências dos ministros e vice-reis do Prata, desde a chegada dela em solo americano. Assim, em setembro de 1809, por exemplo, o Vice-rei Cisneros pediu ao seu antecessor, Santiago de Liniers, que remetesse a reclamação da princesa para que ele estivesse ciente de

⁴⁷⁰ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 487.

⁴⁷¹ *Ibid.*, p. 489.

seu conteúdo, pois “ha sido necesario tener à la vista, y conviniendo mucho al Servicio de S.M.”⁴⁷², porém, somente em 26 de novembro⁴⁷³ a Real Audiência de Buenos Aires acusaria o recebimento das ditas epístolas.

Com o desgaste que vinha sofrendo, sendo “bombardeada” diariamente com mais e mais notícias sobre a sua intenção de tornar-se soberana da América espanhola, Carlota resolveu, em meados de setembro de 1809, refugiar-se na fazenda da família real em Santa Cruz, distante alguns quilômetros da cidade do Rio de Janeiro⁴⁷⁴. Porém, essa atitude não a livrou de padecer um dos períodos mais conturbados desde a sua chegada ao Brasil. A intensificação das ações dos diversos setores que disputavam a primazia do poder na América Meridional, e também na península Ibérica, levou a Presas, seu secretário, praticamente dobrasse a quantidade de correspondências enviadas à princesa, especialmente durante o mês de outubro de 1809.

Nessas correspondências se sobressaíam as ameaças de que os planos arquitetados em torno da regência da princesa fossem aniquilados por duas esferas completamente discordantes de poder: a primeira, ligada diretamente ao vice-rei Hidalgo de Cisneros (e, conseqüentemente, às deliberações da Junta Governativa da Espanha), que não poupava tomar atitudes extremadas contra os opositores do poder centralizado de Buenos Aires; a segunda, dos espanhóis peninsulares e da elite *criolla*, que divergiam muito entre si, já que uns apoiavam a regência da princesa e outros viam na revolução a possibilidade de um desligamento total da Metrópole.

José Presas mostrava-se bastante preocupado com o rumo dos acontecimentos. A princesa, a seu turno, não respondia às cartas de seu secretário, que insistia: “Não tenho nenhuma resposta de V.A. de seis cartas, ignorando causa do semelhante silêncio, e nem o porque de não ter me devolvido duas gazetas que lhe remeti há oito dias”⁴⁷⁵.

⁴⁷² *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 496.

⁴⁷³ *Ibid.*

⁴⁷⁴ Atualmente, a antiga Fazenda de Santa Cruz, que pertencera aos jesuítas até o século XVIII, é o bairro de mesmo nome, localizado no extremo oeste da cidade do Rio de Janeiro. Na sede da fazenda está instalado o 1º Batalhão Escola de Engenharia e muitos monumentos da história colonial, imperial e republicana encontram-se ainda preservados naquele local. Para saber mais sobre a fazenda e o atual bairro: <<http://www.santracruzrj.com.br>>. Acesso em: 20 dez. 2006.

⁴⁷⁵ Carta de José Presas a Carlota Joaquina em outubro de 1809. [AMI-POB Pr.809.] apud AZEVEDO, *Carlota Joaquina...* p. 243.

Não foi possível precisar, mesmo por meio das diversas correspondências do período, se Carlota estava realmente se distanciando um pouco de Presas e das cavilações platinas ou se o gabinete de dom João é que a mantinha fora dos negócios da corte. A segunda afirmação é mais plausível, na medida em que a interferência de Carlota Joaquina num período bastante conturbado poderia pôr a perder todo o trabalho, especialmente o do ministro Sousa Coutinho, para alcançar influência desejada nos territórios do Prata. Francisca Azevedo comenta, entretanto, que, “se considerarmos as cartas anteriores e posteriores entre os cônjuges, podemos afirmar que não, pois há evidências de uma comunicação ao menos cordial entre ambos.”⁴⁷⁶

Registramos que a maneira como se expressavam nas correspondências pessoais, tanto a princesa quanto o príncipe regente, denotava quase sempre uma harmonia entre o casal, ambos utilizando formas de tratamento bastante carinhosas. Porém, o que se via pelas correspondências de seus secretários, ministros e até mesmo de pessoas próximas era que o casal não possuía muitos pontos concordantes, parecendo estar sempre testando até onde ia a paciência do outro. É pertinente lembrar, a título de ilustração, por exemplo, dos golpes perpetrados por Carlota Joaquina para destituir o marido do governo ainda em Portugal.

Cabe ressaltar, entretanto, que a correspondência trocada entre os indivíduos, principal meio de comunicação existente na época, constituiu-se num campo vastíssimo para a análise historiográfica, que, por sua vez, muitas vezes não consegue visualizar claramente as intrincadas relações pessoais mantidas entre remetente e receptor. A escrita poderia, muito bem, encobrir o real sentido das intenções do remetente, que, a seu tempo, aguardava o efeito que suas notas teriam na esfera da ação. Assim, temos de concordar com Francisca Azevedo quando, apoiada em especialistas na análise epistolar, afirma:

a carta terá um papel fundamental na nova configuração do discurso historiográfico, pois a correspondência é um gênero profundamente permeado pela circunstância em que se escreve. Sua contingência, o lugar e o momento em que se escreve, a ocasião que a induz, a pessoa ou as pessoas a quem se dirige, marcam-na de uma forma indelével⁴⁷⁷.

⁴⁷⁶ Carta de José Presas a Carlota Joaquina em outubro de 1809. [AMI-POB Pr.809.] apud AZEVEDO, *Carlota Joaquina...* p. 244.

⁴⁷⁷ AZEVEDO, Francisca Nogueira de. Para bien y felicidad de estos dominios: correspondência entre Carlota Joaquina e Manuel Belgrano. CADERNOS do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática, ano IV, n. esp., 2005. p. 72.

Sem dúvida, indelével foi a marca deixada por Carlota Joaquina nas contendas envolvendo os governos platinos e da América espanhola como um todo, assim como o próprio marido. Além dela, nota-se justamente por meio das correspondências o quanto as disputas no Prata no início do século XIX envolviam interesses pessoais de personagens tão distintos, mas afetados de uma forma ou de outra pelas decisões tomadas nos centros de poder que tinham como pontos nevrálgicos a corte do Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevideú⁴⁷⁸.

Vale registrar, entretanto, que naquele momento de agitação no Prata, especialmente em Buenos Aires e Montevideú, assim como seria percebido nos próximos dez anos de governo independente, não havia uma identidade, um órgão ou mesmo uma característica que unisse todos os atores em prol de uma única saída para a situação política e econômica a que chegaram em relação à Espanha. O Prata, portanto, estava marcado pela heterogeneidade.

Nos últimos meses de 1809, as atitudes do então vice-rei Cisneros iriam alterar consideravelmente as ações perpetradas daí por diante pelo grupo dos “patrícios” e fariam com que outras camadas da sociedade atentassem para a emergência de repensar o controle espanhol sobre o vice-reinado. Tais determinações, como o perdão dado aos envolvidos no episódio de 1º de janeiro, principalmente a Martín de Alzága, que tinham sido resgatados por Javier de Elío e estavam sob sua proteção em Montevideú e, principalmente, a permissão para a introdução de mercadorias estrangeiras, quebrando novamente o monopólio mercantil espanhol, mesmo que isso gerasse graves prejuízos aos grupos monopolistas da praça de Buenos Aires, foram amplamente discutidos não só no Prata, mas também no Rio de Janeiro.⁴⁷⁹

Notamos que, em relação à permissão ao livre-comércio, o vice-rei dedicou-lhe especial atenção, pois precisava reerguer as finanças da Real Hacienda de Buenos Aires que

⁴⁷⁸ Em função de nosso objeto de pesquisa, não citamos aqui outras cidades da vasta América espanhola que podem ser consideradas importantes para as análises realizadas sobre o período, tais como Lima, Asunción, Caracas, etc.

⁴⁷⁹ Em 20 de novembro de 1809, o vice-rei Cisneros enviou ao marquês de Casa-Irujo um ofício no qual se explicava acerca das decisões que tivera de tomar diante da situação econômica de Buenos Aires, afirmando que havia “encontrado en una total indigencia esta Real Hacienda [...], con un a acrecido déficit, y haviendome faltado aun tiempo los situados del Potosí, me veo en la estrecha necesidad de faltar a las leyes y Reales Ordenes, concediendo algunso permisos a los Buquês Extrangeros baxo el derecho de circulo, extraccion de frutos coloniales, y demas requisitos q ce hagan menos ruidosa la cosa, y em términos que produciendo lo necesario para sufragar y sostener los indispensables gastos”. Conforme, *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961. p. 507.

se encontravam praticamente esgotadas, já que tinha de assumir gastos excepcionais a fim de garantir o apoio dos militares da praça e manter o poder metropolitano por meio dos auxílios enviados para a supressão dos levantes no Alto Peru. Além disso, eram constantes as reclamações de produtores rurais das cercanias de Buenos Aires, que necessitavam vender seus produtos, principalmente o couro. Estes dependiam do comércio exterior, já que não havia demanda interna e a Espanha, em guerra, não tinha como manter um comércio regular com o Prata.

Ressaltamos que Halperín Donghi comenta sobre este ato do vice-rei Baltazar de Cisneros, tendo em vista que

la reforma comercial comienza bien pronto a llenar el hueco dejado por el agotamiento de otras fuentes de recursos fiscales: ya los ingresos de 1809 avanzan sobre los del bienio anterior, y en 1810 casi duplican los del año que los tuvo más altos en el ventenio precedente [...] entonces, marca un paso más en el avance inexorable de la crisis final de ese orden;⁴⁸⁰

Assim, abriam-se novos caminhos tanto para aqueles que esperavam uma oportunidade de lucrar com a abertura comercial quanto para outros que desejavam uma definição política para a situação do Vice-Reinado do Rio da Prata, na esperança de conseguirem implantar nas planuras portenhas um sistema que favorecesse os setores locais em detrimento dos interesses régios (ou juntistas), d'além-mar.

Além dessa atitude política que afetava intrinsecamente a economia de todo o vice-reinado e também de considerável porção do interior do continente, em virtude de o porto de Buenos Aires ser a porta de entrada e saída da maioria das mercadorias que circulavam na América Meridional, Cisneros passou a exigir, como notamos em uma correspondência enviada por Manoel de Miranda ao conde de Linhares, que os portugueses se retirassem da cidade em 8 ou 12 dias. O relato do encarregado português também dava conta de que alguns ingleses teriam recebido a mesma ordem. Assim, em dezembro de 1809 as declarações que chegavam ao Rio de Janeiro traziam indícios de que novos embates diplomáticos teriam lugar no Rio da Prata⁴⁸¹.

⁴⁸⁰ DONGHI, *Guerra y finanzas...*, p. 75.

⁴⁸¹ AHI, Lata 175; Maço 5; Pasta 3.

Ao final do mesmo mês, o conde de Linhares receberia uma correspondência de um “patrício” emigrado de Buenos Aires que estava sendo indiciado pelo vice-rei por ter supostamente conspirado contra o poder régio espanhol: Juan Martín de Pueyrredón. Este passou quase três anos na Espanha, nomeado pelo Cabildo de Buenos Aires para a missão de conseguir que se aumentassem os efetivos de proteção da capital e da embocadura do Rio da Prata. Como não obteve sucesso algum, em virtude também das invasões francesas na península, retornou ao Prata quase ao mesmo tempo em que o vice-rei Cisneros tomava posse. Nessa ocasião tentou convencer Liniers a não reconhecer a autoridade daquele, o que o deixou bastante mal-visto pelos realistas, especialmente por Javier de Elío.

Para não ser preso, fugiu para o Rio de Janeiro em agosto de 1809, quando aproveitou a ocasião para propor à princesa Carlota Joaquina que fosse ao Rio da Prata tomar posse como regente. De acordo com Oliveira Lima, analisando a autobiografia de Belgrano, Pueyrredón não recebeu muita atenção da princesa, que teria se aproximado mais do secretário do Consulado de Buenos Aires, como havia se aproximado um ano antes também de outro patrício, Saturnino Rodriguez Peña.⁴⁸²

Na correspondência a Linhares, Pueyrredón agradecia a atenção dispensada pelo ministro em sua estada no Rio de Janeiro, mas, sobretudo, indicava que era necessário manter vigilância sobre Martín de Alzága, que denotava ser representante das vontades francesas em tomar posição no vice-reinado. Assim, Pueyrredón enlaçava também Elío, mesmo não o citando especificamente na carta, pois este havia dado guarida quando aquele fora expulso por Liniers⁴⁸³.

Portanto, parece-nos que naquele período quem conseguisse produzir os melhores meios de persuasão, poderia transformar uma simples atitude num grande evento, do qual vários agentes podiam-se aproveitar e fazer valer suas aspirações e de seu grupo. Além disso, a concorrência de fatores externos, especialmente a situação de dominação e distanciamento da Espanha dos assuntos que se processariam a partir de janeiro de 1810, elevavam as chances de se encontrarem formas subliminares de governo, cabíveis a uma realidade necessária, mas

⁴⁸² LIMA, *Dom João VI...* p. 199.

⁴⁸³ Nas palavras de Pueyrredón, “Alzaga es el Gefe, de los que opinan por la union con la Metropoli hecha francesa. La existencia de esta faccion es anterior a la revolucion; y conserva la misma cavera, los mismos miembros, y sigue la misma marcha, que es la de la desorganizacion, y de la anarquia.” AHI, Lata 175; Maço 5; Pasta 11.

por muitos indesejada. Assim, não havia instância de poder que não estivesse em constante conflito consigo mesma, uns na tentativa de reverter um quadro insustentável em curto prazo e voltar à “normalidade”, outros justamente na oposição, desejando garantir a longa duração para os efeitos desses embates.

2 O MOVIMENTO DE INDEPENDÊNCIA DO VICE-REINADO DO RIO DA PRATA E AS DETERMINAÇÕES POLÍTICAS E DIPLOMÁTICAS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

O ano de 1810, analisado na ótica de um historiador que tenta remontar um quebra-cabeça complexo, interligando os fatores externos e internos dos vastos impérios ibéricos em plena crise do Antigo Regime, iniciou-se com uma alteração aguda nas relações mantidas entre as colônias, tanto portuguesa quanto espanhola, com suas metrópoles e com a Grã-Bretanha.

Pela análise empreendida, isso ocorreu porque: primeiro, Napoleão obtinha consideráveis sucessos em território espanhol, mantendo sob controle vastas porções do reino; segundo, porque já fazia dois anos que a corte portuguesa encontrava-se sediada no Rio de Janeiro, e dom João, assim como dom Rodrigo de Sousa Coutinho, percebia naquele momento que estava em suas mãos a tarefa de garantir a sobrevivência não apenas do Império português, mas do sistema político absolutista como um todo, corroído pelas juntas de governo e pelas revoltas espalhadas em seu entorno, na América espanhola.

A economia, por sua vez, era outro problema a ser solucionado, já que o comércio monopolista mantido anteriormente entre as colônias e a Metrópole lusitana não podia mais ser controlado como antes. Assim, os tratados assinados desde 1808, como a Abertura dos Portos às Nações Amigas, decretada pelo príncipe regente dom João, por exemplo, eram uma garantia a mais para que a circulação financeira não afetasse a sustentabilidade do Império português.

Talvez a alteração política que mais surtiu efeito no início de 1810, afetando especialmente a América Espanhola, esteja relacionada à situação da Espanha em face dos atos de Napoleão em território espanhol. Em janeiro, a Junta Central de Sevilha teve de ser trasladada para a ilha de León, em frente à cidade-porto de Cádiz, para não ser suprimida

pelas hordas francesas. Ali, a 29 daquele mês a junta decretou a formação de um Conselho de Regência, composto por entre cinco indivíduos, os quais seriam responsáveis por manter a administração da nação espanhola até a reunião das Cortes, prevista em decreto para o dia 1 de março.⁴⁸⁴

Desde a Idade Média as Cortes eram reunidas para auxiliar o rei nas resoluções da administração, ou em substituição a este, para que o poder não ficasse acéfalo. Estava sendo convocada naquela ocasião (1810) – pelo que se depreende dos debates entre os deputados juntistas – para que o povo tivesse representação nos destinos que seriam traçados para o reino, tendo em vista que o rei ainda se encontrava prisioneiro de Napoleão Bonaparte.

No entanto, vale registrar que o povo do qual se tratava naquele momento dizia respeito ao súdito espanhol ibérico, não sendo levada em consideração a totalidade dos súditos das colônias americanas ou asiáticas. A maior prova disso foram as várias discussões nas reuniões da Junta Central espanhola, ainda no ano de 1809, em torno da representatividade das colônias na formação das Cortes.

Desse momento em diante, as informações que chegariam à América demonstravam as condições cada vez mais caóticas do reino espanhol diante das invasões de Napoleão. Este já havia entronado seu irmão José, em Madri, e perseguia a Junta Central para aniquilar de vez toda representação hostil ao poder francês. Caso obtivesse sucesso, quebraria totalmente o elo entre o centro metropolitano e suas colônias. Na visão dos súditos americanos, isso poderia facilitar uma invasão francesa aos centros realistas espanhóis na América Meridional.

Ressalta-se que as informações que cruzavam os oceanos, especialmente o Atlântico, como eixo central das comunicações entre a Europa e o resto do mundo, eram bastante desencontradas, o que aumentava a apreensão. A não ser que fosse confirmada por alguma

⁴⁸⁴ Pelo decreto de designação do Conselho de Regência, o poder espanhol ficava dividido entre: o reverendo bispo de Orense, dom Pedro de Quevedo y Quintano; o conselheiro de Estado dom Francisco Saavedra; o capitão-geral dos exércitos D. Francisco Javier Castaños; outro conselheiro de Estado, dom Antonio de Escamo, e o ministro do Conselho de Espanha e Índias, representando a América, Esteban Fernández de León. Pelos cargos que estes ocupavam antes de serem eleitos pelos deputados reunidos na Junta Central, nota-se a heterogeneidade das posturas ali destacadas, sendo praticamente cada um componente de grupos diferentes. A transcrição completa do documento está disponível em: “Decreto de la Junta Central designando a los Regentes (29 de enero de 1810)” in: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/02581641089125151867857/p0000001.htm#I_1_>. Acesso em: 20 maio 2007.

fonte oficial do governo espanhol, as notícias sempre sofriam muitas deturpações. Disso se valiam, inclusive, inimigos e aproveitadores que estivessem interessados em lucrar em meio à crise.

Talvez dom João tenha dado exemplo disso ao enviar notícias e correspondências ao vice-rei do Rio da Prata, Baltasar Hidalgo de Cisneros, sobre a tomada das principais cidades e vilas espanholas pelas tropas francesas, no início de 1810. Vale lembrar que o Rio de Janeiro, via de regra, recebia as notícias da Europa primeiro que Buenos Aires, especialmente porque era comum que os navios com destino àquele porto atracassem na costa carioca para recarregar mantimentos e realizar reparos.

Em resposta às informações enviadas pelo príncipe regente por intermédio do governador da capitania de São Pedro, dom Diogo de Souza, em 5 de março de 1810, garantindo que auxiliaria o vice-reinado em caso de invasão, o vice-rei do Rio da Prata respondeu em 30 de março que, “despues de darle las mas expresibas gracias por tales distinciones con que se liga mas y mas el apreciable lazo de amistad, alianza [...] entre S. A. Real y el Rey su amo”⁴⁸⁵, não seria preciso de ajuda alguma.

Certamente, Cisneros antevia a tentativa do príncipe português de dar garantias de amizade e auxílio, assim como fizera em 1808, para conseguir posicionar suas tropas estrategicamente dentro do vice-reinado e ter o beneplácito de estar legal e consentidamente em território espanhol. Para uma possível dominação e manutenção do território hispano-americano por Portugal, sem entrar em conflito direto com outras nações européias e, principalmente, com a Espanha, era imprescindível que essas “ofertas” fossem aceitas.

O vice-rei, entretanto, garantia na correspondência citada:

Con mucha anterioridad al tiempo em que se ([tubo]) (-oyeron-) en este continente las 1ras. voces de la salida de dicha esquadra de los puertos de Europa contra estos domínios, cuya noticia ya se há ([...]) (-desvanecido-) enteramente se hallaba prevenido con fuerzas mui superiores ([asi]) en ambas vandas del Rio de la Plata para triunfar de los ataques que pudieran hacerse por aquella expedicion⁴⁸⁶

⁴⁸⁵ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p.33.

⁴⁸⁶ *Ibid.*, p.33.

Assim, subentendia-se que não seria preciso força alguma para proteger o vice-reinado caso o ataque francês fosse confirmado. Talvez para reforçar o que afirmava, Cisneros dizia que tinha “en la Vanda Septentrional del de la Plata cuerpo suficiente para prestar a S.E. sin perdida de momento qualquiera clase de socorros [...]”, ressaltando que “al mismo tiempo que dadas al gobernador de Montevideo y de mas xefes que los mandan las mas estrechas y positivas ordenes para que mantengan constantemente las partidas volantes de ellos que cruzen la frontera con las tropas de S.A. Real la ([mas]) mejor armonia”⁴⁸⁷.

Essa notícia, ao mesmo tempo em que negava o auxílio estrangeiro, podia ser concebida como uma ameaça aos limites de Portugal. O posicionamento de tropas espanholas próximas à fronteira era motivo de extrema preocupação para o governo português, especialmente da capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul. A distribuição de postos de controle fronteiriço numa região muito vasta e relativamente com pouca densidade populacional favorecia a penetração de estrangeiros sem o devido conhecimento do governo, o que poderia acarretar a perda de boa parte do território.

No desenrolar dos fatos nos primeiros meses de 1810, podemos verificar que a situação de Espanha era crítica em relação à ocupação francesa. O Conselho de Regência que assumiu o poder na Ilha de León tentava pôr em prática o decreto para a reunião das Cortes, ao qual, contudo, os súditos americanos não deram muita atenção. Na América, as revoltas do ano anterior no Alto Peru e o descontentamento de boa parte da população de Buenos Aires, economicamente interessada e dependente das políticas espanholas, ecoavam pelo interior do Vice-Reinado do Rio da Prata, suscitando desconfianças em relação ao futuro.

Os fatos ocorridos no império português também traziam vários questionamentos à roda da política externa e, conseqüentemente, à organização interna dos domínios hispano-americanos, visto que, em fevereiro de 1810, o príncipe regente de Portugal, dom João, assinou os Tratados de Aliança e Amizade, Comércio e Navegação com a Grã-Bretanha, esta representada pelo seu ministro plenipotenciário no Rio de Janeiro, Lord Strangford.

Esses tratados foram constituídos entre as partes em 19 de fevereiro de 1809. No dia 26 do mesmo mês, dom João ratificou-os, o que a Grã-Bretanha faria somente quatro meses

⁴⁸⁷ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p.33.

depois, em 18 de junho de 1809. Ambos os tratados foram especialmente importantes para a economia da colônia portuguesa, pois se configuraram como porta aberta à iniciativa estrangeira no Brasil, dando vazão ao liberalismo econômico e à consolidação do Rio de Janeiro como eixo central do comércio ultramarino português. Sem dúvida, os Tratados de Aliança e Amizade, Comércio e Navegação⁴⁸⁸ estavam inscritos no processo de expansão industrial inglesa, no qual a política externa bragantina tinha de se inserir, sobretudo pelo auxílio prestado por aquele país à Coroa portuguesa, garantindo a manutenção do poder real nas mãos do príncipe regente.

Além disso, dom Rodrigo de Sousa Coutinho, responsável por realizar as convenções para o conteúdo dos tratados com Lord Strangford, era declaradamente favorável à participação da Inglaterra na economia portuguesa, já que daquela ilha se expandiam novas idéias econômicas, que, na concepção do ministro, talvez tirariam Portugal da periferia economicamente mais pobre da Europa. Podemos verificar um exemplo dessas idéias pela notável ampliação dos direitos legados aos ingleses que desejassem se instalar nos domínios do império português para comerciar. Especialmente os artigos V, VIII, X, XII, XXII e XXIII do Tratado de Comércio e Navegação demonstravam a função do tratado de servir como uma espécie de garantia para a livre-iniciativa inglesa⁴⁸⁹.

Já no Tratado de Aliança e Amizade, separado do primeiro, mas assinado na mesma data, vigoravam questões mais de ordem defensiva e de caráter liberal. Para verificar isso basta ler os artigos II, VI, VIII, IX e XI, nos quais, dentre outras coisas, proibia-se a instalação do Tribunal do Santo Ofício na colônia; permitia-se a extração de madeira para a construção dos navios de guerra britânicos, que também não teriam de obedecer mais ao limite de embarcações ancoradas em portos portugueses, além da exigência do fim gradual do tráfico negroiro.

⁴⁸⁸ Para ver o conteúdo completo destes tratados, é interessante procurar na ferramenta de busca na internet <http://books.google.com>, por meio dos termos “tratado de navegação gran-bretanha” a obra CASTRO, José Ferreira Borges de. *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potências desde 1640 até o presente*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1857. Tomo IV. p. 348-415. (Incluem-se neste caso os artigos secretos e anotações acerca da ratificação dos tratados).

⁴⁸⁹ O artigo VIII, por exemplo, registrava o seguinte acordo: “O Principe Regente de Portugal se obriga no Seu proprio nome, e no de Seus Herdeiros e Successores, a que o commercio dos vassallos Britanicos nos Seus domínios não será restringido, interrompido ou de outro algum modo afectado pela operação de quaquell monopólio, contrato ou privilégios exclusivo de venda ou de compra, seja qual for;” Portanto, Portugal renunciava aos monopólios em favor dos ingleses que, daí por diante, teriam livre acesso ao mercado português. CASTRO, op. cit., p. 360.

Três artigos, portanto, podem ser destacados dos tratados de fevereiro de 1810: o primeiro, o artigo XV do Tratado de Comércio, pelo qual ficava estipulado o seguinte:

Todos os generos, mercadorias e artigos, quaesquer que sejam, da producção, manufactura, industria ou invenção dos dominios e vassallos de Sua Magestade Britannica, serão admittidos em todos e em cada um dos portos e dominios de Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal, tanto na Europa como na America, Africa e Asia, quer sejam consignados a vassallos Britannicos, quer a Portuguezes, **pagando geral e unicamente direitos de quinze por cento**, conforme o valor que lhes for estabelecido pela pauta, que na lingua Portugueza corresponde à tabua das avaliações [Grifo nosso]⁴⁹⁰

Portanto, mesmo os portugueses que mantinham ligações comerciais no império português pagariam uma taxa maior que 15% para a introdução de mercadorias nos portos. Essa taxação, apesar de inúmeras reclamações e prejuízos que causaria nos quinze anos em que o tratado firmado em 1810 teve validade, inundou os portos da colônia do Brasil de artigos ingleses. Dentre outros, destacam-se os tecidos, principal produto de exportação do período inicial da revolução industrial inglesa.

O segundo item que podemos destacar dentre aqueles que compõem os tratados de 1810 diz respeito à supressão do tráfico negreiro, expresso no artigo X. Para a justificativa de tal acordo afirmava-se no texto que dom João estava ciente da “grande desvantagem que nasce da necessidade de introduzir e continuamente renovar uma estranha e facticia população para entreter o trabalho e industria nos Seus dominios do Sul da America”⁴⁹¹. Entretanto, a escravidão e o cativo como moeda de troca não estavam sendo beneficiados, pois mais adiante rezava que se mantinha reservado “comtudo para os Seus proprios vassallos o direito de comprar e negociar em escravos nos dominios africanos da Corte de Portugal.”⁴⁹²

Apesar das restrições, como os perigos de apreensão dos navios negreiros, Portugal e, depois, o Brasil independente deram continuidade à prática do contrabando de cativos trazidos da África. Manchester afirma em sua obra que, “apesar da ação dos cruzadores, quase vite e quatro mil escravos foram importados somente para a Bahia, entre maio de 1811 e junho de

⁴⁹⁰ CASTRO, *Collecção dos tratados, convenções, contratos...*, Tomo IV, p. 370-372.

⁴⁹¹ *Ibid.*, p. 406-408.

⁴⁹² *Ibid.*, p. 408.

1814”, número pouco expressivo se comparado no volume de escravos trazidos da África para o Rio de Janeiro no mesmo período, que alcançou a cifra de “mais de sessenta e três mil”⁴⁹³.

Relacionado, em certa medida, aos acontecimentos que estavam ocorrendo em toda a América, especialmente na espanhola, o segundo de dois artigos secretos inclusos ao final do Tratado de Aliança e Amizade, asseguraria um possível apoio da Grã-Bretanha em caso de Portugal entrar em conflito com outro país, ou seja, ficava implícito o apoio do poderio inglês em caso de uma declaração de guerra entre portugueses e espanhóis na América. Além disso, registrava-se que os ingleses empregariam “seus bons ofícios” para obter a restituição de alguns territórios portugueses em litígio, como

Olivença e Jurumenha [...] e apoiar com toda sua influencia as tentativas que a Côrte de Portugal possa então fazer, para procurar o restabelecimento dos antigos limites da América Portuguesa, do lado de Cayena, conforme a interpretação que Portugal tem constantemente dado às estipulações do Tratado de Utrecht.⁴⁹⁴

Entretanto, notamos que está explicitamente demarcado o território de ação da Grã-Bretanha no caso de tal apoio ser efetivamente necessário: Olivença e Jurumenha, na Europa, e Cayena, na América. Ficavam de fora, portanto, os territórios do Rio da Prata, onde as notícias que se espalhavam, em meio a uma crise sem precedentes, iam justamente em sentido contrário, de que a Grã-Bretanha firmara acordos com Portugal os quais garantiriam uma investida ao Rio da Prata⁴⁹⁵.

A conturbada relação entre a Coroa portuguesa sediada no Rio de Janeiro e as colônias espanholas, especialmente o Vice-Reinado do Rio da Prata, no início de 1810, anteriormente à formação da Junta de Maio, em Buenos Aires, teve ainda alguns momentos de tensão que davam sinais de como seria mantida a postura de um e outro a partir de então.

As declarações eram veementemente rebatidas pelos ministros de ambas as Coroas designados para resolver a questão: o conde de Linhares, por Portugal, e o marquês de Casa-

⁴⁹³ MANCHESTER, *A preeminência inglesa no Brasil*, p. 152. Em nota de rodapé, este autor ainda registra que, em relação aos números apresentados por Strangford a Castlereagh (de onde extraiu os dados sobre o tráfico de escravos), não se contabilizou os que morreram durante a travessia, ou seja, apenas para o caso da importação de escravos da África para o Rio de Janeiro, haviam morrido, em média, cinco mil cativos nos porões dos navios.

⁴⁹⁴ CASTRO, *Collecção dos tratados, convenções, contratos...*, Tomo IV, p. 410.

⁴⁹⁵ As correspondências do Foreign Office, fartamente utilizadas por Manchester em sua obra, demonstrando a oposição da Inglaterra às determinações arbitrárias de dom João e, especialmente, do ministro Souza Coutinhon em relação ao Rio da Prata. MANCHESTER, *op. cit.*, p. 118-120.

Irujo, pela Espanha. Um primeiro elemento que tomou vulto, como podemos notar pelas correspondências encontradas no acervo do Arquivo Histórico do Itamaraty, após o fechamento dos tratados com a Grã-Bretanha, foi a perseguição sofrida pelos portugueses, iniciada pelo vice-rei Cisneros ainda em dezembro de 1809, em Buenos Aires.

Manoel Francisco de Miranda, comissionado português responsável pelas atividades demarcatórias do Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777, tentava garantir sua permanência em Buenos Aires, pedindo insistentemente instruções ao ministro dom Rodrigo de Sousa Coutinho sobre a conduta que deveria ter diante das ordens do vice-rei, que ordenara aos portugueses que deixassem a cidade⁴⁹⁶.

Essa atitude do vice-rei demonstra o quanto tais portugueses⁴⁹⁷ representavam ameaça ao governo espanhol na região do Rio da Prata. Cisneros, provavelmente, tinha pleno conhecimento daqueles que lhe podiam servir como informantes e fazer chegar ao príncipe regente português informações sobre a situação do vice-reinado, as quais, se bem exploradas, renderiam a conquista da porção que tanto o próprio príncipe quanto dom Rodrigo de Sousa Coutinho almejavam para Portugal: a Banda Oriental. Além, é claro, da possibilidade de entronar o infante espanhol dom Pedro Carlos ou até mesmo a princesa Carlota em Buenos Aires, tendo, então, sob controle da Coroa portuguesa a vastidão colonial luso-espanhola da América Meridional.

A resposta ao vice-rei foi dada pelo ministro português logo que as negociações dos tratados com a Inglaterra foram finalizadas, sinal de que a atenção direcionava-se mais uma vez para os territórios espanhóis. Assim, em 3 de abril de 1810, dom Rodrigo enviou correspondência ao marquês de Casa-Irujo, plenipotenciário espanhol no Rio de Janeiro, para

⁴⁹⁶ Em ofícios enviados em 12 de janeiro e em 28 de fevereiro, Manoel Francisco de Miranda pedia ao ministro Sousa Coutinho que retornasse “aquellas instrucçoens, que devo receber de V. Excellencia, para satisfazer com o meu dever, por que o Vice Rey pertende contraverter todo o asunto como tem praticado, e havendo eu pedido politicamente no particular, que se me instruisse a idea, que permita ao procedimento, que tivessem dado os Portuguezes residentes aqui, pela violência de os fazer sahir, para communicar a minha Corte, [...] procurou todos os meyoys de me declarar aminha permanência innecessaria nestes Domínios, e no asunto dos Portuguezes o meteu em silencio, este he o estado em que estou.” AHI. Lata 175, maço 5, pasta 3.

⁴⁹⁷ Em correspondência anterior, de 21 de dezembro de 1809, Miranda relacionou os nomes dos portugueses notificados a deixar Buenos Aires no prazo de doze dias: padre Antonio Mattos, Possidonio da Costa, Pedro Antonio, Antonio Luiz de Lima e Conturse [Contucci]. Dentre estes, como podemos verificar, dois enviavam constantemente informações ao Rio de Janeiro, tanto para o ministro Linhares e dom João, quanto para a princesa Carlota. AHI. Lata 175, maço 5, pasta 3.

responder a um pedido deste e, aproveitando o momento, demonstrar que estava a par do que acontecia em Buenos Aires. Na missiva, dom Rodrigo deixava claro:

Em Buenos Ayres se perseguem publicamente não só todos os que defendem e sustentão os Direitos Eventuaes de S.A.R. a Princeza do Brazil, mas ainda todos os Portuguezes que vão Commerciar aos Portos do Rio da Prata, e que estão diariamente expostos não só a serem mandados despejar o Território Espanhol, mas ainda haverem de pagar as Produçõens e Gêneros que ali levão novos e arbirtrários Decretos, Conducta bem differente da que S.A.R. manda aqui praticar com todos os Estrangeiros, muito particularmente com os Espanhoes⁴⁹⁸

As acusações que o ministro Linhares desferia contra o governo de Buenos Aires baseavam-se, como podemos perceber, justamente nas diversas correspondências enviadas por Manoel Francisco de Miranda e os outros agentes portugueses que viviam na capital do vice-reinado. Vale ressaltar, porém, que justamente dois nomes apontados nessa correspondência como tendo a prisão requerida por Casa-Irujo, a fim de que fossem punidos, eram Peña e Puyerrredón, dois dos maiores envolvidos durante o ano anterior no movimento em prol da ida da princesa Carlota Joaquina ao Rio da Prata.

Além disso, ao final da missiva, dom Rodrigo fazia uma ressalva à questão da governabilidade e dos ânimos que se projetavam sobre o Prata. Assim, mais uma vez tomando como base as informações transmitidas pelos “fiéis súditos” portugueses, o ministro português alertava:

o Mesmo Augusto Senhor dezejando sempre concorrer para que se conserve nos Domínios do Seo Alliado e Vizinho S.M. Cath.^a a Paz e boa Armonia que tanto lhe convêm, não terá duvida de concorrer para que se evite todo o meio de inquietação que o Governo de Buenos Ayres possa recear, e até mesmo no caso de absoluta necessidade o que Deus nunca permitta, de **concorrer com todas as forças da Sua Monarquia para extinguir e conter qualquer movimento revolucionário que possa manifestar-se**, mas que S.A.R. tem todo o Direito de exigir também a justa reciprocidade do Governo de Buenos Ayres sobre o bom tratamento dos Seus Vassallos, e livre admissão dos seus Gêneros como os da Nação mais favorecida evitando-se as appressoens que estão actualmente soffrendo os Vassallos de S.A.R. e que não bastão a tranquillizar o Mesmo Augusto Senhor⁴⁹⁹

Talvez a visão política de Linhares já denunciasse o que estava por “estourar” no Prata, tendo em vista os últimos acontecimentos na América e na Europa, onde a sanha de Napoleão devorava a península Ibérica e amedrontava os súditos espanhóis, que não tinham mais certeza alguma sobre seu futuro. Por outro lado, conforme o teor da carta de Linhares,

⁴⁹⁸ AHI. Lata 176, maço 2, pasta 1.

⁴⁹⁹ Idem. [Grifo nosso]

Casa-Irujo tinha motivos concretos para se preocupar com as determinações do governo de Buenos Aires. Com certeza, para aquele momento, o que menos se desejava era uma invasão às fronteiras espanholas pelos portugueses, gerando uma luta contra um império que se dizia muito poderoso militarmente⁵⁰⁰.

As correspondências ao vice-rei Cisneros enviadas posteriormente talvez sejam fruto dessas ameaças veladas de Linhares. Em uma datada de 29 de abril, o diplomata espanhol tentara demonstrar a Cisneros quais eram as pessoas mais influentes dentro do governo de dom João e seus respectivos planos em relação à América Meridional. Assim, ressaltava a constante ameaça que três pessoas representavam às possessões espanholas por causa das relações mantidas com o príncipe regente: a primeira seria Francisco Lobato, portador de vários cargos de envergadura no governo português, considerado por Casa-Irujo como “una especie de Godoy en una escala mucho menor”⁵⁰¹; a segunda era o ministro dos Negócios Estrangeiros, dom Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, designados como

un hombre de una imaginación exaltada y ardiente, destituido de prudencia ó discrecion con una cabeza llena de ideas mal digeridas, y desordenadas, pero con toda la resolucion e intrepidez del entusiasmo para emprender lo que es nuevo, y extraordinario⁵⁰²

A terceira pessoa, por fim, que influenciaria enormemente nas decisões de dom João seria o ministro plenipotenciário inglês, Lord Strangford. Conforme Casa-Irujo, este diplomata aproveitava-se da “facilidad que le dan las circunstancias políticas para ejercer una influencia ilimitada”, entretanto tinha “mas juicio, y mucha mas prudencia [...] y creo que por motivos muy poderosos se prestará com gusto á coadyubar á las miras políticas del conde de Linhares, en quanto estas, no se opongan á los intereses de su soberano.”⁵⁰³

Na mesma missiva, entretanto, o diplomata espanhol tecia uma complexa rede de relações entre esses três personagens que influíam nos ditames régios de Portugal. Em sua opinião, a desunião entre o príncipe e a princesa Carlota era fruto do trabalho dos três, além de que Lord Strangford tinha poder de influência tanto sobre Lobato e Linhares quanto estes

⁵⁰⁰ Algumas correspondências do governador da capitania do Rio Grande de São Pedro, dom Diogo de Souza, especialmente durante a segunda metade do ano de 1810, faziam referência justamente ao pouco preparo e à falta de armamentos, uniformes e pagamento das tropas estacionadas nas fronteiras da capitania com a Banda Oriental e com o vice-reinado do Rio da Prata. AHI. Lata 181, maço 6, pasta 7.

⁵⁰¹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 51.

⁵⁰² *Ibid.*, p. 52.

⁵⁰³ *Ibid.*, p. 51-52.

tinham sobre ele, o que garantia, indubitavelmente, o apoio da Grã-Bretanha aos desígnios da política portuguesa.

Talvez essa tenha sido uma conclusão precipitada de alguém que estava imerso num turbilhão de conspirações, intrigas e conchavos que se instaurou nos meios políticos do Rio de Janeiro, especialmente após a chegada da família real portuguesa. Justificamos essa afirmação levando em consideração as cartas enviadas por Strangford aos ministros do Foreign Office⁵⁰⁴, que foram se sucedendo durante sua passagem pela corte portuguesa. Nota-se por essas correspondências que Strangford obrava conforme as decisões emitidas pelo seu superior, não se deixando levar pela pressão muitas vezes imposta pelo conde de Linhares nas suas relações diplomáticas com o Vice-Reinado do Rio da Prata.

A partir de abril, o que podemos notar nas correspondências entre os vários envolvidos nas questões entre o império português e o Vice-Reinado do Rio da Prata é que outro assunto tomava vulto: os preparativos para o casamento do infante espanhol dom Pedro Carlos e a filha mais velha de dom João, Maria Teresa.

Na correspondência citada anteriormente, Casa-Irujo informava o vice-rei Cisneros sobre o fato, tecendo várias considerações ao infante espanhol, o qual seria “un príncipe ignorante, mal criado, sin conocimientos de ninguna especie / de un corazon en que [...] no reina la venevolencia, y enemigo de los españoles”⁵⁰⁵. A chave para a compreensão do casamento entre os primos estava, segundo o diplomata espanhol, na situação qual o reino de Espanha se encontrava, onde as tropas de Napoleão tinham avançado sobre a Andaluzia no início do ano, forçando a Junta Suprema a refugiar-se na ilha de León. Conhecedora da situação tanto de Portugal quanto de Espanha e, principalmente, dos interesses do marido e de Souza Coutinho, Carlota Joaquina foi a mais forte opositora ao casamento dos príncipes. Casa-Irujo ressaltava que “esta Señora se opuso altamente y sin rebozo a semejante union, queixandose amargamente de que se pretendiera sacrificar á su hija”⁵⁰⁶.

⁵⁰⁴ Entre dezembro de 1809 e janeiro de 1812, o responsável pela pasta do Ministério das Relações Exteriores britânico era Richard Wesley (marquês de Wellesley), irmão de Arthur Wellesley, que lutava na frente de batalha para livrar a península Ibérica das mãos de Napoleão. Verificar mais detalhes em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Arthur_Wellesley%2C_1st_Duke_of_Wellington>. Acesso em: 17 set. 2007.

⁵⁰⁵ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 54.

⁵⁰⁶ *Ibid.*, p. 54.

O secretário da princesa, José Presas, relata em suas memórias que Carlota sabia do incentivo que dom João dava, especialmente à mesa, no momento em que reunia os filhos durante as refeições, às demonstrações de carinho entre os príncipes, o que deixava a princesa extremamente irritada. Quando recebera a notícia de que dom João havia marcado definitivamente a data para o matrimônio de ambos, a princesa teria afirmado: “Sentiria menos se me tivesse trazido a notícia de que minha filha Maria Teresa caíra em um poço.”⁵⁰⁷ Entretanto, como o mesmo Presas afirma, o casal foi muito feliz durante o curto matrimônio, que durou apenas dois anos, até a morte de Pedro Carlos, em maio de 1812.

A política portuguesa, nesse momento, visava, ao que tudo indica, a conseguir, de qualquer forma, legitimamente, entronar um representante da casa de Bragança para reinar sobre o Vice-Reinado do Rio da Prata, talvez já tendo em mira controlar todo o império ultramarino espanhol. Portanto, já que os direitos eventuais da princesa Carlota não eram evocados nas reuniões da Junta Suprema, que se encontrava sitiada pelo exército napoleônico na ilha de León, não restava outra medida ao governo português que não unir de vez dois representantes das famílias Bourbon e Bragança, que se encontravam na América, para assumir rapidamente o trono vacante.

Casa-Irujo, já no início de maio de 1810, alertava Cisneros sobre as conclusões que extraía da atitude do príncipe regente:

Estos dias he probado la poca sinceridad del Príncipe en promover los intereses de la Princesa, y se há aumentado em mi la sospecha de que prefiere promover los del Infante Dn. Pedro [...] abusando del nombre de la princesa que los aborrece de muerte para excitar ai partidos y divisiones à favor de las quales, y con el pretexto de sosegarlas se apoderen de la orilla septentrional del Rio de la Plata.⁵⁰⁸

Estando há quase um ano na corte do Rio de Janeiro, levando-se em conta a data desta correspondência, nota-se que o diplomata espanhol provavelmente fosse alijado da convivência com os principais representantes da política portuguesa. As informações que

⁵⁰⁷ PRESAS, *Memórias secretas de dona Carlota Joaquina*, p. 105. Vale registrar, assim como o prefaciador do livro de Presas, Magalhães Junior, que a cerimônia do casamento dos príncipes, realizada no dia 18 de maio de 1810, foi a primeira grande festa promovida pela família real portuguesa no Rio de Janeiro. Luís Norton, em sua obra sobre a chegada da corte ao Brasil, faz especial referência ao casamento dos príncipes, registrando detalhes da cerimônia e da ornamentação do Rio de Janeiro, principalmente do paço imperial, para a primeira “grande festividade nupcial ‘que o Novo Mundo viu realizar-se no Brasil’”. NORTON *A corte de Portugal no Brasil...*, p. 40-43.

⁵⁰⁸ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 56-57.

possuía também pareciam ser muito escassas, já que algumas das conclusões que mencionou ao vice-rei do Rio da Prata eram bastante conhecidas em Buenos Aires ainda no governo de Liniers, dois anos antes. Aliás, o próprio fato de não ter sido envolvido nos preparativos legais para o enlace dos príncipes, atuando como ministro de família de Pedro Carlos, denotava a distância das decisões régias portuguesas na qual Casa-Irujo era mantido.

Entretanto, na mesma carta o diplomata espanhol dava a Cisneros uma informação recebida do conde de Linhares, o qual teria afirmado que “si la España era subyugada entregaria Vm. inmediatamente a esse Cabildo.” Portanto, Linhares afirmava que Cisneros lhe declarara a ele que Buenos Aires passaria a ter um governo comandado pelo Cabildo, instituição geralmente formada pelos mais abastados habitantes locais, caso Espanha caísse de vez nas mãos de Napoleão Bonaparte. Repudiando essa atitude, o diplomata espanhol interpôs o ministro português a favor do vice-rei, afirmando que “qualquiera que pudieran ser las intensiones de Vm. en un caso (que creo no se verificará nunca) Vm. habia dado demasiadas pruebas de firmeza, y de prudencia para haber hecho semejante declaracion.”⁵⁰⁹

É interessante ressaltar que esta carta, provavelmente, chegou a Cisneros quando se iniciava a formação da Junta buenairense, após os habitantes e, especialmente, os dirigentes de Buenos Aires terem recebido graves notícias da Espanha, que desde janeiro estava praticamente inteira sob o poder do exército napoleônico. Então, verificando a defesa que Casa-Irujo fazia do vice-rei do Rio da Prata, veremos que ele estava equivocado em seu posicionamento, pois realmente o que Linhares havia dito se confirmou e Cisneros acabou deixando o poder sob o governo dos cabildantes e demais pessoas influentes da capital platina.

Ainda em relação ao distanciamento do diplomata espanhol das decisões e informações do governo português, duas notas enviadas ao conde de Linhares por Felipe Contucci, datadas de 14 e 16 de maio de 1810, auxiliam-nos a compreender como era tratado pelo governo de dom João o representante espanhol estabelecido no Rio de Janeiro. No dia 14, por exemplo, Contucci informava que um dos secretários de Casa-Irujo havia embarcado de Montevideu em direção à Península, provavelmente com informações adversas ao governo de dom João. Registrava o informante:

⁵⁰⁹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 57.

Não duvido da artificioza conduta d'este ministro, creio q. algum assunto importante (sempre contrario aos interesses de S.A.R. o P.R. Nosso Senhor) o obrigaria a mandar precipitadam.^{te} este Seu individuo, não obstante haver escrito pela Corveta de Guerra Diamante, q. também sahio d'este Porto p.^a o de Cadiz há pouco mais de quinze dias.⁵¹⁰

No dia 16, voltando a levantar suspeitas e acusações contra Casa-Irujo, Felipe Contucci enviou uma nota acompanhada de uma correspondência altamente comprometedora para os planos espanhóis e portugueses na região do Rio da Prata. Nesta, o informante chamava a atenção para o fato de que, “se esta noticia chegasse ao conhecim.^{to} de S.A.R. a princesa N. Senhora Irugo logo logo a saberia por Presas; e consequentem.^{te} o Viceroy de B.^s Ayres seria mais acautelado nas suas operaçoens.”⁵¹¹ Portanto, era preciso descobrir tudo quanto fosse possível sobre os planos espanhóis e, para tanto, era melhor manter a princesa desinformada, em razão da sua ligação pessoal com Presas, que poderia comprometer tudo; então, poderia haver mais dificuldades em obter notícias do Rio da Prata pelas informações entre o vice-rei e o ministro espanhol no Rio de Janeiro.

Na correspondência anexa à nota constava um plano para a invasão do Rio Grande, informando o seguinte:

Aquí hay grandes preparatibos militares: han llegado municiones de guerra de todas clases, y se aguardan mas; y pronto /el plan es echo/ pasarán a la banda oriental 3 [sinal de mil] hombres de armas; 700 harán una diversion por la p.te de S. Teresa, 800 por el Rio Pardo para tener al G.º de Puerto Alegre ocupada, 700 para guardar la campaña, ó de reserba, y 800 escogidos. Atacarán al Rio Grande, luego que estean en movim.^{to} los Portug.^{ses}, para saquearlo, segar la barra con dies ó dose Zumacas, y fortificar la vanda del Sud.

Se preparan ademas 6 cañones volantes con su competente guarnicion para guardar la picada de S. Martin e ivitar que vengam auxilios de S. Pablo y Minas.⁵¹²

Antes mesmo da formação da Junta Provisória de Governo na capital do vice-reinado, notamos que Buenos Aires preparava-se de fato para uma guerra. Entretanto, não podemos afirmar que a correspondência foi enviada por Cisneros, pois a carta, datada de 13 de abril, era assinada por “El glorioso”. Outra ressalva que deve ser feita é que, como Contucci só a enviou em 16 de maio, provavelmente a formação da Junta já havia ocorrido quando a correspondência chegou às mãos do conde de Linhares, deixando o governo português em

⁵¹⁰ AHI. Lata 175, maço 2, pasta 1.

⁵¹¹ Ibidem.

⁵¹² Ibidem.

alerta para as ações que seriam praticadas nas fronteiras, o que poderia levar à perda de parte do território meridional.

Portanto, os problemas a serem enfrentados pelo governo de Portugal eram, tomando-se o âmbito externo, as reviravoltas ocorridas no governo do Vice-Reinado do Rio da Prata, as declarações dos membros da Junta de Buenos Aires, a situação do território espanhol na península e a alteração dos propósitos das forças sob comando de Buenos Aires; no âmbito interno, eram o casamento dos príncipes dom Pedro Carlos e dona Maria Teresa, os eventuais direitos ao trono espanhol da princesa Carlota e o apoio que se acreditava ter garantido com os tratados entre Portugal e Grã-Bretanha no início daquele ano.

Assim estava constituído o cenário, deveras complexo, onde se inscreveriam os primeiros brados de independência da América espanhola e onde dom João e seus ministros, especialmente dom Rodrigo, tentavam manter intacta a monarquia bragantina e, por extensão, o próprio Antigo Regime.

2.1 O PERÍODO JUNTISTA NA AMÉRICA ESPANHOLA E A PREOCUPAÇÃO PORTUGUESA

As indicações de que a situação da Metrópole espanhola se agravava dia-a-dia eram claras, o que evidenciava no cenário da América Meridional os interesses tanto políticos quanto econômicos dos habitantes locais, esperançosos em ver seus negócios progredirem sem os empecilhos causados pelo pacto colonial imposto. Por outro lado, aqueles que já eram ou se sentiam beneficiados pelo mesmo demonstravam a insegurança de não saberem como seria o futuro⁵¹³ sem um governo centralizado e forte, projetado na figura do rei.

Baltazar Hidalgo de Cisneros, então vice-rei do Rio da Prata, sofreu forte pressão de ambos os grupos desde sua chegada, em meio aos graves atritos entre Liniers e Elio, assim como das investidas portuguesas e da princesa Carlota para obterem a regência do vice-reinado – o que não cessaria tão cedo – . Assim, ao receber as notícias da queda de Cádiz

⁵¹³ Vale ressaltarmos sobre a compreensão de “futuro” na história, o debate realizado por Astor Antônio Diehl em sua obra *Às “brinca” e às “ganha”: as ciências sociais em diálogo*, especialmente a abordagem do capítulo 3, onde o autor indica o cruzamento entre memória e identidade com o tempo, o espaço e o movimento, para que se possa ter uma abertura de várias possibilidades no estudo da história, auxiliando o historiador a “reconstituir o passado pela perspectiva de futuro no passado”. DIEHL, Astor Antônio. *Às “brinca” e às “ganha”: as ciências sociais em diálogo*. Passo Fundo: Ediupf, 2007. p. 57.

diante das tropas francesas, em 18 de maio de 1810, Cisneros emitiu uma nota à população do vice-reinado registrando que sua intenção era “hablarlos hoy con la franqueza debida á mi carácter, y al vuestro, y deciros en el lenguaje propria del candor, y de la sinceridad quales son mis pensamientos, y quales espero que serán los vuestros”⁵¹⁴.

Seguindo seu discurso, que tinha o claro intuito de evitar manifestações que pudessem pôr em risco a soberania espanhola na região, Cisneros, bastante comedido em suas colocações e posicionamentos, afirmava em uma nota dirigida aos “Leales y generosos Pueblos del Virreynato de Buenos-Ayres”:

Es de mi obligacion manifestaros el peligroso estado de la Metrópole de toda la Monarquia para que instruidos de los sucesos redobleis los estímulos mas vivos de nuestra lealtad y de nuestra constancia contra los reveses de una fortuna adversa, empeñada por decirlo asi, en probar sus quilates.⁵¹⁵

Assim, declarava:

En el desgraciado caso de una total perdida de la Peninsula y falta del Supremo Gobierno, no tomará esta Superioridad determinacion alguna que no sea previamente acordada en union de todas las representaciones de esta Capital, a que posteriormente se reunan las de sus Provincias dependientes, entretanto que de acuerdo con los demas Virreynatos se establece una representacion de la Soberania del S. D. Fernando VII. Y yo os añado con toda la ingenuidad que profeso, que lejos de apetecer el mando vereis entonces como toda mi ambicion se cine á la gloria de pelear entre vosotros por los sagrados derechos de nuestro adorado Monarca, por la libertad, é independencia de toda dominacion extranjera de estos sus dominios, y por vuestra propria defensa si alguno la perturba.⁵¹⁶

Tentava-se, portanto, evitar uma abrupta mudança no sistema de governo, frisando que nada seria feito sem a anuência das devidas representações da capital e demais províncias e vice-reinados. Por essas assertivas, porém, Cisneros abria os precedentes necessários para que fosse instalada uma Junta de governo na capital platina. Além disso, defendia a manutenção do vice-reinado sob a bandeira de Espanha diante qualquer potência estrangeira, ressaltando o constante perigo que a soberania espanhola sofria, especialmente no Rio da Prata, onde Portugal mantinha suas intenções de ocupação sob a desgastada proposta de “proteção”.

A circular do vice-rei denota, em certa medida, uma previsão do que iria ocorrer na capital do vice-reinado, possivelmente porque tal representante havia percebido também que

⁵¹⁴ AN/RJ. Armário 1, prateleira 4, n.43.

⁵¹⁵ Ibidem.

⁵¹⁶ Ibidem.

não tinha em suas mãos o controle das milícias *criollas*, muito superiores em número aos regimentos de veteranos.⁵¹⁷

Donghi mostra-nos que, a partir de 1809, deve-se dar atenção ao processo pelo qual “los sectores marginales de la elite porteña avanzan sobre la Corona y la Metrópoli en la distribución del botín de las zonas subcoloniales”, assim, há uma nova redistribuição das rendas captadas pela Real Caja de Buenos Aires e que é alimentada especialmente pelo “constante avance de los grupos marginales a la cúpula burocrático-comercial en el control militar de Buenos Aires”⁵¹⁸.

Dessa forma, 1810 marca a eclosão de uma situação remediada em anos anteriores, mas que alcança seu apogeu, tornando-se insuportável para os grupos que reivindicavam mudanças no governo. Em 22 de maio reuniram-se no edifício do Cabildo os representantes políticos de Buenos Aires, instigados especialmente pelo grupo do qual faziam parte Belgrano, Saavedra, Castelli e Rodriguez Peña, para tomar medidas que fossem aprovadas por todos os *vecinos*. Estes, como apontam Williman e Pons, eram compostos por “(militares, comerciantes, letrados, sacerdotes, proprietários principales), considerados ‘la parte principal y sana del vecindario’”⁵¹⁹.

Portanto, pode-se afirmar que somente a elite e parte dos militares que tinham certa graduação tomaram parte dos acontecimentos; o restante da população, especialmente pela falta de letramento e informação, ficou à margem das decisões que ocorreram na semana iniciada em 22 de maio. Dentre essas decisões, no dia seguinte (23 de maio), ocorreu uma votação para saber quantos eram favoráveis à substituição do vice-rei por outra autoridade. A votação ficou dividida da seguinte forma:

⁵¹⁷ José Cláudio Williman e Carlos Pons registram que, após Juan José Lezica e o síndico procurador Julián de Leiva terem sido consultados por Castelli, Belgrano e Saavedra sobre a possibilidade da convocação de um Cabildo Aberto, eles transmitiram a solicitação ao vice-rei, que, vendo a impossibilidade de comandar o grosso dos efetivos militares, atende ao pedido. Em 21 de Maio de 1810 se iniciou a reunião dos principais representantes e proprietários de Buenos Aires e regiões adjacentes. WILLIMAN; PONS, *La Banda Oriental en la lucha de los Impérios...*, p. 204-205.

⁵¹⁸ DONGHI, *Guerra y finanzas...* p. 86.

⁵¹⁹ WILLIMAN; PONS, *La Banda Oriental en la lucha de los Impérios...*, p. 205.

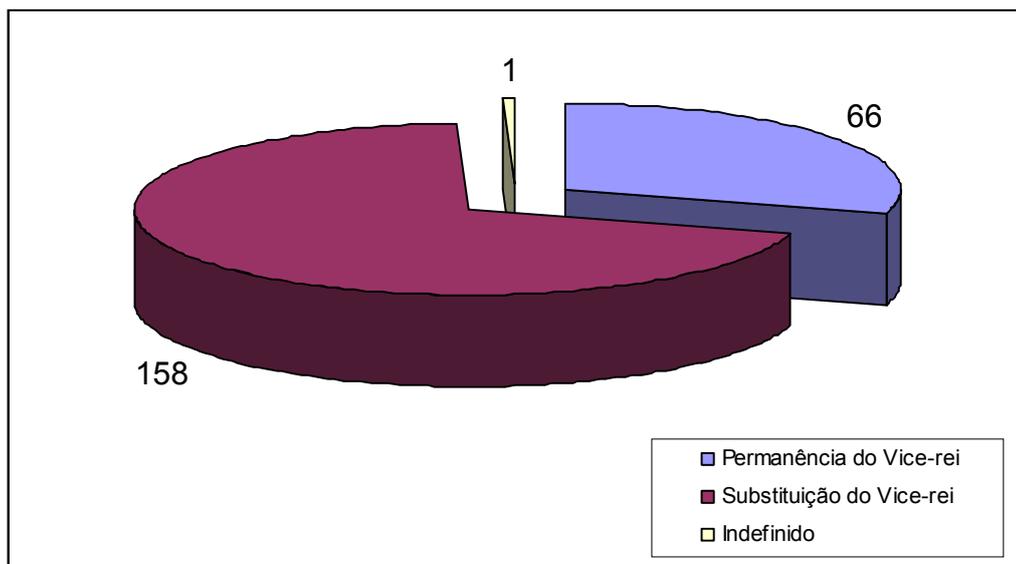


Figura 2 – Votação do Cabildo de Buenos Aires, em 23 de maio de 1810, para decidir o governo que permaneceria a frente do Vice-Reinado do Rio da Prata

Fonte: Baseado em WILLIMAN; PONS, *La Banda Oriental en la lucha...*, p. 207.

Podemos notar, portanto, o quanto o vice-rei não tinha apoio por parte dos cabildantes e *vecinos* que participaram da votação, pois dos 450 convidados para participar das reuniões apenas 251 compareceram e 225 votaram. Além disso, logo em seguida foi realizada nova votação para verificar quem ou qual instituição deveria assumir o poder do Vice-Reinado do Rio da Prata no lugar do Vice-rei Cisneros. A contagem dos votos para esta última eleição foi a seguinte:

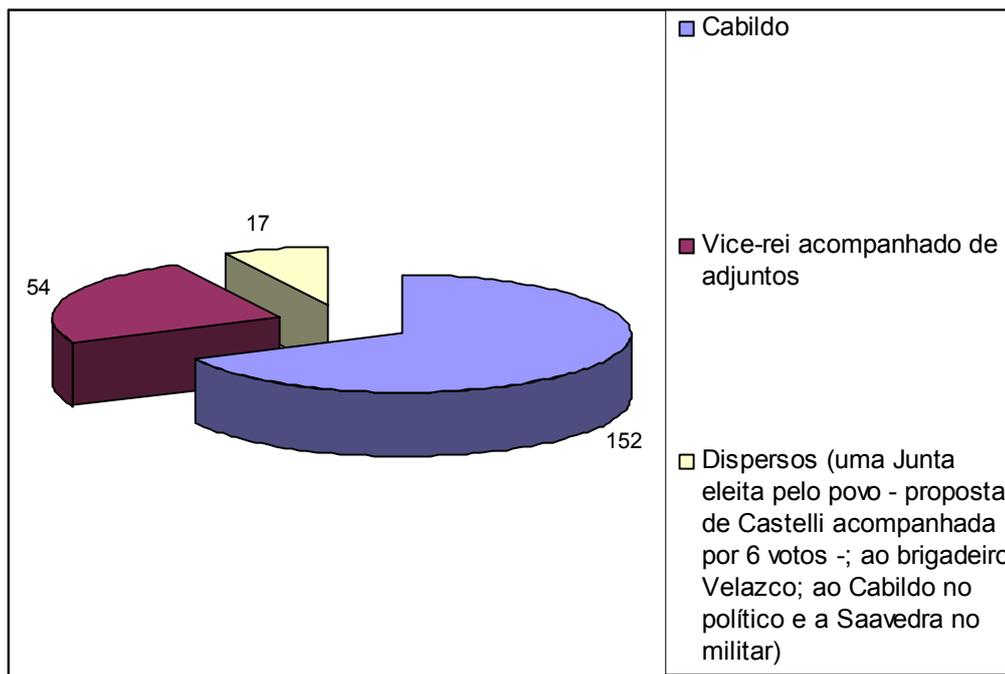


Figura 3 – Votação realizada pelo Cabildo de Buenos Aires, em 23 de maio de 1810, para escolher o substituto do vice-rei Baltasar Hidalgo de Cisneros

Fonte: Baseado em WILLIMAN; PONS, *La Banda Oriental en la lucha...*, p. 208.

Nesta última votação deve-se observar a falta de dois votos para completar o mesmo número de votantes do escrutínio anterior. Entretanto, o autor não especifica se os votantes ausentaram-se e, portanto, não chegaram a participar da votação, ou se seus votos não foram considerados por serem nulos. O que mais chama atenção, porém, é a maciça decisão de reservar o governo do vice-reinado ao controle do Cabildo, onde o “povo” estaria representado por 121 deputados, tendo como decisão final das deliberações o voto do “síndico” responsável pela presidência dessa Instituição.

Entretanto, tal decisão foi modificada no mesmo dia, posto que os cabildantes e alguns *vecinos* acreditavam estarem prestes a sofrer represálias por conta do afastamento do vice-rei do governo do Rio da Prata. Assim, no dia 24, uma ata do Cabildo de Buenos Aires registrou o seguinte:

1º = Que continúe en el mando el Exmo. S.^í Virrey d.ⁿ Baltasar Hidalgo de Cisneros asociado de los SS. el D.^í D.ⁿ Juan Nepomuceno de Sola [...], el D.^í D.ⁿ Juan Jph. Castelli [...], d. Cornelio de Saavedra [sic], y d. Jph. Santos Inchaurregui [...], y com.^o cuya corporacion o Junta ha de presidir el referido Exmo. S.^í Virrey con voto

en ella, conservando en lo demás su renta, y las altas prerrogativas de su dignidad, mientras se exige la Junta Gral. del Virreynato.⁵²⁰

Dessa forma, mantendo o vice-rei no posto de maior envergadura dentro do vice-reinado, havia a possibilidade de uma melhor aceitação da formação da Junta. Afinal, a formação de juntas de governo fora da península sempre fora malvista, como ocorrera em Montevideu, Chuquisaca e La Paz no ano anterior. Apesar de a realidade ser outra, já que naquele momento o governo espanhol estava praticamente aniquilado, a necessidade de manter a legitimidade nas ações dos governantes pairava sobre todos.

Entretanto, a movimentação e a insatisfação gerada nas tropas de “patrícios” da capital levaram a que houvesse uma nova alteração no governo, ainda em plena noite do dia 24 de maio. Vale ressaltar que, de acordo com Quebracho, concorreu para esse fim o incentivo que os grupos de comerciantes ingleses deram àqueles que desejavam ficar no comando do Vice-Reinado do Rio da Prata. Assim, os navios ingleses enviados do Rio de Janeiro para levar os ingleses que deveriam sair de Buenos Aires, conforme as determinações de Cisneros, deram salvas de canhão quando souberam do novo governo instalado no Rio da Prata.⁵²¹

Em 25 de maio de 1810, pela manhã, Cisneros deixava, por pressão do grupo que estava à frente da reunião do Cabildo Aberto, o cargo que ocupara por quase um ano em solo americano e dava lugar a uma Junta Provisória presidida pelo comandante do Regimento de Patrícios Cornélio Saavedra. Além deste, conduziam importantes setores do governo, nessa primeira etapa, alguns homens expoentes da sociedade buenairense que, desde o cativeiro do rei Fernando VII, vinham tentando encontrar uma alternativa para não cair nas mãos da França napoleônica nem de Portugal, além de implantar um comércio livre, no qual fossem abolidas as barreiras monopolistas espanholas. Dentre eles se destacam: Mariano Moreno, Manuel Belgrano, Juan José Paso, Juan Castelli e Miguel de Azcuénaga.⁵²²

Com uma população estrangeira bastante significativa, especialmente composta por ingleses e portugueses, a declaração da formação da nova Junta em Buenos Aires reavivou os o ânimo dos ingleses, pois representava uma porta aberta para sua definitiva imersão no

⁵²⁰ AHN/ES, Diversos-Colecciones, 43, n.39 in: PARES - Portal de Archivos Españoles. < <http://pares.mcu.es/>>. Consultado em 21 de jan. de 2008.

⁵²¹ QUEBRACHO, *Subamerica...* p. 129.

⁵²² Consultar mais em WILLIMAN; PONS, *La Banda Oriental en la lucha de los imperios...*; LIMA, D. *João VI no Brasil*; MANCHESTER, *Preeminência inglesa no Brasil*.

comércio com o Rio da Prata. Quebracho registra que “la primera visita que recibí [a Junta] fue la de una delegación de marinos ingleses”. Além disso, uma das primeiras medidas adotadas pela Junta foi autorizar a permanência dos comerciantes ingleses em Buenos Aires e, ainda, dar-lhes incentivos fiscais para a exportação de produtos.⁵²³

A questão em voga naquele momento era a da representatividade do poder, passada das mãos de um governo “cego” – por não ter mais o monarca como definidor e legitimador de um poder político – para o povo, que sequer sabia de fato o que isso significava⁵²⁴. Assim, acabou sendo legado àqueles que tinham “faculdades” para tal efeito. O controle militar, como já vimos, era um grande trunfo diante das condições nas quais estavam imersos os habitantes do vice-reinado e, especialmente, os de Buenos Aires. Saavedra, portanto, fora o primeiro “representante do povo”, responsável pela manutenção da ordem pública.

Dita “ordem pública”, naquele momento, era o único meio de conseguir levar adiante o intuito de separar política e economicamente o Vice-Reinado do Rio da Prata do governo do reino de Espanha. Com isso, acreditava-se, a princípio, que era possível manter a segurança dos habitantes e de suas finanças por meio de ações e declarações tidas como “legais” pelo sistema do Antigo Regime, mas, na verdade, já projetando uma liberdade maior da que se tinha sendo súditos de Fernando VII.

Nesse panorama, vale salientar a afirmação de Donghi, ao comentar sobre o pensamento dos revolucionários platinos:

Os revolucionários não se consideram rebeldes, mas herdeiros de um poder caído, provavelmente para sempre; não existe, por conseguinte, nenhuma razão para ressaltar as divergências com um aparato político e administrativo que já se considera como próprio e que se tende a utilizar para os próprios fins.⁵²⁵

⁵²³ QUEBRACHO, *Subamerica...* p. 129.

⁵²⁴ Ainda em 1808, vemos o que afirmava Saturnino Rodríguez Peña acerca da relação da população do vice-reinado do Rio da Prata com a idéia de independência das colônias hispano-americanas: “El infeliz pueblo, ciego en las tinieblas de la misma esclavitud, jamás puede ver la luz, y si alguna vez se le presenta alguna claridad, o se le oponen al momento fantasmas que lo aterran, o él próprio aparta la vista y corre a la confusión de sus mayores [...] Algunos sabios hay, sin duda, mas estos no tienen facultades para justificar un partido poderoso [...] Las demás gentes y casi todas las localidades interiores, ni saben que cosa sea independencia, ni si hay en el mundo semejante gobierno.” Nota-se, pois, que havia uma pequena parcela de pessoas que realmente estavam à frente de algum movimento em prol da independência das colônias, mas em sua maior parte, especialmente no interior, tais idéias sequer existiam. Ver QUEBRACHO, op. cit., p. 130.

⁵²⁵ DONGHI, Túlio Halperin. *História da América Latina*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 56.

Destarte, apesar de a formação da Junta Provisória de Governo e os propulsores do movimento levarem adiante a idéia de um governo democrático ou, ao menos, da formação de uma nova monarquia na América, um dos primeiros atos dos deputados reunidos no dia 25 de maio foi garantir a integridade dos domínios e a lealdade a Fernando VII. Isso, com certeza, daria condições para que o governo se mantivesse em segurança até que pudesse pôr em prática planos maiores para a região do Vice-reinado do Rio da Prata.

Na primeira ata publicada pelo governo juntista de Buenos Aires podemos notar o caráter legitimista que os participantes da Junta queriam imprimir ao movimento. Ao mesmo tempo, manifestavam o desejo de que a atuação desta instituição fosse permanente; do contrário, qual seria a necessidade de enviar quinhentos homens para as províncias do interior⁵²⁶ a fim de “auxiliá-las” a seguir as ordens da Junta? Ou ainda, qual o intuito de jurar obediência a Fernando VII e às leis espanholas, que já haviam sido, em parte, transgredidas com a ericção da Junta?⁵²⁷

Na historiografia atual, após vários estudos produzidos acerca do processo de independência das colônias hispano-americanas, há um grande avanço conceitual e de profundidade, além da metodologia, em relação às obras de finais do século XIX e início do XX. Assim, encontramos várias interpretações para as análises levantadas pela revolução de maio de 1810, dentre as quais a própria questão de se poder ou não designar como “revolução” o que ocorreu a partir da formação do Cabildo Aberto, que desencadeou a Junta de Maio. Outro aspecto debatido diz respeito ao intuito dos grupos que participaram da formação e consolidação do novo controle governamental iniciado com a instalação da Junta de Buenos Aires.

Acerca do primeiro ponto, é possível perceber que houve tanto rupturas quanto continuidades no trabalho implementado a partir de maio. A Junta Provisória de Governo de

⁵²⁶ “[...] instalada la Junta se ha de publicar en el término de 15 días una expedición de 500 hombres para auxiliar las provincias interiores del Reyno, la qual haya de marchar a la mayor brevedad; costeándose ésta con los sueldos del Excmo. Sr. D. Baltasar Hidalgo do Cisneros, Tribunales de la Real Audiencia Pretorial y de Cuentas, de la Renta de Tabacos, con lo demás que la Junta tenga por conveniente cercenar”. *Actas Capitulares del Extinguido Cabildo de Buenos Aires, años 1810-1811*. in: El historiador <www.elhistoriador.com.ar/documentos/independencia/acta_final_sesion_25_de_mayo_1810.php>. Acesso em: 20 dez. 2008.

⁵²⁷ “Lo II: que los S.S. que forman la precedente corporación comparezcan sin pérdida de momentos en esta Sala Capitular a prestar el juramento de usar bien y fielmente sus cargos, conservar la integridad de esta parte de los dominios de América a nuestro Amado Soberano el Sr. D. Fernando VII y sus legítimos sucesores, y observar puntualmente las L. L. del Reyno.” Ibidem.

Buenos Aires, apesar de professar lealdade a Fernando VII, reformulou diversas práticas de governo e, conseqüentemente, sua relação com a população, criando ou decretando o fim de leis e regulamentos vigentes até então. Exemplos disso foram os decretos de segurança individual⁵²⁸ e de liberdade de imprensa⁵²⁹, votados durante o primeiro Triunvirato, em outubro de 1811. Em compensação, mantinham a mesma hierarquia institucional entre cabildos, audiências e representações políticas e militares.

Como aponta João Paulo Pimenta, baseando-se em Waldo Ansaldi, “ao eleger-se em autoridade soberana, criando um governo sobre novas bases, e ao substituir as leis das Índias vigentes, estava-se diante de uma revolução de fato, ainda que seus líderes declarassem fidelidade à monarquia”⁵³⁰. Na mesma linha, Edmundo Heredia chama a situação criada em Buenos Aires de *rebelión* e registra que a reação das autoridades metropolitanas de Buenos Aires “ante el echo revolucionário de 1810 fue en general de perplejidad, impotencia e ineficiencia”⁵³¹.

Túlio Halperín Donghi, analisando as finanças e a administração do Vice-Reinado do Rio da Prata, resumidamente, oferece uma explicação que pode auxiliar na compreensão do que ocorreu a partir do momento da formação da Junta de Buenos Aires, ou seja, “la Revolucion corrige y no continúa las tendencias que dominaron la etapa prerrevolucionaria”⁵³², tentando, a partir de então, sobreviver economicamente de forma totalmente independente da Metrópole, ocupada por Napoleão, o que exigiu várias medidas para o controle fiscal e a liberalização do comércio.

⁵²⁸ Esse decreto está inserido no processo de consolidação dos direitos individuais dos cidadãos, que, desde 1810, valiam-se de algumas prerrogativas inexistentes no período de dominação espanhol. Assim, era fixado: “Art. I - Ningún ciudadano puede ser penado, ni expatriado sin que preceda forma de proceso, y sentencia legal.” Da mesma forma que, “Art. 7: Todo hombre tiene libertad para permanecer en el territorio del estado o abandonar cuando guste su residencia.” “Estatutos, Reglamentos y Constituciones Argentinas (1811-1898)”. Buenos Aires: Instituto de Historia Argentina “Dr. Emilio Ravignani”, p. 29. In: *El historiador*. <http://www.elhistoriador.com.ar/documentos/independencia/decretos_de_seguridad_individual.php>. Acesso em: 20 jan. 2008.

⁵²⁹ O primeiro artigo do Decreto da Liberdade de Imprensa, datado de 26 de outubro de 1811, frisava: “Todo hombre puede publicar sus ideas libremente y sin censura previa. Las disposiciones contrarias, a esta libertad quedan sin efecto.” “Estatutos, Reglamentos y Constituciones Argentinas...”, p. 31. In: *El historiador*. <http://www.elhistoriador.com.ar/documentos/independencia/decreto_de_la_libertad_de_imprensa.php>. Acesso em: 20 jan. 2008.

⁵³⁰ ANSALDI, Waldo apud PIMENTA, Op. cit. p. 79.

⁵³¹ HEREDIA, Edmundo. *Planes españoles para reconquistar hispanoamerica (1810-1818)*. Buenos Aires: Eudeba, 1974. p. 8-9.

⁵³² DONGHI, *Guerra y finanzas...*, p. 87.

Pelo viés oposto, Williman e Pons não acreditam que, de fato, tenha ocorrido uma revolução, pois para tanto seria preciso que houvesse participação popular. Por isso afirmam que a reunião e criação da Junta de Governo de Buenos Aires foram “un pronunciamiento castrense, un golpe afortunado, sin participación popular”⁵³³. Utilizam-se, além disso, para confirmar a passividade da alteração ocorrida ali, das memórias de Juan Manuel Berruti, o qual afirmava: “No es posible que mutación como la anterior se haya hecho en ninguna parte con mayor sosiego y orden pues ni un solo rumor de alboroto hybo [...] no habiendo corrido ni una sola gota de sangre.”⁵³⁴

Augustín Beraza, a seu turno, apesar de sua considerável produção segundo uma ótica montevideana, portanto, com uma idéia focada nas tentativas de supressão e anexação sofridas pela Banda Oriental, apresenta consonância com Williman e Pons. Ao falar na revolução de maio de 1810, Beraza grifa: “En Buenos Aires [...] *no hubo revolución*, en el sentido estricto, cabal y lógico del vocablo, que trasunta la acción de una masa popular anardecida, actuando en un escenario de violencia y de destrucción.”⁵³⁵

Dessa forma, eximindo-nos de entrar aprofundadamente na questão, acreditamos que, naquele momento, em maio de 1810, se dava início a um processo de “inovação”, pois, ao mesmo tempo que ocorriam rupturas, se continuou praticando muitos elementos comuns ao Antigo Regime, em grande parte, adaptados às novas situações. Entretanto, permanece aberta a possibilidade de novas análises, especialmente pela renovação no tratamento das fontes. Assim, tendo em vista a facilidade de acesso e os incentivos dados aos pesquisadores, podem ser mais bem analisados estes dois conceitos antagônicos: “revolta” e “revolução”.

No tocante ao segundo aspecto que comentamos anteriormente, relativo aos intuitos dos participantes da Junta de Maio, há muitas divergências na historiografia que dificultam a análise. Isso ocorre porque não se tem claramente definido no amplo cenário entre o Rio da Prata e o Rio de Janeiro a formalização de posicionamentos deste ou daquele personagem. Há, de fato, alguns posicionamentos pontuais que podem, por suas teias de relacionamentos, indicar caminhos para a compreensão de suas idéias e convicções políticas (se é que estas podiam estar claramente definidas em meio a uma situação completamente adversa e nova

⁵³³ WILLIMAN; PONS, *La Banda Oriental en la lucha de los Impérios...*, p. 210.

⁵³⁴ *Ibid.*, p. 210.

⁵³⁵ BERAZA, Augustín. *La Revolución Oriental – 1811*. Montevideo: Imprenta Nacional, 1961. p. 17.

para os governantes hispano-americanos do período), mas, na maior parte, a suposição a partir da documentação disponível é a única maneira de apresentar algum dado sobre a participação deste ou daquele personagem no governo de Buenos Aires a partir da formação da Junta Provisória de Governo, em maio de 1810.

Destacamos dentre aqueles, sem dúvida, Mariano Moreno que, além de ser secretário da Junta de Governo, foi o primeiro editor da *Gazeta de Buenos Aires*⁵³⁶, principal veículo utilizado para difundir e implantar na mentalidade da população os ideais inovadores de maio. Como aponta João Paulo Pimenta, a *Gazeta* era um prolongamento do governo buenairense que tentava transformar o pensamento político da época, transferindo o foco de atenção da península para Buenos Aires⁵³⁷.

Por meio da *Gazeta de Buenos Aires* é que Moreno, José Castelli e Manuel Belgrano, dentre outros dessa “primeira geração” de maio, expressavam abertamente suas opiniões, tentando arrebanhar adeptos aos novos ideais. Entretanto, esses ideais não tinham a adesão de todos os *vocales* da Junta, e acabaram se formando duas linhas de atuação mais ou menos distintas: uma capitaneada por Mariano Moreno, mais radical, que desejava mudanças sociais e econômicas severas, para derrocar, de vez, o Antigo Regime em terras americanas; outra, com o próprio presidente da Junta à frente, que, além deste posto, tinha a força militar nas mãos e professava a manutenção da ordem pela continuidade e alteração gradual do sistema de governo e da sociedade.

No decorrer dos primeiros meses após o 25 de maio, como veremos mais adiante, a questão girava especialmente em torno da linha pela qual seria pautada a ação da Junta. Da mesma forma, as correspondências entre o Rio da Prata e o Rio de Janeiro se intensificaram, tendo em vista a necessidade de um lado e de outro de estarem precisamente informados do que ocorria, a fim de tomarem as medidas cabíveis para que não fossem surpreendidos por ações políticas, econômicas e, sobretudo, militares, do governo vizinho.

⁵³⁶ A *Gazeta de Buenos Aires*, de acordo com João Paulo Pimenta, começou a circular no mesmo dia da instalação da Junta Provisória de Governo, em 25/05/1810. Entretanto, o primeiro número a circular no vice-reinado do Rio da Prata é datado de 07/06/1810. Inicialmente, utilizaram-se para a impressão dos exemplares as prensas tipográficas e instalações da *Real Imprenta de los Niños Expósitos*. No período de 03/04/1812 a 19/10/1815 passou a chamar-se *Gazeta Ministerial de Buenos Aires*, em seguida voltou à denominação anterior, encerrando suas atividades publicistas e informativas em 06/08/1821. PIMENTA, *Estado e nação...* p. 79.

⁵³⁷ Ver detalhes em *Ibid.*, p. 79-80.

No dia 29 de maio de 1810, entretanto, a corte portuguesa ainda não tinha conhecimento do ocorrido quatro dias antes em território platino. Pode-se perceber isso pela carta enviada pelo conde de Linhares ao marquês de Casa-Irujo, na qual afirmava que o príncipe regente estava tranquilo em relação à integridade dos domínios espanhóis, pois o ministro espanhol havia garantido que o vice-rei Cisneros utilizaria todo o exército disponível (cerca de 12 mil homens, como consta na carta) para repelir qualquer tipo de ameaça perpetrada pelos franceses.⁵³⁸

Vale ressaltar, porém, que, ao final da correspondência, o ministro português garantia o seguinte:

[...] S.A.R novamente mandava segurar a S. Ex.^a que as Suas Tropas nunca sahirão dos limites actuaes dos Domínios da Sua Real Coroa, ainda mesmo para socorrerem os Domínios da Coroa de Espanha, sem serem legalmente requeridos pelas Authoridades que S.M. Cath.^a tem estabelecido para o Regimen dos Seus Domínios, e que estava bem certo que da parte do Governo Espanhol se praticaria o mesmo, e que isto mesmo S.A.R. havia feito declarar pelo Seu Commum Alliado S.M. Britannica [...]⁵³⁹

Assim, a legitimidade novamente aparece como plataforma essencial para a ação política. A segurança e integridade das possessões do rei, neste caso, de Espanha ou de Portugal, deveriam ser preservadas até que alguma das partes manifestasse a necessidade de auxílio. Nota-se, ao final do trecho supracitado, como o ministro português se utilizava da secular aliança de seu país com a Grã-Bretanha para, de uma forma ou de outra, mostrar que tinha tanto poder quanto a Espanha para conquistar ou auxiliar na manutenção de um território. Por vezes, como o conde de Linhares demonstra nesta correspondência, o reino português é definido quase como um prolongamento da Grã-Bretanha.

Tal prolongamento, entretanto, da maneira como interpretavam os portugueses, talvez não fosse encarado da mesma forma por Strangford, que mantinha contato direto com os dirigentes do Rio da Prata, sempre assegurando que não seria inclinado a tomar decisões sob pressão, guiando-se unicamente pelas ordens provenientes da Grã-Bretanha.⁵⁴⁰

⁵³⁸ “[...]muito o consolava a noticia de que o Vice Rey bravamente poria em Armas doze mil homens para segurar contra qualquer invazão do Imimingo Commum, as interessantes Posessoens de S.M. Cath.^a sobre o Rio da Prata [...]” in: AHI, Lata 176, maço 2, pasta 1.

⁵³⁹ Ibid.

⁵⁴⁰ MANCHESTER, *Preeminência inglesa no Brasil*, p. 120.

Assim que chegaram informações ao Rio de Janeiro sobre a formação da “Junta de Maio” em Buenos Aires, a notícia teve forte repercussão, especialmente no Paço Imperial. dom João e seus ministros foram bombardeados com cartas enviadas por praticamente todos os representantes portugueses e muitos estrangeiros que moravam ou comerciavam no Rio da Prata. As correspondências do período, especialmente entre os meses de junho e setembro, demonstram a evidente preocupação que a alteração ocorrida no governo de Buenos Aires causou na corte portuguesa.

Manoel Francisco de Miranda, vendo-se em meio ao turbilhão de acontecimentos que se desenrolavam em Buenos Aires, resolveu enviar ao Presidente da Junta, Cornélio de Saavedra, um ofício para informá-lo sobre a sua missão, visto que ainda estava inconclusa a definição dos últimos artigos do tratado de 1777, assinado entre Portugal e Espanha. Além disso, pedia orientações do que deveria ser informado ao governo português e frisava que o pagamento da casa onde residia estava sendo realizado pelo Erário de Buenos Aires.⁵⁴¹

A resposta da Junta ou do próprio comandante Saavedra não foi localizada, entretanto deve ter sido pouco animadora para Miranda. No início do ano, este reclamava ao vice-rei do Rio da Prata a sua permanência em Buenos Aires, para que pudesse cumprir o trabalho. Porém, em correspondência datada de 16 de junho 1810, pedia ao conde de Linhares que permitisse sua retirada daquela cidade, pois acreditava não ter mais o que fazer em território platino. Assim, vale destacar um trecho da correspondência de Manoel de Miranda, no qual registrava: “Me aseguro que esta Junta deu parte deste acontecido as Cortes do Brasil e a de Londres, por huma Embarcação Ingleza, e a mim me parece que todo esta acontecim.^{to} será para a emdependencia.”⁵⁴²

Portanto, não era visível, mesmo entre os envolvidos, que o movimento que ocorrera naqueles dias tenha sido realmente um movimento pela independência do Vice-Reinado do Rio da Prata. Ao final da carta, para demonstrar a urgência do seu caso, Miranda comentava alguns incidentes com pessoas ligadas ao antigo governo, como o que aconteceu ao fiscal do crime de Buenos Aires. Segundo ele, “na noute do dia 10 de Junho hindo o Ouvidor D. Antonio Caspe, Fiscal do Crime recolhendo-se para a sua Casa, 13 sujeitos em forma de

⁵⁴¹ AHI. Lata 175, maço 5, pasta 3.

⁵⁴² AHI. Lata 175, maço 5, pasta 3.

Patrulha o atacamão dando-lhe de expaldeiraços que o deixaram bem maltratado, este he o estado de Buenos Ayres.”⁵⁴³

Ao final, provavelmente com o intuito de avisar o conde de Linhares sobre a situação militar controlada agora pela Junta de Buenos Aires, Miranda dizia: “Fica-se aproveitando-se 1\$ [mil] homens para hirem auxiliar as Províncias interiores deriba, da mesma forma continua a recrutação.”⁵⁴⁴ Portanto, era preciso que o governo de dom João tomasse medidas que garantissem a integridade dos domínios do príncipe regente antes que os corpos militares platinos tivessem força e reunissem tropas nas proximidades das fronteiras.

Logo em seguida, a correspondência que chama atenção é a missiva do quinto conde das Galveias, João de Almeida de Melo e Castro⁵⁴⁵, para o príncipe regente dom João. Na carta, o ministro alertava diretamente o Príncipe para que as ações no Rio da Prata não fossem precipitadas, tentando demovê-lo da idéia de um ataque a Buenos Aires. Para isso, o conde demonstrava estar inteiramente informado sobre os fatos ocorridos na América Meridional. Uma das justificativas para serem repensadas uma movimentação das tropas na fronteira sulina naquele momento estava ligada às primeiras propostas do governo lusitano ao antigo governo do vice-reinado, as quais repercutiram extremamente mal em Buenos Aires, como ele aponta, ao afirmar que “resultou certamente a desconfiança em que se está ainda a nosso respeito, como se reconhece claramente por hum dos recentes manifestos da actual governança de Buenos Aires.”⁵⁴⁶

Assim, a movimentação de tropas na fronteira meridional lusitana preocupava sobremaneira o conde, pois a guerra poderia acarretar em duras penas aos vassallos e à

⁵⁴³ AHI. Lata 175, maço 5, pasta 4. Conforme documentação encontrada na Biblioteca Nacional Argentina, datada de 11 de junho de 1810, a Junta Governativa, ao tomar ciência do ocorrido com o fiscal do crime de Buenos Aires emitiu um ofício com seis determinações a serem tomadas para que fosse garantida “La seguridad individual [que] es el primer premio que recibe el hombre”. Portanto, qualquer um que “atropella á um particular es reo de haber atacado los primeros principios del órden social” e assim, ficava disposto o seguinte: “5 – Que se prenda y castigue con rigor al que de obra ó de palabra pretenda sembrar divisiones ó descontentos. / 6 – Se declara responsable ante el gobierno á qualesquiera que no avise todo proyecto ó conspiracion contra las Autoridades, ó contra la seguridad de algunos particulares.” BNA. TES 3 A 5 3624, Inventário 7254.

⁵⁴⁴ AHI. Lata 175, maço 5, pasta 3.

⁵⁴⁵ Há pouca informação sobre a vida pública ou mesmo pessoal de João de Almeida de Melo e Castro. Sabemos, entretanto, que ele nasceu em Lisboa, em 23 de janeiro de 1756; foi embaixador português nas cidades de Viena, Roma, Londres e Haia. Faleceu no Rio de Janeiro, em pleno exercício do cargo de ministro interino dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, em 18 de janeiro de 1814. Verificar mais em: <http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=5263>. Acesso em: 20 jan. 2008.

⁵⁴⁶ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 34-35.

monarquia bragantina como um todo. Galveias, com a autoridade que o posto lhe permitia, já que havia sido nomeado como ministro de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, ressaltava:

Não chega a minha ardência ao ponto de arriscar por aquelles a tranquillidade e segurança dos que V.A.R. rege agora em paz e em socego, em quanto V.A.R. se não achar com forças militares suas e do seu aliado q' prudentemente possão prometerlhe o feliz successo de huma empreza que toca de tão perto a gloria de V.A.R. e felicidade dos seus vassallos.⁵⁴⁷

O aliado ao qual Galveias fazia referência era a Grã-Bretanha, visto que Portugal acreditava na participação daquele país na ação que pretendia levar a cabo na fronteira meridional. Desde 10 de junho, entretanto, após o envio das correspondências de Lord Strangford ao governo inglês, a atitude mais adequada seria esperar (o que era normal para o príncipe regente, que tinha essa prática como máxima). Porém, a pressão que as declarações e as ações no Prata imputavam, de uma maneira ou outra, à Coroa portuguesa conduziram a que esta tivesse de movimentar suas tropas em direção ao sul.

Em 20 de julho, talvez por ter permanecido no Rio de Janeiro durante boa parte do ano de 1809 e por ter mantido sempre uma cordial relação com o conde de Linhares, Martin de Pueyrredon enviou uma correspondência ao ministro português desculpando-se pela pressa e *ingratitude* com que tivera de deixar o Rio de Janeiro. Na mesma correspondência registrava:

Me contentaré con reunirme cordialmente a mis paisanos, que gratos a la liberalidad, y beneficencia de S.A.R., y á la prudencia saviduria le congratulan por el feliz restablecimiento de la buena harmonia, confiansa, y lo contemplan como el mas seguro apoyo de su independencia, y prosperidad venidera.⁵⁴⁸

Com isso, fica subentendido que Pueyrredón, pelo bom relacionamento que sempre mantivera na corte portuguesa, especialmente com o ministro Souza Coutinho, tentava manter uma relação cordial estando agora em solo platino e defendendo os objetivos da Junta, ou melhor, das novas idéias semeadas a partir de maio de 1810. Sabendo do peso que a opinião do ministro português tinha nas decisões do príncipe regente, seria importante mantê-lo tranqüilizado em relação às ações da Junta.

⁵⁴⁷ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 36.

⁵⁴⁸ AHI. Lata 175, maço 11, pasta 5.

Outra correspondência cujo teor demonstrava o posicionamento conflitivo da Junta Provisória de Governo de Buenos Aires dentro do próprio reino espanhol foi uma nota enviada pela Junta ao ministro conde de Linhares, na qual os representantes platinos afirmavam terem provas (e as mandavam em anexo) de que Casa-Irujo “conspira a la desunion y guerra civil de éstos pueblos”⁵⁴⁹. Dessa forma, aquela organização esperava que este “reo de estado, que ha faltado a su Rey, y a su nacion”, fosse enviado brevemente “à ésta capital con segura custodia [...] para que este gobierno pueda darle el destino á que las leyes del reyno lo condenan.”⁵⁵⁰

O ministro português, provavelmente por ter plena consciência de que não podia se indispor diretamente com a Espanha, ainda mais naquele momento em que a Grã-Bretanha posicionava-se como fiel aliada e protetora de Estados ibéricos, não cedeu à pressão exercida pela Junta buenairense e manteve Casa-Irujo na corte, trabalhando normalmente como elo entre os governos de Espanha e Portugal.

A situação de Buenos Aires, entretanto, permanecia tensa. Carlos José Guezzi, ao enviar duas notas da Junta Governativa dirigidas ao governo português, em 1º de agosto de 1810, afirmava que era de suma importância “ter aqui huma pessoa suficientemente instruída e autorizada”, tendo em vista que “a rapidez com que isto pode desorganizarse não dará lugar provavelmente a comunicar noticias, e receber instruções.” Além disso, a segurança pessoal de um “particular” podia estar em risco, pois “não pode sem grave comprometimento dizer e muito menos escrever o que pensa, por mais que seja util e conveniente ao paiz em que reside.”⁵⁵¹

Por meio desse excerto notamos que sua relação com o governo, ou mesmo com os governantes platinos, era muito próxima, porém nada nesse sentido foi feito pelo governo português nos meses que se sucederam à correspondência. Acabou ocorrendo que essa tensão renovou as expectativas em pleitear a declaração dos eventuais direitos da princesa Carlota Joaquina à sucessão ao trono espanhol e na possibilidade de enviá-la ao Rio da Prata para assumir o poder.

⁵⁴⁹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 50.

⁵⁵⁰ *Ibid.*, p. 50.

⁵⁵¹ *Ibid.*, p. 46.

Contrários às determinações da nova Junta instalada em Buenos Aires, Montevideu e o interior da Banda Oriental, o Paraguay e outras províncias ao norte passaram a ser alvo das investidas da Coroa portuguesa no sentido de negociarem uma solução para o “estado de coisas” a que chegara o Vice-Reinado do Rio da Prata. Na visão de Portugal, os eventuais direitos da princesa Carlota seriam a saída possível para evitar o esfacelamento do império espanhol na América meridional.

Ainda em princípios de agosto, uma correspondência enviada pelo ministro Casa-Irujo ao Comandante da Marinha e ao governador de Montevideu, respectivamente, José Maria Salazar e Joaquin de Soria, denotava a preocupação em garantir aquela porção de território sob domínio da Coroa espanhola. O ministro afirmava:

Mis instrucciones me previenen me oponga p.^r todos los medios posibles á q. la Princesa pase á esas Posesiones del Rey. Por lo mismo en circunstancias ordinarias no podia dudar qual deberia ser mi conducta sobre las intenciones de la Princesa, pero p.^r desgracia las circunstancias actuales no son ordinarias, son muy diferentes de las q. existian, quando se extenedieron mis instrucciones.⁵⁵²

Entretanto, como ele mesmo registra, o cenário era muito diferente. Por estar tão distante daquela cidade, também não tinha noção do que poderia favorecer melhor a governabilidade e a manutenção do território. Assim, ele expressava claramente que a decisão deveria ser tomada por aqueles a quem se dirigia, pois saberiam chegar a uma conclusão mais acertada. Portanto, dizia Casa-Irujo, aqueles que estavam “mas bien situados p.^a formar un juicio sano, p.^r q. ven los circulos de los negocios en toda su extension, y poseen datos numerosos, mas correctos y seguros, son los q. deben juzgar esta gran question.”⁵⁵³

Talvez com receio de incorrerem num erro, caso aceitassem a presença da princesa, uma carta de Joaquin de Soria foi dirigida à Regência espanhola, solicitando orientações sobre como deveriam proceder, além de auxílio para o caso de um ataque militar. Nota-se, entretanto, que o governador Joaquin de Soria percebia claramente o que poderia ocorrer caso a princesa chegasse àquela região, tendo em vista que

la situacion en que aqui nos hallamos es bastante delicada con motibo de la subversion de Buen.^s Ay.^s Este Pueblo poseido de la desconfianza que le induce el tenor de poder ser burlado su Patriotismo, p.^r las muchas intrigas de que se vé combatido, con facilidad se dividiria en partidos, si llegase el caso de que admitiese

⁵⁵² AGI. “Sobre intenciones de Infanta Carlota Joaquina”. Estado, 81, n. 44.

⁵⁵³ Ibid.

el Gob. una novedad tan peligrosa, como la de consentir en la venida de la S.^a Princesa del Brasil: los Aulicos de esta S.^a es natural que no se estubiesen ociosos; sino antes bien procurarian manejar con destreza todos los resortes de su politica para conducir al Pueblo, en aq.¹ estado de division, por el camino mas acomodado a sus ideas, los quales juzgo yo no serian nunca conservar la integridad de la España, ni los dros. de nuestro tan desgraciado, como querido Rey el Sr. Dn. Fenando 7^o.⁵⁵⁴

Portanto, era preciso armar-se para garantir que ao menos houvesse algum tipo de resistênciã a um ataque, tanto de Buenos Aires quanto de Portugal, para o qual se pedia ao Conselho de Regênciã espanhol “el envio de 4000 mil hombres de nuestras tropas: con ellas se conseguiria indubitavelmente el sosiego de los reboltosos de Buenos Ayres, y el respeto de los Extranjeros, que sin duda cuentan ya con la usurpacion de estas Posesiones”.⁵⁵⁵

Esse contingente, especialmente em razão da situação na qual se encontrava a Espanha, tendo de reunir todos os esforços possíveis para combater o inimigo francês, não seria nunca destacado para a América Meridional. Em compensação, o comandante da Marinha espanhola fundeada na costa oriental, José Maria Salazar, sabendo da dificuldade que seria receber auxílio bélico naquele momento, via em outra medida a possibilidade de tentar convencer os próprios habitantes da Banda Oriental acerca da importância da luta contra as idéias da Junta de Buenos Aires: a fomentação de idéias por meio de um periódico.

Menos de um mês após a instalação da Junta em Buenos Aires, em 22 de junho, uma correspondência do comandante, enviada ao Conselho de Regênciã espanhol, dizia o seguinte:

Entre las cosas necesarias p.^a esta Ciudad en las criticas circunstancias del [dia] es una de las primeras una imprenta porque en la de B.^s A.^s sobre reimprimir y publicar aquellos [papeles] de España, y extrangeros q.^c cren convenirles, lo que es de un grandisimo perjuicio a la buena causa, ademas sin ella carecemos de los medios de manifestar y extender nro. modo de pensar al interior, en el qual tiene un influxo poderoso la opinión de esta Ciudad, y aunque hace mucho tiempo q.^c solicito de ambos Gobiernos q. se manden expresos a las Provincias interiores con todos los papeles sobre el establecimiento de la Regencia Soberana con noticia de lo hecho aqui, con muchas proclamas, y q.¹⁰ sea conducente á evitar q.^c reconozcan la Junta de B.^s A.^s [...] ⁵⁵⁶

Vale registrar, por meio deste excerto, que uma das preocupações dos dirigentes de Montevideu na época era a difusão das idéias para o interior da província. Nos “campos de Montevideu” praticamente inexístiam aglomerações populacionais, e as estâncias de criação

⁵⁵⁴ AGI. “Sobre intenciones de Infanta Carlota Joaquina”. Estado, 81, n. 44.

⁵⁵⁵ Ibid.

⁵⁵⁶ AGI. “Comandante Marina de Montevideo, sobre necesidad de imprenta”. Estado, 79, n. 64.

de gado eram como oásis em meio à vastidão das planícies. Porém, como se tratava de uma região de fronteira imprecisa, incursionavam por ali vários contingentes militares, tanto de Portugal como de Espanha, que podiam disseminar ideais que pusessem em risco a integridade da região.

Dentre os autores que trabalham com a temática, Augustín Beraza apresenta-nos uma importante informação sobre a situação da Província Oriental em 1810. Neste ano, para tentar oficializar a posse da terra em seu território, as autoridades montevidéanas ditaram uma disposição, pela qual exigiam a apresentação dos certificados de posse das terras, o que provocou uma agitação geral na campanha.⁵⁵⁷ Essa disposição, a princípio, não tinha outro intuito senão o de garantir uma arrecadação maior, na tentativa de equilibrar as dívidas do Erário e preparar-se para a campanha militar que se haveria de empreender à medida que o território oriental fosse invadido, pois as especulações e as decisões tomadas de imediato pela Junta de governo de Buenos Aires denotavam tais ações. Dessa forma, como afirma Beraza: “El Auto del Gobernador Soria, provocó un verdadero *pronunciamento* entre los pobladores de la campaña, ya que se tuvo la sensación de que lo que se procuraba era que ellos, solventaran los gastos del Gobierno.”⁵⁵⁸

Ressalta-se, com isso, “a falta de captación de la realidad que revelan los integrantes del Gobierno montevidéano, en particular, Don Joaquin de Soria, conoedor, como pocos, del problema y de la aguda excitación que vivía la Banda en aquellos momentos.”⁵⁵⁹ Para prevenir o levante da população, em razão do conhecimento das necessidades e agrúrias pelas quais passavam as colônias espanholas, a imprensa poderia dar a sua contribuição.

No Rio de Janeiro, o período era de intenso vai-vém de informações e de pessoas. A corte, que desde as invasões inglesas a Buenos Aires era o principal reduto de refugiados, passou novamente a receber levas de emigrados que fugiam das perseguições promovidas pelo novo governo platino. Com eles, as notícias vinham ao Rio de Janeiro e, especialmente, aos ouvidos de dom João e Carlota Joaquina, as quais eram as mais diversas.

⁵⁵⁷ BERAZA, Augustín. *La economía de la Banda Oriental durante la Revolucion (1811-1820)*. 2.ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1969. p. 14.

⁵⁵⁸ *Ibid.*, p. 15.

⁵⁵⁹ *Ibid.*, p. 15.

Para o governo português, este era o momento de unir esforços com as praças que permaneciam fiéis à unidade do reino espanhol, como Montevidéu. Assim, ao saber dos pedidos que os dirigentes montevidéanos faziam, a princesa Carlota, interessadíssima no futuro do vice-reinado, e no seu, como provável regente, não mediu esforços para auxiliar aquela praça.

O secretário da princesa, José Presas, mesmo tendo aumentado ou parcialmente alterado os fatos a seu favor, fez um interessante comentário acerca da imprensa na região do Rio da Prata, afirmando que naquela ocasião era necessário “fazer-se frente a êsse gênero [a imprensa] de guerras, às vezes tão terríveis como as que podem fazer com as próprias armas”⁵⁶⁰. E seguia anotando como conseguira do conde de Linhares os tipos para a prensa que fora enviada a Montevidéu, ressaltando a “brevidade e reserva” com que tivera de agir em razão da veemente oposição do diplomata inglês, Lord Strangford. Por fim, registrava:

Foi assim que a princesa frustrou as intrigas do ministro inglês, e proporcionou a Montevidéu o meio de fazer face aos ataques contínuos com que os de Buenos Aires pretendiam fazer vacilar e extinguir, com seus escritos incendiários, a fidelidade à metrópole em que se mantinham constantes os habitantes da banda oriental do Rio da Prata.⁵⁶¹

A *Gazeta de Montevidéu*, periódico publicado pela oficina de imprensa enviada por dom João, em setembro de 1810, como afirma João Paulo Pimenta, tinha como principal objetivo “criar uma contrapropaganda da junta de Buenos Aires”. Em seu primeiro exemplar, datado de 13 de outubro do mesmo ano, era clara a defesa que fazia da monarquia bourboniana e do princípio de legitimidade dinástica.⁵⁶²

Assim, aproximava-se dos intuitos da corte instalada no Rio de Janeiro, o que viria a ser ainda mais pertinente nos meses subseqüentes, especialmente após o retorno de Javier de Elío à América Meridional, então investido no cargo de vice-rei do Rio da Prata. Este, como

⁵⁶⁰ PRESAS, *Memórias secretas de dona Carlota Joaquina*, p. 118.

⁵⁶¹ *Ibid.*, p. 118-119.

⁵⁶² PIMENTA, *Estado e nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata*, p. 82. Na correspondência datada de 24 de setembro de 1810, o comandante de marinha José Salazar avisava sobre o recebimento da imprensa enviada pela infanta dona Carlota Joaquina, e assinalava: “Esta dadiwa al mismo tiempo que grava en nuestros corazones una eterna gratitud á S.A. hace ver quanto se interesa por la conservacion de los Domínios de su Augusto hermano, y por el bien de la umanidad, pues asi como mal manejada es el arma mas temible de los Pueblos, quando se usa bien produce ventajas incalculables á la sociedad y felicidad general [...]”. AGI. “Donación de la Infanta Carlota Joaquina de una imprenta”. Estado, 79, n. 42.

não conseguiria passar a Buenos Aires, montaria seu governo em Montevideu, de onde era iniciada uma ferrenha batalha com os revolucionários buenaienses.

Em meados de agosto, uma notícia enviada provavelmente por Guezzi ao governo português dava conta de que outras cidades haviam formado juntas, como Charcas, Mendoza e Salta. Além disso, as informações que tinha do Paraguai acenavam positivamente para a regência da princesa Carlota. Entretanto, em Buenos Aires o terror imperava sobre aqueles que não tomavam decisão sobre qual lado apoiar, pois “a Junta parece ter feito sobre huma certa classe de pessoas o que costumam fazer o Tribunal da Inquisição sobre os judeus. O temor lhe arranca a favor da Senhora Princeza Carlota o que a justiça nunca lhe teria feito confessar.”⁵⁶³

Não apenas por essa atitude, mas também por outras ações já comentadas perpetradas pela Junta de Buenos Aires, indicava-se que a força era o meio mais utilizado para tentar livrar a região da presença de pessoas que tivessem opiniões contrárias àquelas proferidas pela Junta de governo. A fidelidade dinástica a Fernando VII, jurada ainda em 25 de maio, não bastava para acalmar os ânimos dos “vizinhos”, pois os informantes portugueses ou espanhóis realistas constantemente se deparavam com uma situação de violência e supressão da oposição.

Os planos claramente definidos para a consolidação do governo independente de Buenos Aires ficariam conhecidos, entretanto, algum tempo mais tarde, com data que não sabemos precisar. Esses planos haviam sido apresentados pela primeira vez por Manuel Belgrano, em 15 de julho de 1810, para apreciação dos *vocales* da Junta. Este primeiro projeto constava de nove artigos básicos, com os quais, pela decisão dos demais participantes do governo, com a autorização do presidente da Junta, seria criado um novo projeto, mais completo, o qual serviria de guia para as ações do governo na consolidação dos desejos daqueles que “criaram” a Junta Provisória de Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata.

Para Blegrano, então, o governo deveria seguir as seguintes disposições para “consolidar el grande systema de la obra de nuestra libertad, y independencia.”⁵⁶⁴ Portanto:

⁵⁶³ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 62.

⁵⁶⁴ *Ibid.*, p. 70.

- 1º [...] la conducta gobernatiba mas conveniente a las opiniones publicas, y conducente a las operaciones de la dignidad de esto gobierno.
- 2º El medio mas adecuado, y propio de la sublevacion de la Banda Oriental del Rio de la Plata, rendicion de la Plaza de Montevideo [...].
- 3º El methodo de las relaciones que [...] deven secretamente entablar en la España [...].
- 4º La conducta [...] devamos mantener con Portugal, y el Gabinete de Inglaterra.
- 5º Las comisiones, que deven entablarse secretamente por nuestros agentes en lo interior, y demas Provincias [...] para consolidacion de nuestro systema.
- 6º Los arbitrios, [...] para fomentar los fondos publicos [...] para los gastos de nuestra guerra [...].
- 7º Las relaciones secretas que nuestros agentes, y emissarios deven desempeñar en los paises extranjeros como Portugal, y Inglaterra.
- 8º Las Comisiones, y clases de negocios, que nuestros agentes y emisarios deven entablar secretamente en las provincias del Brasil para sublevarlas, haziendolas gustar de la dulzura de la libertad y derechos de la naturaleza.
- 9º Los medios que deven adoptarse quando estando consolidado, y reconocido por la Inglaterra, Portugal y demas principales naciones de la Europa el systema de nuestra libertad, y qual deve ser el fin de sus negociaciones entonces en las provincias del Brasil con relacion a la conquista de todo el Rio Grande, y demas provincias de dicho Reyno.⁵⁶⁵

Notamos, pois, claramente por este anteprojeto o intuito de “libertar” de vez a América Meridional das disposições do *ancién regime*, especialmente se dermos atenção aos dois últimos tópicos. Entretanto, o primeiro ponto, como vemos, talvez seja o que defina melhor a conduta da Junta nos primeiros meses de sua criação: guiar-se pela opinião pública, ou seja, oferecer combate àquilo que a população desejasse. Mesmo que possamos resumir a participação desta a movimentos praticamente isolados, não seria nem um pouco benéfico à consolidação do novo governo se mostrar contra a “vontade geral”.

Em segundo lugar – e podemos dizer, antecipadamente, que este item foi seguido à risca – indicava-se que a sublevação da Banda Oriental era fundamental para que se unisse às Províncias Unidas. Enquanto Montevideu e seu interior permanecessem realistas, as dificuldades para manter uma constância de comunicações com o exterior, para conseguir erigir um governo verdadeiramente soberano e ter um território demarcado ainda nos moldes absolutistas mostravam-se como os grandes empecilhos à Junta de Buenos Aires.

Dos itens três ao cinco ficava patente que todas as negociações entre a Junta e os demais países deveriam ser pautadas pelo sigilo, pois um acordo ou outro poderia comprometer os negócios que estivessem sendo realizados. No sexto item ressaltava-se a preocupação com os gastos da guerra que seria empreendida. Nota-se, portanto, que havia plena consciência entre os envolvidos no governo de Buenos Aires de que, para alcançar os

⁵⁶⁵ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 72.

objetivos desejados, a guerra era um caminho a ser percorrido. O sétimo ponto, por sua vez, retornava à fórmula que deveria ser seguida para manter relações com Portugal e Inglaterra, ou seja, o segredo.

Os últimos dois itens têm, para a presente discussão, fundamental importância, pois demonstram em seu conteúdo o real desejo de atacar as províncias meridionais do Estado português e tirar proveito da sublevação que haveria de ser levada a cabo na região. Assim, ficava evidente que um dos meios de ação nessas regiões seria demonstrar a importância e os benefícios de ter uma vida livre. Isso, sem dúvidas, teria uma grande repercussão na sociedade luso-brasileira, pois uma grande massa escrava poderia sentir-se atraída pelas promessas de liberdade.

Além disso, em seu último artigo, trata-se de uma conquista que poderia ocorrer após a consolidação do sistema implantado nas Províncias Unidas do Rio da Prata, ou seja, mesmo que não fossem conquistadas de imediato, havia já uma idéia de que em longo prazo as províncias meridionais do Brasil, especialmente o Rio Grande, passassem a fazer parte do nascente Estado. Entretanto, não contavam eles que nem o sistema seria reconhecido tão cedo, nem o Estado português, e depois o Brasil, deixariam de lutar com todas as forças para garantir e, quiçá, aumentar seu território.

Dessa forma, tomando como base esses preceitos, fora montada uma comissão encabeçada por Mariano Moreno, secretário da Junta de Buenos Aires, para que fosse redigido um plano mais elaborado, que serviria de linha-mestra das ações no Rio da Prata. Este plano, com mais de oitenta páginas, conforme Quebracho, foi entregue por volta do início de agosto, ou seja, quase dois meses após ser “encomendado”.⁵⁶⁶

Em sua introdução, Mariano Moreno já demonstrava seu tom radical e claramente oposto àqueles que, de alguma forma, pudessem impedir a realização do plano que havia pensado para o novo governo. Destarte, afirmava:

La moderacion fuera de tiempo nó és cordura, ni és una *virtud* al contrario és una debilidad, quando se adopta un systema que sus circunstancias nó lo requieren:

⁵⁶⁶ QUEBRACHO, *Subamerica*, p. 149. Em relação ao “Plan de Operaciones”, Quebracho ainda ressalta que o mesmo só foi conhecido em sua totalidade a partir de 1895, quando uma cópia do mesmo foi encontrada no Archivo General de Índias, em Sevilha. *Ibid.*, p. 150.

yamas en ningun tiempo de rebolucion se vió adoptado pelos governantes la moderacion, ni la toleranzia: el menor pensamiento de un hombre, que sea contrario á un nuevo systema. És un delicto por la influencia, y por el estrago, que puede causar con su exemplo, y su castigo és irremediable.⁵⁶⁷

Pelo que podemos extrair, a idéia era, a partir deste *Plan*, fundar um governo fortemente repressor que atacaria sem restrições seus oponentes, utilizando-se do terrorismo revolucionário. Este modelo assombrou muitos participantes da Junta, inclusive seu presidente, Cornélio de Saavedra, que passaria a se opor mais decididamente ao “partido” de Moreno.

Sobre cada elemento proposto por Belgrano no plano inicial, Mariano Moreno fundava algumas reflexões, das quais deveriam ser extraídas as ações do novo governo. Tais reflexões variam em quantidade de item para item, entretanto cabe ressaltar, ao se falar em novo governo, que Moreno empregou diversas vezes a expressão *nuevos sistemas* para designar o que seria levado a efeito. Cremos, dessa forma, que se tratava de uma reestruturação completa do que havia restado da época colonial para erguer um Estado soberano, livre das amarras que o mantinham preso às determinações de Espanha.

Em relação ao primeiro ponto, que dizia respeito às ações diretas do governo para se consolidar, o que se destaca são as reflexões acerca daqueles que obrassem contra o governo, os quais deveriam ser punidos da forma “mas cruel, y sanguinária” e a quem fosse “contra la causa deve castigarse com pena capital”, especialmente em se tratando de pessoas com certo grau de riqueza, caráter ou formadores de opinião. Além disso, era preciso ter cautela ao ceder patentes e novos cargos, pois na conjuntura em questão não havia condições de suprir gastos que onerassem demasiadamente o Erário.⁵⁶⁸

Referentemente ao segundo aspecto, o qual tem importância capital para nossa análise, vemos o quanto o governo revolucionário de Buenos Aires deveria dar atenção ao caso da Banda Oriental. É possível notar isso não só por Moreno ter desenvolvido vinte reflexões acerca deste aspecto, mas, sobretudo, pelos meios que seriam utilizados para tal feito, tais como a sublevação inicialmente do interior de Montevideu – como atestava “una grande obra nunca se comenzó por sus extremidades, y que quanto mas sólido és su cimient, mas perfecta

⁵⁶⁷ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 79.

⁵⁶⁸ *Ibid.*, p. 85-91.

es su conclusion”⁵⁶⁹ – , mas também pela idéia de convencer e assinar pactos com o principais comandantes da campanha oriental, como o Capitão de Dragões José Rondeau e o capitão de Blandengues José Artigas⁵⁷⁰.

Além disso, deveriam ser espalhados espiões pelos povoados para que a Junta ficasse ciente dos desdobramentos de sua campanha; seriam seqüestrados bens de proprietários que abandonassem suas propriedades; a partir da rendição de Montevideú, tomar-se-ia conta do porto, essencial para a livre navegação no Rio da Prata, e, por fim, seriam aplicadas as penas já dispostas no primeiro item do plano sobre àqueles que “no tengan dado alguna prueba de adhesion á la causa com antelacion”⁵⁷¹.

Dessa forma, no prosseguimento de seu plano, fica cada vez mais evidente o desejo de que se conseguisse, ao final das ações, consolidar um Estado no moldes territoriais do antigo vice-reinado. Entretanto, os dois últimos tópicos chamam a atenção por levantarem a possibilidade de anexação, inicialmente, da capitania do Rio Grande e, posteriormente, das demais províncias do Brasil. Neste ponto, o secretário da Junta de Buenos Aires ressalta a importância da liberdade implantada pelo novo governo em Buenos Aires, a qual seria utilizada como arma para angariar a opinião dos habitantes da Colônia portuguesa e, assim, iniciar uma revolta civil capaz de redefinir o mapa da América Meridional em favor dos revolucionários buenaireses.

Quimérica ou não, a atitude denotava a consciência do poder ideológico que poderia ser advogado pelas novas idéias disseminadas a partir de Buenos Aires. Ressaltava, porém, nesse sentido, que era importante

[...] que nuestra libertad, y independéncia de la España estriba yá en principios fixos y que nuestrar relaciones con la Gran-Bretaña se hayan estrechado á medida de nuestro deseo, hallandose evaquada la plaza de Montevideo, y puesta en orden de defensa, tranquilizandose su campaña, y haziendo bolver á sus habitantes por edictos executivos á ocupar los pueblos, y atender al curso de su comercio, industria, y agricultura, como igualmente hallarse el erario publico con algunos fondos [...]⁵⁷²

⁵⁶⁹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 92.

⁵⁷⁰ *Ibid.*, p. 95.

⁵⁷¹ *Ibid.*, p. 100.

⁵⁷² *Ibid.*, p. 121.

Com base nessas assertivas, o pacto passava a tratar de questões mais concretas para a conquista e manutenção dos territórios do Rio Grande, tais como:

- a guarnição das fronteiras – essenciais à consolidação territorial do Estado – , guarnecidas por “fuerzas de respeto”⁵⁷³;
- o envio de agentes com fins comerciais ao Rio Grande do Sul, para que “con su politica atraerse los primeros magistrados de cada pueblo, estrechando sus relaciones lo mas posible”⁵⁷⁴;
- a utilização da imprensa escrita, por meio das gazetas de Buenos Aires e Montevideú, e, dentro do possível, com a criação de uma publicação em português;
- o convencimento das populações daquela província de que “el estado del sud protegerá todas sus ideas, no solo com los caudales, que necesiten, sino tambien com 15 ó 20 [mil] hombres, que hará entrar á todo el Rio Grande, por todos los territorios de sus fronteras.”⁵⁷⁵;
- não tocar na libertação dos escravos num primeiro momento, ou ao menos até a Inglaterra não se voltar contra Portugal em favor de Buenos Aires, pois, aquela poderia “extender mas sus miras mercantiles, y ser la única por el señorío de los mares”⁵⁷⁶;
- e, por fim, após conseguir revolucionar por completo a província do Rio Grande e possuir a adesão da Inglaterra aos planos do governo, seria iniciada a conquista das demais províncias do Brasil, para que “entonces nos podremos estender mas, mediante el que operando a un tiempo por diversos parajes, emprehenderemos la de Santa Catalina, Bahia de todos los Santos, y demas, y mas pincipales, y interesantes puertos.”⁵⁷⁷

Este último excerto servia de ligação ao último aspecto do Plano de Operações de Mariano Moreno, que pretendia ser a explicação sobre como deveriam ser pautadas as negociações nas províncias do Brasil para a conquista completa do Rio Grande e também das demais províncias deste reino. Por se tratar de um aspecto bastante utópico para o momento, visto que o governo das Províncias Unidas sequer havia conseguido ser reconhecido, trataremos resumidamente das reflexões acerca do mesmo:

⁵⁷³ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 122.

⁵⁷⁴ *Ibid.*, p. 123.

⁵⁷⁵ *Ibid.*, p. 125.

⁵⁷⁶ *Ibid.*, p. 129.

⁵⁷⁷ *Ibid.*, p. 132.

- a barra do Rio Grande deveria ser bloqueada e desembarcariam ali mil e quinhentos homens;
- manter a tropa unida e deixar que o partido realista português se aniquile por si próprio;
- libertação dos escravos para que peguem em armas a favor do governo;
- pagamento das tropas portuguesas revolucionárias;
- manter sempre maior número de tropas espanholas que portuguesas;
- convite às famílias pobres que queiram se estabelecer e cultivar os campos da Banda Oriental;
- abolição das escolas em idioma português;
- fechamento dos portos platinos aos portugueses e seqüestro dos navios que entrarem no porto do Rio Grande.⁵⁷⁸

Com isso, Mariano Moreno afirmava ainda que “devemos decidirmos por el rigor, intrigas, y astúcias, que son las que nos han de poner á cubierto, y conducirnos a nuestros fines; dejando para cada tiempo lo que le pertenece, pues lo que se haze fuera de el nunca sale bien.”⁵⁷⁹

Pela causa revolucionária enviaram-se missões com o intuito de cooptar os comandantes e dirigentes da província do Paraguai e demais localidades do interior. Instaurava-se a perseguição àqueles que discordassem dos objetivos da Junta buenairense. Talvez o ápice dessas ações tenha sido o fuzilamento do ex-vice-rei Santiago de Liniers e demais fiéis ao rei Fernando VII, na cidade de Córdoba, em agosto de 1810.

Talvez tenha sido a partir da notícia desses fuzilamentos que a Coroa portuguesa tenha percebido o grau de empenho dos revolucionários de Buenos Aires para imporem o “novo sistema”. Da mesma forma, os realistas de Montevideú preocupavam-se com os rumos que as ações teriam em seu território. Por isso, preparavam-se para uma ação ofensiva, como registram as correspondências trocadas entre o almirante inglês De Courcy (que substituíra

⁵⁷⁸ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 132-138.

⁵⁷⁹ *Ibid.*, p. 138.

Smith, na proteção da costa brasileira), que se encontrava no Rio da Prata naquela ocasião, e o chefe do almirantado Mr. Croker.⁵⁸⁰

Nas correspondências do almirante De Courcy fica claramente expressa a necessidade que tanto o governo de Montevidéu quanto o governo de Buenos Aires tinham de angariar a proteção inglesa, como o próprio almirante registra em uma correspondência ao conde das Galvêas, no seu retorno ao Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1810:

Emquanto á minha comissão ao Rio da Prata nenhuma cousa tem sido para mim tão dificultosa como conservar-me passivo; no meio das contestações, existentes n'aquella vezinhança, cada facção reclamava o meu auxilio, e a minha neutralidade se considerava como huma hostilidade!⁵⁸¹

Antes mesmo dessas informações dadas pelo almirante inglês, o governo português enviava orientações ao comissionado na corte londrina, Domingo de Souza Coutinho, irmão do ministro Linhares. Assim, em 6 de novembro, tendo em vista que “os movimentos de toda a America Hespanhola tem tomado uma tal extenção”, era preciso “que a Gram Bretanha possa concorrer a dar-lhes hum soberano, que os possa governar”⁵⁸².

Dessa forma, Domingo Souza Coutinho deveria ressaltar os direitos eventuais da princesa Carlota na corte londrina. Caso a Grã-Bretanha não a desejasse ver como regente da América Espanhola, que duas opções fossem propostas: que o infante dom Miguel fosse indicado como regente, ou que a Grã-Bretanha aceitasse casar um filho do rei George III com uma filha de dom João, a fim de que assumisse um principado na América Espanhola, criando-se uma nova linha de sucessão na casa de Bragança. Entretanto, era preciso ter cautela, visto que Domingo de Souza Coutinho “não deve[ria] dar passo algum decidido em tal matéria, senão quando vir a monarquia espanhola na península de todo perdida”⁵⁸³.

Notamos, assim, que o gabinete português, especialmente o ministro dom Rodrigo de Souza Coutinho, obrava já com interesses futuros. Era preciso garantir a estabilidade na América por meio de ações pautadas pela legitimidade. Dessa maneira, caso os direitos presuntivos da Coroa espanhola não recaíssem sobre Carlota, buscavam-se possibilidades que pudessem atribuir aos Bragança a tarefa de manter a unidade do reino espanhol.

⁵⁸⁰ AGI. “Vicealmirante Decourcy a Mr. Croker”. Estado, 87, n. 5.

⁵⁸¹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 164.

⁵⁸² *Ibid.*, p. 145.

⁵⁸³ *Ibid.*, p. 146.

Na Espanha, em 24 de setembro, era decretada a formação das cortes. Estas seriam responsáveis pela redação da Constituição de março de 1812. Ali, como consta na ata de posse dos deputados, o vice-reinado de Buenos Aires (não se sabe ao certo o motivo que levou a ser registrado com essa nomenclatura o Vice-Reinado do Rio da Prata) estava representado por três pessoas: dom Francisco López Lisperguer, dom Luís Velasco e dom Manuel Rodrigo. Destes, apenas encontramos alguns poucos dados acerca do primeiro, o qual era natural do Chile e lutou, junto com os demais americanos, para que fosse legitimada na Constituição a igualdade entre americanos e espanhóis.⁵⁸⁴

Talvez pelos intensos trabalhos em prol da Carta constitucional espanhola, os representantes do governo espanhol dariam ainda menor atenção às constantes reclamações dos realistas que viviam na América. Uma das poucas ações que seriam tomadas para remediar os fatos já consumados desde maio na região do Rio da Prata foi a nomeação de Javier Elío como vice-rei, em 31 de agosto de 1810. Este tomaria posse do cargo apenas em janeiro de 1811, tendo sob seu comando apenas uma ínfima porção daquele território que fazia parte do Vice-Reinado do Rio da Prata, circunscrita a Montevidéu e sua “campanha”⁵⁸⁵.

Entre o Rio de Janeiro e a capitania do Rio Grande o fluxo de correspondência era constante. O ministro dom Rodrigo enviava constantemente pedidos de informação e orientações ao então governador da capitania, dom Diogo de Souza. Notamos, além disso, pela documentação arrolada especialmente no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, que o princípio de um combate bélico era uma questão de tempo.

Em julho, por exemplo, o coronel Francisco das Chagas Santos, comandante responsável pela guarnição da fronteira de Missões, pedia reforços ao governador dom Diogo de Souza para que fossem criadas novas guardas em toda a costa do rio Uruguai. Além disso, pedia que fossem enviados, em caso de guerra, mais trezentos homens de cavalaria e artilharia

⁵⁸⁴ A ata completa, com a listagem dos deputados que tomaram posse nas cortes de Cádiz, em 24 de setembro de 1810, pode ser visualizada em <<http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?portal=56&Ref=12262>>. Acessada em 18 de fev. de 2008. Para saber um pouco mais sobre o papel desempenhado por Francisco López Lisperguer nas Cortes de Cádiz, verificar GARRIDO ASPERÓ, Maria José. “La fiesta de la conquista de la Ciudad de México durante la guerra de independencia” in: *REVISTA Estudios de historia moderna y contemporánea de México*. n. 27, janeiro-junho 2004. p. 24.

⁵⁸⁵ Na documentação do período em tela, a “campanha”, ou os “campos de Montevidéu”, compreendiam todo o território interior da Banda Oriental, com limites ainda sem demarcação, mas que estavam ligados ao governo de Montevidéu.

à cavalo, e outros trezentos de miliciano portugueses ou guaranis, para sua tropa, estacionadas no povo de São Luiz, a fim de que pudesse ter sucesso na proteção da província.⁵⁸⁶

Entretanto, pelas informações transmitidas por dom Diogo de Souza à Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a situação militar da capitania era preocupante. Conforme relatório anexo à correspondência do governador ao ministro dom Rodrigo de Souza Coutinho, observa-se a seguinte situação:

Toda a tropa se acha desarmada, e desfardada, e a cavalaria muito mal montada. A Legião de S. Paulo está muito pouco disciplinada, por ser composta de Soldados novos, e bizonhos, e pela maior parte de menor idade.

Deve-se á Tropa da Capitania anno e meio de soldos e á Legião de S. Paulo trez mezes. Devem-se á Tropa da Capitania doze mezes de fardamentos e os seus semestres competentes, e á Legião de S. Paulo um fardam.¹⁰

As Rendas da Capitania nunca chegarão nem chegão para as suas despesas, ainda mesmo fazendo-se ali os pagam.^{tos} de quintos e dízimos, que os Arrematantes destes Contractos tem feito aqui no Erário Régio, e contando-se também com o produto dos novos impostos, applicados ultimam.^{te} p.^a as despesas da mesma Capitania.⁵⁸⁷

Apesar do somatório das tropas estacionadas na capitania do Rio Grande do Sul estar em torno de quatro mil homens, as condições logísticas e de manutenção eram desalentadoras para o quadro que se projetava, tendo em vista a invasão espanhola que poderia ocorrer a qualquer momento.

Uma notificação do ministro dom Rodrigo ao governador do Rio Grande, datada de 25 de julho, pode servir como exemplo para verificarmos que Portugal, naquele momento, tinha ciência do despreparo militar na região meridional. Por isso, era imperioso que se evitasse entrar em choque com as tropas revolucionárias de Buenos Aires. Além disso, a entrada em território espanhol de súditos do príncipe regente poderia causar graves acusações e prejudicar as tratativas acerca dos direitos eventuais da princesa Carlota.⁵⁸⁸

⁵⁸⁶ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Fundo: Secret. do Gov. da Capitania do Rio Grande do Sul. “Rio da Prata: Correspondência – dom Diogo de Souza c/ o Governo do Rio de Janeiro (1810-1814)”, Códice 608, volume 1.

⁵⁸⁷ ANRJ. “Rio da Prata...”, Códice 608, volume 1.

⁵⁸⁸ Dom Rodrigo frisava a dom Diogo de Souza que este “fique na inteligencia, que devendo tomar todas as precauções [...] V.S. não deve jamais entrar, como Inimigo, no Território Hespanhol, nem do de S.A.R.; excepto no caso , em que as legítimas Autoridades estabelecidas pelo Senhor Rey Fernando 7º, e que reconhecão os grados Direitos Eventuaes de S.A.R. a Princeza Nossa Senhora, reclamarem algum auxilio, para evitarem qualquer guerra civil e desordens contra a legitima Autoridade do Senhor Rey Fernando 7º.” ANRJ. “Rio da Prata...”, Cód. 608, vol. 1.

Vale ressaltar, sobre esse episódio, o papel preponderante que teve a imprensa. Como afirma logo no início da correspondência, o conhecimento dos fatos deu-se porque “havendo-se publicado em uma Gazeta de Buenos Ayres a noticia de que as tropas portuguesas havião passado o Ibicuí, e ocupavão ás margens opostas do mesmo Rio [...]”, o príncipe regente ordenava que se fizesse “logo retirar ao Território Portuguez todas as tropas que possão ter saído do mesmo [...]”⁵⁸⁹.

Tanto essa notícia deveria ser reconhecida, e isso implica justamente uma suposta declaração de amizade, que, ao final da correspondência, o redator da carta (o ministro dom Rodrigo de Souza Coutinho) assinalava: “Este officio será entregue a V.S. pelos Governadores de Buenos Ayres, ou Montevideo no Rio da Prata, sendo 2ª Via do que lhe dirige daqui em direitura.”⁵⁹⁰

Em setembro, o governador do Rio Grande respondia:

As Guardas Portuguesas entre as Raias desta Capitania e os Domínios Hespanhoes da dependencia de Buenos Ayres, estão nas mesmas posiçoens em que as achei [inti]tuidas, e em que forão colocadas depois da guerra de 1801, menos avançadas do que deveriam estacionarse [...] porém bem postadas para a manutenção delas, expedição das suas patrulhas, e cautela de conflitos com as Guardas Espanholas.⁵⁹¹

Entretanto, o que se discutia no período, especialmente entre os comandantes das armas portuguesas estacionados na capitania do Rio Grande de São Pedro, era a segurança das guardas avançadas, responsáveis pelas patrulhas e manutenção da fronteira. No Arquivo Nacional, podemos encontrar mais de trezentas correspondências e relatórios remetidos entre os comandantes destacados para as guardas ou povoados, assim como entre o governador dom Diogo de Souza e os militares. Nessas correspondências, o que chama atenção é a constante preocupação, a partir do início de julho de 1810, com a presença maciça de tropas espanholas nas fronteiras de Portugal. Na verdade, uma parte destas tropas era composta por “patriotas”,

⁵⁸⁹ ANRJ. “Rio da Prata...”, Códice 608, volume 1. A notícia à qual se refere o ministro foi publicada no primeiro número da *Gazeta de Buenos Aires*, no dia 7 de julho de 1810, a qual dizia o seguinte: “El Sr. Coronel D. Thomas Rocamora avisa desde la Invernada con fha. de 7 de Mayo, que los Portugueses han transpasado en la banda meridional del Ibicuy los limites que por deslinde de 804 debian guardar ocupando toda la pertenencia Española hasta el borde del Quarey”, assim, a Junta passaria tomar as medidas necessárias para “guardar la integridad del territorio del Rey proporcionando al Sr. Rocamora los auxilios que le acomoden.”

⁵⁹⁰ ANRJ. “Rio da Prata...”, Cód. 608, vol. 1.

⁵⁹¹ *Ibidem*.

tendo em vista que estavam sendo enviadas pela Junta de Buenos Aires para conquistar a adesão das províncias do interior.⁵⁹²

Os contingentes espanhóis, pelo que podemos ver pelos relatos dos comandantes portugueses, estavam divididos em duas principais colunas no interior da Banda Oriental: uma mais a oeste, próxima à Coxilha de Santana e do rio *Quareim*, e outra pelos campos de Cerro Largo, próximo ao rio Jaguarão. Esses locais, no lado português, em razão de vários aspectos estratégicos, eram onde se concentravam as tropas de observação enviadas por dom João às fronteiras meridionais.

Inicialmente, essas tropas fiéis à Espanha eram chefiadas por dois militares, que se sobressairiam nas disputas posteriores e conheciam bem o terreno da Banda Oriental: José Artigas, à frente do Regimento de Blandengues, e José Rondeau, como enviado especial para percorrer a fronteira e verificar o avanço das tropas portuguesas sobre os territórios limítrofes entre Portugal e Espanha, na banda oriental do rio Uruguai. Talvez a mais ameaçadora das investidas estrangeiras, que teve grande repercussão entre os comandantes portugueses destacados na fronteira com o vice-reinado, tenha sido a que vinha percorrendo a linha do rio Uruguai, um agrupamento militar composto por 1.500 ou 1.700 homens, chefiados por Manoel Belgrano, que deveria unir-se às tropas comandadas por Tomás de Rocamora⁵⁹³ para, juntos, investirem suas forças em direção ao Paraguai.⁵⁹⁴

Das províncias do interior do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata, o Paraguai e a Banda Oriental, representada por Montevidéu e seus vastos campos, mantinham-se fiéis à

⁵⁹² Em uma nota emitida pela Junta de Buenos Aires, datada de 1810, dirigida aos povos do interior do antigo território do Vice-reinado do Rio da Prata, afirmava-se que “no se habia, ni aun siquiera sospechado, que las Provincias de su dependencia opusieran el mas leve impedimento á las interesantes miras que dieron mérito á su instalacion.” Mas garantia, por outro lado, que “no es vuestra sangre por la que claman estas aguerridas huestes, sino por la de los que osadamente se han atravido á sojuzgar vuestra libertad natural.” Dessa forma, tentava-se convencer as províncias interiores da importância do papel da Junta Provisória Governativa naquele cenário. Ver “Los comandantes de la Expedicion Militar Auxiliadora de las Provincias Interiores, a los habitantes de los Pueblos de este Vireynato” in: BNA, TES 3 A 05 3624, Inventário 7256.

⁵⁹³ Nascido na América Central, Rocamora foi para o Rio da Prata junto com o então nomeado governador de Buenos Aires, Juan José de Vértiz, em 1770. Ali permaneceu até o governo, como vice-rei, do próprio Vértiz. Foi então que o vice-rei o enviou ao interior do vice-reinado, para a região entre os rios Paraná e Uruguai, a fim de fazer reconhecimento da área. Seria dele a denominação que o território assumiria a partir de então: Entre Rios. Ali fundou várias povoações para guarnecer os territórios em litígio com Portugal. Em 1807 foi indicado governador de Misiones, que compreendia todo o território até a região próxima ao Paraguai. Faleceu em 1819, em Buenos Aires. Ver mais em BOSCH, Beatriz. *História de Entre Rios*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1991.

⁵⁹⁴ Para isso, verificar diversas correspondências entre dom Diogo de Souza e o conde de Linhares, além dos ofícios e cartas trocadas entre Manuel Marques de Souza, Francisco das Chagas Santos, Bernardo de Velasco e Tomás de Rocamora em ANRJ. “Rio da Prata...”, Cód. 608, vol. 1.

monarquia espanhola. Com isso, rechaçavam a presença da Junta de Buenos Aires e tentavam, a todo custo, manter a integridade dos territórios do rei Fernando VII. Para isso, por volta de setembro de 1810 iniciou-se um bloqueio ao porto de Buenos Aires, criando sérios empecilhos ao comércio marítimo do Rio da Prata.

Logo que a situação começou a se agravar entre os governos de Montevideú (realistas) e de Buenos Aires (patriotas), os ingleses, maiores interessados no comércio com aquelas porções da América Meridional, entraram a fundo na questão. Por intermédio do Lord Strangford, o vice-almirante De Courcy foi enviado especialmente ao Rio da Prata para dar fim à questão. Ressaltava-se que “el Governador y Comandante de la marina de Monte Vídeo se han arrogado el ejercicio de un derecho que solo pertenece al Soberano”. Dessa forma, “convencido de la irregularidad y poca justicia” da medida tomada pelos dirigentes daquela praça, Strangford ordenava que “vm. pase inmediatamente al Rio de la Plata para tomar el mando en aquel Rio y para asegurar alli la libre navegacion a los buques de los vasallos de S.M.”.⁵⁹⁵

Os motivos já apontados para a atitude de Strangford diziam respeito especialmente ao prejuízo que o bloqueio causara ao comércio britânico na região. Diante do impasse e das pressões que sofria dos ingleses residentes em Buenos Aires, o diplomata inglês estava agindo contra seus princípios de aguardar uma ordem superior vinda da Grã-Bretanha para se lançar à ação.⁵⁹⁶

Na corte do Rio de Janeiro, sem dúvidas, a quantidade de informações provenientes do Rio da Prata inundava os dois gabinetes mais envolvidos nas contendas meridionais: da Marinha, comandado por Galvêas, e de Estrangeiros e da Guerra, coordenado por Linhares. Talvez mais o segundo que o primeiro, tinha de trabalhar em várias frentes, já que não era o Prata a única preocupação, pois não podemos esquecer as batalhas que ainda estavam sendo travadas na Europa para livrar Portugal da presença Napoleônica.⁵⁹⁷ Além disso, as

⁵⁹⁵ Correspondência de Lord Strangford ao vice-almirante inglês De Courcy, datada de 2 de outubro de 1810. AGI. “Perjuicios del comercio inglés por bloqueo de Buenos Aires”. Estado, 87, n.7.

⁵⁹⁶ Na mesma correspondência, Strangford declarava-se “extremamente ingnorante de la futura política de mi Gobierno acerca del gran punto que está ahora para decidirse em América.” Ibid.

⁵⁹⁷ Em 19 de novembro de 1810, por exemplo, Strangford enviava um ofício ao irmão, Domingo Antonio de Souza Coutinho, então representante português na corte londrina para que os convencesse de que “o ministério inglês não pode deixar de conhecer a necessidade que tem de conservar Portugal se quer ter hum pé firme no continente, e se quer sustentar Hespanha, que he o systema que mais pode inquietar Bonaparte, e para assim o fazer, he necessário animar os portuguezes, e convencêlos que não há idea de os abandonar”. E, na mesma

dificuldades de outrora, que não permitiam uma relação mais próxima entre os súditos coloniais e a Coroa, foram superadas, pois o poder régio tornou-se tão próximo, tão direto que passar a se dirigir diretamente ao rei ou aos seus ministros ficara muito mais fácil.

Os meses de outubro de novembro, tanto na Capitania do Rio Grande quanto na corte do Rio de Janeiro, serviram para que o governo português fosse aos poucos se definindo por qual atitude tomar. Nesse período, a arregimentação de tropas nas fronteiras meridionais, apesar de todas as dificuldades apontadas por dom Diogo e os comandantes destacados sob seu comando, levaram a uma reavaliação das medidas a serem tomadas.

A princípio, com as ordens de não atacar sob nenhuma hipótese, a evolução dos acontecimentos levava o ministro conde de Linhares a ir alterando seus planos. Notava-se que havia uma situação delicada, que poderia acarretar, na melhor das hipóteses, a perda do território de Missões e, em maior monta, a perda de toda capitania do Rio Grande. Afinal, um ataque conjunto em dois flancos (de sul para norte e de oeste para leste) por colunas militares espanholas que superavam os dois mil homens seria uma catástrofe definitiva para a Coroa portuguesa.

Em 14 de novembro de 1810, a carta de Linhares a dom Diogo para que dispersasse as tropas de Buenos Aires já denotava a preocupação com o território de Missões. Além disso, o auxílio que deveria ser dado a Montevideú, unicamente no caso de este o pedir, serviria, acima de tudo, para demonstrar a legitimidade das ações.⁵⁹⁸ Por outro lado, era uma forma de demonstrar às cortes de Espanha e à Inglaterra que agia em nome da integridade territorial de Fernando VII.

Por trás disso, entretanto, não se perdiam de vista as possibilidades que a entrada das tropas portuguesas na Banda Oriental poderiam proporcionar. Inclusive, talvez fosse pela

correspondência, determinava Linhares que o irmão “persuadas esse ministério, que he indispensavel tomar medidas decisivas a respeito de Buenos-Ayres, cuja Junta desenvolve hum furor ambicioso e revolucionário, qual o da França [e que] S.A.R. não tem outra ambição que não seja a de segurar a tranqüilidade dos seus vassallos, e que só por este motivo he obrigado a tomar huma resolução prompta e decidida [...]” In: *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 154-157.

⁵⁹⁸ Pelo teor da correspondência, podemos notar que a preocupação estava centrada na integridade territorial do soberano, além da necessidade de demonstrar que o primeiro ato de agressão fora impetrado pelo adversário boenairense. Como expõe Linhares, “sendo V.S.^a obrigado a atacar, não de o primeiro golpe, sem que seja decisivo e glorioso para as Nossas Armas, dependendo de um tal successo a futura felicidade das Armas de S.A.R., e o socego e tranqüilidade dos Seos Estados.” In: ANRJ, “Rio da Prata...”, Cód. 608, vol. 1.

causa da princesa Carlota Joaquina que os comandantes das tropas portuguesas pautaram seus primeiros passos. Como vemos em algumas correspondências durante este período, e que se prolongaram até 1811, entronar a princesa do Brasil no Prata era uma possibilidade aludida para que cessassem as dissidências.⁵⁹⁹

No Rio de Janeiro, Linhares atuava de todas as formas para que a legitimidade não prejudicasse as relações que mantinha com a Grã-Bretanha, como registramos. Assim, em 19 de novembro enviou correspondência ao irmão, então creditado como representante português em Londres, para que comunicasse ao governo londrino o seguinte:

A Junta de Buenos Ayres toma todos os caracteres de ferocidade do governo revolucionário francez: Foi S.A.R. servido movido das difficeis e imperiosas circunstancias do momento, e querendo sobre tudo segurar a defeza e futura tranqüilidade dos seus estados, ordenara ao governador e capitão general daquelles seos estados, q' immediatamente fizesse retirar o corpo espanhol q' quer ameaçar o paiz de Missoens, e q' até o atacasse se fosse necessário para o dispersar [...]⁶⁰⁰

Ficaria, dessa maneira, delimitada a ação portuguesa em relação às tropas espanholas na fronteira entre os dois impérios na América Meridional. Evitava-se, assim, uma interpelação da Inglaterra sobre as ações, tendo em vista que tanto a Junta de Buenos Aires poderia recorrer ao socorro inglês quanto os próprios representantes espanhóis podiam fazer crer que fora uma invasão belicosa.

No dia 17 de novembro, Linhares reafirmou a posição da corte portuguesa e ordenou que dom Diogo mantivesse a segurança do território de Missões e auxiliasse os realistas montevidianos.⁶⁰¹ Entretanto, em 31 de dezembro, o governador do Rio Grande registrou, em resposta ao ministro Linhares, que, apesar das disposições régias, não tinha como movimentar nenhum efetivo em prol do auxílio a Montevidéu, pois a situação das forças estacionadas na Capitania era muito delicada.⁶⁰²

⁵⁹⁹ Registra-se em 16 de dezembro de 1810 uma correspondência de dom Diogo ao ministro conde de Linhares na qual traçava um plano para o desembarque da princesa Carlota Joaquina na capitania do Rio Grande, com reforço de tropas e o próprio ministro, num primeiro momento, para demonstrar o interesse da mesma em pacificar as colônias espanholas sob domínio da Coroa espanhola. Ver mais em ANRJ, “Rio da Prata...”, Cód. 608, vol. 1.

⁶⁰⁰ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 161.

⁶⁰¹ ANRJ, op. cit.

⁶⁰² Ibid.

As ações portuguesas na região meridional careciam, então, de uma melhor “aparelhagem” do exército, que ficaria conhecido como Pacificador. Apesar das ações militares em ambos lados da fronteira sulina, especialmente com a aproximação das tropas de Buenos Aires, era difícil saber se a defesa do território português em caso de ataque estrangeiro teria êxito. Aos súditos portugueses restava a confiança depositada no poder real, que conseguiria sanar as dificuldades e impulsionar uma força suficiente para aniquilar os focos rebeldes.

A Espanha, por sua vez, demonstrava total falta de coordenação político-administrativa no tocante aos insistentes pedidos de auxílio enviados desde a América. Estava claramente exposto que suas decisões não contemplavam a real necessidade das colônias. Exemplo disso foi o ínfimo número de reforços militares enviados para Montevidéu no decorrer dos anos, a partir de 1811.⁶⁰³ Inclui-se neste *hall* de decisões o envio de um novo vice-rei ao Prata. Desta vez, Francisco Javier Elío tinha a investidura necessária para suprimir os revoltosos. Entretanto, as disposições da Regência espanhola dadas ao vice-rei antes de seu embarque para a América eram categóricas em afirmar que ele não deveria enfrentar a Junta de Buenos Aires, mas descobrir seus intuitos e tentar convencê-los do contrário.

As experiências anteriores de Elío na porção meridional da América Espanhola já haviam demonstrado que sua atitude nunca fora passiva diante dos fatos, e em seu retorno não poderia ser diferente. Reveria naquelas paragens vários antigos desafetos e, no teatro dos acontecimentos, combatê-los-ia de todas as formas possíveis, pelo que notamos, mesmo que isso implicasse a perda de porção considerável do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata.

As informações trocadas entre os portugueses com a América Meridional tomariam novo foco, tendo em vista a crescente aproximação que Elío acabara tendo com a corte portuguesa, buscando expulsar da Banda Oriental os elementos perniciosos para o governo espanhol. Essa atitude, porém, teria vários desdobramentos, pois a presença estrangeira, como havia ocorrido inicialmente na Europa, quando as tropas francesas adentraram no território espanhol, suscitou imensos dissabores entre Elío, os proprietários rurais do interior da Banda

⁶⁰³ Mais especificamente, foram três as expedições enviadas da península para Montevidéu. Para visualizar as tabelas que apresentam a quantidade de militares enviados a esta cidade, consultar HEREDIA, *Planes españoles para reconquistar hispanoamerica*, p. 79.

Oriental e dirigentes locais, que viam naquela ação uma grande ameaça de conquista por parte de Portugal.

Em Buenos Aires, vários problemas internos à Junta de Maio começavam a aflorar e a seguir caminhos opostos. Exemplo maior disso foi a renúncia de Mariano Moreno ao cargo de secretário da Junta, no final de dezembro de 1810. A partir daí, Cornélio de Saavedra e demais pessoas favoráveis ao seu governo comandariam os viéses políticos, empreendendo a organização de medidas que os livrassem da pressão exercida pelos liberais radicais que partilhavam das idéias de Moreno.

Observamos, ao final do ano de 1810, uma série de elementos comandados por sentimentos há muito tempo suprimidos, que tentavam extravasar por meio de políticas territoriais e de soberania. Falamos, neste caso, do governo da Junta de Buenos Aires, que ainda não conseguia definir o caminho a percorrer em direção aos ideais discutidos durante as sessões do Cabildo, em maio daquele ano. Por outro lado, a situação dos territórios limítrofes era muito diversa: de um lado, aqueles que passariam a seguir as ordens provenientes de Buenos Aires, especialmente a partir do momento em que fossem subjugados pelas forças expedicionárias saídas da capital; de outro, três principais focos de oposição que, via de regra, não conseguiam apoio espanhol nem constituir uma força que pudesse deter o avanço dos rebeldes buenaireses: Paraguai e Banda Oriental.

Assistindo com cautela aos conflituosos problemas enfrentados pelas colônias espanholas na América Meridional, Portugal mantinha-se em constante alerta. Afinal, uma invasão pelo sul e pelo oeste aos domínios do príncipe regente, especialmente na capitania de São Pedro do Rio Grande, poderia decretar o início de uma revolta e a perda daquele espaço. Contra isso, a corte instalada no Rio de Janeiro montara um exército de observação nas linhas imprecisas da fronteira e aguardava o momento oportuno para intervir na questão.

E, apesar de todo estranhamento e revolta que aos poucos ia tomando conta dos realistas espanhóis, acuada em suas estâncias ou pequenas vilas no interior do continente, a Regência espanhola, envolvida na difícil tarefa de libertar o país da perniciosa presença francesa, não conseguia contornar a situação na América. Assim, ficavam abertos os flancos para a ação de grupos que exigiam maior atenção e participação na política metropolitana, além de benefícios econômicos que nunca lhes tinham sido facultados. As miras espanholas e

a falta de preparação de efetivos militares, centrados em território metropolitano acabaram suplantando a importância que teria manter suas colônias, ao mesmo tempo, em segurança.

Analisando-se uma situação em particular, vemos que a ingerência na Banda Oriental, especialmente a partir de agosto de 1810, atuou com particular efeito sobre os ânimos dos “proprietários” que viviam nos campos de Montevideu. No dia 2 desse mês, Joaquín de Soria, então governador da Banda Oriental, havia emitido um decreto, pelo qual exigia a revisão da titulação das terras de toda a Banda Oriental⁶⁰⁴. Contudo, o número de intrusos estabelecidos nas terras do interior inviabilizava tal empresa, visto que boa parte das terras era de propriedade de ricos comerciantes que sequer as conheciam pessoalmente. Além disso, as terras realengas, que pertenciam à Coroa, eram ocupadas por famílias que há muito tempo ali moravam e as cultivavam sem possuírem qualquer forma de título, o que, a sua vista, lhes dava o direito de posse.

Podemos entender que esta atitude do governador não visava a outra coisa senão à arrecadação de tributos que pudessem fazer frente às ameaças de Buenos Aires. Sob o governo de Gaspar de Vigodet, reiterou-se tal disposição, o que agravou ainda mais a falta de apoio por parte dos povoadores da campanha⁶⁰⁵. Este, portanto, pode ter sido um dos atos que impeliriam muitos moradores do interior a perfilar as linhas de combate do general Artigas contra o governo espanhol.

A ação de Portugal, no sentido de suprimir os focos rebeldes, revela-nos que havia dupla preocupação: a primeira, marcada pela tentativa de não deixar que as idéias revolucionárias dos dirigentes platinos encontrassem eco em território português, pois isso poderia acarretar a convulsão interna e o início de uma guerra civil. Em segundo lugar, o interesse em manter a Banda Oriental fiel à Espanha tinha, de fato, um apelo político-econômico, pois levaria tanto a Grã-Bretanha quanto a Espanha, à medida que estivessem liberadas das guerras na Europa, a repensarem os limites entre Portugal e Espanha na América Meridional. Assim, por meio de um possível acordo na redefinição dos limites, ou, ainda, por acordos político-econômicos, Portugal teria o retorno que esperava.

⁶⁰⁴ O referido *bando* registrava que “todos los poseedores de dichos terrenos [...] ocurran por medio del oficial de dicho actuario manifestando los títulos con que los disfrutaban, y los certificados, o documentos de Denuncias, o diligencias que tengan obradas para la compra en el perentorio tiempo de 40 días contados de la fijación de dichos Edictos.” Ver mais em BERAZA, *La economía de la Banda Oriental...* p. 14 ou MACHADO, *Historia de los Orientales*, p. 36-37.

⁶⁰⁵ *Ibid.*, p. 14-15.

3 A ENTRADA DAS TROPAS PORTUGUESAS NA BANDA ORIENTAL EM 1811

No início de janeiro retornava ao Rio da Prata Francisco Javier Elío, que havia recebido ordens da Regência espanhola, em setembro do ano anterior; certamente, então, estavam defasadas em relação aos acontecimentos que se passavam na América. Percebe-se, portanto, não uma desobediência às instruções, mas ações concretas que foram, com o passar do tempo, sendo demandadas pelo cenário que o novo vice-rei encontrara no Rio da Prata, aliadas ao temperamento de um funcionário espanhol obstinado em manter no território americano a soberania espanhola.

Por isso, passamos a analisar as estreitas relações que Elío manteve com a corte do Rio de Janeiro, assim como os ataques que perpetrou contra os sediciosos da própria Banda Oriental do rio Uruguai e contra os revolucionários buenaienses. Como veremos, a eclosão de várias batalhas ao longo do ano de 1811, teriam como fundo, principalmente, as atitudes do vice-rei, que teve de se manter em Montevidéu, até seu retorno à Espanha.

Conforme Heredia⁶⁰⁶, nos últimos dias de janeiro houve várias discussões acerca das disposições que a Regência espanhola deveria tomar diante da situação encontrada em Buenos Aires. Entretanto, faltavam-lhe subsídios que denotassem os reais motivos da insurgência daqueles súditos. Em conclusão a essa situação, o autor aponta que o governo espanhol, implicitamente, reconhecia “la impotencia para remediar la situación”, causada especialmente pelos “vícios o ausencia de información suficiente y clara”, frente a “magnitud creciente de los acontecimientos y un muestruario de los hasta entonces estériles expedientes, actuaciones y consultas que se desgranaban trabajosamente en la máquina burocrática del gobierno.”⁶⁰⁷

No mesmo mês de janeiro, após terem tomado as cidades de Gualeguaychú, Gualeguay e Concepción del Uruguay, em ações iniciadas desde meados de outubro do ano anterior, intensificaram-se os contatos entre as tropas patrióticas e as hostes realistas enviadas até a região de Entre-Rios. Como este era um ponto estratégico de ligação entre um lado e outro do rio Uruguai, Joaquín de Soria, governador da Banda Oriental, havia ordenado, no

⁶⁰⁶ *Planes españoles para reconquistar hispanoamerica*, p. 28-29.

⁶⁰⁷ *Ibid.*, p. 30.

final de setembro de 1810, uma operação conjunta entre José Rondeau, José Artigas e Juan Angel Michelena a fim de expulsar os revolucionários da “mesopotâmia”⁶⁰⁸.

Sabendo da importância desses comandantes, especialmente em relação aos seus conhecimentos acerca do interior da Banda Oriental, além das boas relações que mantinham com a população daquela região, a Junta Governativa de Buenos Aires “intensificó la propaganda revolucionaria” e, por essa razão, enviou aos comandantes “comunicaciones, Gacetas y demás elementos de divulgación revolucionaria”⁶⁰⁹.

De fato, a partir da aproximação de Artigas e Rondeau aos revolucionários portenhos é que se daria início a uma importante alteração no quadro geral das idéias vigentes lançadas a partir de Buenos Aires. Entretanto, vale ressaltar que as divergências dos dois comandantes em relação ao governo realista espanhol iniciaram-se realmente quando Javier Elío aportara em Montevideu, portando o título de vice-rei do Rio da Prata⁶¹⁰.

Artigas, especialmente, já havia se desentendido anteriormente com Elío em sua passagem anterior pela Banda Oriental. Além disso, conforme Beraza, o novo vice-rei caracterizava-se deste modo:

Irreflexivo, terco, apasionado y arbitrário, fué el más activo de los factores que deteminó el alejamiento de la opinión pública platense, de las filas regentistas. Poseído de una altanera arrogancia, despreció el consejo de quienes como el Capitán de Navío José María Salazar y otros fervientes partidarios del régimen, conocían la verdadera situación de la Banda Oriental y oyó, en cambio, la información, halagüeña e interesada, de quienes medraron, siempre, a la sombra protectora del Poder.⁶¹¹

Dessa forma, o ato crucial que levaria o comandante de Blandengues José Artigas a deixar a Banda Oriental fora a declaração de guerra feita por Javier Elío, no dia 12 de fevereiro de 1811, contra Buenos Aires. Por essa declaração, definia-se a atitude do representante do governo espanhol para a região do Rio da Prata:

⁶⁰⁸ A região de Entre-Rios, pertencente à atual República Argentina, também é conhecida como “Mesopotâmia”, pois está situada entre dois grandes rios, que a cortam de norte a sul: o rio Paraná e o rio Uruguai.

⁶⁰⁹ IHGU. *La revolución de 1811 en la Banda Oriental*. Montevideu: Junta Departamental de Montevideo, 1964. p. 24.

⁶¹⁰ O juramento do cargo de vice-rei do Rio da Prata, segundo Augustín Beraza, ocorreu no dia 12 de janeiro de 1811, diante do Cabildo de Montevideu. BERAZA, *La revolución oriental: 1811*, p. 147.

⁶¹¹ *Ibid.*, p. 148.

[...] en uso de las facultades que el Rey me concede, y me autoriza la Ley como Virrey y Capitan General del reino, declaro en nombre de nuestro Augusto Soberano el Sr. D. Fernando VII, y de la nacion, por rebelde y rebolucionario el expresado actual tiranico gobierno de Buenos Aires. Que los individuos que lo componen, y todos los que lleven armas, y otros utiles de guerra para sostenerla, y atacan las que obran baxo la verdadera divisa del estandarte del Rey de España, sean tenidos por traidor a su Rey a su Patria y como tales tratados y juzgados.⁶¹²

Dessa maneira, com uma declaração aberta de guerra, mesmo sem contingentes militares suficientes, com uma economia agonizante e com a certeza de que não conseguiria receber auxílios espanhóis tão cedo, Elío deu prosseguimento à guerra. Para isso, implementou ações no interior da Banda Oriental na tentativa de suprimir os sediciosos. Além disso, autorizou o *Curso*, ou seja, “toda Embarcación del Trafico del Rio que navegue com Patente de la Junta de Buenos Aires, para donde quiera que fuese, será buena presa contando desde el día de la publicacion de esta guerra, al gobierno revolucionario de Buenos Aires.”⁶¹³

José Artigas, então, em 15 de fevereiro de 1811, decidiu desertar do exército espanhol por causa das acusações do brigadeiro Vicente Muelas, indicado por Elío para garantir o controle do porto da colônia do Sacramento, e dirigiu-se a Buenos Aires⁶¹⁴. Sabedora de seu conhecimento e influência no interior daquele território, prontamente a Junta Governativa aceitou o auxílio de José Artigas, graduando-o como tenente-coronel do Exército Patriota da Banda Oriental e segundo-chefe do mesmo exército. José Rondeau, por sua vez, também fora prestar seus serviços à Junta e recebeu o mesmo grau militar. Entretanto, fora chefe interino do exército até a chegada de Manuel Belgrano ao cenário das disputas.⁶¹⁵

Os problemas que Elío supunha enfrentar não seriam nem de perto aquilo para o qual os seus próprios atos o acabaram impelindo. Para verificar essas ações, seguimos valendo-nos das correspondências entre os principais envolvidos nos acontecimentos, verificando, dessa forma, as representações que estes faziam dos acontecimentos aos seus superiores, adversários e partidários, ora desejando cooptá-los às causas que defendiam, ora refutando qualquer tipo de vinculação com tais elementos.

⁶¹² GACETA de Buenos Aires. Tomo II. Año 1811. nº 41. Jueves 21 de Marzo de 1811 apud BERAZA, *La revolución oriental: 1811...* p. 247.

⁶¹³ GACETA de Buenos Aires. Tomo II. Año 1811. nº 37. Jueves 21 de Febrero de 1811 apud Ibid., p. 151.

⁶¹⁴ Ver mais em BERAZA, op. cit. p. 160 e IHGU, *La revolución de 1811...* p. 30-31.

⁶¹⁵ IHGU, *La revolución de 1811...* p. 32.

No Rio de Janeiro, assim como na capitania de São Pedro do Rio Grande, a observação a tudo que se passava no Prata era cada vez mais intensificada. Nota-se essa preocupação pelas correspondências trocadas principalmente entre o conde de Linhares e o governador do Rio Grande, dom Diogo de Souza, mas também com outros comandantes da fronteira, tanto lusa quanto hispano-platina. Ao final de janeiro, por exemplo, Bernardo de Velazco enviara correspondência ao comandante Chagas Santos, na qual registrava:

La sena política, la justicia y la razón exigen que los Portugueses no se muestren indiferentes en la America por una causa en cuya defensa derraman su sangre en la Europa, unidos con los Españoles: considero a la Corte de Brasil penetrada de estas mismas ideas, y que V.S. como oficial de honor la realizará auxiliando con armamento, munisiones y si fuese necesario con tropas al Comandante Cavañas.⁶¹⁶

Evidencia-se que o momento para a corte portuguesa agir, evitando uma perda considerável na América Meridional, era aquele. Com as duas províncias platinas ligadas territorialmente à colônia portuguesa em completo estado de efervescência, a oportunidade de conter o avanço das tropas portenhas e, especialmente, dos seus projetos políticos não poderia tardar.

Os acontecimentos que se processavam nesse ínterim denotavam o escasso apoio que as tropas espanholas possuíam. Exemplo disso foi o evento conhecido como “Grito de Asencio”⁶¹⁷, no qual dois terratenentes que viviam na Banda Oriental rebelaram-se contra as atitudes do vice-rei Elío e iniciaram uma mobilização de efetivos para combater o que havia se tornado pernicioso na região: um governo espanhol desligado das necessidades e vicissitudes dos habitantes locais.

Não cabia aos governantes espanhóis fiéis a Fernando VII, desprovidos de efetivos militares suficientes para barrar as ações da Junta de Buenos Aires, outra medida a não ser recorrer ao poderio militar do Estado português. Mesmo que possamos ver nas tropas direcionadas para as principais áreas de conflito graves problemas de manutenção (soldos atrasados, falta de armamentos, despreparo estratégico, etc.), a ação foi aos poucos tomando o lugar da observação. A tentativa de conseguir melhores condições para as tropas e o aumento

⁶¹⁶ ANRJ, “Rio da Prata...”, Cód. 608, vol. 1. p. 232.

⁶¹⁷ Os dois principais responsáveis pelo Grito de Asencio foram Pedro Viera e outro militar, conhecido como Benavidez. Ao que tudo indica, ambos acabaram se tornando contrários aos projetos artiguistas. Ver mais detalhes em MACHADO, *Historia de los Orientales*, p. 41-45 e também em BERAZA, *La revolución oriental...* p. 161-163, além de IHGU, *La revolución de 1811...* p. 33-34.

dos efetivos permanecia, mas a mobilização para o “auxílio” aos realistas espanhóis passava a ser o objetivo principal.

No princípio de março de 1811, dom Diogo de Souza, em correspondência ao conde de Linhares, pedia que fossem enviados novos praças da capitania de São Paulo para o Rio Grande, tendo em vista os pedidos de auxílio vindos do Paraguai, além do que Elío já contava como certo: o apoio das tropas portuguesas para expulsar os insurgentes de Buenos Aires da Banda Oriental.⁶¹⁸

Com a incorporação de Artigas ao projeto revolucionário de Buenos Aires, os conflitos na Banda Oriental começaram, de fato, a preocupar a corte portuguesa. Foi na tarefa de guarnecer o território do rei que as tropas comandadas por dom Diogo entraram na Banda Oriental em julho de 1811.

Entretanto, ressaltamos que, por meio das correspondências entre os principais envolvidos na questão platina, identificamos as políticas implementadas pela Coroa lusitana. Em março daquele ano, ou mesmo antes, levando-se em consideração a troca de informações entre os comandantes da fronteira com o governador do Rio Grande e, deste, com os ministros conde das Galveas e conde de Linhares, eram indicadas as possibilidades da intervenção portuguesa no Rio da Prata. Uma delas, conforme o próprio dom Diogo, podia ser realizada porque

tudo se consegue facilmente asenhoriando-nos da Fortaleza de S.^{ta} Tereza, da de Maldonado, e da colônia, bloqueando logo depois por terra e por mar com ûa Nau, ûa Fragata e algûas pequenas Embarçaçoens a Prasa de Monte Vídeo, que não tem Tropas para fazer sortidas, e que por falta de mantimentos será obrigada a socombrir em breve tempo.⁶¹⁹

No Rio de Janeiro, onde o número de emigrados e enviados especiais da região do Prata só aumentava, Manuel de Sarratea, comissário da Junta de Buenos Aires, enviou uma carta ao ex-secretário Mariano Moreno, datada de 17 de abril de 1811. Entretanto, Moreno já estava morto nesta data. Na correspondência, porém, notamos a preocupação de Sarratea com o apoio das tropas portuguesas a Elío. Para seu desalento, após ter se encontrado com Lord Strangford, o enviado platino afirmava que “la proteccion y garantia de la Gran Bretaña a

⁶¹⁸ ANRJ, “Rio da Prata...”, Cód. 608, vol. 1. p. 256.

⁶¹⁹ ANRJ, “Rio da Prata...”, Cód. 608, vol. 1. p. 255.

pesar del tratado de integridad de los dominios del rey Fernando, ha sido nula al menos en esta parte del mundo.”⁶²⁰

Um dos comentários da correspondência chama-nos a atenção, pois, mesmo depois de todo o empenho da Junta de Buenos Aires em unificar o território sob o seu governo e iniciar drásticas mudanças num visível plano de reorganização administrativa, Sarratea relata:

Parece al mismo tiempo que una escrupulosidad minuciosa impide aquel gobierno el reconocer los gobiernos populares [...] sin duda calificando de desmembración lo que solo há sido una medida preventiva para ponerse al abrigo de la influencia enemiga, en tan criticas y delicadas circunstancias como los en que se hallaba la España⁶²¹

Por essa assertiva, somos levados a pensar, novamente, que os projetos da Junta Governativa de Buenos Aires eram diversos. Não havia uma clara hegemonia na construção de objetivos a serem alcançados com os meios dos quais dispunham desde a formação da mesma. Logicamente, essa afirmação de Sarratea teria respaldo com determinado grupo participante da Junta, provavelmente ligado a Saavedra, que não desejava modificar a situação vigente. O grupo ligado a Moreno, após a notícia de sua morte, foi cada vez mais alijado do poder.⁶²²

Pelas conversações mantidas por Sarratea no Rio de Janeiro, a Junta foi informada de que o conde de Linhares se mostrara bem disposto a realizar a mediação entre esta e os dissidentes, Velazco e Elío⁶²³. Inicialmente preocupado com os avanços do acordo sobre a mediação entre Inglaterra e a Junta de Buenos Aires, Linhares demonstrou claramente a Lord Strangford as disposições do príncipe regente, informando que este o mandara suspender urgentemente, qualquer ação que tivesse por fim apoiar os realistas de Montevidéu.⁶²⁴

⁶²⁰ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 185.

⁶²¹ *Ibid.*, p. 185.

⁶²² Quebracho, ao analisar os choques ideológicos ocorridos entre os “morenistas” e “saavedristas”, afirma que, ao tentarem formar uma Sociedade Patriótica ou *club*, vários jovens foram presos em Buenos Aires, ao final de 1810. Entretanto, como não adiantou, outras medidas foram tomadas entre 5 e 6 de abril de 1811, para que fossem dispersos os grupos contrários a Saavedra. Dentre essas medidas, por exemplo, exigiu-se o afastamento dos “morenistas” que ainda participavam da Junta e o pedido de explicações a Belgrano sobre a derrota sofrida no Paraguai. QUEBRACHO, *Subamérica...* p. 194-201.

⁶²³ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 194.

⁶²⁴ Linhares informava a Lord Strangford, em 22 de abril, que “acabo agora de expedir ao governador e capitão general do Rio Grande as reaes ordens, para que não dê socorro algum ao vice rey, e governadores espanhoes, em quanto não recebêr as ulteriores determinações de S.A.R. a tal respeito.” *Ibid.*, p. 195.

Datada de 30 de maio de 1811, em uma cópia conseguida pela princesa Carlota da correspondência emitida por Linhares ao governador dom Diogo de Souza, estavam definidas algumas medidas que deveriam ser tomadas para dirimir as hostilidades entre Buenos Aires e a Banda Oriental. Nesta frisava-se:

Levando V.S.^a a maior força da sua Tropa para a Fronteira de Rio Grande e deixando só em Missoens a que julgar necessária para cobrir a Fronteira daquelle lado, que V.S.^a faça logo saber ao Vice-Rey Elio que lhe há de ter pedido socorro de Tropas, que fiquem as suas ordens, que este socorro não o pode dar, visto que elle tem indisposto o animo de S.A.R. com os seos mal fundados ciúmes, e com o seo comportamento injusto para os Portugueses; mas que S.A.R. [...] querendo evitar que se julgue que deixa de socorrer ao seo aliado em cazo tão apertado, [...] propõem a sua mediação junto de S.M.C e das Cortes, [...]⁶²⁵

Constatamos, portanto, que, mesmo que Elio tenha demonstrado certa inconformidade com o que Portugal exigia em relação ao tratamento dado a seus vassallos, a mediação entre Elío e a Junta de Buenos Aires declarada pelo governo português seria levada adiante. Porém, seria mediante o cumprimento dos acordos entre ambos que o príncipe regente tomaria tal medida. Assim, caso Elío fosse atacado pela Junta de Buenos Aires, “então S.A.R. authoriza ao seo Governador e Capitão General do Rio Grande para que dê ao Vice-Rey Elio todo o socorro de que possa necessitar para fazer cessar a insurreição, e levantamento dos Povos aquém do Uruguay”⁶²⁶.

De todo modo, ao emitir esse comunicado, vale ressaltar um dos pontos mais interessantes da correspondência, na qual o conde de Linhares declara que S.A.R. “não quer adiantar os seos limites de hum só palmo de terra, e só para o fim de conseguir o restabelecimento da tranqüilidade dos Vassallos de hum Vizinho e Alliado”⁶²⁷.

Entretanto, talvez pela demora da correspondência chegar ao seu destino, a situação já parecia incontornável, pendendo a balança para o lado de Elío, que já estava praticamente ilhado em Montevideú, desde que as tropas comandadas por Artigas, em 18 de maio, tinham vencido a batalha de Las Piedras, região próxima àquela cidade, contra as tropas realistas que tentavam defender o governo espanhol.

⁶²⁵ AGI. “Sucesos de Buenos Aires y actuación de los portugueses”. Estado, 87, n. 38 (2).

⁶²⁶ Ibid.

⁶²⁷ Ibid.

No mesmo sentido dessas declarações por parte do conde de Linhares, existem correspondências enviadas num mesmo pacote pela princesa Carlota às Cortes espanholas reunidas em Cádiz. Vários documentos, incluindo duas declarações da própria princesa, cartas oficiais entre o governo português, o vice-rei, o governador do Rio Grande e a Junta de Buenos Aires, foram incluídos nessa seleção. Sem dúvidas, o intuito da princesa era reclamar os seus eventuais direitos à Coroa espanhola.

Em declaração datada do mesmo dia que a correspondência supracitada, Carlota registrava que “el ministro de Inglaterra Lord Strangford gobierna al conde de Linhares, y que este gobierna el Príncipe.”⁶²⁸ Além disso, deixando explicitamente declarado seu posicionamento em relação aos acontecimentos que envolviam os domínios espanhóis, a princesa declarava que “á la sombra de mis eventuales derechos á la Corona de España podrán cometer algun atentado contra la banda Oriental del Rio de la Plata; pero si tal sucede, créed, que nunca será com mi consentimiento, ni teniendo yo parte alguna em tan injusta pretension.”⁶²⁹ Era na perspectiva de conseguir convencer as cortes espanholas da sua isenção em relação aos atos do marido que Carlota lhes enviava tamanha monta de documentos. Todavia, ao mesmo tempo que tentava incriminar a corte portuguesa em relação ao avanço militar em direção às possessões espanholas na América Meridional, acabava demonstrando que nada era obrado sem contar com a legitimidade necessária para uma empresa desse porte.

Vale ressaltar, entretanto, uma passagem, dentre as muitas correspondências encontradas no Arquivo General de Índias, na qual o presidente da Junta Governativa Espanhola, Eusébio Bardaxi y Azara, afirmava: “Comparados estos documentos con los anteriores ofrecimientos restula alg.^a contradiccion en la conducta de la Corte del Brasil dimanada sin duda de la diversidad de circunstancias.”⁶³⁰

Sem dúvida, as contingências e a urgência de uma solução no período em questão (a correspondência é datada de 1 de setembro de 1811) podiam causar tais contradições. Ao que tudo indica, apesar das insistentes correspondências ao ministro dom Rodrigo para que se enviasse a princesa Carlota ao Prata, uma intervenção bélica só passou a ter lugar nas iniciativas portuguesas a partir da exacerbação das ações da Junta de Buenos Aires. De fato,

⁶²⁸ AGI. “Sucesos de Buenos Aires y actuación de los portugueses”. Estado, 87, n. 38.

⁶²⁹ Ibidem.

⁶³⁰ Ibidem.

no momento em que as tropas daquela capital acercaram-se das fronteiras portuguesas houve uma mudança no foco dado pelo Gabinete português à América espanhola.

Entretanto, essas podiam, por outra via, estar exatamente de acordo com a intenção da Coroa portuguesa, visto que não era propício tentar qualquer ação objetiva que envolvesse diretamente a princesa ou dom Pedro Carlos. Seria preciso, portanto, pacificar os ânimos da América Meridional para que as tentativas de intervir no Rio da Prata, por meio da Regência da irmã de Fernando VII, não sofresse qualquer retrocesso quando fosse implantada.

Para discutir o assunto, tendo em vista também as outras correspondências enviadas e a pressão exercida pelo representante português na Espanha, dom Pedro de Sousa Holstein, foi criada uma comissão para avaliar tais medidas. A resposta, encontrada no mesmo maço de documentos, demonstra que a Espanha, mesmo tendo preocupação com tais ações, não tinha meios para deter o avanço das tropas portuguesas ou patriotas.

Uma correspondência de Lord Strangford ao ministro Linhares também denota que a Grã-Bretanha, interessada em uma saída que lhe pudesse ser conveniente, reclamava a intromissão da Coroa portuguesa em uma empresa da qual não fora convidada. O ministro inglês, provavelmente, percebia que os interesses da Coroa portuguesa, mas, sobretudo, os métodos utilizados por ela para tecer os acordos que desejava poderiam causar certos entraves à consolidação da Grã-Bretanha como mediadora dos conflitos entre espanhóis e revolucionários na Bacia do Rio da Prata e a conseqüente primazia política e econômica que teria desse momento em diante.⁶³¹

Entre junho e setembro de 1811 as relações diplomáticas entre as quatro partes envolvidas nas disputas platinas (Portugal, Espanha, Junta de Buenos Aires e Grã-Bretanha) acirraram-se de tal forma que as declarações quase sempre estavam acompanhadas por mensagens subliminares de ameaças. Os pontos nevrálgicos dessas discussões, ao invés de partirem para além-mar, a fim de terem apreciação da Junta espanhola, centravam-se no Rio de Janeiro e em Buenos Aires.

⁶³¹ Em correspondência de Lord Strangford ao conde de Linhares, em 7 de julho de 1811, aquele afirmava que a corte do Brasil, insistindo na mediação entre Buenos Aires e Montevideú, seria responsabilizada por qualquer revés dado nas negociações empreendidas pela Grã-Bretanha para pacificação da porção meridional da América. AGI. "Sucesos de Buenos Aires y actuación de los portugueses". Estado, 87, n. 38. (doc. 12)

Podemos perceber essas agressivas relações entre ambos os lados da contenda por meio de uma correspondência de 3 de agosto de 1811, entre o general Rondeau, representante da Junta de Buenos Aires em território oriental, e o general português dom Diogo de Sousa. Nesta, o primeiro afirmava que “Si V.E. huviera tenido la bondad de instruir una negociacion diplomática antes de dar un paso tan abanzado, estaríamos sin duda libres de contextaciones.” E ressaltava que, em razão de a Junta Governativa estar de acordo com o que lhe fora confiado pelos habitantes de sua jurisdição, acreditava no aceite à mediação proposta pelo príncipe regente; logo, poderia suspender “la marcha de su exercito hasta la resolucion”, tendo presente que, à medida que avançassem as hostilidades, “sabrán resistir con energia las armas victoriosas de la Pátria”⁶³².

Uma tentativa de conciliação entre os governos de Buenos Aires e Montevideú deu-se nos primeiros dias de setembro. Entretanto, como observamos em uma *Gazeta Extraordinária de Montevideú*, publicada no dia 16 daquele mês, os termos propostos pelos representantes enviados pelo vice-rei Elío, especialmente aquelas que legavam a culpa da guerra civil à Junta de Buenos Aires, não foram aceitas pelos representantes da Junta. Assim, em 12 de setembro de 1811 foram reiteradas, pelo próprio vice-rei, as hostilidades entre os dois governos.⁶³³

Em virtude da tentativa de garantir e aumentar o território de abrangência do poder político autônomo que passou a ter desde maio de 1810, a Junta de Buenos Aires estava implicada em praticamente todas as direções. No Alto Peru, por exemplo, o exército comandado por Juan José Castelli, perdeu a batalha da Huaqui (ou Guaqui) para as tropas realistas comandadas por Goyeneche. Isso fez com que a política moderada de Saavedra, apesar dos ataques perpetrados contra radicais, ainda em abril, fosse seriamente abalada.⁶³⁴

Como a saída inicial da Junta, quando havia problemas em combate, era enviar para a frente de batalha seus principais coordenadores, uma das saídas encontradas para manter as intenções de conquista do Alto Peru foi enviar o próprio Cornélio de Saavedra ao teatro da guerra. Como se podia esperar, o governo de Buenos Aires passaria às mãos de outro representante. Entretanto, após um breve governo interino de Domingo Matheu,

⁶³² *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 222.

⁶³³ Ao final da *Gazeta Extraordinária*, o vice-rei Elío, em ofício bastante inflamado contra as decisões da deputação enviada por Buenos Aires, registrava que estes tinham dado “la prueba mas convincente de que buscan vuestro exterminio quando deberian proporcionaros todos los medios de impedir ulteriores males, y de hacerlos asequibles mayores bienes”. In: *Ibid.*, p. 394.

⁶³⁴ Ver mais em QUEBRACHO, *Subamerica*, p. 197-201.

interessantemente nascido na Espanha, mas colaborador direto das proclamações de maio de 1810, em reunião da Junta Provisional decidiu-se pela organização de um governo triplo.

Na proclamação emitida dois dias após a decisão, publicada na *Gazeta de Buenos Aires*, os representantes da Junta afirmavam que esse novo governo era erigido por “consideración á la celeridad, y energia com que deben girar los negocios de la patria, y las trabas, que ofrecen al efecto, la multitud de los vocales, por la variedad de opiniones”.⁶³⁵ Com esse ato, acreditavam poder manter o foco das decisões do governo, constituindo-se em Junta Conservadora a reunião dos deputados eleitos nos “pueblos y provincias, en consorcio de los dos suplentes que eligirá esta capital”⁶³⁶. Vemos, portanto, uma tentativa de convencer os moradores de Buenos Aires de que a formação do novo governo dava-se em função da manutenção do bem comum, por meio da representação eleita pelos proprietários, que expressariam o desejo geral da população.

Iniciado em 23 de setembro de 1811, o Primeiro Triunvirato era presidido, inicialmente, por Feliciano Antonio Chiclana, Manuel de Sarratea e Juan José Paso. Assim, em meio às batalhas travadas nas mais diversas direções, o novo governo deveria procurar uma solução para o conturbado momento vivido pelos revolucionários buenairenses que não esperavam, como podemos perceber pelas correspondências pessoais dos envolvidos, uma dificuldade tão grande em vencer os obstáculos para a consolidação de uma nova realidade para o Rio da Prata.

Esses obstáculos, sem dúvida, estavam diretamente ligados à corte portuguesa, pois era, senão a maior, a barreira mais próxima ao centro das decisões platinas. As ações da Coroa portuguesa extrapolavam, naquele momento, com as tropas portuguesas em território espanhol, os limites do seu Estado. E neste ponto estavam centradas as principais discussões do governo espanhol e, especialmente, da Junta de Buenos Aires.

Além disso, era grande a preocupação do novo governo das Províncias Unidas del Rio de la Plata com o envio de auxílios da Espanha para Montevidéu. Nesse sentido, dom Manuel Ciceron, alferes da Marinha espanhola, informava a Manuel de Sarratea que “poseídos del proyecto serio de dominar á toda costa à los Americanos, no perderán los Peninsulares las

⁶³⁵ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 419.

⁶³⁶ *Ibid.*

mas minima ocasion de preparar las vias [...] mientras Montevideo sea el apoyo de sus pretensiones, y el fundam.^{to} de sus esperanzas.⁶³⁷

No campo da batalha travada entre a Junta de Buenos Aires e as tropas portuguesas que auxiliavam os esparsos regimentos destacados por Elío no interior da Banda Oriental, as investidas centravam-se em dois eixos principais: o extremo sul da Capitania do Rio Grande, próximo à Lagoa Mirim, onde estavam concentrados os principais contingentes portugueses; e no oeste, abaixo do rio Ibicuí, para que os portugueses não fossem surpreendidos pelo flanco direito.⁶³⁸

Notamos por ofício do capitão de uma partida portuguesa, datado de 1º de outubro de 1811, sobre os combates travados naquele período, a superioridade das tropas luso-brasileiras em relação às de Buenos Aires. Naquela ocasião, por exemplo, próximo ao arroio Olimar, praticamente na metade do caminho que ligava o forte de Santa Tecla a Montevideu, na porção leste da Banda Oriental, foram aprisionados o capitão dom Ramon Vilha de Moura [sic] e a maior parte dos soldados sob seu comando.⁶³⁹

Não havia dúvidas de que o exército português era o fiel da balança entre o frágil governo de Elío, cercado e circunscrito praticamente apenas a Montevideu, e as tropas de Buenos Aires, que contavam com auxílio de José Artigas. Era este personagem, exímio conhecedor das paragens orientais que, principalmente a partir do armistício celebrado em outubro entre Elío e o governo buenairense, seria um dos principais interessados numa solução libertadora para toda a Banda Oriental.

Talvez, entretanto, pela iniciativa do governador da capitania de São Pedro dom Diogo de Sousa, demonstrando interesse em intervir diretamente nos acordos que seriam entabulados entre os governos de Buenos Aires e Montevideu, por meio de uma correspondência

⁶³⁷ AGN, Sala IX, Documentos de Gobierno (Administrativos y militares). Consulado de Buenos Aires – Expedientes 1803-1816 [LEG.6 N.2].

⁶³⁸ No dia 11 de setembro de 1811, dom Benito Chain, comandante das tropas espanholas destacadas em Paysandú, enviara correspondência ao governador da capitania do Rio Grande, pedindo que o auxiliasse “con alguna tropa, y a lo menos providenciar que las partidas de la costa d’el Rio Negro se adelanten hasta los pasos de Bera Yapeyu donde tengo mis abanzadas a fin de que operemos de acuerdo”. *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 264.

⁶³⁹ No referido ofício, endereçado ao “Comendador Contucci”, Manoel Joaquim de Carvalho registrava os nomes de todos os prisioneiros, além dos portugueses feridos e mortos e a listagem dos armamentos tomados do inimigo, ressaltando ao final que “forão tratados com a humanidade q. V.S. tanto me recomendou”. *Ibid.*, p. 321.

reservada ao vice-rei, em 12 de outubro, é que Elío passara a desconfiar dos verdadeiros desejos deste militar. As decisões da própria Coroa portuguesa tornavam-se nebulosas para o vice-rei, tendo em vista que se podem encontrar várias correspondências de Elío com a princesa Carlota e com o marquês de Casa-Irujo, provavelmente na tentativa de descobrir os verdadeiros intuitos da política bragantina em relação ao Rio da Prata.

Analisando uma correspondência de dom Diogo de Souza ao vice-rei Elío, datada de 12 de outubro, em resposta a dois ofícios anteriores enviados por este último, nota-se a preocupação de Elío no sentido da política adotada por Portugal. O governador do Rio Grande, naquela ocasião, afirmava que deveria ser mais bem informado sobre os passos dados até aquele momento em relação às conversações em torno de um armistício entre Buenos Aires e Montevideú. Declarava, nesse sentido, que passaria “a Maldonado, e ali, esperarei dentro em dez dias resposta categórica de V.Exa. de acordo com a Junta relativamente a esta minha rezulção.”⁶⁴⁰

Talvez espantado pelas considerações ásperas do governador português, dizia o vice-rei Elío ao ministro espanhol no Rio de Janeiro, marquês de Casa-Irujo, em 18 de outubro de 1811:

En estas circunstancias me va siendo ya de algun embarazo la conducta e ideas que descubre el General Sousa, y [sirvo] compare V.E. la lentitud y morosidad que ha empleado en su proximacion, y la actividad que ha manifestado de querer atacar y perseguir a las fuerzas de Buenos Ayres quando ellas se van retirando, y que se teme que vayan las tropas que han marchado daqui a atacar los Pueblos de Misiones; pero esta es una sospecha muy fuera de razón.⁶⁴¹

Como veremos em correspondências posteriores do próprio general dom Diogo, a questão em voga era a possibilidade de que as tropas de José Artigas invadissem o território de Missões. Correspondências do comandante Francisco das Chagas Santos ainda em agosto daquele ano já indicavam tal possibilidade, pois registrava que “no povo de Santo Thomé se estão fazendo, e concertando quartéis”⁶⁴².

⁶⁴⁰ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 321. Sendo que a mesma correspondência pode ser encontrada em AHI, Lata 201, pasta 8, maço 4.

⁶⁴¹ AGI. “Javier Elío sobre estado de aquel virreinato”. Estado, 80, n. 112.

⁶⁴² *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 271.

Em 13 de outubro, antes de enviar nova resposta ao vice-rei Elío, dom Diogo afirmava ao ministro conde de Linhares que o ministro Casa-Irujo mantinha firme a intriga para que Elío se contentasse com “condisoens que em outros tempos recuzara”. Além disso, acreditava que o exército de Buenos Aires, assim que saísse dos territórios da Banda Oriental, sem sofrer desfalques, “vão reforsar o exercito contra o Peru [...] ou se lansem a invadir Misoens, ou Mato-Groso”⁶⁴³.

Já no dia 18, ao saber das condições impostas por ambos os lados para o armistício entre Buenos Aires e Montevideú, dom Diogo enviou novo ofício ao vice-rei Elío, afirmando, categoricamente, seu repúdio a qualquer decisão que não fosse acordada entre ele, a corte do Rio de Janeiro e os dois governos platinos. Ao finalizar a correspondência, o ataque a Elío passava a ser direto, afirmando: “Eu me proponho a tomar as disposiçoens necessárias p.^a sustentar esta firme resolução contra quem a ella se oposer directa, ou indirectamente”⁶⁴⁴.

Dessa forma, provavelmente receoso com o fim que tudo isso podia acarretar, o vice-rei Elío celebrou um acordo de armistício com o governo de Buenos Aires em 20 de outubro. Neste acordo, bastante simples, consideradas as devidas proporções das dissidências do período, podemos perceber já no primeiro artigo, ao declarar lealdade ao rei Fernando VII, a clara intenção de garantir para a monarquia espanhola a manutenção de suas colônias. Além disso, ficava estipulado:

ART VII – Los pueblos del Arroyo de la China, Gualaguay y Gualaguaiichú situados en Entre Rios quedarán de la propia suerte sujetos al gobierno del Excmo Señor Virey y al de la Excma Junta los demas pueblos; no pudiendo entrar jamas en aquella provincia ó distrito tropas de uno de los dos gobiernos, sin previa anuencia del otro.⁶⁴⁵

Portanto, neste pequeno trecho notamos que o esforço historiográfico, por um lado, e os discursos dos governos constituídos posteriormente, por outro, não são válidos em suas afirmações acerca da preexistência de uma fronteira e, conseqüentemente, de uma identidade oriental ou argentina.⁶⁴⁶ Isso fica claro ao delimitar não o rio Uruguai como divisa entre os

⁶⁴³ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1963. p. 353.

⁶⁴⁴ AHI, Lata 201, pasta 8, maço 4.

⁶⁴⁵ Para consultar este tratado e farta documentação referente à Portugal, Brasil e países limítrofes, verificar SILVA, João Manuel Pereira da. *Historia da fundação do imperio brasileiro*. Rio de Janeiro, B.L. Garnier; Pariz, Augusto Durand, 1865. p. 307.

⁶⁴⁶ Muitos autores, especialmente entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX, desenvolveram análises acerca da questão identitária e nacional, geralmente para consolidar uma “unidade

territórios sob o governo do vice-rei e da Junta, mas os povoados que estavam do lado ocidental do rio. O que ocorria de fato era uma divisão meramente acertada no tratado, reafirmando a artificialidade das delimitações fronteiras na porção meridional da América, especialmente entre os então nascentes Estados hispano-americanos.

Cabe destacar que o comércio, voltando-se, portanto, aos motivos que remeteriam este tratado diretamente aos interesses da Coroa britânica seria garantido, como apontavam os artigos XV e XVI⁶⁴⁷. Nesse sentido, comenta Quebracho:

Las medidas gubernativas del Triunvirato, del que era secretario y figura principal Bernardino Rivadavia fueron drásticas y conminatorias [...] adoptó determinaciones que favorecieron exclusivamente al comercio inglés, contra los intereses locales, por lo que la Cámara de Comercio Británica [...] pasó a ser el centro directivo de todos sus actos.⁶⁴⁸

Manchester, em sua obra, sugere que foi por pressão de Lord Strangford, preocupado com o estancamento do comércio inglês no Prata, que se celebrou o acordo tão rapidamente, pois era preciso liberar o porto de Buenos Aires do bloqueio perpetrado pela esquadra espanhola de Montevideu. Salazar, o comandante que a dirigia até então, e um dos principais responsáveis pelas informações enviadas para a Espanha, voltava ao reino levando consigo importantes detalhes sobre as ações que deveriam ser tomadas para a manutenção daquela porção do império espanhol.

nacional”, promovendo uma vinculação direta entre Estado e Nação. Em relação à região do Rio da Prata, podemos ver uma forte influência, sentida até hoje, nos programas de ensino da Argentina e do Uruguai, de autores que acreditavam na nacionalidade que precedia o Estado, que impulsionara a transformação de uma sociedade atrelada a um Estado opressor (Espanha), em uma sociedade voltada para seus próprios valores. Pode-se destacar na Argentina as obras de Bartolomé Mitre, como *Belgrano* ou *História de San Martín*, nas quais demonstrava sua crença na “nacionalidade em construção” durante o período das independências, ou de Ricardo Levene, em sua *História das Américas* de 14 volumes, nos quais advoga por uma preexistência do sentimento nacional, ou ainda da dicotomia civilização/barbárie no cerne da questão nacional argentina, como em *Facundo*, de Domingo Faustino Sarmiento. No caso uruguaio a historiografia mostrou-se relativamente mais coesa no discurso sobre a nacionalidade, tendo em Pivel Devoto, com *La independencia nacional*, ou Francisco Bauzá, em *Historia de la dominación española en el Uruguay*, tido como uma das obras chaves do “sentido da nacionalidade uruguaia”, a definição do papel central em Artigas, ou ainda, nas etnias charruas, o sentimento pela região delimitada pelo rio Uruguai.

⁶⁴⁷ Estes dois artigos estipulavam: “Se restablecerá enteramente como se hallaba ántes de las actuales desavenencias la comunicacion correspondencia y comercio por tierra y por mar entre Buenos Aires y Montevideo y sus respectivas dependências”, além disso, ficava disposto que “En consecuencia del antecedente articulo todo buque nacional ó extranjero podrá libremente entrar en los puertos de uno y otro territorio pagando respectivamente en ellos los correspondientes reales derechos conforme á fin arreglo particular que se acordará entre los citados gobiernos.” In: SILVA, *Historia da fundação do imperio brasileiro*, p. 308-309.

⁶⁴⁸ QUEBRACHO, *Subamerica*, p. 217-218.

Não seriam de todo errôneas, portanto, as considerações do conde das Galveias, meses depois, quando estava sendo resolvida a retirada das tropas portuguesas dos territórios espanhóis, ao ressaltar que a “conhecida ligeireza de lord Strangford faz com q’ as vezes não dé aos negócios aquelle peso e seriedade que merecem, mas quando se trata dos negocios da sua Corte he bem deferente o estilo com q’ os prosegue”⁶⁴⁹.

As hostilidades, mesmo depois do armistício de outubro, não cessariam. O retorno do vice-rei Francisco Javier Elío para a Espanha, em meados de novembro de 1811, a importância de se garantirem as fronteiras portuguesas ao mesmo tempo que a soberania espanhola sobre as colônias americanas foram os motivos que levaram à continuidade das ameaças e ataques. O *status quo* que procurava ser mantido com o acordo celebrado em outubro não duraria muito tempo.

Grande parte disso devia-se, especialmente, às ações de José Gervásio Artigas que, sendo enviado pela Junta Governativa das Províncias Unidas do Rio da Prata como tenente governador do departamento de Yapeyu, acabou levando consigo várias famílias que residiam na Banda Oriental do rio Uruguai.⁶⁵⁰ Variadas foram as interpretações em torno do episódio, muitas vezes descrito em tom bíblico como o “êxodo do povo oriental”⁶⁵¹. Assim, Artigas acabou arregimentando um grande exército dentre aqueles que o seguiram e que fariam diferença nas operações levadas adiante para recuperar a Banda Oriental.

Em dezembro, com os ataques entre portugueses, patricios e orientais, reconhecidos no Rio de Janeiro pelas correspondências e gazetas vindas da região do Rio da Prata, o ministro dom Rodrigo, ao mesmo tempo em que garantia a vontade do príncipe regente em “mostrar à S.M.C. e á Monarquia Hespanhola os sinceros desejos que tinha de concorrer para a

⁶⁴⁹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio III (1812-1815). Buenos Aires: AGN, 1964. p. 87.

⁶⁵⁰ Ressalta-se que nas correspondências de Artigas tem-se a idéia de que as pessoas foram se unindo espontaneamente à marcha empreendida em direção ao rio Uruguai. O próprio Artigas, em 3 de novembro de 1811, afirmava: “Todo individuo que quiera seguirme, hágalo, uniéndose a U. [Mariano Vera] para pasar a Paysandú, luego que yo me aproxime a ese punto. No quiero que persona alguna venga forzada. Todos voluntariamente deben empeñarse en su libertad. Quien no lo quiera deseará permanecer esclavo!!!” In: IHGU. *La revolución de 1811...*, p. 24. Nesse aspecto, as interpretações historiográficas foram bastante variadas, especialmente divididas entre os defensores de Artigas, geralmente autores uruguaios, e aqueles que rechaçaram veementemente as ações adotadas por aquele personagem. Uma breve análise destes autores pode ser encontrada em MACHADO, *Historia de los Orientales*, p. 48-50.

⁶⁵¹ Essa definição foi cunhada, inicialmente, por FRIGEIRO, Clemente L. *Artigas: documentos justificativos*. Montevideu, 1886, e acabou sendo anexada ao vocabulário e à historiografia referente à Banda Oriental, legando a Artigas uma definição de mártir salvador e condutor das massas que buscavam liberdade do jugo espanhol.

conservação e integridade dos Direitos de S.M.C. e da Monarquia Hespanholas”, ao representante espanhol marquês de Casa-Irujo pedia que

se reconheça pela Governo de Montevideo e Buenos Ayres a justiça com que S.A.R. Mandou **entrar as suas tropas** e que á presença das mesmas se deveo a pacificação, que acaba de affectuar-se, e que se obriguem os Governos de Montevideo e Buenos Ayres á não tentar de facto aggressão alguma contra os territórios e domínios de S.A.R., **salvo por ordem expressa da Regência de Hespanha.**⁶⁵²

Interessantemente, a última ressalva deste pedido é uma possibilidade aberta ao ataque por ordem da Regência espanhola. Entretanto, a própria postura de reconhecimento requisitada pelo conde de Linhares ao ministro espanhol serviria para mostrar ao governo da Espanha justamente a legitimidade das ações da Coroa portuguesa em prol da manutenção da monarquia vizinha. Vale ressaltar, nesse sentido, a cuidadosa utilização dos termos “entrar”, “entrada” e “pacificação” nos registros e correspondências portuguesas, pois era preciso passar uma idéia diametralmente oposta às palavras do tipo “invasão” e “agressão”.

A princesa Carlota, por sua vez, não cessava de manifestar seu repúdio às atitudes de Portugal e enviava seguidas correspondências à Espanha e a Montevideú, para o então governador Gaspar de Vigodet. Era na tentativa de suprimir a todo custo as dissidências causadas por Buenos Aires que Carlota exigia uma tomada de ação drástica. Em virtude desses pedidos, e orientado pelo governo espanhol, Vigodet informava à princesa que não tinha autorização nem, menos ainda, meios para perpetrar tais movimentos contra Buenos Aires. O que de fato ocorria, apesar das ordens contrárias enviadas pela Regência espanhola, era o que, por várias vezes, foi requisitado pelo então governador da praça de Montevideú no transcurso do ano de 1812, ou seja, a manutenção das tropas portuguesas em território espanhol. Em abril de 1812, Vigodet argumentava ao ministro Casa-Irujo que as tropas portuguesas ainda se faziam necessárias, pois, passados os equívocos sobre a atuação da mesma no ano anterior, as tropas comandadas por Diogo de Sousa barravam as investidas das tropas de Buenos Aires.⁶⁵³

Enquanto isso, no teatro da guerra, ou melhor, nos campos de Montevideú, as ações de um lado e outro permaneciam em constante estado de tensão. Em 14 de fevereiro, por notícia

⁶⁵² Carta do conde de Linhares ao marquês de Casa-Irujo, redigida em 1º de dezembro de 1811. AHI, Lata 176, maço 2, pasta 1. [Grifos nossos]

⁶⁵³ AGI. “Retirada del ejército portugués de la Banda Oriental”. Estado, 81, n.52, ou ainda, em arquivo separado, outra correspondência da mesma data, em AGI. “Permanencia de tropas portuguesas”. Estado, 79, n. 58.

de dom José Silva, Artigas soube que quatrocentos dragões, comandados por Manoel dos Santos Pedroso, estariam acampados próximo ao Jarau.⁶⁵⁴ Artigas, a esse tempo, também recebera notícias de que importantes destacamentos do exército português na Banda Oriental estavam diante de Maldonado, Minas e Catupá. Tinha conhecimento, todavia, das colunas portuguesas que marchavam para oeste a fim de batê-lo em seu acampamento, próximo ao rio Ayui, na costa do rio Uruguai, onde havia se estabelecido com todas as famílias que o haviam acompanhado no “êxodo”.

Percebendo o poder de Artigas sobre seus seguidores e as pequenas, mas contínuas diferenças deste com a Junta de governo durante o ano anterior, o governo das Províncias Unidas notava a importância de garantir a adesão daqueles regimentos aos seus projetos. Em 27 de abril de 1812, mesmo assim, o governo das Províncias Unidas do Rio da Prata ordenava a Artigas que passasse o rio Uruguai para reunir forças, a não ser que soubesse do estacionamento da marcha das tropas portuguesas.⁶⁵⁵ O então eleito presidente do Triunvirato, Manuel de Sarratea, iria para a região no outro dia, portanto, 28 de abril de 1812. Contudo, desse encontro não resultariam bons resultados, pois ambos não conseguiriam chegar a um acordo sobre a melhor forma de guarnecer as fronteiras sob seus cuidados.

Em Buenos Aires, por outro lado, fortaleciam-se alguns setores que, reunidos numa Sociedade Patriótica, propugnavam garantir e difundir as conquistas alcançadas desde 1810. A preocupação, sem dúvida, era fazer frente aos insucessos militares ocorridos nos dois pólos de ação do governo, o Alto Peru e Montevideu, por meio de ações políticas na capital que não gerassem mais crises no seio do poder.

Enquanto isso, na corte do Rio de Janeiro, com o falecimento do conde de Linhares, em janeiro de 1812, o conde das Galveias, já velho e adoentado, tentava garantir os interesses portugueses na América Meridional. Para isso, comunicava-se constantemente com Lord Strangford, tendo em vista os fatos ocorridos na Europa e, além disso, para manter-se informado acerca das decisões da Coroa Britânica para a região do Rio da Prata.

⁶⁵⁴ AGN, Sala X, Sitio de Montevideo y Guerra contra los portugueses. Correspondencia con Artigas, Sarratea y Rondeau y entre si (1813 ag. a nov.) Correspondencia de Artigas (1811-1813) [1.5.12]

⁶⁵⁵ “A este fin à determinado al Gov.^{no} prevenir à V.S. se pase el Uruguay, a no ser q.^e se sepa de positivo q.^e los Portugueses se han estacionado en algun punto, y marcha en retirada si fuese preciso con dirección ala bajada, con el objeto de concentrar las fuerzas q.^e están en marcha, y las q.^e están por salir de un dia à otro, y volver yà reunidos sobre el exto. enemigo, destruirlo sin el peligro delas conting.^{as} y pasar a tomar la plaza de Montev.^o aseguando p.^a siempre nuestra libertad.” In: AGN, Sala X, Defensa del litoral. Guerra (1811-1813) [23.2.5]

As orientações de um e outro lado do Atlântico para sanar as difíceis comoções no Rio da Prata eram seguidamente desencontradas. Inglaterra e Portugal, ora disputavam preponderância nas negociações, ora se mostravam unidas em prol de movimentos que pudessem ser benéficos a ambas as Coroas. Entretanto, a partir de março de 1812 não havia dúvidas: a Inglaterra desejava excluir a Coroa portuguesa de qualquer decisão em relação à América Meridional e, assim, garantir visivelmente sua preponderância.⁶⁵⁶

Levando-se em consideração a necessidade de tomar a dianteira dos acontecimentos, Lord Strangford, convencendo dom João da urgência em se negociar um acordo para pacificação da fronteira meridional, enviou rapidamente ao Rio da Prata seu secretário, o tenente-coronel João Rademaker. Este, por sua vez, sendo muito bem recebido em Buenos Aires, como aponta em uma correspondência ao ministro britânico, em 10 de junho de 1812, registrou as impressões que pôde ter daquela ocasião:

Nos membros deste governo dignidade, bom senso, civilidade, e candura, e com grande satisfação minha se ajustou nesta conferencia hum armistício illimitado entre as tropas do exercito de Sua Alteza Real, e as deste paiz. Naquella mesma noute (26 do mez passado) expedio-se hum próprio com ordem aos generaes para se retirem [sic] das fronteiras portuguezas, e de se absterem de quaesquer actos de hostilidade.⁶⁵⁷

Além disso, talvez para espanto do príncipe regente e do próprio Strangford, Rademaker informava claramente:

Este povo está determinado a estabelecer huma republica democrática, e parece que antes quer perder a sua vida, e bens; do que desistir desta empreza. He acertado que Sua Alteza Real seja desenganado, e que não suponha, que aquello que aqui se tem feito, não he mais que huma effervescencia passageira.

Pela mesma correspondência, nota-se que Rademaker acreditava ter acertado um acordo equânime para ambos os governos. Entretanto, ao saber do teor do acordo, Galveias e

⁶⁵⁶ Em 14 de abril de 1812, tendo em vista a insistência da corte portuguesa em intervir militar e politicamente no Rio da Prata, Lord Castlereagh enviava uma correspondência ao duque do Infantado, então ministro plenipotenciário espanhol na corte britânica, para avisá-lo de que “a mera circunstancia da intervenção do príncipe regente de Portugal tendo atequi tomado huma forma militar, faz a S.A.R. hum associado menos natural na mediação, ao mesmo tempo que a conduzida pela Gram Bretanha somente offerece hua mudança adicional de successo por não ter o governo britannico entrado em hostilidades contra algumas das partes cujos intereses se devem conciliar.” In: *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio III (1812-1815). Buenos Aires: AGN, 1964. p. 25.

⁶⁵⁷ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio III (1812-1815). Buenos Aires: AGN, 1964. p. 54.

dom Diogo de Sousa ficaram extremamente preocupados, pois que não contemplava claramente as determinações a serem observadas pelo governo de Buenos Aires.⁶⁵⁸ Para Galveias, também, a questão era enviar o mais rapidamente possível alguém que pudesse “remediar os erros de negociação cometidos por João Rademaker”, com o que “concordou lord Strangford”⁶⁵⁹. Silvestre pinheiro Ferreira seria o novo negociador da corte portuguesa com Buenos Aires, porém, pelo atraso na sua decisão, veementemente reprovada por Galveias, não se encontrava alguém capacitado para a empresa.⁶⁶⁰

Preocupado com as decisões acertadas e, principalmente, tendo conhecimento das investidas planejadas pelas tropas patrióticas, o general Vigodet por meio de seu secretário José Primo de Rivera, informava a dom Diogo:

Las conseqüências forzosas de la retirada del exercito portuguêz, será la invasion de la campiña [sic] de Montevideo por parte de los revolucionários: Aquella plaza sucumbirá a los esfuerzos de los sitiadores, si el gobierno de las Españas no la socorriese con dos mil hombres de armas.⁶⁶¹

Praticamente certos de que tal ajuda não viria, era imperante para o momento que os portugueses permanecessem na Banda Oriental, para que não caísse nas mãos dos insurgentes. Nesse sentido, dom Diogo avisava ao conde das Galveias, em 31 de julho, que não manteria mais contato com Rademaker e não faria nenhum movimento previsto pelo acordo com Buenos Aires enquanto o príncipe regente não indicasse que assinaria tal armistício.⁶⁶²

A saída no Rio de Janeiro era encontrar alguém capacitado e que levasse a Buenos Aires as informações que retificariam o acordo. Entretanto, em 27 de julho, Lord Strangford, por ordem da Coroa britânica, enviara um ofício ao conde das Glaveias para que Portugal cumprisse o armistício e retirasse imediatamente suas tropas dos territórios espanhóis. Diante disso, o ministro português afirmava ao príncipe regente que “esta requisição altera em grande parte o projecto da negociação, que se premeditava”⁶⁶³.

⁶⁵⁸ Em correspondência datada de 12 de julho de 1812, dom Diogo afirmava ao conde das Galveas que devido ao acordo realizado de forma errada, diria à Rademaker que não o entendia, atrasando a remoção das tropas portuguesas às suas fronteiras. AHI, Lata 177, maço 4, pasta 13.

⁶⁵⁹ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio III (1812-1815). Buenos Aires: AGN, 1964. p. 62.

⁶⁶⁰ Correspondência datada de 31 de julho de 1812. *Ibid.*, p. 80.

⁶⁶¹ *Ibid.*, p. 59.

⁶⁶² AHI, Lata 177, maço 4, pasta 13.

⁶⁶³ *Política lusitana en el Rio de la Plata*. Colección Lavradio III (1812-1815). Buenos Aires: AGN, 1964. p. 77.

Entretanto, o retorno premeditado de Rademaker à corte, sem chegar a verificar as ordens expedidas pelo conde das Galveias para a retificação do acordo, levou-o a explodir em improperios ao secretário. Assim, a situação no Rio da Prata permanecia praticamente inalterada, levando em consideração que o armistício celebrado em 26 de maio estava consumado e, conforme seguidas exigências de Strangford, deveria ser efetivado. Dessa forma, preponderava o armistício celebrado por João Rademaker e ficavam rotas, por mais alguns anos, as tentativas da corte portuguesa fixar raízes em território platino. Somente em 1817 Portugal conseguiria novamente, com apoio do governo de Montevideú, em razão das hostilidades impelidas por Artigas, fazer ocupar por meio de suas tropas a Banda Oriental.

Essa atitude, entretanto, resultaria numa empresa muito maior, com desmembramentos ainda mais impactantes, tendo em vista não apenas o cenário político na América, mas também na Europa, em plena reorganização dos Estados absolutistas, reunidos no Congresso de Viena. Analisar esse período demandaria, por sua vez, um trabalho de análise com proporções ainda maiores das que pretendemos realizar aqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos perceber nas páginas anteriores, o início do século XIX seria marcado pela reorganização de distintos projetos que há muito se vinham gestando, tanto na Europa como na América, com seus respectivos avanços, reveses, estagnações, continuidades. Ambos os continentes estavam intrinsecamente ligados por elos que, como num emaranhado de redes com alto poder de condução elétrica, no momento em que um impulso era emitido em uma extremidade, todas as outras o recebiam, porém não com a mesma intensidade, da mesma forma que eram de diferentes magnitudes os impulsos que retornavam ao ponto original.

Essa situação, como todo processo histórico, não era resultante de uma simples conjunção de fatores isolados que acabaram sendo unidos por desejos ou ambições esporádicas, ou, ainda, de determinados indivíduos que teriam, acima da capacidade de cada “réles mortal”, uma visão para além do seu alcance, que anteviam a futuridade e cuja percepção acabava guiando suas ações na amplitude requerida para um objetivo traçado. A questão era que não havia um objetivo final definido. Havia, sim, projetos, mas com perspectivas de não corresponderem às metas traçadas por seus idealizadores, que, por sua vez, correspondiam a grupos mais ou menos organizados em torno de propostas. Nada era certo num mundo que mostrava cada vez mais aos homens que a incerteza do porvir e a multiplicidade de posicionamentos deveriam ser manejadas com ações presentes, capazes de imporem, em certa medida, novos rumos à história de suas vidas, de suas nações.

Então, para manter certo espaço de ação, a soberania, ou ainda para almejar um poder maior do que lhe cabia até então, não havia outra maneira senão pôr em funcionamento peças importantes que tinham a capacidade de amplificar os sinais emitidos de um centro, ou, em razão das interdependências de um contexto que se ampliava paulatinamente, de um meio convertido em centro.

Essa era a situação de Portugal ao raiarem as primeiras fulgorosas, mas pouco esperançosas para a monarquia bragantina, luzes do século XIX. O século anterior havia lhe legado uma história da qual apenas conseguira ser coadjuvante no tabuleiro europeu. No novo século que se iniciava, apesar da esperança de influir decisivamente na balança internacional, ou, em menor âmbito, na balança de poder na qual rivalizava diretamente com a Espanha, constatamos que Portugal se mostrou, por vezes, reticente e, na implementação de sua política, esse elemento acabou pesando no sentido contrário ao esperado. Muitos tratados realizados entre as Coroas européias durante o século XVIII repercutiriam diretamente no século seguinte, criando muitos impasses quando Napoleão Bonaparte começou a inverter a breve lógica de estabilidade em voga nos primeiros anos do dezanove, invadindo e destronando todas as famílias reais que via pela frente.

A constante disputa por territórios americanos, comum a todos os séculos decorridos desde a chegada dos primeiros representantes europeus na América, teria um forte aspecto apelativo nesse período de incertezas na Europa, pois era fundamental que o mercado de circulação de mercadorias fosse garantido, o que proporcionaria a garantia do bom funcionamento do reino e, conseqüentemente, de suas possessões nas mais recônditas paragens da terra. Logicamente, essa preocupação seria maior para quem tivesse muito a perder. E a Inglaterra estava no centro desse jogo, pois era a principal potência política, econômica e militar da época. Era contra ela que Napoleão passaria anos a fio após 1807, quando tratou de contornar as questões com a Rússia pelo tratado de Tilsit, lutando.

Contando com o poderio britânico e com as alianças mantidas com Portugal, especialmente desde o início do século XVIII, foi possível que um dos fatos mais extraordinários de todo esse processo de reordenação no mundo ocidental ocorresse: a fuga da família real portuguesa e de vários áulicos da corte bragantina para o Brasil. Nessa jornada não estava implicada apenas a porção européia de Portugal, que do dia para a noite se veria sem rei, mas sobretudo a porção americana, que de fato passaria a contar com inúmeras instituições necessárias ao funcionamento de um Estado absoluto e soberano.

Num primeiro momento percebemos claramente o empenho da Inglaterra, representada principalmente por Lord Strangford, para que a Coroa portuguesa seguisse suas coordenadas. Contava para isso, sem dúvida, com amplo apoio do principal ministro do príncipe regente português, dom Rodrigo de Souza Coutinho. Contudo, pouco tempo após

aportar em continente americano, as alterações na Europa causariam uma reordenação na balança de poder europeu e, sem dúvidas, teriam uma reverberação a altura no continente americano. Falamos, neste caso, das abdições e aprisionamento da família real espanhola, que reascenderiam na América e, especialmente, na cabeça de vários súditos portugueses e do próprio príncipe regente desejos que, ao que tudo indicava, estavam arquivados em meio à turbulência europeia dos últimos tempos. Disso seriam resultantes os manifestos enviados pelo ministro dom Rodrigo às principais autoridades do Vice-Reinado do Rio da Prata, seguidos pelas declarações dos únicos representantes diretos da Coroa espanhola que se encontravam em liberdade. E, diga-se de passagem, que estavam prontamente dispostos a assumir a regência das vastas colônias espanholas da América, caso isso fosse aquiescido pelas respectivas autoridades.

Apesar da negativa oficial do governo do Vice-Reinado do Rio da Prata, os apoios recebidos, especialmente positivos à regência da princesa Carlota Joaquina, enviados por diferentes estratos da sociedade platina e também de outros vice-reinados espanhóis, levaram a que tomasse consistência o projeto português de dominar as colônias pertencentes à Espanha em território americano. Esse projeto existia realmente e seria posto em prática o quanto antes! Porém, novamente os acontecimentos europeus assombraram a preocupação de muitos envolvidos, o que demandaria novas medidas.

Nesse sentido, a Inglaterra teve peso considerável na balança de poder, pois fora ela quem, após ter se aliado à Junta de governo espanhola, determinara que Portugal não interferisse diretamente nas colônias hispano-americanas. E não seria para menos, visto que seu mercado estava totalmente cerceado por Napoleão. Restava à Inglaterra, dessa vez por vias da negociação, conquistar simpatias na outra parte do mundo, onde as influências do imperador francês deveriam, a todo custo, ser barradas. Como manter ou participar de guerras em dois continentes seria muito dispendioso, além de não ter a certeza de uma garantia futura, a saída para a Inglaterra fora intervir o suficiente para que os intuitos de uma e de outra parte não prevalecessem o suficiente, ao menos a ponto de ameaçar o usufruto do próprio mercado.

Entretanto, a princesa Carlota, auxiliada pelo almirante inglês Sidney Smith, não deixaria de se mostrar reticente em relação a qualquer projeto proveniente do ministério chefiado por dom Rodrigo, ou, ainda, de qualquer órgão que não visse com bons olhos a sua tentativa, inicialmente insuflada pelo próprio governo português, de ser regente das colônias

hispano-americanas. Certa de que isso era uma questão de tempo, a princesa empreendeu todos os esforços que estavam a seu alcance para que os representantes da Junta de Governo espanhola derrogassem a lei sálica e a pusessem no trono vacante, que lhe pertencia por direito de sucessão, o que não ocorreria, pois estava claro que o momento era de fazer valer interesses que, com a presença do rei, não podiam ser discutidos. Assim, no decorrer das assembléias das Cortes espanholas ocorreram discussões voltadas para a redação de uma Carta constitucional que fora, no retorno de Fernando VII, derrogada.

Na América Meridional a questão não teria um desenrolar tão tranquilo como se podia esperar, pois vários habitantes das colônias espanholas, desde o conhecimento dos desfechos das guerras na Europa, iniciaram movimentos que propunham outras soluções para o governo colonial. Esses movimentos, como pudemos verificar, pareciam não ter um plano previamente traçado, especialmente o que ocorrera em 10 de maio de 1810, em Buenos Aires, do qual nos ocupamos bastante neste trabalho. Este possuía discrepâncias em sua gestão que denotavam claramente a magnitude que os interesses e as ideologias pessoais tomaram no desenrolar dos acontecimentos, além de, inicialmente, contarem com a suposta vontade dos habitantes do interior que, na verdade, desconheciam.

Foi possível constatar, portanto, que a balança política de Portugal fora bastante influenciada pelas decisões da Inglaterra, especialmente nos dois primeiros anos após a instalação da corte no Rio de Janeiro. No período seguinte, porém, com claras ameaças sofridas em suas fronteiras, Portugal teve de se munir de artifícios capazes de dar a legitimidade para ações que evitassem o esfacelamento de suas fronteiras. E a Inglaterra, porque tentava a todo custo livrar o continente europeu das hordas napoleônicas, ou porque aceitava que os revolucionários de Buenos Aires fossem contidos, teve uma postura menos crítica em relação a Portugal entre 1810 e 1811.

Nesse período, vimos nascer na corte portuguesa, como medida prática, uma política de mediação entre os dirigentes de Buenos Aires e Montevideú, após a declaração de guerra entre ambos, em fevereiro de 1811, para que, ao mesmo tempo, se pudesse entrar em território espanhol e, dentro do possível, manter-se ali como garantidora da paz na região. Essa paz, por sua vez, poderia muito bem se estender para que a ocupação efetiva fosse iniciada e fossem evocados futuramente os princípios do *uti possidetis*.

Carlota, Strangford e Casa-Irujo, entretanto, talvez tivessem antevisto esse quadro e se oposto radicalmente a qualquer projeto nesse sentido. Assim, a princesa tentava a todo custo auxiliar diretamente os espanhóis chefiados por Elío e, posteriormente, Vigodet. Strangford opôs-se ferrenhamente à entrada de Portugal na Banda Oriental e exigia, após meses sem resposta do Foreign Office, a retirada imediata das tropas para que a Inglaterra obtivesse a paz por meios diplomáticos. Casa-Irujo, sempre reclamando da pouca atenção que recebia do conde de Linhares, estava de acordo com Lord Strangford no sentido de que as tropas deveriam ser retiradas, mas não tinha meios próprios para fazer impor a vontade da regência espanhola, pois os recursos que pedia à Espanha nunca foram enviados.

Mesmo estremecendo as relações diplomáticas com a Inglaterra, especialmente após a súbita morte de dom Rodrigo, em janeiro de 1812, o conde das Galveias, que assumiu interinamente a pasta do Exterior e da Guerra, manteve as tropas portuguesas em território oriental. Constatamos que essa manutenção não se apoiava apenas no quadro geral que se apresentava, mas, sobretudo, nos constantes relatos do governador e capitão-geral da capitania do Rio Grande de São Pedro, que indicava as claras oportunidades de Portugal, fosse por meio da ocupação efetiva, fosse pelo envio da princesa Carlota Joaquina, de angariar a confiança dos orientais e tomar definitivamente posse da região que se estendia até o Rio da Prata.

Sob orientação do Foreign Office, Strangford mostrou-se taxativo em fazer com que Portugal não se envolvesse mais nas questões do Rio da Prata. Os representantes de Buenos Aires pediam constantemente a interferência da Inglaterra para tal empresa, pois tinham claro que a extensão do império português até a sua artéria de ligação com a Europa acarretaria, possivelmente, uma desleal concorrência com os comerciantes portugueses que ali se estabeleceriam, principalmente com os incentivos que o Estado português tinha capacidade de oferecer para isso. Os representantes da Espanha que estavam no reino também faziam as mesmas exigências, ao passo que Vigodet ainda pedia ao príncipe regente dom João que protegesse a Banda Oriental, pois não recebia socorros e demonstrava a necessidade de se livrar da presença dos revolucionários de Buenos Aires, que tentavam estender os limites de ação do novo governo, apesar dos acordos realizados no ano anterior.

Nenhuma das partes envolvidas, entretanto, imaginaria àquela altura que outros elementos poderiam fazer com que tais disputas por espaços para a ação política e econômica

teriam desdobramentos tão diferentes quanto os que se delineavam durante o ano de 1812. Insurgir-se-ia contra todos os governos estabelecidos, por exemplo, José Artigas, que havia lutado do lado espanhol durante tantos anos, havia passado às hordas revolucionárias de Buenos Aires e abdicaria de seus títulos e postos para implementar projetos que fugiam a tudo que já havia sido proposto na América Meridional. Assim, nos oito anos subseqüentes, a situação novamente se alteraria e a balança na Europa, mais uma vez, influiria sobremaneira no desígnio dos governos da América. Inclusive, a Banda Oriental passaria a ser de fato invadida por Portugal, que assentaria ali um governo dependente do Rio de Janeiro e que legaria a questão para o Brasil independente. A essa altura, a América Meridional já contava com governos totalmente independentes dos antigos laços coloniais, dos quais o próprio Brasil, por vias totalmente diferentes das ex-colônias espanholas, também alcançaria em 1822.

Constatamos, portanto, que Portugal, à medida que foi consolidando as instituições do Estado em território colonial e sentindo cada vez mais necessidade de delimitar seu espaço de ação, não podia operar apenas segundo sua perspectiva. Apesar de terem sido realizadas tentativas após a morte de dom Rodrigo de Souza Coutinho, não obteve sucesso, porque logo conseguiu por outras vias, e vias sem volta, acordos que buscavam o *status quo* para região. Tais acordos, sem dúvida, correspondiam, por extensão, aos interesses britânicos na região, o que permitiria que aquela alcançasse sua hegemonia, especialmente na região do Rio da Prata, no período que se seguiria.

Para além disso, vimos que, longe de desvelar todas as ações de Portugal em direção ao Rio da Prata, especialmente desde a chegada da família real portuguesa até a primeira entrada das tropas sob sua direção em território da Banda Oriental, as possibilidades de se compreender melhor o período giram em torno das interdependências do complexo cenário político e econômico, tanto americano quanto europeu. As fontes indicam isso, pois é impossível compreender os relatórios diplomáticos e, até mesmo, as correspondências pessoais entre os envolvidos e interessados nas questões em disputa se não se operar uma análise da conjuntura e dos princípios dos quais estavam imbuídos. As inúmeras medidas que fizeram parte da reordenação do Antigo Regime, fosse na América, fosse na Europa, não podem ser dissociadas de uma análise, mesmo que em espaço reduzido, da história desse início do turbulento e cada vez mais – mesmo o termo sendo praticamente um chavão atual, não podemos nos furtar a utilizá-lo – “globalizado” século XIX.

REFERÊNCIAS

A. HEREDIA, Edmundo. **Planes españoles para reconquistar hispanoamérica (1810-1818)**. Buenos Aires: Eudeba, 1974.

_____. **Los vencidos**: un estudio sobre los realistas en la guerra de independencia hispanoamericana. Córdoba: Programa de Historia de las Relaciones Interamericanas, 1997.

ABADIE AICARDI, Aníbal. **Portugueses y brasileños hacia el Río de la Plata**: un informe geopolítico (1816). Recife: POOL Editorial, 1997.

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial**: 1500-1800. Brasília: Senado Federal, 1998.

ACEVEDO, Walter Alexandre. “A missão secreta do marechal Curado ao Rio da Prata (1808-1808)” in: **REVISTA do IHGB**, Rio de Janeiro, jul./set. 1946.

ACEVEDO DÍAZ, Eduardo. **Épocas militares en los países del Plata**. 2.ed. Montevideu: Arca Editorial, 1973.

ALEGRE, Achylles Porto. **Homens ilustres do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1917.

ALGRANTI, Leila Mezan. **D. João VI**: os bastidores da independência. São Paulo: Ática, 1987.

AREND NETO, Hugo Carlos. **Império e ideologia**: neutralidade e equilíbrio de poder na sucessão portuguesa (1826-1834). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

AZARA, Félix de. **Descripción y historia del Paraguay y del Rio de la Plata**. Vol. 2. Madri: 1847.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. São Paulo: Nova Fronteira, 1990.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. **Carlota Joaquina na corte do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Para bien y felicidad de estos dominios: correspondência entre Carlota Joaquina e Manuel Belgrano. **CADERNOS do CHDD** / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática, ano IV, n. esp., 2005.

AZEVEDO, João Lúcio. **O marquês de Pombal e a sua época**. São Paulo: Alameda, 2004.

BARCELLOS, Tanya M. de; OLIVEIRA, Naia. “As áreas de fronteira na perspectiva da globalização: reflexões a partir do caso do Rio Grande do Sul/Corrientes.” In: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, 1998.

BERAZA, Augustín. **La Revolución Oriental – 1811**. Montevideo: Imprenta Nacional, 1961.

_____. **La economía de la Banda Oriental durante la Revolución (1811-1820)**. 2.ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1969.

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: a América Latina colonial I**. Trad. Maria Clara Cescato. vol. 1. São Paulo; Brasília: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Alexandre Gusmão, 1997.

_____. **História da América Latina: da independência a 1870**. Trad. Maria Clara Cescato. vol. 3. São Paulo; Brasília: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Alexandre Gusmão, 2004.

BONHEUR, Gaston. **Napoleão: o retrato do homem**. Trad. Cel. Job Lorena de Sant’Anna. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.

BRANCATO, Braz Augusto Aquino. **Don Pedro I de Brasil, posible rey de España (una conspiración liberal)**. Porto Alegre: Edipucrs, 1999.

BRANCATO, Braz Augusto Aquino. La misión diplomática de dom Pedro de Sousa Holstein en España y la cuestión de los derechos sucesorios de Carlota Joaquina (primeros pasos). **IV Jornadas Internacionales de Historia de España**. Buenos Aires: set. de 2004.

BRAUDEL, Fernand. “A longa duração” in: BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. Lisboa: Editorial Presença. 1982.

BRITO, José Gabriel de Lemos. **Pontos de partida para a história econômica do Brasil**. 3.ed. São Paulo; Brasília: Editora Nacional; INL, 1980.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento econômico brasileiro**. 18.ed. Petrópolis; Ijuí: Vozes; Unijuí, 1998.

BURKE, Peter. **A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Trad. Luiza Maria X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CAETANO, Gerardo; RILLA, Jose. **Historia contemporânea del Uruguay: de la Colônia al Mercosur**. Colônia: Editorial Fin de Siglo, 1994. (Coleccion CLAEH)

CAMARGO, Fernando. **Britânicos no Prata: caminhos da hegemonia.** Passo Fundo: Ediupf, 1996. (Série Ciência).

CAMARGO, Fernando. **O malón de 1801: a guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional.** Passo Fundo: Clio Livros, 2001.

CALÓGERAS, J. Pandiá. **A política exterior do Império.** Brasília: Senado Federal, 1998. v.I.

CAPILLAS DE CASTELLANOS, Aurora. **Montevideo: en el siglo XVIII.** S.loc.: s.ed.

CARVALHO, Carlos Delgado. **História diplomática do Brasil.** Brasília, Fac-similar. 1998.

CASTELLO, Iára [et.al.] (Org.). **Fronteira na América Latina: espaços em transformação.** Porto Alegre: UFRGS, 1997.

CASTRO, José Ferreira Borges de. **Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potências desde 1640 até o presente.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1857. Tomo IV.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil.** 2.ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002. (Col. O Brasil e o Mundo).

CESAR, Guilhermino. **O contrabando no sul do Brasil.** Caxias do Sul: UCS/EST. [s.d.].

CHIARAMONTE, José Carlos. **Ciudades, Províncias, Estados: orígenes de la nación argentina (1800-1846).** Buenos Aires: Ariel, 1997.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **RS: latifúndio e identidade regional.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

CREVELD, Martin van. **Ascensão e declínio do Estado.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CRUB, Ulises Rubens. **Evolución histórica geográfica y política de las fronteras del Uruguay con Brasil.** Montevideo: Imprenta Nacional, 1951.

DIAS, Demosthenes de Oliveira. **Formação territorial do Brasil: origem e evolução.** Rio de Janeiro: Editora Luiz Franco, 1956.

DIAS, Maria Odila da Silva. **O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

DIEHL, Astor Antonio. **Max Weber e a história.** Passo Fundo: Ediupf, 1996. (Ciência e história).

_____. **Às “brinca” e às “ganha”:** as ciências sociais em diálogo. Passo Fundo: Ediupf, 2007.

_____. **A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930.** Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DIAZ-PLAJA, Fernando. **La Historia de España en sus Documentos** – de Felipe II al desastre de 1898. Barcelona: Ediciones G.P., 1971.

DOCCA, E. F. Souza. **A convenção preliminar de paz de 1828**. São Paulo: Graphica Rossetti, 1929.

_____. **Limites entre o Brasil e o Uruguai**. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica, 1939.

_____. **História do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1954.

DONATO, Hernâni. **Brasil 5 séculos**. São Paulo: Academia Lusíada de Ciências, Letras e Artes, 2000.

DONGHI, Tulio Halperin. **Historia de América Latina: reforma y disolución de los imperios ibéricos 1750-1850**. Vol. 3. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

_____. **História da América Latina**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. “Mitre e a formulação de uma história nacional para a Argentina” in: **Estudos Avançados**, 8 (20), 1994, p. 199-214.

_____. **Guerra y finanzas en los orígenes del Estado argentino (1791-1850)**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. 15.ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ESSEX VIDAL, Emeric. **Buenos Ayres y Montevideo**. Trad. Carlos Muzio Sáenz Peña. Buenos Ayres: Emecé, 1999.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia Brasileira: Economia e Diversidade**. São Paulo: Moderna, s.d.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2006.

FERREIRA FILHO, Arthur. **A história do Rio Grande do Sul: 1503-1964**. 3.ed. Rio de Janeiro, 1964.

FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de ver a produção do Brasil**. São Paulo; Campinas: Educ; Editora Autores Associados, 2004.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João Batista S. **História administrativa, judiciária e eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1963.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREITAS, Cap. Airton Salgueiro de. **As república hispano sul-americanas**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1945.

FRIGEIRO, Clemente L. **Artigas: documentos justificativos**. Montevidéo, 1886.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GALLO, Klaus. **De la invasión al reconocimiento: Gran Bretaña en el Río de la Plata (1816-1826)**. Buenos Aires: A-Z, 1993.

GARDINER, Patrick. **Teorias da história**. Trad. Vítor Matos e Sá. 4.ed. Lisboa: Fundação Gulbekian, 1995.

GARRIDO ASPERÓ, Maria José. La fiesta de la conquista de la Ciudad de México durante la guerra de independencia. **REVISTA Estudios de historia moderna y contemporánea de México**. n. 27, janeiro-junho 2004.

GAY, Peter. **O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOLIN, Tau. **A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul**. 2.ed. Passo Fundo/Porto Alegre: Ediupf/Ufrgs, 1999.

_____. **A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

_____. **A fronteira: os tratados de limites Brasil-Uruguai-Argentina, os trabalhos demarcatórios, os territórios contestados e os conflitos na bacia do Prata**. Porto Alegre: L&PM, 2004. (vol.2)

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (Estudos brasileiros, v. 24)

HEINSFELD, Adelar. **A geopolítica de Rio Branco: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino**. Joaçaba: Unoesc, 2003.

HEINZ, Flávio M.; HERRLEIN Jr., Ronaldo. **Histórias Regionais do Conse Sul**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções (1789-1848)**. 16.ed. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira; Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

JUNTA Departamental de Montevideo; IHGUY. **La revolución de 1811 en la Banda Oriental**. Montevideu: Impresora Rex, 1964.

KERN, Arno Alvarez (Org.). **Sociedades ibero-americanas**. Reflexões e pesquisas recentes. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.

KHÛN, Fábio. “A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII” in: **Estudo Ibero-Americanos**. PUCRS, v.XXV, n.2, p. 91-112, dez. 1999.

LAMBERT, Jacques. **Os dois Brasis**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

LAURELLI Elsa. Reestruturação económica en América Latina: ¿integración o fractura de los territorios fronterizos? In: CASTELLO, Iára et al. (Org.). **Fronteira na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

LEITE, Renato Lopes. **Republicanos e Libertários: pensadores radicais no Rio de Janeiro (1822)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Oliveira. **O movimento da independência: o Império brasileiro (1821-1889)**. 4. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

_____. **D. João VI no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LIMA, Ruy Cirne. **Sesmarias e terras devolutas (parecer)**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas Thurmann, 1931.

_____. **Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas**. 4.ed. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

LOPEZ, Luiz Roberto. **Cultura brasileira: de 1808 ao pré-modernismo**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 1995.

MACHADO, Carlos. **Historia de los orientales**. 3. ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1973.

MAESTRI, Mário. **Uma história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. 2.ed. Passo Fundo: Ediupf, 2000. (caderno do Núcleo de Estudos Histórico Lingüísticos, 3)

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912). São Paulo: Unesp/Moderna, 1997.

MALATIAN, Teresa. **Oliveira Lima e a construção da nacionalidade**. Bauru: EDUSC; São Paulo: FAPESP, 2001.

MANCHESTER, Alan K. **Preeminência Inglesa no Brasil**. Trad. Janaína Amado. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MARTINS, Rui Cunha. “Fronteira, referencialidade e visibilidade” in: **ESTUDOS IBERO-AMERICANOS** – Revista do Departamento de História. Porto Alegre: Edipucrs, ed. esp., n. 1, 2000.

MATOS, Carlos de Meira. *Geopolítica e teoria de fronteiras*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1990. p. 16 in: HEINSFELD, Adelar. **A geopolítica de Rio Branco: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino**. Joaçaba: Unoesc, 2003.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Textos e documentos para o estudo da história contemporânea (1789-1963)**. São Paulo: Hucitec, 1977. (Ensaaios, 3)

MITRE, Bartolomé. **História de San Martín y de la emancipación Sudamericana**. Buenos Aires: Ediciones Anaconda, 1950.

MOODIE, A. E. **Geografia e política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MOREIRA, Earle Macarthy. “Construindo espaços, demarcando fronteiras” in: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero. **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: Ediupf, 2002.

NORTON, Luís. **A Corte de Portugal no Brasil: notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da imperatriz Leopoldina**. 2.ed. São Paulo; Brasília: Ed. Nacional; INL, 1979.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

PAMPLONA, Marco A.; MÄDER, Maria Elisa (org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile**. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (coleção Margens. América Latina; v.1)

PAULA, Sergio Goes de (Org.). **Hipólito José da Costa**. São Paulo: Ed. 34, 2001. (Coleção Fundadores do Brasil)

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dorez. **D. João VI: um príncipe entre dois continentes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PEREIRA, Miriam Halpern; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo; SERRA, João B (Coord.). **O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX**. Lisboa: Sá da Costa, 1982. v.1.

_____. **O liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX**. Lisboa: Sá da Costa, 1982. v.2.

PEREZ O., Eduardo. **Guerra Irregular en la América Meridional (Siglos XVIII-XIX): Ensayo de Historia Social comparada con España y La Nueva Granada**. Tunja (Colombia): UPTC, 1994.

_____. **Guerra irregular en la América Meridional (siglos XVIII-XIX): Ensayo de Historia Social comparada con España y La Nueva Granada**. Tunja, Colombia: UPTC, 1994.

PICCIRILLI, Ricardo. **Argentino en Rio de Janeiro: diplomacia, monarquia, independência**. Buenos Aires: Pleamar, 1969.

PIERROTTI, Nelson. “El nacimiento de una forma de ser. Una nueva visión sobre la construcción de las mentalidades en el Montevideo colonial (1726-1814)” In: **Estudo Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXXIII, n. 2, p. 35-50, dez. 2007.

PILAR QUERALT, Maria Pilar. **La vida y la época de Fernando VII**. Barcelona: Planeta, 1999.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828)**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

PINSKY, Jaime; BRUIT, Hector; PEREGALLI, Enrique [et. al.] (Org.). **História da América através de textos**. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PRESAS, D. José. **Memórias secretas de D. Carlota Joaquina**. Trad. R. Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1966.

QUEBRACHO (pseud.). **Subamerica** (América Latina de la colonia a la revolución socialista) 1ª parte: Colonia y dominacion inglesa. Buenos Aires: Badajo, 1995.

QUESADA, Vicente G. **La política del Brasil com las Repúblicas del Río de la Plata**. Buenos Aires: Vaccaro, 1919.

QUEVEDO, Júlio. **Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata**. São Paulo: Edusc, 2000.

RANGEL, Alberto. **Os dois ingleses: Strangford e Stuart**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura – Arquivo Nacional, 1972.

RAYNAL, Abade. **O estabelecimento dos portugueses no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. **A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)**. Passo Fundo: Ediupf, 1999.

REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. **Fronteiras e guerras no Prata**. São Paulo: Atual Editora, 1995.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização**. Estudos de antropologia da civilização. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

RICOEUR, Paul. **O justo ou a essência da justiça**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil: 1ª parte – Historiografia Colonial**. São Paulo; Brasília: Editora Nacional; INL, 1979.

ROSS, Augustin. **Reseña histórica del comercio de Chile durante la era colonial**. Santiago do Chile: Imprenta Cervantes, 1891.

SCALABRINI ORTIZ, Raúl. **Política británica en el Río de la Plata**. 9.ed. Buenos Aires: Plus Ultra, 1981.

SILVA, João Manuel Pereira da. **Historia da fundação do imperio brasileiro**. Rio de Janeiro, B.L. Garnier; Pariz, Augusto Durand, 1865.

SILVA, Luiz Manoel de Lima e. **Guerra com as províncias unidas do Rio da Prata**. Rio de Janeiro: Gráfica Ouvidor, 1956.

SILVA, Marcos A. da (Coord.). **República em migalhas**. História regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SILVEIRA, Helder Gordim da. **Argentina x Brasil: a questão do Chaco Boreal**. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. **As missões orientaes e seus antigos domínios**. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal de Carlos Echenique, 1909.

SOUZA, Adriana Barreto de. **O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

STROHAECKER, Tânia Marques [et. al.]. **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 1998.

SUANZES-CARPEGNA, Joaquín. “El constitucionalismo español y portugués durante la primera mitad del siglo XIX (un estudio comparado)” in: **Estudios Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXXIII, n. 1, p. 38-85, jun. 2007.

TEJERINA, Marcela. **Luso-brasileños en el Buenos Aires Virreinal: trabajo, negócios e intereses en la Plaza Naviera y comercial**. Bahia Blanca: EdisUNS (Universidad Nacional del Sur), 2004.

VALVÊRDE, Belmiro. **Aspectos da vida do Brasil: verdade, justiça, moral**. S.loc.: Gráfica São José, 1946.

VAN CREEVELD, Martin. **Ascensão e declínio do Estado**. Trad. Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VARGAS, Otto. **Sobre el modo de producción dominante en el Virreinato del Río de la Plata**. 2.ed. Buenos Aires: Editorial Agora, 1985.

VIANA, Hélio. **História das fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1948 (cap.VIII).

WILLIMAN, Jose Cláudio do Amaral; PONS, Carlos Panizza. **La Banda Oriental em la lucha de los Impérios: 1503-1810**. Tomo I. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1977. (Historia Uruguaya).

WRIGHAM, Thomas. **The politics of river trade: tradition and development in the upper Plata, 1780-1870**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1991.

FONTES PRIMÁRIAS:**ARCHIVO GENERAL DE INDIAS (AGI)**

- “Acompañando copias de cartas de la Infanta Carlota Joaquina”. ESTADO,79,N.43.
- “América. Buenos Aires. Comunicaciones sobre la lealtad del virreinato del Río de la Plata. Cabildo de Buenos Aires”. ESTADO,55,E.
- “Bloqueo de Buenos Aires”. ESTADO,87,N.6.
- “Comandante Marina de Montevideo, sobre necesidad de imprenta”. ESTADO,79,N.64.
- “Comandante Marina de Montevideo sobre necesidad de tropas”. ESTADO,79,N.26.
- “Donación de la Infanta Carlota Joaquina de una imprenta”. ESTADO,79,N.42.
- “Entrada ejército Brasil en territorio del Río de la Plata”. ESTADO,84,N.16.
- “Javier Elío sobre estado de aquel virreinato”. ESTADO,80,N.112.
- “Inconvenientes Princesa Carlota Joaquina paso a Montevideo”. ESTADO,79,N.38.
- “Perjuicios del comercio inglés por bloqueo de Buenos Aires”. ESTADO,87,N.7.
- “Permanencia de tropas portuguesas”. ESTADO,79,N.58.
- “Retirada del ejército portugués de la Banda Oriental”. ESTADO,81,N.52.
- “Sobre intenciones de Infanta Carlota Joaquina”. ESTADO,81,N.44.
- “Sucesos de Buenos Aires y actuación de los portugueses”. ESTADO,87,N.38.
- “Vicealmirante Decourcy a Mr. Croker”. ESTADO,87,N.5.
- “Virrey de Buenos Aires sobre actitud gobierno de Río Janeiro”. ESTADO,80,N.104.

ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN – BUENOS AIRES (AGN):

Política Lusitana en el Río de la Plata. Colección Lavradio I (1808-1809). Buenos Aires: AGN, 1961.

Política Lusitana en el Río de la Plata. Colección Lavradio II (1810-1811). Buenos Aires: AGN, 1961.

Política Lusitana en el Río de la Plata. Colección Lavradio III (1812-1815). Buenos Aires: AGN, 1964.

ARQUIVO HISTÓRICO DO ITAMARATY – RIO DE JANEIRO (AHI):

Estande 310; Lote 2; Prateleira 12.

Estande 338; Prateleira 3; Volumes 12-15.

Lata 169; Maço 2; Pastas 1, 3.

Lata 169; Maço 3; Pastas 1, 2, 3, 5, 7, 9, 15.

Lata 171; Maço 1; Pastas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

Lata 171; Maço 6; Pastas 2, 4, 5, 6, 8

Lata 172; Maço 1; Pastas 4, 7, 8, 11.

Lata 172; Maço 2; Pastas 4, 5, 8, 18.

Lata 172; Maço 3; Pastas 4, 5, 11, 13, 19.

Lata 172; Maço 4; Pastas 9, 11, 13, 14, 15.

Lata 173; Maço 1; Pastas 1, 17, 18.

Lata 174; Maço 3; Pastas 1-4.

Lata 174; Maço 5; Pasta 4.

Lata 174; Maço 7; Pastas 1, 2, 4.

Lata 175; Maço 1; Pasta 1, 6, 7, 8, 10.

Lata 175; Maço 2; Pasta 1.

Lata 175; Maço 4; Pasta 4.

Lata 175; Maço 5; Pasta 3, 11.

Lata 176; Maço 2; Pastas 1, 8, 11, 13.

Lata 176; Maço 6; Pastas 1, 2.

Lata 177; Maço 3; Pasta 1.

Lata 179; Maço 1; Pasta 15.

Lata 181; Maço 6; Pasta 7.

Lata 183; Maço 2; Pastas 13; 11; 12.

Lata 184; Maço 2; Pastas 1, 3, 4, 10.

Lata 193; Maço 2; Pastas 2, 4, 5, 6, 7, 11.

Lata 193; Maço 6; Pastas 1, 2, 3, 5, 8, 14, 15, 16, 17.

Lata 193; Maço 5; Pastas 1-4.

Lata 194; Maço 1; Pastas 1, 3, 4, 5, 7.

Lata 194; Maço 2; Pastas 1, 7, 8, 11.

Lata 194; Maço 3; Pastas 1, 3, 4, 5.

Lata 194; Maço 4; Pastas 1, 2, 3, 4, 5, 12.

Lata 201; Maço 04; Pasta 3, 6, 7, 8.

Lata 343; Maço 3; Pasta 5.

ARQUIVO HISTÓRICO DO MUSEU IMPERIAL DE PETRÓPOLIS (AMI/P):

I-[c_00_03_1815]-Rio.do 1-10 [D01 – D10]

II-POB-02_05_1821-PI.B.c 1-5 [A01 – A04]

II-POB-02_05_1821-PI.B.c 1-5 [D01 – D05]

II-POB-06_08_1815-Obr.mm 1-2 [D01 – D02]

II-POB-09_01_1822-PI.B.c 1-7 [A01 – A09]

II-POB-09_01_1822-PI.B.c 1-7 [D01 – D07]

II-POB-15_09_1821-Ho.c

II-POB-30_06_1821-Sp.m 1-4 [D01 – D04]

I-POB 117 Bel. c 1-3 809

I-POB 117 Bel. c 1-3.809

I-POB-[01_08_1822]-PI.B.d

I-POB-[1815]-Rio.c

I-POB-[1820 (Interr)]-Rio.do

I-POB-[1820]-Dia.co

I-POB-[1820]-Dia.co [A]
I-POB-[1820]-Esp.rp
I-POB-[1821]-PI.B.do
I-POB-[1821]-PI.B.do [A]
I-POB-01_12_1820-San.is
I-POB-01_12_1820-San.is [A]
I-POB-02_03_1815-Oto.ma 1-3 [D01 – D03]
I-POB-03_04_1815-Con.do 1-12 [D01 – D09]
I-POB-05_10_1816-Cev.c
I-POB-05_10_1816-Cev.c [A]
I-POB-06_08_1818-Nav.c
I-POB-07_03_1815-Mont.pr
I-POB-07_03_1815-Mont.pr [A01 – A02]
I-POB-07_04_[1815]-Via.c 1-5 [D01 – D05]
I-POB-07_11_1816-Red.c
I-POB-09_08_1818-Gon.c
I-POB-09_08_1818-Gon.c [A]
I-POB-09_08_1820-Por.c
I-POB-11_01_1816-Rod.c
I-POB-12_06_1817-Gue.pe
I-POB-12_10_1822-And.c
I-POB-17_01_1815-Con.c 1-8 [A]
I-POB-17_01_1815-Con.c 1-8 [D01 – D08]
I-POB-17_04_1815-Rio.rt
I-POB-17_04_1815-Rio.rt [A01 – A02]

I-POB-18_01_1821-A.rp
I-POB-18_04_1815-Car.c 1-3 [D01 – D03]
I-POB-19_01_1817-MI.P.c
I-POB-21_01_1817-FVII.E.c 1-4 [D01 – D04]
I-POB-21_03_1815-Red.c
I-POB-21_04_1815-Alm.c2
I-POB-24_05_1815-Con.rt 1-7 [A]
I-POB-24_05_1815-Con.rt 1-7 [D01 – D07]
I-POB-26_02_1815-Red.c 1-7 [D01 – D14]
I-POB-27_01_1818-Ex
I-POB-28_07_1815-Lec.c

ARQUIVO NACIONAL – RIO DE JANEIRO (AN/RJ):

Fundo: Junta do Comércio – Imp. Exp.

Caixa 449; Pacote 01; Doc. 18.

Caixa 449; Pacote 03; Doc. 09, 10.

Coleção Cisplatina: Caixa 975; Pacote 01; Doc. 01, 02, 03.

Caixa 975; Pacote 03; Doc. 07, 08.

Caixa 975; Pacote 06; Doc. 01, 06, 07, 07.

Caixa 975; Pacote 07; Doc. 01, 02.

Caixa 975; Pacote 09; Doc. 02, 03.

Caixa 975; Pacote 10; Doc. 01, 02, 04, 06, 07, 08.

Caixa 975; Pacote 11; Doc. 04, 10, 11, 13.

Caixa 975; Pacote 12; Doc. 02, 03, 13, 14.

Caixa 975; Pacote 13; Doc. 02, 03, 11, 15, 17, 23, 28, 30, 31.

Caixa 975; Pacote 16; Doc. 16.

Caixa 975; Pacote 17; Doc. 05.

Caixa 975A; Pacote 20; Doc. 03.

Caixa 975A; Pacote 24; Doc. 02, 06.

Caixa 975A; Pacote 27; Doc. 03, 04.

Caixa 975A; Pacote 29; Doc. 02.

Caixa 975A; Pacote 30; Doc. 01, 07.

Caixa 976; Pacote 3; Doc. 03.

Caixa 976; Pacote 4; Doc. 01, 05.

Caixa 976; Pacote 5; Doc. 07, 10.

Caixa 976; Pacote 7; Doc. 02.

Caixa 976; Pacote 8; Doc. 02.

Caixa 976A; Pacote 14; Doc. 02, 08.

Caixa 976A; Pacote 15; Doc. 01.

Caixa 976A; Pacote 16; Doc. 01, 03, 04.

Caixa 976A; Pacote 22; Doc. 04, 06.

Caixa 976A; Pacote 23; Doc. 05, 10.

Caixa 976A; Pacote 24; Doc. 07, 09.

Diversos Códices SDH; Caixa 546; Doc. 01, 131.

Diversos Códices SDH (NP); Caixa 546; Doc. 01; Vol. 1.

Diversos GIFI; 5B-406.

Fundo: Secretaria do Governo da Capitania do Rio Grande do Sul (completo).

BIBLIOTECA NACIONAL – RIO DE JANEIRO (BN/RJ):

Arquivo Histórico Ultramarino_ACL_Conselho Ultramarino_019, Cx. 13, D.781.

AHU_ACL_CU_019, Cx. 13, D.782.

AHU_ACL_CU_019, Cx. 13, D.817.

AHU_ACL_CU_065, Cx. 1, D.04.

AHU_ACL_CU_065, Cx. 1, D.06.

AHU_ACL_CU_065, Cx. 1, D.11.

AHU_ACL_CU_065, Cx. 1, D.12.

AHU_ACL_CU_065, Cx. 1, D.13.

AHU_ACL_CU_065, Cx. 1, D.17.

AHU_ACL_CU_065, Cx. 1, D.27.

AHU_ACL_CU_065, Cx. 2, D.75.

AHU_ACL_CU_065, Cx. 2, D.80.

AHU_ACL_CU_065, Cx. 2, D.83.

AHU_ACL_CU_065, Cx. 2, D.114.

FONTES DA INTERNET:

Ata completa dos deputados que tomaram posse nas Cortes de Cádiz, em 24 de setembro de 1810. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?portal=56&Ref=12262>>. Acessada em 18 de fev. de 2008.

AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. “Carlota Joaquina, a herdeira do Império Espanhol na América.” p.6. in: *Revista Estudos Históricos*. nº 20. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997. Disponível em < <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/225.pdf>>. Acessado em 03 de Out. de 2005.

AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Dom Joaquim Xavier Curado e a política Bragantina para as províncias platinas (1800-1808)*. Disponível em <<http://www.ifcs.ufrj.br/~ppghis/pdf/topoi5a6.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2005.

Biografia de Antonio Luis Beruti. Consultar: <http://www.todo-argentina.net/biografias/Personajes/antonio_luis_beruti.htm>. Acessado em 29 de abr./2005.

Biografia de Baltasar Hidalgo de Cisneros. Consultar em <http://cvc.cervantes.es/actcult/museo_naval/sala7/personajes/personajes_03.htm> Acessado em 17 de dez./2005.

Biografia de Diego Parrosien. Disponível em: <<http://www.ejercito.mil.ar/dirsan/ILUSTRES/Bio%20Paroissien.htm>>. Acessado em 27 de out./2005.

Biografia de Francisco Miranda. Consultar em: <<http://www.artehistoria.com/frames.htm?http://www.artehistoria.com/historia/personajes/6425.htm>>. Acessado em 30 de dez./2005.

Biografia de José Fernando de Abascal y Sousa. Disponível em <<http://www.artehistoria.com/frames.htm?http://www.artehistoria.com/historia/personajes/6425.htm>>; <<http://www.vivirasturias.com/asturias/turismo-rural/26916/54137/0/abascal-y-sousa,-jose-fernando/>>. Acessados em 29 de dez./2005.

Biografia de José Manuel Goyeneche y Barreda. Consultar em: <<http://www.artehistoria.com/frames.htm?http://www.artehistoria.com/historia/personajes/6425.htm>>. Acessado em 29 de dez./2005.

Biografia de Juan Jose Castelli. Consultar em: <http://www.todo-argentina.net/biografias/Personajes/juan_jose_castelli.htm>. Acessado em 29 de abr./2005.

Biografia de Junan Hipolito Vieytes. Consultar em: <http://www.todo-argentina.net/biografias/Personajes/juan_hipolito_vieytes.htm>. Acessado em 29 de abr./2005.

Biografia de Nicolás Rodríguez Peña. Consultar: <http://www.todo-argentina.net/biografias/Personajes/nicolas_rodriguez_pena.htm>. Acessado em 29 de abr./2005.

Biografia de Santiago Liniers (Vice-rei do Prata). Consultar em <http://cvc.cervantes.es/actcult/museo_naval/sala7/personajes/personajes_11.htm> Acessado em 19 dez./2005.

Biografia de Sidney Smith. Consultar: <<http://www.ihp.org.br/docs/khll20030811.htm>>. Acessado em 27 de abr./2005 às 10:20h.

Biografia de Tadeu Judas Cornélio Saavedra. Disponível em <<http://www.elhistoriador.com.ar/biografias/s/saavedra.php>>. Acessado em 19 dez./2005.

Biografia do Conde de Floridablanca. Consultar em: <<http://www.artehistoria.com/frames.htm?http://www.artehistoria.com/historia/personajes/6425.htm>>. Acessado em 29 de dez./2005.

Decreto de la Junta Central designando a los Regentes (29 de enero de 1810). Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/02581641089125151867857/p0000001.htm#I_1_>. Acesso em: 20 maio 2007.

DIEZ DE MEDINA, José. “Las revoluciones de 1809” consultar em: <<http://166.114.28.115/domingo/20050724/domingo3.htm>> Acessado em 23 de dez./2005.

Documentação sobre a Junta de Governo espanhola. Disponível para acesso em: <<http://www.cervantesvirtual.com/portal/1812/juntista.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2006.

Genealogia do vice-rei Santiago Liniers. Consultar <http://ar.geocities.com/genealogia_fernandez/pafg1139.htm#32634> Acessado em 19 dez./2005.

História das províncias de Charcas e Chuquisaca. Disponível em: <http://geocities.yahoo.com.br/escritoriorm/historia/cuerpo/bolivia_03.html> Acessado em 23 de dez./2005.

História General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina. Tomo II: Desde los orígenes hasta el reconocimiento de la independencia formal. Capítulo 5 - La Revolución de Mayo. La relación de la colonia y su metrópoli. “La rebelión de Alzaga”. Consultar em <<http://www.argentina-rree.com/2/2-013.htm>>. Acessado em 28 de dez./2005.

História General de las Relaciones Exteriores de la República Argentina. Tomo II: Desde los orígenes hasta el reconocimiento de la independencia formal. Capítulo 4 - Antecedentes de la independencia del Río de la Plata: la política internacional europea hasta las guerras napoleónicas. “Conclusiones: la evolución de las circunstancias e intereses de España, desde la segunda mitad del siglo XVIII hasta la crisis de la independencia en el Río de la Plata”. Consultar em <<http://www.argentina-rree.com/2/2-009.htm>>. Acessado em 28 de Dez./2005.

História general de las relaciones exteriores de la República Argentina. Tomo II: Desde los orígenes hasta el reconocimiento de la independencia formal. Capítulo 5 - La Revolución de Mayo. La relación de la colonia y su metrópoli. “La rebelión de Alzaga”. Consultar em <<http://www.argentina-rree.com/2/2-013.htm>>, Acesso em: 28 dez. 2005.

PIGNA, Felipe. *El historiador*. Consultar em <<http://www.elhistoriador.com.ar/biografias/c/cisneros.php>> Acessado em 19 dez/2005.

Real Provisión del Consejo Real, de toma de cargo de los miembros de la Junta Central (Aranjuez, 25 de setiembre de 1808). Publicada pela Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2004. Consultada em: <<http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=12136&portal=56>>. Acessada em 13 de dez. 2006.

SARASOLA, Ignacio Fernández. *La idea de partido en España: de la Ilustración a las Cortes de Cádiz (1783-1814)* in: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/c1812/00365085489969551867857/p000001.htm#I_7_>. Acesso em 12 jan. 2006.

Sítio Biografias y Vidas. Disponível em <<http://www.biografiasyvidas.com/biografia/e/elio.htm>>. Acessado em 23 de set/2005.

Sobre a Fazenda Real de Santa Cruz. Disponível em: <<http://www.santracruzrj.com.br>>. Acesso em: 20 dez. 2006.

Tratado de Badajoz (1801). Disponível em:
<http://www.arqnet.pt/exercito/tratado_badajoz.html>. Acesso em: 18 jan. 2007.

Túpac Amaru II, ou José Gabriel Condorcanqui. Disponível em:
<http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/tupac_amaru5.htm#16>;
<<http://www.artehistoria.com/frames.htm?http://www.artehistoria.com/historia/personajes/5715.htm>>; <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/t/tupac_amaru.htm>. Acessados em 07 de out./2005.